



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA



Andreia Patrícia dos Santos

FAZER CIÊNCIA E
FAZER-SE CIENTISTA EM PERNAMBUCO:
O CASO DA FACEPE

São Cristóvão – Sergipe, 2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA



Andreia Patrícia dos Santos

FAZER CIÊNCIA E
FAZER-SE CIENTISTA EM PERNAMBUCO:
O CASO DA FACEPE

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Péricles Moraes de Andrade Júnior

São Cristóvão-Sergipe, 2012.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Andreia Patrícia dos

S237f Fazer ciência e fazer-se cientista em Pernambuco : o caso da
FACEPE / Andreia Patrícia dos Santos ; orientador Péricles
Moraes de Andrade Júnior. – São Cristóvão, 2012.

207 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2012.

1. Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de
Pernambuco. 2. Ciência e tecnologia. 3. Pesquisa científica. 4.
Instituições e sociedades científicas – Pernambuco. I. Andrade
Júnior, Péricles Moraes, orient. II. Título.

CDU 316.354:001.32(813.4)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
Mestrado e Doutorado em Sociologia
Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos"
NPPCS/UFS CEP: 49.100-000 - Tel. fax: (079) 2105-6792



COMISSÃO JULGADORA

Dissertação da Discente Andreia Patrícia dos Santos, intitulada "Fazer ciência e fazer-se cientista em Pernambuco: o caso da FACEPE"; defendida e aprovada em 25 de junho de 2012 pela Banca examinadora constituída pelos Professores Doutores:

Prof. Dr. Péricles Moraes de Andrade Júnior

Prof.ª Dr.ª Rosane Maria Alencar da Silva

Prof.ª Dr.ª Christine Jacquet

Ao tomar como objeto um mundo social no qual se está preso, somos obrigados a encontrar, numa forma que se pode dizer dramatizada, um certo número de problemas epistemológicos fundamentais, todos ligados à questão da diferença entre o conhecimento prático e o conhecimento erudito e principalmente à dificuldade particular de ruptura com a experiência autóctone e com a restituição do conhecimento obtido à custa dessa ruptura (BOURDIEU, 2011a, p. 21).

Aos meus pais, Celina e Sebastião Santos.
A DEUS, pela força suprema que me fez chegar aqui.

AGRADECIMENTOS

Todo processo que envolve um trabalho acadêmico é uma forma de amadurecimento intelectual e pessoal das mais difíceis, mas é também uma das mais gratificantes. Cada página escrita, cada capítulo terminado é um conflito pessoal, mas, acima de tudo, é uma conquista. E tudo isso envolve muitas pessoas queridas, aquelas que sempre estiveram (e estão) presentes, e outras que vão chegando durante a caminhada, cada uma contribuiu de uma forma diferente e especial: cada ajuda, cada palavra de incentivo se soma, se multiplica e se concretiza. Por isso, quero agradecer a todas as pessoas que de alguma forma colaboraram para a realização desse trabalho.

Aos meus queridos pais, Celina e Sebastião Santos, pelo amor incondicional e dedicação de uma vida inteira. Sem vocês nada se tornaria possível! A vocês, o meu mais profundo agradecimento, porque nem todas as palavras do mundo conseguem traduzir esse sentimento de amor, gratidão e respeito. Amo vocês!

Ao meu irmão Alexandre e minhas irmãs, Alana e Amanda: nada substitui o que vivemos e aprendemos uns com os outros. Vocês são parte de mim, sempre serão.

E aos meus sobrinhos Guilherme, Maria Clara, Juan e Caio: a convivência com vocês é um doce presente e um aprendizado constante.

Ao meu grande amor, Cristiano Ramalho: você é o grande responsável por tudo, pois acreditou mais em mim do que eu mesma. Não consigo reunir palavras para agradecer seu amor, boa-vontade, compreensão, carinho, incentivo, apoio, companheirismo, etc. Agradeço às muitas leituras, sugestões e esclarecimentos sociológicos, além de muita paciência e dedicação. Obrigada pelo amor que nos une e pela vida que compartilhamos.

Minha amiga-irmã Alexsandra Souza: nossa amizade segue firme e forte, superando a distância e as adversidades que a vida nos impõe. Sempre estivemos em sintonia.

Ao meu orientador, Professor Péricles Andrade, por aceitar a orientação desta pesquisa e pelo respeito à minha opção teórica. As contribuições ofertadas foram decisivas, assim, agradeço a leitura atenta, a disponibilidade e toda atenção dedicada a este trabalho.

Ao NPPCS, à Professora Tânia Magno e especialmente, à Professora Christine Jacquet, pelas orientações e contribuições metodológicas e o olhar neutro, profissional e

apurado. Ao professor Rodorval Ramalho, pela rica contribuição a esta pesquisa durante o processo de seleção do mestrado.

Ao secretário do NPPCS, Jonatas Aguiar, pela sua sempre atenção e gentileza.

Agradeço também à professora Rosane Alencar pelo rigor analítico e pela forma gentil de colocar suas observações.

Quero agradecer às minhas amigas e aos meus amigos da turma 2010, especialmente a Keila Monteiro e Mirela Brandini: vocês tornaram os momentos na UFS ainda mais construtivos e valiosos. Nossa amizade vai além do mestrado.

Agradeço a Tâmara Oliveira, pelo espírito acolhedor e humano, além das divertidas histórias e todo jeito peculiar de narrá-las. O apartamento do “Leonardo da Vinci” foi um bálsamo, a vista do Rio Sergipe tornou os dias mais agradáveis e felizes na capital sergipana.

Agradeço a Lucimar Aragão, Verônica Marques e Jonatas Souza: foi essencial contar com a amizade, a gentileza e o carinho de vocês na chegada em Aracaju.

Quero agradecer à FACEPE, onde iniciei minhas atividades profissionais e pude realizar este trabalho dissertativo. Porém, ela não seria o que foi e é para mim sem as pessoas que encontrei e com quem firmei fortes laços de amizade: agradeço especialmente à minha grande amiga e irmã Ana Paula Sena: você faz a diferença! Obrigada por tudo, particularmente, pelo amor fraterno e recíproco que nos liga. Nossa amizade é grande, é forte e ultrapassa distâncias geográficas. Sinto muitas saudades de você!

Ao meu grande amigo Frederico Toscano, com quem aprendi muito sobre a FACEPE, mas, sobretudo, o sentimento de amizade, respeito, carinho e compreensão. Agradeço sua generosidade e pelos muitos momentos divertidos que vivenciamos.

Ao Professor Arnóbio Gama, toda minha estima, admiração e respeito por sua coerência, enquanto pessoa e cientista. Obrigada por tudo, professor!

Agradeço ao Professor Diogo Simões pela disponibilidade e atenção, além do exemplo de seriedade e compromisso.

A Fátima Cabral agradeço a confiança, o carinho e o apoio ao longo de nossa convivência.

À Professora Fátima Santos, agradeço a atenção e gentileza, além de sua seriedade profissional.

Michelle Tenório, nossa convivência foi maravilhosa, por isso, inesquecível. Agradeço seu carinho e apoio em todos os momentos. Fernanda Melo, pela serenidade e alma apaziguadora. O sentimento fraterno ficou em nossos corações. Shirlaide Silva, por sua espontaneidade e sinceridade. A raiz de nossa amizade é profunda e forte.

Lygia Vita (minha amiga Lyvita), obrigada por sua amizade, lealdade e pelos inúmeros conselhos maternos. Você é muito especial, moras no lado esquerdo do peito.

Márcia Leite, você é um exemplo de generosidade, obrigada pela paciência de me ouvir sempre que as angústias tomavam conta do meu ser. Sua amizade é um presente.

Renata Albuquerque, Ângela Lacerda, Natália Gonçalves, Mônica Siqueira, Joseane Medeiros, Alexsandro Correia, Hozana Pereira, Ewanderson Cavalcanti, Keilha Corrêa, Janusa Vasconcelos e Kelly Sandes: obrigada pelo companheirismo, amizade e apoio de vocês. Às minhas amigas Cíntia Santos, Gilvânia Ferreira (obrigada pelas traduções), Suzy Rodrigues e Mércia Freitas: a busca pelas metas continua!!! É muito bom contar com a amizade e o carinho de vocês.

Trago vocês no coração, pois o elo que nos une é forte, é o sentimento de amizade. O carinho por vocês é grande, a saudade também. Vocês são muito especiais.

À minha querida amiga Gisele Nascimento, pela amizade que cresceu no trecho Recife-Aracaju e com Alagoas no meio do caminho. Agradeço por sua disponibilidade e generosidade em ajudar sempre, pelas conversas sérias e muito divertidas. Agradeço a Emílio Negreiros, pelas palavras de incentivo, por sua demonstração de amizade, indicações de textos e a leitura cuidadosa desse trabalho. A vocês dois, obrigada também pelo Homo Academicus.

Meus agradecimentos à CAPES pela concessão da bolsa, sem a qual seria mais difícil dar os encaminhamentos necessários à pesquisa e em especial, a todas e todos os entrevistadas(os) pela atenção, pela disponibilidade e pelo respeito ao meu trabalho dissertativo: ele não existiria sem a valiosa contribuição de vocês. Meu muito obrigada!!!

RESUMO

O objetivo principal da presente dissertação é compreender e analisar a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), suas práticas (forma de gestão e funcionamento) e a relação com os agentes (pesquisadoras e pesquisadores). Parte-se da hipótese que as práticas utilizadas pela Fundação estão fortemente relacionadas com as experiências e conhecimentos acumulados no campo científico, ao longo da história. Tal acúmulo deu origem à formação de uma cultura científica e, assim, a construção de um *habitus* do profissional da ciência, inclusive manifestando as particularidades e universalidades dos cientistas pernambucanos. Esse campo é constituído por lutas e conflitos entre os agentes na constante busca pela autoridade científica, distinção e melhor posicionamento no próprio campo. Nessas circunstâncias, a FACEPE é compreendida como um microcosmo do campo científico, uma vez que oferta recursos financeiros e simbólicos, sem deixar de produzir e reproduzir a lógica da comunidade acadêmica. Nesse contexto, a pesquisa se respalda na teoria de Pierre Bourdieu, no que se refere à noção de campo científico e *habitus*. Os procedimentos de pesquisa incluíram entrevistas e aplicação de questionários, bem como fontes documentais e bibliográficas. O período de análise focalizou o ano de 1989, ano de criação da Fundação, até 2011. Como resultados, é possível destacar que, nas ações desta Fundação há uma reprodução do sentido do campo científico, tais como: a ocupação dos cargos de gestão (presidência e diretoria científica) e operativos (conselho e câmara). Estes são espaços caracterizados pela autoridade e competência acadêmica, reconhecimento dos pares, distinção e acúmulo de capitais simbólicos (científico, escolar, sociais, etc.), encarnado, em larga medida, no Currículo Lattes. Uma das manifestações disso são os editais, visto que os mesmos, também, obedecem às regras estabelecidas no campo, uma vez que, os capitais simbólicos do agente (seu Currículo Lattes) tem grande peso no momento da avaliação do mérito do projeto. Neste sentido, outro aspecto identificado a partir da análise dos dados é que há uma reprodução da ordem estabelecida no seio da própria comunidade científica pernambucana, tanto por parte dos agentes já consagrados (de determinados pesquisadores em relação a outros) ante aos mais jovens e/ou “recém-chegados” ao campo, quanto no que diz respeito a determinadas áreas sobre outras, como é o caso das ciências naturais e exatas frente à área das humanas. Tais elementos revelam as características do campo científico e de seu próprio *habitus*.

Palavras-chave: FACEPE; Ciência e tecnologia; Campo científico; *Habitus*; Comunidade científica.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to understand and analyze the Foundation for Science and Technology of the State of Pernambuco (FACEPE), its practices (management and operation procedures) and the relationship with stakeholders (researchers). It starts with the hypothesis that the practices used by the Foundation are strongly related to the experience and knowledge accumulated in the scientific field, throughout history. This accumulation has led to the formation of a scientific culture and thus the construction of an habitus of the science professional, including expressing the particularity and universality of scientists from Pernambuco. This field consists of struggles and conflicts between actors involved in the constant pursuit of scientific authority, distinction and a better positioning in the field itself. Under these circumstances, FACEPE is understood as a microcosm of the scientific field, since it supplies symbolic and economic resources, while producing and reproducing the logic of the academic community. In this context, the research supports the theory of Pierre Bourdieu, as regards the notion of scientific field and habitus. The research procedures included interviews and form applications, as well as documentary and bibliographic sources. The period of analysis focused on 1989, year of creation of the Foundation, until 2011. As a result, it is possible to highlight that the actions of the Foundation are a reproduction of the sense of the scientific field, such as the occupation of management positions (its president and scientific director) and operating (its council and chamber). These are areas characterized by authority and academic competence, peer recognition, distinction and accumulation of symbolic capital (scientific, educational, social, etc.), embodied largely in Curriculum Lattes platform. One of the manifestations of these are the edicts, since they also obey the rules established in the field, since the symbolic capital of the agent (the Curriculum Lattes) has great importance when assessing the merit of the project. Plus, another aspect identified from the data analysis is that there is a reproduction of the established order within the scientific community of Pernambuco, both by agents already present (certain researchers in relation to others) compared to younger and/or "newcomers" to the field, and with regard to certain areas instead of others, such as the natural and exact sciences facing the field of humanities. These elements show the characteristics of science and of their own habitus.

Keywords: FACEPE; Science and technology; Scientific field; Habitus; Scientific community.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Pessoas entrevistadas por área e instituição	27
Quadro 02 - Pesquisadores que responderam o questionário por área e instituição	28
Quadro 03 - Instituições de ensino e pesquisa em Pernambuco	50
Quadro 04 - Composição do Conselho Superior da FACEPE.....	81
Quadro 05 - Presidentes da FACEPE entre os anos de 1990 a 2011.....	85
Quadro 06 - Diretores científicos da FACEPE entre os anos de 1990 a 2011	87
Quadro 07 - Perfil da câmara de assessoramento e avaliação da FACEPE	91
Quadro 08 - Perfil dos membros da câmara da FACEPE - formação pós-graduada.....	93
Quadro 09 - Número de doutores - região nordeste (2000-2010).....	102
Quadro 10 - Recursos financeiros do governo de Pernambuco para a FACEPE.....	104
Quadro 11 - 1º edital DCR/2003 distribuição por área do conhecimento.....	129
Quadro 12 - Bolsas de pós-graduação da FACEPE - mestrado e doutorado	136
Quadro 13 - Total de cursos de pós-graduação em Pernambuco – início de 2012	139
Quadro 14 - Investimentos FACEPE em bolsas e auxílios (2000 a 2010).....	141
Quadro 15 - Edital APQ FACEPE /2008 distribuição por área do conhecimento.....	152
Quadro 16 - PRONEX - FACEPE /CNPq (2003 a 2008)	154
Quadro 17 - Programa Primeiros Projetos (PPP) FACEPE /CNPq (2003 a 2008).....	157

LISTA DE SIGLAS

ABC	Academia Brasileira de Ciência
APC	Academia Pernambucana de Ciência
APL	Arranjos Produtivos Locais
APQ	Auxílio a Projeto de Pesquisa
BIA	Bolsa de Incentivo Acadêmico
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BPQ	Bolsa de Produtividade em Pesquisa
C&T	Ciência e Tecnologia
C&T&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
CAA	Centro Acadêmico do Agreste
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAV	Centro Acadêmico de Vitória
CELPE	Companhia Energética de Pernambuco
CESAR	Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONDEPE	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco
CONFAP	Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
CPqAM	Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães
DCR	Desenvolvimento Científico Regional
ESAMV	Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária
EUA	Estados Unidos da América
FACEPE	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco
FBV	Faculdade Boa Viagem
FAP	Fundação de Apoio à Pesquisa
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FFPNM	Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata
FFPP	Faculdade de Formação de Professores de Petrolina

FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ	Fundação Osvaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPS	Faculdade Pernambucana de Saúde
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
HEMOPE	Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
IJNPS	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social
IMIP	Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira
INOVA	Programa de Apoio à Pesquisa de Inovação Tecnológica Associada às Cadeias Produtivas Estratégicas de Pernambuco
IPA	Instituto de Pesquisas Agronômicas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITEP	Instituto Tecnológico de Pernambuco
LAFEPE	Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco
MCCT-PE	Manifesto da Comunidade Científica e Tecnológica do Estado de Pernambuco
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento dos Sem-Terra
NESC	Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva
PAPPE	Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas
PFL	Partido da Frente Liberal
PIBIC	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
PIBIC-Jr	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica Júnior
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNPG	Plano Nacional da Pós-Graduação
PPP	Programa Primeiros Projetos
PPSUS	Programa de Pesquisa para o SUS

PRONEX	Programa
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PUBLIC	Programa de Ciência e Tecnologia nas Políticas Públicas do Estado de Pernambuco
RENE	Representação Regional do MCT no Nordeste
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SECTMA	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado
SES	Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco
SUS	Sistema Único de Saúde
UAG	Unidade Acadêmica de Garanhuns
UAST	Unidade Acadêmica de Serra Talhada
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UGP PROMATA	Unidade de Gestão do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata Pernambucana
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UPE	Universidade de Pernambuco
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
RESUMO.....	10
ABSTRACT.....	11
LISTA DE QUADROS	12
LISTA DE SIGLAS	13
INTRODUÇÃO	17
1. As questões e o foco da pesquisa	17
2. Justificativa	25
3. Procedimento metodológico	26
4. Apresentação da dissertação.....	29
PRIMEIRA PARTE	32
CAPÍTULO 1	33
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA E DO HABITUS CIENTÍFICO	33
1. A Legitimidade do Conhecimento Científico	34
2. A institucionalização do campo científico em Pernambuco	46
CAPÍTULO 2	65
A FACEPE E A REPRODUÇÃO DO HABITUS CIENTÍFICO EM PERNAMBUCO	65
1. A Institucionalização do Fomento à Pesquisa no Brasil: breve histórico	65
2. Institucionalização do Fomento à Pesquisa em Pernambuco: a FACEPE.....	71
3. A estrutura de funcionamento da FACEPE	79
4. Campo Científico e Campo Político.....	98
SEGUNDA PARTE	113
CAPÍTULO 3	114
O FOMENTO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA FACEPE: EDITAIS E PROGRAMAS	114
1. O papel da FACEPE	115
2. Editais e programas de 1990 a 2007	118
3. As Chamadas Públicas: o caso do Programa DCR, Bolsas BIA e de Pós-Graduação	128
CAPÍTULO 4	143
AS REGRAS DOS EDITAIS, AS REGRAS DO CAMPO CIENTÍFICO	143
1. Os Editais de 2008	144
2. A disputa por recursos financeiros e capitais simbólicos	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
FONTES.....	190
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	195
ANEXOSANEXO 1.....	200
ANEXO 2	207

INTRODUÇÃO

1. As questões e o foco da pesquisa

O interesse em estudar uma agência de fomento à pesquisa científica e tecnológica, bem como sua estrutura de poder (sua forma de gestão), surgiu pelo fato de perceber em seu interior questões instigantes e ricas para uma abordagem sociológica, ou seja, as diversas formas de relações sociais construídas entre os agentes que compõem o espaço social e institucional – pesquisadores(as) - e suas práticas de inserção, disputas, exclusões e manutenção de autoridade no âmbito da Ciência e Tecnologia (C&T)¹.

Para maior esclarecimento, o órgão de fomento à pesquisa acima mencionado é a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), que é o campo e objeto de pesquisa do presente estudo. Assim, este se encontra focado no pesquisador, que é o agente central e capaz de produzir o conhecimento através da investigação acadêmica e científica; na pesquisa, processo da descoberta e de análise e que precisa de um ambiente e condições necessárias para seu desenvolvimento; e, por fim, no fomento, sem o qual, dificilmente, o desenvolvimento de uma pesquisa torna-se possível. São questões, portanto, indissociáveis (o pesquisador, a pesquisa e o fomento) e insuprimíveis, e que são, aqui, separados apenas para fins analíticos.

Mas, se tudo isso ainda pode parecer amplo e, assim, pouco explicativo, é preciso fazer outro recorte, no intuito de conferir maior precisão ao foco da pesquisa. Nesse sentido, é necessário formular a seguinte assertiva: pesquisador e pesquisa ligam-se a instituições e recursos, que, para o presente estudo, traduz-se como institucionalização do fomento à pesquisa. Então, o que isso pode significar? Para que todo pesquisador possa executar seus projetos, ele precisa de uma estrutura mínima ofertada – como é a maioria dos casos no Brasil - pelo poder público, através de instituições (de ensino, pesquisa e/ou extensão), bem como, principalmente, pelas agências federais de fomento (CNPq, especialmente) e fundações estaduais de apoio à pesquisa (as FAP's), que financiam e buscam propiciar

¹ Trabalhei na FACEPE durante uma década (2000 a 2010) e pude vivenciar e ver essa realidade cotidianamente.

ambientes e condições (o fomento) mais adequadas para o fazer da pesquisa e, assim, o fazer-se pesquisador.

Todavia, atualmente, para que isso aconteça (o financiamento da pesquisa), o(a) pesquisador(a) deve atender as exigências² e deter um conjunto de atributos, correspondente à titulação, para ser contemplado pelas agências de fomento (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq -, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES -, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP -, por exemplo), de modo geral.

Sendo assim, o apoio às pesquisas significa também reconhecimento e distinção que alguns agentes acumularam ao longo de sua trajetória profissional. Em grande medida, as próprias agências de fomento são expressões e microcosmos do campo científico, da própria comunidade científica, seja no que diz respeito ao capital simbólico³ que um pesquisador deve ter para receber financiamento, seja no que concerne às ocupações de funções nas gestões das próprias agências onde muitas são determinadas pela distinção que alguns pesquisadores adquiriram/conquistaram em sua vida acadêmica.

Segundo Pierre Bourdieu:

A estrutura do campo científico é sempre definida pelo estado da relação de forças entre os protagonistas das disputas, ou seja, pela estrutura da distribuição do capital específico (nas suas diferentes espécies) que puderam acumular ao longo das lutas anteriores. É esta estrutura que atribui a cada investigador, em função da posição que nela ocupa, as suas estratégias e tomadas de posições científicas, e as hipóteses objectivas de êxito que lhes são prometidas. Estas tomadas de posição são o produto da relação entre a posição no campo e as disposições (o habitus) do seu ocupante (BOURDIEU, 2008, p. 84).

Nesse contexto, o objetivo da pesquisa é analisar em que medida a FACEPE é um lugar de conflitos e disputas por distinções e recursos financeiros entre cientistas. Isso porque, ser contemplado com esses recursos, tanto é resultado, quanto uma forma de

² Ter, no mínimo, doutorado.

³ Para Bourdieu, “capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhe um valor. (Um exemplo: a honra nas sociedades mediterrâneas é uma forma típica de capital simbólico que só existe pela reputação, isto é, pela representação que os outros fazem dela, na medida em que compartilham um conjunto de crenças apropriadas a fazer com que percebam e apreciem certas propriedades e certas condutas como honrosas ou desonrosas.)” (Bourdieu, 2008, p.107). Pode ser compreendido inicialmente pela abordagem da economia, entretanto reportando o termo é possível fazer uma analogia: “se acumula por meio do investimento, transmite-se pela herança, permite extrair lucros segundo a oportunidade que seu detentor tiver de operar as aplicações mais rentáveis” (BONNEWITZ, 2005, p.53). Dessa analogia pode-se gerar diversos capitais entre eles relacionados: econômico, cultural, social.

acúmulo na atividade científica, fato que rende e/ou explicita posições de destaque no universo da academia. Sob esta perspectiva, a presente dissertação propõe-se a investigar o papel que a FACEPE exerce na comunidade científica em Pernambuco e vice-versa, bem como a forma de atuação da referida FAP, considerando suas estruturas de poder (gestão) - interna e externa⁴ - isto é, as ações dos agentes aí envolvidos e suas práticas, o seu habitus no (e que faz o) campo científico pernambucano.

Diante disso, as questões que norteiam e serão respondidas na presente dissertação são:

Em que medida o habitus dos agentes no campo científico é reproduzido nas ações da FACEPE? Qual o papel da FACEPE frente às regras estabelecidas pelo campo científico? Ela as condiciona ou é condicionado por elas? De que forma a política de fomento desenvolvida pela FACEPE contribui para o fazer da ciência e fazer-se cientista (habitus) em Pernambuco? Em que medida a FACEPE vem sendo um campo de luta concorrencial e busca pelo monopólio da autoridade científica em Pernambuco, especialmente a partir do acesso a recursos públicos por parte dos(as) pesquisadores(as) e pelo reconhecimento dos pares e de determinadas áreas de saber? Como se deu a institucionalização do campo científico local e como isso se desdobrou na criação da FACEPE?

Diante dessas questões mais gerais, pode-se extrair alguns pressupostos que são desdobramentos delas:

a) considerando que a FACEPE reproduz o habitus do campo científico através de sua atuação, ela pode, portanto, ser um campo de lutas, pela busca ou manutenção da autoridade científica. Dessa forma, as ações da FACEPE devem ser conciliadas entre atender às regras do campo, o nomos, e conhecer as necessidades específicas locais do estado de Pernambuco e, fundamentalmente, da sua comunidade científica.

b) sob esta perspectiva, a política científica desempenhada pela FACEPE ao conhecer as necessidades locais, consegue reproduzir as regras do campo na medida em que estimula as disputas por recursos financeiros e simbólicos entre os agentes, que buscam mecanismos para se destacar no campo.

⁴ Interno: diz respeito aos cargos voltados para a gestão. Externo: refere-se aos pesquisadores que recorrem e/ou disputam os recursos da FACEPE.

Resultante das questões elencadas acima, objetiva-se compreender o problema da pesquisa utilizando inicialmente duas categorias analíticas:

1) A noção de *habitus*, a saber, esta categoria é compreendida na presente pesquisa como a reprodução das práticas incorporadas pelos agente quanto ao modo de fazer-se cientista, do saber-fazer da ciência, apreendido através de experiências anteriores. Essa questão pode ser considerada, também, como uma cultura científica, um modo de ser e agir, um *ethos*⁵, uma certa máxima que orienta as práticas sociais dos agentes no (e do) campo científico. Sob o ponto de vista bourdiesiano, “o campo científico é, tal como outros campos, o lugar de lógicas práticas, mas com a diferença de que o *habitus* científico ser uma teoria realizada, incorporada” (BOURDIEU, 2008, p.62, grifo do autor). Em outras palavras utilizadas por Bourdieu (1996, p.144, grifo do autor), é possível entender *habitus* como “um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo”.

2) A noção de campo⁶, mais especificamente de campo científico, é incorporada neste estudo seguindo, também, uma abordagem bourdiesiana. Sendo assim, campo científico é definido como “[...] um campo de forças dotado de uma estrutura e também um espaço de conflitos pela manutenção ou transformação desse campo de forças” (BOURDIEU, 2008, p. 52). Ao focar as dinâmicas e relações dos agentes com a FACEPE de acordo com a categoria campo científico, essa instituição é analisada, na qualidade de um espaço concorrencial entre pesquisadores(as), que se traduz na busca e/ou na manutenção da autoridade científica, produção ou reprodução de suas posições de prestígio no campo, além do reconhecimento de seus pares concorrentes. Vale acrescentar que nesta pesquisa “falar de campo, significa romper com a ideia de que os cientistas formam um grupo unificado ou até

⁵ Na presente dissertação, a ideia de *ethos*, baseia-se em Max Weber (2004) e se aproxima da noção de *habitus*, cultura científica, o fazer da ciência e o fazer-se cientista. *Ethos* é uma sistematização da conduta de vida baseada numa ética, em normas, que atuam como a máxima orientadora de vida presente na ação social dos sujeitos/indivíduos.

⁶ Ao analisar as noções de Bourdieu acerca do campo, Renato Ortiz escreveu: “O campo é o lócus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores, entre interesses específicos pertinentes à área em questão. Por exemplo, o campo da ciência define-se pelo embate em torno da autoridade científica; campo da arte, pela disputa sobre a legitimidade dos objetos artísticos. Dentro desta perspectiva, resolve-se o problema da adequação entre a ação subjetiva e objetividade da sociedade, pois todo ator age no interior de um território socialmente dado. A prática, conjugação do *habitus* e da situação, ocorre desta forma no seio de um espaço que transcende as relações intersubjetivas dos atores. A eficácia da ação encontra-se assim prefigurada, o que implica dizer que somente são realizadas as ações que podem realmente se efetivar” (ORTIZ, 2002, p. 162.)

homogêneo” (Idem, p.67). Isto é, “o que se observa são conflitos, por vezes ferozes, e competições no interior das estruturas de domínio” (idem, p.68).

Outra categoria presente em diversos momentos é a de comunidade científica⁷, aqui entendida como um conjunto de cientistas/pesquisadores e suas relações institucionais e profissionais. Nesse sentido, busca-se aproximar a noção de comunidade à de coletividade científica, definida por Maíra Baumgarten (2008 p. 53) sob o seguinte aspecto: “[...] enquanto locus de interação entre pesquisadores (incluindo a concorrência e o conflito) e das diversas inter-relações sociais envolvidas na produção da ciência e tecnologia”.

Logo, vale salientar que as categorias acima destacadas alimentam-se, complementam-se e dão sentido umas às outras, permitindo visualizá-las nos depoimentos dos(as) entrevistados(as), na própria história de criação da FACEPE, visto que desde sua origem a citada FAP já se caracterizava pelas lutas travadas pela comunidade científica local.

Por fim, cabe ressaltar um aspecto também valioso. É claro que a relação com as políticas públicas é mencionada, porém esse não foi o caminho central do presente estudo, fato que demandaria a incorporação de outros enfoques muito mais gerais (projetos de desenvolvimento; ideologias dos partidos que governam e governaram o estado de Pernambuco; e as relações entre o campo científico e outros campos – econômico e político -, ao longo de mais de duas décadas de existência da FACEPE) e aprofundados, o que necessitaria de outros encaminhamentos teórico-metodológicos.

Portanto, no caso desta dissertação, o enfoque deu-se sobre a força e a estrutura do campo científico pernambucano em si mesmo, seu habitus, e como isso se apresentou no cotidiano, na gestão da FACEPE, que foi vista como uma expressão relevante do cenário de lutas, de concorrências, de distinções, da própria comunidade científica pernambucana. Para tanto, foram focalizados seus principais agentes (os pesquisadores) e suas lutas concorrenciais dentro da FACEPE e como elas também se apresentam na gestão (na ocupação da câmara, da diretoria científica e da presidência da instituição) e em suas

⁷ Segundo Bourdieu (2008, p. 28-29), quem elaborou a ideia de “Comunidade Científica” foi Thomas Kuhn “ao enunciar que os cientistas formam uma comunidade fechada cuja investigação assenta num leque bem definido de problemas e que utilizam métodos adaptados a esse trabalho: as ações dos cientistas nas ciências avançadas são determinadas por um “paradigma” ou “matriz disciplinar”, ou seja, um estado da realização científica que é aceite por uma fração importante dos cientistas e que tende a impor-se a todos os outros.

políticas por meio de editais, por exemplo. Devido a isso, optou-se por entrevistar e aplicar questionários⁸ com os cientistas que vivenciaram (e vivenciam) o cotidiano da FACEPE.

Por isso, ver a FACEPE como um microcosmo da força do campo científico pernambucano é uma das razões deste estudo.

Tal decisão explícita, sem dúvida, que fazer pesquisa é fazer escolhas, cabendo ao estudioso, também, nesse processo, revelar a importância da sua opção e o modo como constrói seu objeto de pesquisa, o empenho conceitual para lapidá-lo no ato, inclusive, deixar-se influenciar pelas dinâmicas postas pelas questões empíricas, o que é considerado por Wright Mills (1975) um ofício artesanal, um exercício necessário para a imaginação sociológica do cientista social.

Assim, cabe adicionar que as categorias que dão suporte à análise não são tomadas como entes inquestionáveis, mas sim como passos importantes estabelecidos a partir dos diálogos com a realidade estudada, e que, devido a isso, são provocadas constantemente pelo universo empírico existente na FACEPE, confirmando-os ou não. Nesse sentido, conforme frisou Becker (2007, p. 167), “[...] os conceitos são generalizações empíricas que cabe testar e refinar com base nos resultados empíricos da pesquisa – isto é, no conhecimento do mundo”. Além disso, é interessante evidenciar que, conforme as ideias apontadas pelo autor, o conceito nunca é a realidade. Por isso, ele será sempre questionado, por ser uma aproximação da realidade e nunca a própria realidade em si. Isso corresponde também ao que Weber já havia escrito tempos atrás sobre os tipos-ideais (WEBER, 2001). Ou seja, parte-se da perspectiva que todo “empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica” (BOURDIEU, 1996, p. 15), no caso desta pesquisa, a FACEPE.

A FACEPE, na qualidade de instituição pública, é vista e entendida de acordo com as condições concretas que caracterizam sua condição de órgão de fomento (editais, financiamentos, posições em cargos de dirigentes), pelas singularidades do campo científico – em especial de Pernambuco - e pela opção analítica assumida por este estudo dissertativo, a saber, a FACEPE é compreendida como “campo científico, enquanto lugar de luta política

⁸ A utilização de entrevistas e questionários será justificada nos procedimentos metodológicos.

pela dominação científica, que designa a cada pesquisador, em função da posição que ele ocupa” (BOURDIEU, 1983, p. 126) no aludido campo.

Nesse universo, ao jogar um peso decisivo sobre o campo, sobre as condições de cada agente dentro da comunidade científica, é que “[...] as listas de publicação são os principais indicadores das posições estratégicas ocupadas por um pesquisador” (LATOURETTE, 1997, p. 238), onde sua produção científica, seu acúmulo de capitais simbólicos ou não contido em seu currículo, bem como sua capacidade de reconversão de capitais em outros, revelará sua habilitação na disputa, inclusive dentro da FACEPE (participar das Câmaras e da Diretoria Científica, por exemplo) e/ou no acesso aos recursos que ela disponibiliza, por meio de seus editais e sua demanda espontânea.

É dessa maneira que o(a) pesquisador(a) precisa estar munido(a) destes atributos para ingressar no jogo das disputas por recursos financeiros, por posições, por espaço em seu campo de atuação, firmando parcerias, construindo/constituindo redes de relações, participando de grupos de pesquisas, publicando em revistas qualificadas em âmbito nacional e internacional, vinculando-se a programas de pós-graduação, participando em comissões científicas diversas, etc. Mas, para que isso se concretize é preciso que o agente tenha “o sentido do jogo”, é necessário “ter o jogo na pele” e “perceber no estado prático o futuro do jogo; é ter senso histórico do jogo” (BOURDIEU, 2008, p. 144). Isso significa que o(a) pesquisador(a) conhece as regras estabelecidas no campo, em sua linha de atuação e por isso busca estratégias de inserção e permanência em seus espaços sociais e desenvolve suas habilidades no jogo das disputas. As regras estabelecidas no universo da pesquisa são aceitas, na maioria dos casos, os(as) cientistas se valem das mesmas para firmar-se.

Sem dúvida, é nesse cenário de busca ou de afirmação da autoridade científica, que é “[...] uma espécie particular de capital que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo, em certas condições, reconvertido em outras espécies” (BOURDIEU, 1983, p.130) de capitais, que os pesquisadores desenvolvem suas práticas e/ou já trazem as mesmas internalizadas, de acordo com sua formação, o habitus de ser e fazer-se cientista.

Assim, o Currículo Lattes ocupa papel significativo, visto que ele se encontra relacionado diretamente com a produção científica/acadêmica do(a) pesquisador(a), representando sua capacidade de produzir conhecimento através dos resultados de pesquisa, ou seja, todo investimento na sua qualificação (econômico, social, cultural) realizado em sua

trajetória acadêmica e profissional, objetivamente. O Currículo Lattes acabou, em larga medida, tornando-se a referência que confere maior ou menor legitimidade ao sujeito acadêmico, já que o mesmo corresponde concretamente a: publicação de livros e artigos em revistas e periódicos conceituados; participação em eventos, palestras, comissões, bancas; capacidade de formação de recursos humanos (orientações de graduação, mestrado e doutorado, por exemplo); construção de redes e parcerias com outras instituições e pesquisadores de outras regiões e países; etc. É através de sua atuação no campo (detalhada no em seu currículo acadêmico) que se pode alcançar o reconhecimento a partir de sua condição de pesquisador(a) junto aos seus pares concorrentes.

Estas são as condições que permitem o agente atingir a “autoridade científica”, e que dentro do campo de força que é a FACEPE traduz-se, além disso, no acesso aos recursos financeiros (públicos) disponibilizados por esta instituição (para formação de recursos humanos, criação de laboratórios, financiamento de pesquisas, apoios para participação e organização de eventos, ser contemplado com bolsas, reconhecimentos por meio de convites, prêmios, etc.), que o campo científico tem e/ou permite ter. Dessa maneira, o recebimento de recursos contribui para o melhor posicionamento do agente no campo científico e para a acumulação de capitais simbólicos.

Levando em consideração que a disputa por recursos financeiros e por posição no campo conduz à autoridade científica, isto significa que a FACEPE é um dos espaços por onde passa a competência científica, seu conhecimento e reconhecimento dos pares concorrentes em Pernambuco. Por exemplo, para que pesquisadores e pesquisadoras ocupem posições operativas⁹ - inclusive de gestão na FACEPE – e/ou recebam recursos para seus estudos-pesquisas, devem possuir um capital simbólico no campo científico legitimado pelos pares e pelo Currículo Lattes¹⁰. São esses atributos que possibilitam legitimidade, autoridade e concorrência no campo científico, onde a FACEPE é um espaço rico de observação e desvelamento das dinâmicas sociais aí existentes.

⁹ A exemplo da Câmara de Assessoramento e Avaliação.

¹⁰ Baseado em informações do site do CNPq, o Currículo Lattes é um banco de dados no qual estão registradas as informações profissionais de cientistas, professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação, etc. que atuam, de modo geral no Brasil. Dentre as informações registradas no Currículo Lattes encontramos: formação educacional, publicações, atividades exercidas, vínculos institucionais atuais e passados, participações em congressos e eventos, bolsas e financiamentos obtidos etc. Podendo ser acessado através da Plataforma Lattes do CNPq (www.cnpq.br).

2. *Justificativa*

Mas quais os motivos que nos levaram focalizar a FACEPE?

A escolha pela FACEPE justifica-se por quatro (4) características importantes: por ser o primeiro órgão de fomento estadual de C&T no Nordeste; pela sua continuidade ininterrupta ao longo de 20 anos desde a sua criação em 1990, fato que a distingue de outras agências estaduais na mesma região¹¹; pela vivência que a pesquisadora teve ao longo de dez (10) anos de trabalho na FACEPE (2000 a 2010); e, principalmente, porque revela algo muito peculiar em Pernambuco: uma forte e reconhecida comunidade científica, que pode ser exemplificada pela presença de várias e históricas instituições de ensino superior e de pesquisa no estado (UFPE, FUNDAJ, UPE, UFRPE, entre outras)¹².

Outro fator predominante na escolha do tema deveu-se aos escassos e insuficientes trabalhos sobre as fundações (agências estaduais de C&T) denominadas de Fundações de Apoio à Pesquisa (FAP), no âmbito das Ciências Sociais no Brasil. Vale destacar que no caso da FACEPE há três (3) pesquisas que são as de NOGUEIRA (2004); CABRAL (2004) e ALMEIDA (2005). Essas pesquisas vinculam-se às áreas de administração, gestão de política pública e história, respectivamente, e não abordam a relação dos cientistas com a instituição e desta com aqueles. Sobre as agências estaduais de C&T, especificamente, há trabalhos relevantes sobre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) na área de História (MOTOYAMA, 1999; HAMBURGER, 2002). De modo geral, a questão da C&T contou com ricas colaborações, encontrando lugar nas Ciências Humanas (TRIGUEIRO, 2009; SCHAWARTZMAN, 2001; MORAIS, 1997; BAIARDI, 1996; ZARUR, 1994.), mas sem frisar as fundações estaduais de C&T. Tudo isso se somou de forma expressiva para a nossa escolha.

¹¹ A Fundação de Amparo à Pesquisa de Sergipe (FAP-SE), por exemplo, já teve suas atividades paralisadas por três anos, funcionou desde a sua criação (1999) até 2003. Após esse período, foi transformada em um departamento do Instituto Tecnológico e de Pesquisa de Sergipe (ITPS), perdendo suas características iniciais: fomentar a pesquisa e inovação, divulgando e transferindo o conhecimento em C&T, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável do Estado. Em 2007 a FAP-SE transformou-se na FAPITEC-SE (Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe), por iniciativa do atual governador (Marcelo Deda) (SANTOS, 2009). Disponível em <http://www.ufs.br/?pg=artigo&id=126> – acesso em 14/05/2011.

¹² É válido destacar no fim da segunda metade do século XIX o país inicia o processo de institucionalização do ensino superior, ou seja, a formação do campo acadêmico/intelectual, fortemente ligado ao campo científico, com a criação de diversas instituições. Em Pernambuco temos o exemplo da Faculdade de Direito do Recife, datada de 1827 (hoje integra a UFPE), no mesmo ano de criação da Faculdade de Direito de São Paulo (SOUZA, 2001). Essas são as primeiras instituições de ensino superior surgidas no País, fato que revelaria a presença de uma comunidade científica institucionalizada em Pernambuco com quase dois séculos de existência. Ademais, em 1912 surge a Universidade Federal Rural de Pernambuco; IPA - Instituto de Pesquisas Agronômicas criado em 1935; ITEP - Instituto Tecnológico de Pernambuco, de 1942; UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, de 1946; FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco em 1949, para ficarmos somente nessas. Essas questões serão debatidas no capítulo 1 da presente pesquisa.

3. *Procedimento metodológico*

Conforme dito anteriormente, a FACEPE é, nesta pesquisa, tanto o objeto de análise quanto o campo empírico, pelo fato de que se aproxima e se respalda na relação estabelecida entre campo e objeto, segundo as ideias de Stéphane Beaud e Florence Weber (2007, p. 37) quando afirmou que “o campo e o objeto empírico são inseparáveis, isto é, não há bom objeto (de pesquisa) sem ‘bom campo’ nem bom campo sem ‘bom objeto’”. Sob essa perspectiva, os autores ainda fizeram a seguinte afirmativa: “o objeto faz o campo (a questão permite ler o lugar e ambiente de interconhecimento como significativo) e o campo faz o objeto (a pesquisa permite descobrir boas questões)”.

Assim, no sentido de melhor analisar a realidade da referida FAP, ao considerar suas dinâmicas, inclusive de poder, e, especialmente, como lugar de disputas e conflitos por recursos simbólicos e financeiros entre os agentes que recorrem à agência, além de analisar o papel que a Fundação exerce perante à comunidade científica em Pernambuco ao longo de pouco mais de duas décadas de atuação (1990-2011), o presente estudo, de natureza qualitativa, alicerçou-se nos seguintes procedimentos de campo:

(a) realização de entrevistas semi-estruturadas¹³ e aplicação de questionários¹⁴ com acadêmicos(as) que participaram ativamente do processo de criação e gestão (ontem e hoje) da FACEPE, verificando e analisando, de acordo com o material coletado, as questões relativas ao campo científico, para dar conta das dinâmicas da Instituição com a comunidade científica e desta com aquela. As entrevistas semi-estruturadas foram utilizadas nesta pesquisa a partir dos seguintes critérios: entre as pessoas que desenvolveram atividades de gestão e funções operativas (câmara) e vivenciaram a história da Fundação. Os depoimentos serviram para compreender todo processo de articulação e intervenção da comunidade científica para a criação da Fundação, além de mostrar as disputas entre as áreas

¹³ Segundo Quivy (2008, p. 192-193), na entrevista semi-estruturada ou semi-dirigida “[...] o investigador dispõe de perguntas-guias, relativamente abertas,” com a finalidade de obter informações a partir dos depoimentos do(a) pesquisado.

¹⁴ De acordo com Quivy (Idem, p.188) a utilização de questionários: consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou questões humanas e sociais, às expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores. A partir dessa função mais geral atribuída ao questionário, o autor registrou a seguinte definição e que interessa a esta pesquisa: “[...] o inquérito por questionário de perspectiva sociológica distingue-se da simples sondagem de opinião pelo facto de visar a verificação de hipóteses teóricas e a análise das correlações que essas hipóteses sugerem (Ibidem, 2008, p. 188).

do conhecimento e os cientistas, seja para concorrer aos recursos financeiros, seja para alcançar posições dentro e fora da instituição.

Já os questionários foram aplicados aos membros da Câmara, pela seguinte razão: são pesquisadores(as) que conhecem e atuam na execução das políticas e são parte integrante da comunidade. Ou seja, colaboram com as políticas, apontam direções e prioridades na distribuição de recursos entre as áreas e também foram ou são usuários da Fundação.

Assim, os depoimentos dos(as) atuais e ex-integrantes da Câmara de Assessoramento e Avaliação; do presidente e ex-presidentes¹⁵; atual e ex-diretores científicos foram valiosos para compreender as formas de gestão e posições assumidas na estrutura da instituição pelos pesquisadores nas referidas décadas, bem como as formas de acesso da comunidade científica aos recursos disponibilizados pela instituição, as disputas aí existentes, concorrências, busca por reconhecimento, reprodução de poder. Para tanto, realizou-se doze (12) entrevistas com pessoas ligadas à gestão da FACEPE, a saber, atuais membros e ex-membros da Câmara de Assessoramento e Avaliação; o atual presidente e um ex-presidente; o atual diretor científico e ex-diretores científicos.

Quadro 01 – PESSOAS ENTREVISTADAS POR ÁREA DE CONHECIMENTO E INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E/OU EXTENSÃO EM PERNAMBUCO		
Nome	Área	Instituição
André Furtado	Biológicas	CPqAM/FIOCRUZ
Arnóbio Gama	Química	UFPE/FACEPE
Diogo Simões	Bioquímica	UFPE/FACEPE
Fátima Cabral	Políticas Públicas	FACEPE
Fátima Santos	Psicologia	UFPE
Ivon Fittipaldi	Física	RENE/MCT
Joaquim Evêncio Neto	Medicina Veterinária	UFRPE
José Carlos Wanderley	Sociologia	UFPE
Paulo Henrique Martins	Sociologia	UFPE
Rosângela Lessa	Engenharia de Pesca	UFRPE
Sérgio Rezende	Física	UFPE
Fonte: Pesquisa direta para esta dissertação (de maio de 2011 a janeiro de 2012).		

¹⁵ No que se refere aos depoimentos dos ex-presidentes, Lúcia Melo e José Carlos Cavalcanti, foram utilizadas as entrevistas que constam no livro memorial "FACEPE 15 Anos".

Além das entrevistas, foram aplicados treze (13) questionários com os membros da comunidade científica, de diversas áreas do conhecimento, que estavam atuando como assessores da Câmara (mandato de 2009-2011), que é composta por vinte e quatro (24) pessoas.

Quadro 02 - PESQUISADORES/PROFESSORES QUE RESPONDERAM O QUESTIONÁRIO POR ÁREA E INSTITUIÇÃO*		
Área	Área de Atuação na Câmara	Instituição
Ciência e Tecnologia de Alimentos	Agrárias	UFPE
Pesca e Aquicultura	Agrárias	UFRPE
Genética	Biológicas	UFRPE
Engenharia Elétrica	Engenharias	UFPE
Engenharia Química	Engenharias	UFPE
Estatística	Exatas	UFPE
Física	Exatas	UFRPE
Química	Exatas	UFPE
Comunicação Social	Humanas e Sociais Aplicadas	UFPE
Linguística	Humanas e Sociais Aplicadas	UFPE
Serviço Social	Humanas e Sociais Aplicadas	UFPE
Farmácia	Saúde	UFPE
Fisioterapia	Saúde	UFPE
Fonte: Pesquisa direta para esta dissertação (de setembro a outubro de 2011) *Não serão mencionados os nomes dos pesquisados, porque o anonimato foi a condição para a resposta.		

Assim, conseguiu-se respostas de cinquenta e dois (52%) por cento dos integrantes da aludida Câmara, fato que se deu entre setembro e outubro de 2011. Vale destacar que, tanto as entrevistas, quanto os questionários, só foram realizados com aqueles(as) que se colocaram à disposição para respondê-los, após feito contato.

(b) ademais, foram consultados e analisados documentos, editais (estes disponíveis para consulta a partir do ano 2000), convênios de parcerias e relatórios de gestão da própria FACEPE, bem como as atas das reuniões do Conselho Superior. Neste último caso, tentou-se entrevistar os integrantes do mesmo. Contudo, infelizmente, isso não foi possível, em vista da incompatibilidade de agenda e de demais impossibilidades apresentadas pelos seus

componentes à autora dessa pesquisa. Independentemente disso, as atas do Conselho são ricas por apresentar tanto os debates, quanto os resultados das posições tomadas por seus integrantes, sendo, assim, férteis de ricas informações;

(c) foram feitos levantamentos de dados colhidos junto aos jornais, sites, etc., que abordaram o aludido órgão de fomento, bem como livros e artigos sobre C&T em Pernambuco e no Brasil.

Em suma, as fontes de dados consultados para fundamentar todos os capítulos basearam-se na articulação dos referidos procedimentos de campo, com maior ênfase para as entrevistas, questionários, editais e demais documentos oficiais da FACEPE, bem como na pesquisa bibliográfica.

4. Apresentação da dissertação

A presente dissertação está estruturada em duas (2) partes, cada uma com dois (2) capítulos. Adicionada a isso, há a introdução (esta consta, além da metodologia, das questões que orientam a pesquisa) e as considerações finais.

No geral, a Primeira Parte trata da institucionalização do conhecimento científico e do profissional da ciência, do surgimento do habitus do cientista, por meio de um breve histórico. Essas ideias se concentram no capítulo 1. No sentido de complementaridade, o capítulo 2 dessa primeira parte, busca discutir as formas de inserção do profissional da ciência no mundo da pesquisa por meio da institucionalização do fomento à atividade científica no Brasil, no entanto, focando o debate no caso de Pernambuco a partir da FACEPE.

Já a Segunda Parte é composta por outros dois capítulos (o 3º e o 4º). A discussão tem como foco a FACEPE, enquanto um campo de disputas entre agentes e as ações da FACEPE. Neste sentido, é realizada uma análise de sua política de fomento através dos editais, para desenvolvimento de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas. É a partir dessa política que as lutas são travadas entre os agentes (pesquisadores), situação que revela a importância de se discutir a FACEPE enquanto uma instituição que incorpora as regras do campo científico, por meio de suas ações de fomento à pesquisa.

O capítulo 1 é composto dos seguintes aspectos: tem como objetivo discutir o desenvolvimento do habitus do profissional da ciência e os espaços sociais nos quais esse habitus se produz e reproduz através de seus agentes. Isso pode ser traduzido por meio da institucionalização do conhecimento científico, da institucionalização do profissional da ciência e do surgimento das universidades. Para isso foi realizado um breve histórico, o que permite entender como se deu a institucionalização do campo científico no Brasil, dando ênfase em Pernambuco. Como resultado, foi possível discutir sobre a incorporação do habitus científico através das práticas dos agentes.

No capítulo 2 são destacadas as seguintes questões: um panorama sobre a forma institucionalizada de fomento voltado para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (C&T) no Brasil, tendo como exemplo a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), dos órgãos de fomento CAPES, CNPq, FINEP, das Fundações de Apoio à Pesquisa Estaduais (FAP's), com especial atenção conferida à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE)¹⁶. Em relação à FACEPE, debate-se sua estrutura de funcionamento, a partir da sua forma de gestão interna, e como as exigências do campo científico reproduzem-se em sua atuação. Outra questão destacada é a ocupação nas estruturas de poder da Fundação, especificamente nos cargos de gestão (diretor científico e presidente) e para integrar o Conselho Superior e a Câmara de Assessoramento e Avaliação da FACEPE. Dessa forma, discute-se a atuação da Comunidade Científica de Pernambuco e suas contribuições para a criação da FACEPE, bem como a relação desta comunidade - nos dias de hoje - com a Fundação. Nessas circunstâncias, o debate foi respaldado a partir da noção de campo científico, focando com ênfase a FACEPE como um campo de lutas e busca (ou reafirmação) da autoridade e credibilidade por partes dos agentes.

O capítulo 3 enfatiza a política de fomento executada pela FACEPE desde o início de suas atividades, 1990 até 2007, especialmente através de editais. A escolha do período deu-se pela seguinte razão: de 1990 a 1999, a Fundação não teve uma política de fomento expressiva, no que diz respeito aos editais para desenvolvimento de projetos, fato que revelou sua fragilidade e, também, da comunidade científica pernambucana. Quanto ao

¹⁶ Este momento será ilustrado especialmente em Pernambuco e terá como foco principal a criação da FACEPE e o contexto histórico nacional na qual está inserida: a "redemocratização" do país. Esse apanhado remonta a própria história da ciência institucionalizada no país e especialmente em Pernambuco. Destacar as questões que serão respondidas ao longo da dissertação (em todo o processo da pesquisa).

período de 2000 até 2007, a escolha por esse recorte justifica-se pelo seguinte motivo: é o período em que houve um maior volume de editais, que estão disponíveis em seu site, o que permitiu a análise das regras cristalizadas do campo científico manifestadas nas ações da Fundação. O ano de 2007 é bastante emblemático, haja vista a mudança no campo político, que disponibilizou recursos financeiros para construção de política científica no âmbito da Fundação.

E o capítulo 4 tem a finalidade de explorar o volume de editais que se concentrou no ano de 2008, tendo em vista que neste ano foi marcado pela política de fomento da FACEPE, seja pelo número das chamadas públicas, seja pelo caráter inédito das mesmas, sendo uma consequência do ano de 2007. A análise foi baseada na ideia de que tanto a FACEPE quanto os editais são espaços de concorrência, afirmação de autoridade e posicionamento no campo, reprodução de práticas de poder e de distinção. O peso do capital simbólico - medido pelo Currículo Lattes – possibilitou (e possibilita) aos pesquisadores o acesso aos recursos financeiros e simbólicos, bem como lugares nas Câmaras da FACEPE, aspecto que permitiu compreender como se processa a autoridade científica e posições no campo científico pernambucano, através da própria FACEPE como um microcosmo do campo científico local.

Nas considerações finais, são retomados os debates dos capítulos acima destacados, sintetizando os mesmos a partir de suas articulações com as categorias teóricas que fundamentam o trabalho.

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO 1

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA E DO HABITUS CIENTÍFICO

O foco deste capítulo é realizar uma breve abordagem histórica sobre o processo que culminou na institucionalização do conhecimento científico, e como isso se deu, com especial atenção, para o caso do Estado de Pernambuco. Para tanto, apresenta-se, inicialmente, uma síntese histórica sobre a legitimidade adquirida pelo conhecimento científico em comparação ao conhecimento popular (senso comum)¹⁷.

De modo geral, o fundamental é abordar os seguintes aspectos: a) institucionalização do conhecimento científico através da universidade, como lugar no qual se desenvolveu este conhecimento e, portanto, o habitus do profissional da ciência; b) surgimento da universidade no Brasil e em que circunstâncias isso se processou em Pernambuco; e c) como a FACEPE é resultado da institucionalização desse conhecimento, da consequente formação da comunidade científica pernambucana e das exigências demandadas por ela.

Diante dos aspectos destacados acima, objetiva-se compreender e analisar o processo de institucionalização do campo científico a partir de dois movimentos, que se encontram, se produzem e se reproduzem mutuamente numa intensa simbiose: primeiro, a construção de uma cultura científica, isto é, de um habitus, um ethos acadêmico, que se liga à constituição de instituições públicas de ensino e pesquisa e isso repercutiu em Pernambuco, sem as quais não seria possível o fazer-se cientista; segundo, o nascimento e desenvolvimento de um corpus burocrático (universidades e institutos de pesquisa) que só foi possível devido à produção e reprodução de um habitus acadêmico, de um fazer científico, de um ser cientista, de um tipo particular de profissional (o homem da ciência) vinculado ao aparato do Poder Público, à burocracia, à institucionalização.

Dessa forma, as questões acima servem para compreender como esse habitus influencia as práticas dos agentes para a criação da FACEPE.

¹⁷ Bauman; May, (2010) consideram esse conhecimento como “tácito”, no entanto, neste capítulo a ideia é mostrar a diferença entre o conhecimento científico (institucionalizado) e o conhecimento popular (senso comum, como é mais conhecido).

1. A Legitimidade do Conhecimento Científico

Quando se pensa em Ciência e Tecnologia (C&T), o pensamento, de muitos, reporta-se imediatamente para as grandes invenções e/ou acúmulos históricos, resultantes do desenvolvimento do campo da ciência. Desenvolvimento esse que trouxe (e traz) inúmeros benefícios para a sociedade, através da medicina, educação, entretenimento, comércio, informática, internet, telefonia, indústria, agricultura, eletro-eletrônicos, engenharia, entre tantos outros exemplos.

Mas há também aqueles, inclusive no campo acadêmico (MAFESSOLI, 2002; SANTOS, 2007), que associam C&T a um conjunto de promessas não cumpridas e que, portanto, ocupariam o papel de ser, hoje, um dos principais vetores de diversas e profundas crises planetárias (ambientais; do aumento das desigualdades sócio-econômicas entre regiões e classe; do crescimento do desemprego; da ampliação de formas de dominação entre nações e povos; desrespeito ao saber tradicional, por exemplo). As questões mencionadas são ricas e cheias de possibilidade para serem abordadas e exploradas pelo pensamento sociológico, seja pela importância que contêm, seja pela atualidade e amplitude temática. Contudo, não serão esses os aspectos privilegiados na presente análise, mas sim a constituição da legitimidade do saber científico.

De modo geral, para um conjunto valioso de estudiosos (FERNANDES, 1963; FOUREZ, 1995; SANTOS, 1989; 2007), o que caracteriza a ciência moderna é a sua busca pela verdade, pela apreensão do real de modo contínuo e sistemático, a partir de procedimentos metodológicos universais que visem encontrar as leis e/ou processos que regulam o funcionamento e a existência de determinado objeto.

Outra característica destacada é a oposição do saber científico ao senso comum, situação que não é diferente com a Sociologia, pois o saber popular “[...] representa o contraponto necessário em relação ao qual o pensamento sociológico se elabora. Ele é seu pólo negativo, o desafio que se quer permanentemente superar” (ORTIZ, 2002, p. 8). Com isso, o saber sociológico, como qualquer conhecimento científico, objetiva romper, constantemente, com as pré-noções, com as evidências aparentes e particulares, no intuito de melhor desvelar processos e realidades no que ambas têm de geral e particular, subordinando o pensamento “às regras rigorosas do discurso responsável” (BAUMAM; MAY, 2010, p.

21), que se articula a necessidade permanente da dúvida, de ser anti-dogmático e de reelaborar conceitos e teses.

Essa oposição não emerge à-toa, visto que ela permitiu a construção de uma preponderância do saber, no qual o científico tornou-se o pólo privilegiado. Acerca disso Boaventura de Souza Santos (2003, p. 158) ressaltou que “o conhecimento científico produz-se, separando-se dos saberes locais, e é também separado deles que se aplica às práticas onde eles circulam”. Isso nos leva a concluir que o discurso utilizado pela comunidade acadêmica, através do conhecimento científico resultado de suas pesquisas, impõe-se à racionalidade das comunidades que dominam o saber local, ou que pelo menos o saber local precisa de um respaldo do saber científico para que tenha seu valor legitimado.

Segundo Luc Boltanski, a autoridade científica da medicina ganhou força frente ao conhecimento popular, revelando, dentre outras questões, como o conhecimento do médico fez-se a fala e não mais uma das falas sobre as formas de combater as doenças e de cuidar do corpo.

O que distingue essencialmente o usuário da medicina popular de outrora do usuário da medicina familiar de hoje, é que o primeiro, ao inverso do segundo, ignorava as origens científicas das receitas que usava, ignorava até a existência de uma ciência médica legítima e de especialistas como os médicos, únicos detentores daquela ciência (BOLTANSKI, 2004, p. 24)

Assim, o discurso científico é um discurso de autoridade, de poder, de supremacia e, também, de distinção, que se contrapõe ao saber popular, por estabelecer regras que produzem legitimidade sobre os diversos saberes humanos. Todavia, isso não fica somente restrito a essa situação, haja vista que dentro da própria comunidade científica o discurso da autoridade e da distinção estabelece graus diferenciadores entre os agentes, seus pares e áreas, conferindo, inclusive, maior legitimidade a alguns para falar e praticar a ciência em relação a outros cientistas (ciências médicas e exatas em detrimento das ciências sociais, por exemplo).

É relevante mencionar também que a busca pelo discurso de autoridade do saber permite mencionar a relação antagônica entre ciência e religião, embora a história demonstre a forte presença da Igreja na produção do conhecimento científico em épocas passadas, segundo Burke (2003) e Verger (1999). Em conformidade com o pensamento weberiano, o trabalho científico não representa algo indiscutível, o que significa dizer que ele não é um

dogma, mas sim o ponto que permite o surgimento de novas perguntas. Para Weber, teses, conceitos e obras científicas devem ser “ultrapassadas” e “envelhecidas”, visto que “não é possível concluir um trabalho sem esperar, ao mesmo tempo, que outros avancem ainda mais” (WEBER, 1968, p. 29). Por isso, a ciência significa também progresso, um constante fazer-se cientista. O citado sociólogo ainda mencionou que a razão das discordâncias entre ciência e religião reside no fato de que a ciência recusa a subordinação ao domínio religioso, pois os fatos devem ser explicados sem a intervenção de fenômenos sobrenaturais, conforme a aplicação do método científico.

Sem dúvida, essas questões e o modo como o discurso científico se impôs colocou-o num patamar de autoridade e de aceitação no período moderno, que eclipsou, em vários aspectos, a qualidade de dizer e abordar o real perante outros saberes socioculturais. É claro que isso não ocorreu sem tensões e questionamentos, já que o próprio saber científico fez-se incapaz de responder algumas importantes questões societárias ou por não ter a mesma aceitação para algumas populações que os saberes do senso comum e religiosos (SANTOS, 2007; 2009). No entanto, por mais questionamentos e embates que tenha gerado, o saber científico recebeu o status de legitimidade, de verdade, o que resultou, dentre outras coisas, em sua institucionalização por parte do Poder Público, na secularização da própria sociedade.

O que as questões anteriormente discutidas revelam é que o fazer ciência e o fazer-se cientista não deixa de ser uma forma de poder, um poder simbólico, objetivo, um “poder invisível” que é conferido a um agente munido de qualidades para exercê-lo, sendo uma espécie de crédito, de confiança posta neste agente (BOURDIEU, 2004a). Esse poder exercido na prática científica é legitimado por meio de instituições, a exemplo da universidade, e dos cientistas, que tiveram força para se colocar e ser aceitos como portadores do conhecimento. Por essa razão se sobrepõe àqueles conhecimentos considerados populares e religiosos. Para que esse poder (expresso também no discurso científico) se revestisse de legitimidade, muitos foram os interesses e os investimentos, seja por parte das instituições e dos cientistas, seja por parte, principalmente, do Poder Público¹⁸.

¹⁸ De acordo com Amílcar Baiardi (1996), a ideia efetiva de uma política de Estado (implantada nos EUA) voltada para o apoio ao desenvolvimento da ciência e tecnologia é uma característica do século XX, embora o autor tenha frisado que: “Nos séculos XVIII e XIX, ocorreram várias tentativas de governantes de explicitar compromissos de apoio à ciência e tecnologia, seja por meio do discurso,

As universidades ganharam destaque porque se constituíram no espaço no qual o *habitus* científico começou a ser estruturado, a ser institucionalizado, tendo em vista que elas permitiram tanto o exercício da profissão de pesquisador quanto à formação de recursos humanos especializados na ciência.

De maneira geral, o conhecimento científico só pode desenvolver-se ao diferenciar-se de outras áreas sociais, assim como ocorreu com o campo da arte no decorrer da história. Segundo Lukács (1978, p. 160), “sem este processo, jamais se teria concretizado a verdadeira especialização destes campos”, sua autonomia diante de outras esferas da vida, produziu o que se pode chamar de disposições próprias, *habitus*, um espaço de socialização singular de certos agentes.

Bourdieu ressaltou que o *habitus* é “uma estrutura mental que, tendo sido inculcada em todas as mentes socializadas de uma certa maneira, é ao mesmo tempo individual e coletiva (BOURDIEU, 1996, p. 127, grifo do autor). Isso é, na teoria bourdieusiana, o *habitus* é a constituição de uma identidade social e coletiva, a partir das práticas dos agentes.

Sem isso, sem a produção e reprodução de um *habitus* inexistiria o campo científico, com suas regras e processos sociais de identificação, onde estão presentes os agentes, homens e mulheres, da ciência, portadora de uma particular “estrutura mental” individual e coletiva. De fato, “os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas” (Idem, p. 22, grifo do autor) daqueles que vão passar a viver e a dedicar-se ao trabalho científico e, com isso, partilharão dos mesmos valores sociais e práticas pertencentes ao campo acadêmico. Por isso, “o *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (Ibidem, p. 21-22, grifo do autor).

Princípio gerador duravelmente acrescido de improvisações reguladas, o *habitus* como sentido prático opera a reativação do sentido objetivado nas instituições: produto do trabalho de inculcação e apropriação que é necessário para que esses produtos da história coletiva que são as estruturas objetivas consigam se reproduzir sob a forma das disposições duráveis e ajustadas que são a condição de seu funcionamento, o *habitus*, que se constitui ao longo de uma história particular, impondo sua lógica particular à incorporação, e por quem os agentes participam da história objetivada nas

seja por medidas concretas para incluir em orçamentos despesas com pesquisas e pagamentos de profissionais dedicados a este *mister*, e até mediante projetos e programas de apoio à produção do conhecimento” (Idem, p. 178)

instituições é o que permite habitar as instituições, se apropriar delas na prática, e assim mantê-las em atividades, em vida, em vigor, arrancá-las continuamente do estado de letra morta, de língua morta, de fazer reviver o sentido que se encontra depositado, mas impondo-lhes as revisões e as transformações que são a contrapartida e a condição da reativação.

O habitus da ciência e do cientista foi desenvolvendo-se ao longo da história, a partir da institucionalização do conhecimento, especialmente diante do surgimento da universidade. Nesse sentido, Segundo Jaques Verger (1999), foi na Idade Média, em torno do ano de 1200, que as primeiras universidades surgiram. Elas “apareceram em Bolonha, em Paris, em Montpellier, em Oxford nos primeiros anos do século XIII” (Idem, p.81). O surgimento dessas universidades não foi de modo (algum) espontâneo, embora contasse com a ação de mestres e estudantes, “sempre foi sustentada por uma vontade política e isso oportunizou vencer as resistências (principalmente aquelas dos poderes locais, do bispo e de seu chanceler em Paris, da cidade em Bolonha) e oferecer à nova instituição sua legitimidade e seu estatuto jurídico” (Ibidem, p.83). O acesso era restrito uma vez “[...] que as universidades medievais, que eram, além do mais, de importância muito variável, acolheram apenas uma pequena elite de estudantes e conferiram diplomas apenas para uma elite ainda mais restrita de graduados” (op. cit., p.71).

É significativo ressaltar que na referida época¹⁹, no entendimento de Peter Burke (2003, p. 28), professores e alunos das universidades eram, em sua maioria, membros do clero e “[...] muitas vezes membros de ordens religiosas, principalmente dominicanos, que contavam com o mais famoso dos professores medievais, Tomás de Aquino. Pesquisadores acadêmicos do porte de Alberto Magno e Roger Bacon eram frades”. Dessa forma, os professores universitários constituíam-se como um grupo diferenciado e que podia ser “revelado pelo crescente cuidado com os títulos e as vestes acadêmicas” (Idem, p. 31).

Essas características já sinalizaram a constituição de um habitus do pesquisador, ainda que não estivesse plenamente firmado.

¹⁹ Nesse período, a Igreja era uma instituição dominante e por este motivo objetivava, dentre outras coisas, a criação e controle das escolas, e ainda buscava garantir “[...] a conservação e a difusão de um certo número de saberes, sempre resguardando a ortodoxia e se opondo ao desenvolvimento de outros saberes julgados ilegítimos ou perigosos” (VERGER, 1999, p.70). E ainda mais, tratava de garantir as condições favoráveis para a formação de pessoas da elite, consideradas então “[...] instruída e competente, das quais as Igrejas, as cidades ou os príncipes julgavam ter necessidade, fosse diretamente para seus serviços, fosse, ao menos, para um funcionamento harmonioso da sociedade” (Idem, p. 70). De fato, como se percebe, a Igreja detinha o monopólio do saber.

Nesse processo, o século XVI foi decisivo, pois se operou uma verdadeira revolução epistemológica com a consolidação e difusão do método científico. Segundo Carlos Eduardo Sell (2009, p. 20), estudiosos como Francis Bacon, Galileu Galilei e Nicolau Copérnico “buscavam explicar a realidade de forma radicalmente nova. Aprofundando e, ao mesmo tempo, superando o projeto racional da filosofia, eles criaram a base da ciência moderna: o método experimental”. É dessa forma que a filosofia se diferencia da ciência, mesmo sendo ambas “formas racionais de explicar o mundo, somente pode ser considerada ciência aquela forma de conhecimento que busca conduzir sua investigação utilizando-se de testes empíricos para comprovar a veracidade ou falsidade de suas teorias”. Assim, o autor aponta algumas definições sobre ciência por: “1) observação sistemática dos fenômenos; 2) construção de hipóteses; 3) experimentação; 4) generalização dos resultados da investigação (formação de leis ou teorias)” (Idem, p. 20).

Em parte alimentada por essa ruptura, em torno dos anos 1700, é que a carreira de intelectual pode ser seguida, isto é, pôde ser escolhida como uma profissão (seja como professor ou escritor). Momento esse em que houve a possibilidade de ser “membro assalariado de certas organizações dedicadas à acumulação do conhecimento, notadamente as Academias de Ciências fundadas e financiadas em Paris, Berlim, Estocolmo e São Petersburgo” (BURKE, 2003, p. 32), mesmo que ainda fosse necessário buscar outras formas de complementação salarial dada à falta de fundos disponíveis para a atividade. Independentemente dessas dificuldades, Burke (Idem, p. 32) reforça que “considerando ou não esses homens como ‘cientistas’ (termo que só foi cunhado no século XIX), a ascensão desse grupo foi certamente um momento significativo na história dos letrados europeus”²⁰.

Somando-se a isso, outro acontecimento importante deu-se no século XVII²¹. Foi nele que “assistimos o surgimento do instituto de pesquisas, do pesquisador profissional e,

²⁰ Desse breve histórico sobre a institucionalização do conhecimento, o que se percebe é a subordinação da Universidade à Igreja e à elite política e econômica, o que justifica o acesso restrito a mesma. Assim sendo, eram as imposições e vontades dos aludidos sujeitos que prevaleciam. Três séculos antes, em 1451, já existia esse forte poder da Igreja, como já destacamos, haja vista que as atividades dos professores estavam limitadas a reproduzir as posições de autoridades do passado determinadas pelos clérigos, inclusive nas escolhas dos pensadores como base de reflexão do conhecimento acadêmico, a exemplo das obras de Aristóteles, Hipócrates, Tomás de Aquino, dentre outros. Por conta disso, a essência do saber na universidade era, acima de tudo, a transmissão de conhecimentos cristalizados e impostos pela Igreja, a saber, a universidade era sua extensão. Tudo isso, demonstra que o campo científico não tinha se constituído plenamente, por expressar vontades religiosas e/ou interesses das classes dominantes.

²¹ Nesse período, os cientistas, especialmente na França, envolveram-se intensamente com projetos de reforma de ordem econômica, social e política, como fruto de uma aprofunda mudança ocasionada pelos ideais iluministas, o período da razão (Idem, 2003). Isso desaguou em rupturas, inclusive, com o saber religioso. As revoluções burguesa (1789) e industrial (fins do século XVII e início do

de fato, da própria ideia de ‘pesquisa’ (op. cit., p.47). O campo científico iniciou, assim, sua consolidação. Tudo isso foi parte de um movimento mais amplo, que buscava libertar-se da igreja, almejando a construção de um conhecimento objetivo. Começa, assim, a ser tecido um ethos científico, um habitus acadêmico, que passa a existir e a cobrar seu espaço.

Durante fins do século XVIII e, principalmente, no XIX, com a expansão da burocracia estatal, mudanças colocadas pelo sistema capitalista e a cultura liberal, fizeram surgir várias universidades com características laicas (VERGER, op. cit.; BURKE, op. cit.), como espaços de consolidação do campo científico, da comunidade científica, enquanto entes autônomos.

Os séculos XIX, XX e XXI vão colher os frutos dessas agudas mudanças vividas pelo conhecimento científico. Ademais, como ressaltou Lukács (1969), as ciências exatas e da natureza, que produziam saberes técnicos e tecnológicos apropriados e estimulados pela economia capitalista e pelas demandas militares, passaram a ter um papel de maior destaque frente às demais áreas do conhecimento científico.

Portanto, isso significa dizer que esse tipo de resultado (prático, aplicado) que as ciências exatas e da natureza produziu (e produz) ao longo da história, resultou numa hierarquia interna e externa ao próprio campo científico, uma distinção entre as áreas do conhecimento, o que provocou condições desiguais de disputa no próprio campo por conta da aproximação e de respostas oferecidas por essas áreas de conhecimento já frisadas em relação ao campo econômico e político. Foi esse modelo de ciência que se fez hegemônico.

A presente situação revela que dentro da comunidade científica construiu-se um certo “nomos²²”, ou seja, “um princípio comum”, indiscutível, que repercute até os nossos dias, ou seja, no universo da ciência moderna as áreas mais privilegiadas são aquelas que se fortaleceram a partir de investimentos e que conseguiram criar maior legitimidade social, a exemplo das ciências exatas e da natureza, engenharias e medicina. Do ponto de vista interno da comunidade científica, esse fazer ciência construiu, assim, um habitus, uma hierarquia, uma distinção, que é ao mesmo tempo uma forma de poder. Isso revela que o

XVIII) somaram-se e impactaram profundamente a ciência. Ademais, o saber científico também esteve presentes nas citadas revoluções (período da razão, avanços técnicos e tecnológicos).

²² Para Bourdieu (2007) todo campo dispõe de um sistema de *nomos*, isto é, leis que regem o campo e suas estruturas. Isso porque, os agentes constroem o campo (a estrutura), mas também são construídos. A ação dos agentes permitem a criação de novos *nomos*, porque eles também criticam a estrutura e buscam modificar, subverte a ordem estabelecida no campo.

campo científico apesar de construir uma autonomia relativa diante de outros campos (econômicos, políticos, etc.), nunca está dissociado de outros campos, e, portanto, de outros interesses. Não é por acaso que são essas áreas que recebem, prioritariamente, os maiores investimentos públicos e privados.

Diante do exposto, verifica-se que a atividade científica, a constituição do *habitus*, bem como a universidade, passaram por diversos estágios e se desenvolveram em épocas e lugares de formas diferentes, de acordo com as dinâmicas sócio-históricas e culturais específicas, com valores e interesses particulares.

A partir do breve histórico acima apresentado, faz-se necessário pensar como surgiu o modelo moderno de universidade. Assim, de acordo com Paul Singer (2001, p. 307), a universidade moderna surgiu na Alemanha no início do século XIX e “tinha por missão produzir conhecimento científico e cultura leiga, e preparar uma pequena elite de profissionais, portadores deste conhecimento e desta cultura”. Então, “os avanços científicos logrados permitiram inventos que foram a base da Segunda Revolução Industrial, a partir de cerca de 1880” (Idem, 307). Porém, mesmo sendo pública, os cientistas formados pela universidade seguiram carreira na indústria, na agricultura e no transporte, direcionando seus conhecimentos para revolucionar os modos de produção e distribuição de tais áreas. Porém, isso foi visto como profundas reservas e ressalvas pela universidade alemã, que logo tratou de separar as atividades técnicas da universidade, a fim de que essa não perdesse sua identidade, isto é, não deixasse de elaborar a ciência básica²³.

Por outro lado, a criação dessa instituição nos Estados Unidos da América (EUA) dispunha de outras características, uma vez que “as maiores e mais prestigiosas eram privadas sem fins de lucro, sustentadas pelos pagamentos dos alunos, por filantropia individual e empresarial e por subsídios públicos” (Ibidem, p. 307). Com isso, as diferentes universidades norte-americanas disputavam alunos, contribuições privadas e subsídios públicos, e não hesitavam em atender demandas tanto dos governos como das empresas privadas. Essas características e maior flexibilidade permitiram que o modelo de

²³ Para Simon Schwartzman pesquisa básica é aquela que acumula conhecimentos e informações que podem eventualmente levar a resultados acadêmicos ou aplicados importantes, mas sem fazê-lo diretamente. Informações disponíveis em: http://www.schwartzman.org.br/simon/acad_ap.htm. Acesso em: 13 jan. 2012.

universidades norte-americanas superasse o modelo alemão, tomando-lhe o lugar de produtora mais importante do mundo de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Com isso, ficou evidente a relação direta da universidade com o mercado empresarial, ou seja, ao mostrar sua utilidade sócio-econômica, a universidade americana conseguiu apoio para seus estudos e pesquisas. Sem dúvida, “as universidades aceitavam contratos de pesquisa financiados por indústrias e professores universitários trabalhavam parte do tempo em indústrias” (op. cit., p. 308). Portanto, uma forte diferença entre essas instituições na Alemanha e nos Estados Unidos²⁴ diz respeito à relação com o mundo das empresas e com o mercado, já que neste país essa distância nunca existiu, situação que difere daquela nação européia²⁵.

A partir dos anos de 1960, houve a massificação do ensino superior e uma aproximação ainda mais intensa da universidade com o mercado nos EUA. Foi por conta disso que a atividade científica passou a ser uma prioridade, parte de um projeto de desenvolvimento nacional (SINGER, 2001). A condição de superpotência dos Estados Unidos - passados alguns anos da Segunda Guerra Mundial - transformou as suas instituições, dentre as quais a universidade, num modelo a ser seguido. Uma das estratégias utilizadas foi a de acolher pesquisadores de outras nacionalidades, ofertando as mesmas condições favoráveis para a realização de seus estudos e pesquisas (BAIARDI, 1996).

Transformações no mundo produtivo dinamizado pela revolução da informática dão a tônica da força americana no mundo, juntamente com sua ação político-militar. Há, aqui,

²⁴ Vale mencionar que inventores (cientistas) norte-americanos reconhecidos mundialmente, a exemplo de Graham Bell e Thomas Edison, afirmaram que havia nos Estados Unidos uma aguda tendência de que o conhecimento científico promovia melhoramento às condições e qualidade de vida, e, portanto, mais uma característica que diferia do modelo alemão (BAIARDI, 1996). Indo nessa linha vale, por exemplo, mencionar o papel que um ramo da sociologia adquiriu nos EUA, a sociologia rural. Ela foi estimulada com base em ser uma sociologia aplicada, uma ação extensionista, prática, com fins de modernização, urbanização e, por isso, tirar do atraso as áreas rurais e suas populações, a partir de um conjunto de investimentos e ações que combinaram esforços entre ciência, poder público e, em várias situações, empresas. É claro que outros componentes somaram-se a isso e influenciaram a sociologia rural americana, como o paradigma de modernidade que entendia a cidade como centro de uma vida melhor. Sobre isso, ler: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986; MARTINS, José de Souza. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15, out/2000, p. 5-12, e disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a04.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2010.

²⁵ Isso não quer dizer que o estilo de universidade alemã não tenha influenciado os Estados Unidos, especialmente nos nascimentos de várias instituições superiores de ensino e pesquisa. A respeito do debate sobre as universidades na Alemanha e nos Estados Unidos, bem como as questões que envolvem a Sociologia, é importante destacar o que o sociólogo norte-americano Randall Collins (2009, p. 206) escreveu: “todos os primeiros sociólogos e filósofos americanos foram estudar na Alemanha, uma vez que essa era a moda no século XIX. Devemos nos recordar que essa era a época em que as faculdades americanas estavam sendo transformadas em universidades voltadas para a pesquisa. As universidades alemãs, que haviam passado por essa revolução 75 anos antes, serviam como modelo. Portanto, não é surpreendente que os primeiros sociólogos americanos tenham importado ideias alemãs”.

uma ampliação de poder de determinadas áreas de saber (exatas e naturais) frente às outras, reproduzindo algo que foi inaugurado com o próprio nascimento da ciência moderna.

Nas décadas seguintes, essa hegemonia americana ampliou-se, inclusive no que concerne ao mundo universitário e científico, seja por conta das ações mencionadas anteriormente, seja pelo fato da crise imposta pelo modelo neoliberal ter provocado impactos mais perversos nas instituições de ensino e pesquisa na Europa, que em sua maioria, diferentemente dos EUA, são públicas.

Com o surgimento da onda neoliberal, que engolfou o mundo a partir da década seguinte, os governos europeus passaram a cortar o gasto com o ensino superior, ao mesmo tempo em que encorajavam as universidades a complementar a receita provinda do erário com a venda de serviços a capitais privados (SINGER, 2001, p. 308).

Um dado valioso publicado no fim do ano de 2011 e que merece ser destacado é que entre as dez melhores universidades do planeta seis são norte-americanas²⁶.

De qualquer modo, o que essa síntese histórica mostra é o fundamental lugar e patamar que a ciência assumiu no século XX, porque:

A valorização da universidade pelo Estado e pela sociedade civil como local privilegiado para a pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, e o significado desta nova visão em mobilização de doações e financiamentos de projetos, bem como de infraestrutura de pesquisa, foi um marco para a afirmação da moderna ciência (BAIARDI, 1996, p.51).

Como visto, o apoio ao conhecimento científico foi ofertado, numa época pela Igreja, pelo Estado e, posteriormente, também por empresas. No último caso, o exemplo mais elucidativo é os Estados Unidos. Conforme Baiardi, após a Segunda Guerra Mundial (1938-1945), enquanto países da Europa continuavam sendo financiados por recursos públicos, “nos Estados Unidos, tanto o financiamento quanto na execução das pesquisas, o setor privado assumia responsabilidades crescentes” (Idem, p. 177).

Todo esse movimento revela a constituição e consolidação do campo científico tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, sem, no entanto, desconsiderar suas diferenças, ora frisadas acima. Na verdade, observa-se, juntamente com a constituição e institucionalização deste campo, suas formas de financiamento e fomento e a própria dinâmica da universidade.

²⁶Fonte: <http://noticias.universia.com.br/vida-universitaria/noticia/2011/08/23/859422/conhec-as-10-melhores-universidades-do-mundo-e-posico-das-brasileiras.html>. Acesso em: 23 ago. 2011

Então, é importante discutir, de forma sucinta, como esse fenômeno se processou no Brasil. Portanto, interroga-se: como se deu a institucionalização do conhecimento científico no Brasil por meio da Universidade e a consequente constituição do campo científico?

Vale percorrer – mesmo que de modo sintético – as questões apontadas.

A implantação da universidade no Brasil aconteceu de forma tardia, embora inúmeras tentativas tenham sido empregadas desde o século XVI. De acordo com a estudiosa Maria de Lourdes Fávero (2006), a história da universidade no Brasil foi marcada por muitas tentativas frustradas. Em sua pesquisa, a autora destacou dois motivos principais que impediram seu surgimento nessa época: (1º.) a resistência por parte de Portugal, em virtude do processo de colonização; (2º.) a oposição também por parte da elite brasileira que considerava mais importante a realização do ensino superior na Europa.

Por tais razões, a institucionalização do ensino superior e a atividade científica no Brasil deram-se de forma bastante problemática.

Tal qual ocorreu em outras épocas e lugares, a universidade no Brasil também não foi pensada para atender necessidades sociais mais amplas, mas sim para uma minoria privilegiada economicamente. Além disso, “na época colonial a atividade intelectual era controlada pelos jesuítas” (SOUZA, 2001, p. 9).

Maria de Lourdes Fávero (Idem, p. 20) remontou a história dos problemas enfrentados e relatou que “entre as tentativas de criação da universidade no Brasil, ao longo dos anos, registra-se, no nível das intenções a que constava da agenda da Inconfidência Mineira”. E ainda, outras “tentativas, sem êxito, continuam por mais de um século. Uma delas coincide com a transferência da sede da Monarquia para o Brasil” (Idem, p.20). A autora apontou ainda que “mesmo como sede da Monarquia, o Brasil consegue apenas o funcionamento de algumas escolas superiores de caráter profissionalizante”.

Contudo, sobre este ponto Souza (2001) destacou um aspecto relevante sobre a chegada da corte portuguesa no Brasil²⁷: a institucionalização da atividade científica. Mesmo acontecendo tardiamente, quando comparado com países europeus e os Estados Unidos da América como visto anteriormente, foi neste período que se criou, dentre outras instituições,

²⁷ Ocorreu na primeira década do século XIX (1808). A referida chegada foi tão impactante e um marco na história do Brasil, que ela vai ser mencionada por vários autores clássicos do pensamento social brasileiro. Nesse sentido, vale mencionar os seguintes livros e autores emblemáticos que aludiram a chegada: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4ª. Edição. São Paulo: Globo, 2008; PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

a Biblioteca Nacional (1810), a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1810), a Escola Cirúrgica do Rio de Janeiro (1813) e a Escola Cirúrgica de Salvador em 1815. Após a Independência do Brasil, em 1822, foram criadas instituições de ensino e pesquisa, visando institucionalizar a atividade intelectual na recente nação. E foi assim que no Primeiro Reinado nasceu a Academia Imperial de Belas Artes, em 1826; a Faculdade de Direito de São Paulo e a Faculdade de Direito do Recife e o Observatório, em 1827. Nos anos que seguiram a deposição e instalação da república no Brasil, especialmente no período da Primeira República, muitas outras instituições de ensino e pesquisa foram criadas, a exemplo do Instituto Butantã datado de 1898, e fomentado pelo Estado de São Paulo (Idem, 2001).

Porém, vale ressaltar que a precariedade da atividade científica no Brasil, especialmente no início dos primeiros anos da República, foi alimentada por setores sociais significativos e influentes, que postulavam a tese de que não havia razões objetivas importantes que justificassem investimentos na ciência por parte do Poder Público. Tempos antes os investimentos no campo científico esbarravam em outras razões, como, por exemplo, na instabilidade das iniciativas empreendidas pela vontade do Imperador, além de enfrentar as limitações das escolas profissionais burocratizadas, sem autonomia e com objetivos meramente utilitários (SCHWARTZMAN, 2001).

Apesar dos problemas relatados acima, Florestan Fernandes (1974) ressaltou que foi a partir do movimento abolicionista bem como outros acontecimentos importantes, como o caso da industrialização, que o cenário político e social no Brasil sinalizaram para um necessário clima de mudanças. É exatamente na virada para o século XX que a vida intelectual em nosso País passa a ser uma realidade mais próxima do desenvolvimento do saber intelectual da Europa. No entanto, a falta de investimentos financeiros, somada aos limites do sistema escolar e editorial, escassez de pessoas qualificadas para isso, bem como o consumo de bens intelectuais, impediu seu desenvolvimento. Todavia, apesar dos pesares, o autor reconhecia os progressos que aconteciam na ciência e na vida intelectual brasileira, essencialmente influenciados pela expansão institucional. Sobre isso frisou Fernandes:

A presente situação se caracteriza pelo crescimento rápido do sistema institucional, que geralmente apóia as atividades intelectuais nas sociedades industriais modernas, e pela importância que o pensamento racional está começando a adquirir tanto na esfera da reflexão e da investigação, quanto na da educação e da ação (Ibidem, p.21).

Esse contexto de mudanças no cenário nacional elevou a importância da atividade acadêmica e científica, e colocou uma nova e mais rica dinâmica ao campo científico, situação que se expandiu fortemente durante todo século XX com a criação de inúmeras universidades, institutos de pesquisa, organizações científicas e agência de fomento à pesquisa em C&T.

Neste sentido é relevante frisar que “a Universidade do Rio de Janeiro é a primeira instituição universitária criada legalmente pelo Governo Federal” (FÁVERO, 2006, p. 22) no ano de 1920 e que na capital federal, embora já estivesse prevista desde 1915²⁸. A autora destacou que a criação dessa instituição fez emergir questões relevantes para o ensino superior brasileiro:

[...] teve mérito de reavivar e intensificar o debate em torno do problema universitário no país. Esse debate, nos anos 20 do século passado, adquire expressão graças, sobretudo, à atuação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Entre as questões recorrentes destacam-se: concepção de universidade; funções que deverão caber às universidades brasileiras; autonomia universitária e modelo de universidade a ser adotado no Brasil (Idem, p.22).

O debate sobre ensino e pesquisa por meio de associações científicas (Educação e Ciência) caminhou paralelo, de forma complementar. Nessa época (na década de 1920), as discussões sobre o apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, por parte de cientistas, tiveram início e culminaram na criação de órgãos de fomento à pesquisa em âmbito nacional²⁹. Sob esta perspectiva é importante frisar que dentre as funções da universidade, encontra-se o estímulo à investigação científica, da produção do conhecimento, da formação de profissionais da ciência.

A partir desse breve histórico do nascimento do campo científico no Brasil, a análise volta-se, de agora em diante, para a institucionalização do conhecimento científico através de instituições de ensino e pesquisa em Pernambuco.

2. A institucionalização do campo científico em Pernambuco

²⁸ Para Fávero (2006), o presidente Epitácio Pessoa instituiu a Universidade do Rio de Janeiro por meio do Decreto nº 14.343 em 1920.

²⁹ Criação do CNPq e da CAPES. Essas questões são debatidas no capítulo 2 desta dissertação.

A Faculdade de Direito do Recife (FDR) foi criada em 1827 e se tornou cenário privilegiado de muitas transformações políticas, religiosas e sociais em Pernambuco, uma vez que importantes intelectuais da época estavam a ela vinculados, a exemplo de Joaquim Nabuco, Castro Alves, etc. Ao longo do tempo, a FDR foi o espaço social no qual o campo acadêmico deu seus primeiros passos em solo pernambucano e também brasileiro. Outro fator relevante é que é desta instituição que as propostas políticas e sociais para o Estado eram discutidas.

Como mostra a história da universidade na Europa e nos EUA, o acesso a tal instituição em Pernambuco também era muito restrito, voltando-se para as elites econômicas e políticas, fato que por si só já ligava esse grupo de acadêmicos da Faculdade aos espaços do poder. Dessa forma, os intelectuais faziam parte de um grupo distinto, que se diferenciava de outros grupos sociais ao serem capazes de produzir intervenções de impactos na sociedade.

O certo é que muitos intelectuais, especialmente os vinculados à Faculdade de Direito do Recife, mantiveram relações políticas, ocupavam cargos e por isso mesmo elaboravam projetos que buscavam dar diretrizes políticas e sociais ao País e a Pernambuco (MOURA, 2010). Assim, temas como proclamação da república, defesa da monarquia, escravidão, abolição, branqueamento, federalismo, republicanismo eram focos dos debates e propostas que de lá saíam. Cabe salientar que o próprio Joaquim Nabuco tinha sido um dos expoentes da campanha abolicionista no Brasil, publicando um livro manifesto que foi um marco, *O abolicionismo* em 1883; e no ano seguinte fez uma cruzada nas eleições de 1884, quando disputou uma vaga para câmara dos deputados³⁰.

Além disso, um dos mais importantes impactos para o debate filosófico e político nacional explicita o valor, na época, do curso de direito de Recife. Na segunda metade do século XIX, surge na capital pernambucana uma corrente de intelectuais que ficou conhecida como a Escola do Recife. Essa promoveu a ampliação de uma discussão teórica que influenciou intelectuais que circulavam na cidade de Recife no período, onde dentre outros, se destacaram Tobias Barreto e Silvio Romero, que a lideraram³¹. A Escola do

³⁰ Sobre isso vale ler: NABUCO, Joaquim. *Campanha abolicionista no Recife: eleições 1884*. Recife: Fundaj/Editora Massangana, 1988.

³¹ Nunca é demais lembrar que Tobias Barreto foi um dos principais críticos do positivismo, sendo influenciado diretamente pela literatura alemã, de onde vem sua base evolucionista, a exemplo de Kant e Marx. Tobias Barreto conseguiu reunir vários intelectuais, que se fizeram seus seguidores. Entre eles, podemos destacar: Clóvis Beviláqua, Gumerindo Bessa e Fausto Cardoso. Com sua

Recife se desenvolveu entre acadêmicos como uma alternativa aos debates das “ideias novas”, criticando as correntes religiosas do positivismo e das Ciências Sociais vigentes nessa época. As propostas objetivavam, dentre outras questões, discutir caminhos para as Ciências Sociais e Jurídicas e sua aplicação ao desenvolvimento sócio-político do País (Idem, 2010). Tudo isso mostra, inclusive, o conhecimento e a relação que os intelectuais recifenses tinham com as questões internacionais sobre ciência e política.

Ademais, essa situação revela que os campos, acadêmico e o político, viviam numa intensa simbiose, onde ambos se alimentavam um do outro para realizarem seus debates e legitimarem suas teses. No que concerne a essa simbiose, Francisco Weffort (2006) afirmou que até a década de 1930, os intelectuais não se furtaram em casar suas teses acadêmicas com os dilemas e propostas de intervenções políticas no Brasil, a saber, teses políticas eram também argumentos acadêmicos e vice-versa, fato que esteve presente nas concepções de autores já frisados (Joaquim Nabuco, Tobias Barreto, Sílvio Romero), bem como as contidas nos escritos de Manoel Bomfim, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna. Havia nesses homens o que se pode chamar de conceitos pré-sociológicos, porque várias de suas abordagens ainda vão estar presas à esfera filosófica, jurídica, ideológica e/ou política.

O que aqui se busca mostrar é que a história do conhecimento científico em Pernambuco, destacando acima o papel da Faculdade de Direito do Recife e os debates que dela surgiram, por meio de seus intelectuais, como o exemplo da Escola do Recife, possibilitou o início da caminhada de consolidação, dessa época em diante, de um campo acadêmico e científico. Isto é, a cada década que se seguiu ao surgimento da referida Faculdade foi sendo tecida uma autonomização do campo científico e acadêmico em Pernambuco, com suas próprias regras, cultura de funcionamento, atributos próprios, habitus, um jeito de fazer ciência e de ser cientista, que revelou a expressão da qualidade do campo científico e da comunidade científica no estado.

A cada passo da institucionalização da ciência e dos cientistas consolidou-se, ao mesmo tempo, como algo necessário, o nascimento e difusão de um habitus acadêmico entre

nomeação e, portanto, com o reconhecimento de seus seguidores (seus pares) para Professor da Faculdade de Direito, a instituição que anteriormente defendia as ideias de uma classe social favorecida e se alinhavam a uma visão política de direita, passou a desenvolver debates político-sociais mais intensos, se tornando um ambiente de reflexões teóricas e discussões sobre mudanças políticas do país (MOURA, 2010). Sílvio Romero também foi influenciado pelo positivismo, foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, juntamente com Machado de Assis e ficou conhecido pelo seu temperamento forte e pelos textos críticos dirigidos à elite, pois a considerava responsável pelos problemas que o país atravessava. Uma das grandes polêmicas do referido pensador foi sua defesa ao branqueamento da raça brasileira (DIMAS, 2009).

aqueles que passaram a integrar a comunidade científica local. Esse campo científico passou a ganhar autonomia frente a outros campos (o político e econômico) sem, contudo, deixar-se de influenciar e ser influenciado por eles. É claro e evidente que essa autonomização e a consequente institucionalização da atividade científica não foram algo exclusivo ao estado de Pernambuco, porque isto foi um fenômeno de proporções nacionais (a exemplo do caso da USP e a chegada de professores estrangeiros como Claude Lévy Strauss), devido, em larga medida, ao modelo de ciência e de cientista inspirados na Europa e nos EUA.

Nesse sentido, a ampliação do processo de institucionalização representou a consolidação de um *habitus* típico das pessoas de ciência, seu distanciamento dos padrões de intelectuais do século XIX e início do XX tão típicos da Faculdade de Direito do Recife. *Habitus* esse que é comum e universal aos cientistas, pois por mais que eles façam parte de uma comunidade local, jamais deixam de pertencer a um corpo universal do fazer científico, algo típico do ideário moderno de ciência, seu paradigma fundante. Ademais, os próprios pesquisadores, suas atividades de pesquisas recriam-se, são superadas e se renovam em seus próprios orientandos, estudantes, que dão continuidade ao *habitus* acadêmico em seu sentido mais geral, pleno.

Então, é por meio das práticas produzidas e reproduzidas pelos pesquisadores que as instituições se consolidam, firmam-se e podem ser reconhecidas, dentro e fora do referido campo científico e acadêmico. É através da atuação dos pesquisadores e da existência das instituições (ensino e pesquisa) que a atividade científica encontra sua razão de ser. Sob este aspecto importa mencionar o depoimento do Professor Ivon Palmeira Fittipaldi³² sobre o mérito conferido à atuação dos pesquisadores:

Um pesquisador é importante ao publicar trabalho, ao divulgar o que ele faz. Também é importante quando orienta um estudante de iniciação [científica], mestrado e doutorado. A formação de recursos humanos é fundamental, essa é a vida do pesquisador! Se ele é estéril, se ele não produziu ninguém, ele pode até ser um excelente pesquisador, pode ter dado uma grande

³² “Professor Titular e um dos fundadores do Departamento de Física da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Graduado em Engenharia Elétrica pela UFPE (1968), Mestrado (1970) e Doutorado (1974) em Física Teórica pela Universidade de São Paulo-USP. Bolsista de Produtividade do CNPq, Nível I, continuamente por 25 anos. Pós-Doutorado na Temple University (1974) e Oxford University (1975). Visiting Professor em Nagoya University (1982), no Lab. de Física dos Sólidos de Orsay (1985) e no Instituto de Física da Academia de Ciências da Polônia (1988). “Fulbright Fellow” na Boston University (1987-1988). Chefe do Departamento de Física (1980-82) e Coordenador da PG (1991-92). Diretor do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (1993-97). Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPE (1983-97). Diretor Científico da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do estado de Pernambuco - FACEPE (97-99). Atualmente é Coordenador-Geral da Representação Regional do Ministério da Ciência e Tecnologia no Nordeste (ReNE/MCTI)”. Informações disponíveis em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em 13/03/2012

contribuição a um campo da ciência, mas ele é assimétrico, ele não é completo, não é pleno, porque ele não contribuiu em tudo. (Prof. Dr. Ivon Fittipaldi, ex-diretor científico da FACEPE e atual Coordenador da Representação Regional do MCT no Nordeste - ReNE/MCT – 18/08/2011).

A partir do exercício da profissão de cientista, do habitus de pesquisador, principalmente no que se refere à sua capacidade de formar novos pesquisadores, é que as instituições se fortalecem e cumprem sua função.

É válido ressaltar que as instituições de ensino e pesquisa (federais e estaduais) que surgiram posteriormente ao Curso de Direito fortaleceram o desenvolvimento científico e tecnológico de Pernambuco. E estas instituições permitiram o desenvolvimento de pesquisas, nas mais diversas áreas do conhecimento, oportunizando a formação de recursos humanos, e, portanto, a construção de um campo científico e de uma comunidade científica que se consolidou através de instituições expressivas que vão surgir entre fins do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, como foram os casos da Escola de Engenharia de Pernambuco, de 1895; da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), de 1912 (SANTOS; LIMA; MACIEL, s/d), que posteriormente vai dar origem a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)³³; da Faculdade de Medicina do Recife, de 1920; da Escola de Belas Artes de Pernambuco, de 1932; do Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPA), datado de 1935 (ver Quadro 3).

Quadro 03 - INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA EM PERNAMBUCO			
INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO	ANO DE CRIAÇÃO	ESFERA	ATIVIDADE
Faculdade de Direito do Recife ³⁴	1827	Federal	Ensino
Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco	1862	Estadual	Cultura
Escola de Engenharia de Pernambuco	1895	Federal	Ensino
Escola Superior de Agricultura ³⁵	1912	Estadual	Ensino e Pesquisa
Faculdade de Medicina do Recife ³⁶	1920	Federal	Ensino

³³ Embora a Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz (ESALQ), campus de Piracicaba, da Universidade de São Paulo (USP) tenha sido criada por decreto em 1900, com o nome de Escola Agrícola Prática de Piracicaba, ela só vai se constituir em espaço de ensino superior em 1925, quando recebe o nome definitivo de ESALQ. Isso aconteceu, portanto, 13 anos depois da criação da Escola Superior de Agricultura, em Pernambuco. A UFRPE tornou-se, portanto, desde seu início uma referência na área da agronomia e veterinária no Norte-Nordeste. Fonte: http://www.esalq.usp.br/instituicao/linha_do_tempo2.htm. Acesso em: 22 dez. 2011.

³⁴ A Faculdade de Direito do Recife foi incorporada à UFPE em 1946. Estas informações encontram-se disponíveis em: http://www.ufpe.br/ccj/index.php?option=com_content&view=article&id=210&Itemid=188. Acesso em: 11 mar. 2012

³⁵ Passou a ser denominada UFRPE em 1967.

³⁶ Foi incorporada à UFPE em 1946.

INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO	ANO DE CRIAÇÃO	ESFERA	ATIVIDADE
Escola de Belas Artes de Pernambuco	1932	Federal	Ensino
Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPA)	1935	Estadual	Pesquisa
Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP)	1942	Federal	Ensino e Pesquisa
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1946	Federal	Ensino, Pesquisa e Extensão
Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)	1949	Federal	Pesquisa
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães - CPqAM/Fiocruz	1950	Federal	Ensino e Pesquisa
Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco (LAFEPE)	1966	Estadual	Pesquisa
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	1967	Federal	Ensino, Pesquisa e Extensão
Universidade de Pernambuco (UPE)	1968	Estadual	Ensino, Pesquisa e Extensão
Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco (HEMOPE)	1977	Estadual	Pesquisa
Fonte: Organização da Autora (SANTOS, Andreia Patrícia dos).			

Antes de discutir o quadro 3, há alguns aspectos importantes a serem destacados. O interessante a ser frisado sobre a criação dos quatro primeiros cursos superiores em Pernambuco é que os mesmos não vão deixar de reproduzir as aspirações de uma elite e uma noção hegemônica e clássica das áreas mais importantes do saber científico (Direito, Engenharia, Medicina e Agronomia). Nesse sentido, tanto a institucionalização, quanto a prioridade por determinados cursos não deixam de ter conexões com as demandas e aspirações econômicas, políticas e sociais da sociedade pernambucana, em especial das elites locais³⁷. Vale ressaltar, conforme Schwartzman (2001, p. 73), que “a formação em Direito³⁸ provavelmente ainda era vista como o melhor destino para os filhos da elite local no Recife decadente e na São Paulo que estagnava, e as duas cidades obtiveram as escolas

³⁷ As duas expressões mais claras disso, no que diz respeito ao campo econômico, são as Escolas de Engenharia e Agricultura. No caso da primeira área, seu surgimento buscou responder à expansão das indústrias e modernização urbana de Recife e Olinda; e a segunda, o atendimento de pesquisas para o desenvolvimento da agricultura no estado, que tinha sua economia sustentada na agricultura.

³⁸ Ainda conforme Schwartzman escaparam do domínio do direito canônico e dos códigos lusitanos tradicionais para receberem um influxo de diferentes influências do pensamento liberal europeu.

que almejavam”. Decadência essa que não significou o poder de influência de Pernambuco em termos nacionais e, principalmente, regional (ANDRADE, 2005).

No caso da Escola Superior de Agricultura, as demandas por esse campo do conhecimento tem íntima relação com as necessidades das elites agrárias, fato que não diferencia Pernambuco de outras unidades federativas. Para Mary Del Priori e Renato Venâncio (2006), a escola superior de agronomia surgiu numa conjuntura ocasionada pela abolição e pós-abolição, sendo uma forma de resposta às necessidades de modernização produtiva demandadas pelas elites rurais; e é sob esta perspectiva, que essas instituições “se diferenciam das faculdades de direito e medicina, surgidas antes da Independência do Brasil. Outro traço que realça o vínculo entre o fim da escravidão e as tentativas de modernização de nossa agricultura – ou seja, de difusão de novos padrões culturais e educacionais [...]” (Idem, p. 184). Tal aspecto justifica o aparecimento da Escola Superior de Agricultura (1912) e do Instituto de Pesquisas Agronômicas (1932) em Pernambuco, visto que as classes ligadas à produção do açúcar tinham um peso importante nas definições dos rumos econômicos, políticos e estatais no estado, e dependiam, para sua reprodução, em vários aspectos, de descobertas e inovações científicas para as atividades agrícolas.

Assim, outro fator que a institucionalização desses saberes expõe é a relação de áreas universalmente conhecidas e reconhecidas - dentro e fora da comunidade científica - com a produção de conhecimentos aplicados em setores como agricultura, pecuária, medicina, construção de estradas, urbanização, indústria, etc., e que trazem resolução de problemas e benefícios à sociedade e, principalmente, aos setores econômicos³⁹.

Por isso, não é por acaso que as instituições, constantes no quadro 3, são implantadas em Pernambuco. Sem dúvida, a história política e econômica, que fez de Pernambuco um pólo econômico importante durante séculos no Brasil (ANDRADE, Idem; RIBEIRO, 1995), devido ao cultivo da cana-de-açúcar (engenhos e usinas), e sua ligação com os centros de Poder e com mercados econômicos, deixou suas fortes marcas também no plano

³⁹ No caso da Escola de Belas- Artes de Pernambuco, que surgiu em 1932, vale reproduzir a análise feita por Luiz Antônio Cunha sobre o nascimento dessas escolas no Brasil: “Entretanto, é fácil verificar que a seleção cultural para o ingresso na Academia de Belas-Artes era bem diferente do adotado nas faculdades de medicina, de direito e nas escolas militares. Para ingresso na academia, apenas as “primeiras letras”; nas outras escolas, exames preparatórios que mostrassem a posse de um capital/escolar de longa e difícil obtenção. Parece que a facilidade relativa de ingresso aos estudos de belas-artes residia no fato de que eles não garantirem privilégios ocupacionais aos seus possuidores, na burocracia do Estado, nem de exercício de atividades profissionais controladas por grupos corporativos, como era o caso típico da medicina” (CUNHA, 2000, p. 120).

educacional. Aliás, isso foi fenômeno comum aos grandes centros econômicos e políticos no País, a exemplo de instituições de ensino criadas no Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia.

Tudo isso permitiu e influenciou a institucionalização de espaços que legitimassem a condição das classes abastadas, inclusive apoiando-se na ciência. Mesmo seu desenvolvimento sofrendo uma estagnação entre o fim do século XIX e início do XX, Pernambuco produziu uma história importante e deixou de herança uma cultura do fazer da ciência significativa para o País.

Essa herança é ressaltada por um de nossos entrevistados, o Professor Dr. Arnóbio Gama⁴⁰. Segundo ele:

Acho que Pernambuco tem relativamente uma tradição científica e cultural. Acredito que isto seja devido ao fato de que na época em que o ensino superior estava se iniciando no Brasil, Pernambuco vinha de uma posição econômica comparativamente melhor. Recife era um pólo regional e para aqui migraram muitos estudantes. Hoje a atividade científica está institucionalizada, mas não era assim quando começou e tivemos grandes cientistas nesta fase pré-histórica da ciência brasileira: Oswaldo Gonçalves de Lima, Luiz Freire, Aluísio Bezerra Coutinho, Nelson Chaves, Gilberto Freyre, etc. José Leite Lopes, que daqui saiu, como muitos outros, para se projetar no Rio de Janeiro e no exterior foi testemunha da influência da atmosfera científica que existia na época na Escola de Engenharia (Professor Doutor Arnóbio Gama, professor do departamento de química da UFPE e atual Diretor Científico da FACEPE).

A descrição do depoimento acima permite entender que a história de Pernambuco ofertou condições para que o campo científico fosse construído, formando inúmeros cientistas de diversas áreas reconhecidos nacionalmente, a exemplo de “Oswaldo Gonçalves de Lima, Luiz Freire, Aluísio Bezerra Coutinho, Nelson Chaves, Gilberto Freyre, José Leite Lopes”; e que colaboraram para a construção de um habitus acadêmico e científico. Além disso, é interessante observar algumas questões as quais Arnóbio Gama faz menção sobre a “influência da atmosfera científica que existia na época na Escola de Engenharia”, na primeira metade do século XX, isto é, “atmosfera científica” que tem a ver com a cultura científica existente na Escola de Engenharia e que era propícia – por já deter – um saber-fazer da ciência; e explicita a força da área de exatas e engenharias (Oswaldo Gonçalves de Lima, Luiz Freire, José Leite Lopes) e da saúde (Aluísio Bezerra Coutinho, Nelson Chaves)

⁴⁰ É Diretor Científico da FACEPE desde 2006. Graduado em Engenharia Química, mestre em Química, e doutorado em Física na UFPE. Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco. Informações disponíveis em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em: 13 mar. 2012.

, pois quando faz referência a outras áreas cita apenas um estudioso que se destacou (Gilberto Freyre)⁴¹. E ao destacar as áreas de saúde (2 professores do curso de medicina), de exatas e de engenharia (4 acadêmicos), quando cita a Escola de Engenharia do Recife, fato que tem a ver com a formação profissional do próprio entrevistado (professor da área de química na UFPE), é inegável que essas ciências ocuparam papel de destaque na consolidação do campo científico de Pernambuco juntamente com a mencionada Faculdade de Direito. O professor Diogo Simões⁴², indo em linha similar ao professor Gama, frisou o valor das instituições implantadas em Pernambuco e a tradição que elas construíram, e o que isso significa para os dias de hoje:

Essas instituições mais antigas, elas são... elas proporcionam, digamos assim, tradição em se interessar por ciência e em ter proximidade com centros ou correspondência com centros produtores de ciência. Evidentemente essas... o fato de Pernambuco, diferentemente de outros estados, contar com instituições relativamente, para o padrão brasileiro, antigas, 1827 para os curso de Direito, mas também com mais de cem anos, para as escolas de engenharia e etc, então, isso nos ajuda, isso nos ajuda a ter uma cultura científica relativamente desenvolvida [diante do caso Europeu] (Diogo Simões, Presidente da FACEPE, 03/01/2012 – grifos meus).

Quando Diogo Simões afirma que essa tradição institucional “nos ajuda a ter uma cultura científica relativamente desenvolvida” e que elas “proporcionam [...] tradição em se interessar por ciência”, ele reconhece as condições institucionais oportunizadas por sua rica “atmosfera científica”, seu ethos e cultura científica que cultivam e praticavam por meio e enquanto resultado das atividades dos seus cientistas.

Das quatorze (14) instituições de pesquisas criadas em Pernambuco até 1977, seis nasceram entre os anos de 1930 a 1960 (ver Quadro 3), período em que o Aparelho Estatal ampliou-se em todos os ramos na sociedade. O essencial a ser observado é que as necessidades econômicas, culturais, políticas e sociais foram exigindo – cada vez mais - o aumento do aparato burocrático, que se clarificou também no aparecimento de instituições

⁴¹ Os cientistas citados pelo Professor Arnóbio Gama, entre outros, serão homenageados com uma publicação de um livro, como resultado do projeto intitulado “Caravana dos Notáveis Cientistas Pernambucanos”. O projeto tem a coordenação do Professor Ivon Palmeira Fittipaldi e conta com o apoio da Assembléia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), a FACEPE, o CNPq, a ReNE/MCTI e a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (SECTEC). É importante mencionar também que também foi criada a Lei Estadual 13.176, datada de 28 de dezembro de 2006, fruto da iniciativa da ALEPE, instituiu o Memorial público de homenagens póstumas de chamado “Notáveis Cientistas Pernambucanos: um memorial de seu povo”.

⁴² Conforme informações contidas no Curriculum Lattes é “Engenheiro Químico pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e doutorado em Microbiologia - Biotecnologia pelo Institute National des Sciences Appliquées, de Toulouse. É professor adjunto do Departamento de Bioquímica da Universidade Federal de Pernambuco. Desde 2007 preside a FACEPE”. Informações extraídas do Currículo Lattes e disponíveis em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em: 13 fev. 2012.

de pesquisa e ensino produtoras de um corpo de profissionais voltados exclusivamente para o saber-fazer científico, sendo pagos para isso, portanto. Dessa forma, desenvolveu-se a constituição de um *habitus* profissional, especificamente o profissional da ciência.

Isso não é um fenômeno local e isolado, mas sim de caráter nacional, embora não tenha sido de forma igualitária. De 1930 a 1945, o Poder Público amplia seu poder e dimensão de influência na sociedade brasileira. A chegada de Getúlio Vargas ao Governo Federal, com a revolução de 30 e a queda da República Velha, a instalação do Estado Novo e o planejamento estatal expandiram consideravelmente a burocracia estatal. Nessa época são criadas leis (trabalhistas, previdenciária, sindical), órgãos e empresas públicas importantes (Petrobrás, a Companhia Siderúrgica Nacional, Vale do Rio Doce Hidrelétrica do São Francisco), que passam dar uma nova dinâmica à economia brasileira. As décadas seguintes vão seguir a trilha dessa expansão estatal, especialmente por conta do ideário desenvolvimentista (IANNI, 1996). E mesmo com a saída de Getúlio Vargas o ideário desenvolvimentista foi a tônica da ação estatal, até meados dos anos de 1980.

Entre as décadas de 1940 a 1960, surge em Pernambuco três (3) universidades (2 federais e 1 estadual) e quatro (4) centros/institutos de pesquisa, dois federais e dois estaduais (ver Quadro 3). Desse conjunto, três fatos merecem destaque, por conta de suas dimensões institucionais e repercussões no estado: (1º.) a criação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1942; (2º.) criação da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), em 1949, que surgiu com o nome de Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social (IJNPS)⁴³; (3º.) e da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 1962.

O surgimento das aludidas universidades trouxe maior consolidação ao campo científico local, em suas mais diversas áreas, dando um sentido mais coletivo ao mesmo. Por exemplo, a UFPE surgiu a partir da secular Faculdade de Direito do Recife, da Escola de Engenharia de Pernambuco, da Faculdade de Medicina do Recife e da Escola de Belas Artes de Pernambuco. Já a UFRPE é oriunda da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, que passou a congrega esforços ligados às ciências agrárias.

⁴³ A mudança de Instituto para Fundação ocorreu em 1980: “na ocasião do 80º aniversário de Gilberto Freyre, é decretada a transformação do IJNPS em Fundação (FUNDAJ) vinculada ao MEC, de utilidade pública, com personalidade jurídica de direito privado e gozando de autonomia científica e administrativa” (FREESTON, 1989, p. 317).

No caso da FUNDAJ, a mesma resultou de uma demanda por um instituto de pesquisa social no Nordeste brasileiro, cujo eminente sociólogo Gilberto Freyre⁴⁴ tornou-se seu proponente junto ao Governo Federal. Freyre era, na época, deputado federal e um dos grandes vultos do pensamento social brasileiro, situação que ainda continua sendo até os dias de hoje. Foi a atuação do referido sociólogo, na qualidade de pesquisador reconhecido dentro e fora do país, que viabilizou, seja no ponto de vista acadêmico, quanto financeiro, a implantação da Fundação (FREESTON, 1989). É bom frisar que a FUNDAJ ocupou um papel importante em termos acadêmicos⁴⁵, especialmente para a institucionalização das ciências sociais por meio de um centro de pesquisa, vindo a somar-se a outros esforços produzidos por faculdades no país (BÔAS, 2006). Além disso, teve como meta produzir, através de suas pesquisas sociais, sugestões para uma agenda de ações públicas, visto que a sua missão voltou-se para se debruçar sobre o debate e os estudos da realidade brasileira e, fundamentalmente, das regiões Norte e Nordeste, com vistas a contribuir para superação das desigualdades regionais no Brasil, embora isso não se confundisse com uma atuação política da referida instituição ao resguardar seu caráter de órgão de pesquisa.

Depois da década de 1960, surgiu apenas o HEMOPE em 1977, enquanto instituição de pesquisa ligada ao aparelho público estadual. De maneira geral, as décadas seguintes vão colher os frutos dessas instituições, da institucionalização do saber acadêmico nos mencionados locais de ensino, pesquisa e/ou extensão, de suas expansões. O habitus dos acadêmicos em Pernambuco já havia se consolidado por meio dessas instituições, que as construíram ou foram formados por elas no decorrer de mais de um século após o aparecimento da Faculdade de Direito do Recife.

Em depoimento para esta pesquisa, o Professor Diogo Simões aludiu aspectos que merecem destaques e que podemos relacionar à constituição de um ethos acadêmico. Argumentou, então, o entrevistado:

É apenas da década de 60, ou aliás, no caso de Pernambuco, acho que apenas a partir da década de 70 que existe a criação do tempo integral nas universidades, que é um fator absolutamente determinante para existir a

⁴⁴ Freyre já tinha escrito várias de suas obras mais consagradas: *Casa Grande & Senzala* (1933), *Sobrados e Mocambos* (1936) e *Nordeste* (1937), por exemplo. Desse conjunto de obras emblemáticas, a única que apareceu posterior à criação da FUNDAJ foi *Ordem e Progresso*, de 1957. Freyre, posteriormente ao surgimento do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social, veio a integrar o quadro de pesquisadores da FUNDAJ, sendo a sua principal referência intelectual até o seu falecimento em 1987 na cidade de Recife (PE).

⁴⁵ A FUNDAJ vai ser a casa de vários pesquisadores(as) de renome nacional, a exemplo de Dirceu Pessoa, Manoel Correia de Andrade, Tânia Barcelar, Clóvis Cavalcanti, Gilberto Osório, José Antonio G. de Melo (o primeiro presidente do órgão), dentre tantas.

possibilidade concretamente de alguém que é profissionalmente full time, em tempo integral dedicado na produção do saber e atividades de ensino também. Isso é muito tardio na história brasileira, na história de Pernambuco, e, portanto, isso tem repercussões, levou muito tempo até, por exemplo, que o corpo docente das grandes instituições fosse majoritariamente representado por pessoas em dedicação exclusiva. Uma boa parte deles, durante muito tempo ainda, continuou sendo a de professores que eram essencialmente professores apenas (Diogo Simões, presidente da FACEPE – 03/01/2012).

O relato ofertado permite-nos relacioná-lo, guardadas as devidas proporções, à noção weberiana de profissão, pois, quando Diogo Simões diz que “a criação do tempo integral nas universidades, que é um fator absolutamente determinante para existir a possibilidade concretamente de alguém que é profissionalmente full time” foi decisivo para o fazer da ciência em Pernambuco, ele aponta para o surgimento de um perito que vai viver exclusivamente de seu saber-fazer em tempo integral.

Mais uma vez, recorre-se ao que Weber (2002) chamou de perito profissional, uma vez que este exerce uma determinada atividade especializada dentro da burocracia, isto é, “o conhecimento especializado do perito torna-se a base da posição de poder ocupante do cargo” (Idem, p.165), e assim, “o funcionário recebe compensação pecuniária regular de um salário normalmente fixo e a segurança na velhice representada pela pensão” (Ibidem, p. 143), para dedicar-se a certa profissão. Esta condição possibilitou o desenvolvimento tanto da profissionalização do cientista (fazer-se cientista) quanto da institucionalização da atividade científica, não só em Pernambuco, mas de forma universalizada. O fundamental disso tudo é dizer que esse profissional da ciência é sinônimo e resultado do aumento do aparato burocrático.

Essa discussão corresponde à consolidação das práticas desenvolvidas pelo habitus do ofício de pesquisador e que pode ser também entendido sob mais um ponto de vista de Pierre Bourdieu (2008) quando frisou que “um cientista é a materialização de um campo científico e as suas estruturas cognitivas são homologas à estrutura do campo e, por isso, constantemente ajustadas às expectativas inscritas no campo” (Idem, p.62). Isso significa dizer que o pesquisador constrói o campo, mas o inverso também é verdade, já que eles se auto-alimentam, um legitima o outro. Essas questões podem ser entendidas e relacionadas também pelo conceito de ação social de Weber, particularmente quando diz respeito a fins, pois o cientista é “[...] aquele que orienta sua ação conforme o fim, meios e conseqüências

implicadas nela e nisso avalia racionalmente os meios relativamente aos fins, os fins como relação às consequências implicadas e os diferentes fins possíveis entre si” (WEBER, 2001, p. 418). Essas ações estão objetivamente relacionadas com o habitus do campo científico, ou seja, os princípios interiorizados e transmitidos, considerando os traços distintivos, características específicas no campo científico.

Portanto, a necessidade de um perito profissional da ciência e a normatização da dedicação exclusiva são fatores inerentes à profissão de pesquisador, aspectos que são desdobramentos do próprio ethos acadêmicos e da necessidade da cultura científica de reproduzir-se, bem como essenciais ao desenvolvimento da burocracia moderna. De maneira geral,

As instituições educacionais do continente europeu, especialmente as de instrução superior – as universidades, bem como as academias técnicas, escolas de comércio, ginásios e outras escolas de ensino médio – são dominadas e influenciadas pela necessidade de tipo de “educação” que produz um sistema de exames especiais e a especialização que é, cada vez mais, indispensável à burocracia moderna. (WEBER, 2002, p.167-168).

Ademais, esse ethos, essa cultura científica são parte de um modo de vida, de um jeito de ser e estar no mundo, pois “o verdadeiro princípio das práticas científicas é um sistema de disposições-base, em grande parte inconscientes, transponíveis, que tendem a generalizar-se. Esse habitus assume formas específicas segundo as especialidades” (BOURDIEU, 2008, p. 63).

Indo na mesma direção, Burke (2003) destacou duas características importantes do início da burocracia moderna na Europa: por um lado, o crescimento no número de funcionários e, do outro, o surgimento de estruturas para funcionarem como repartições públicas. Podemos dizer que a atividade científica exige a posse de diplomas escolares e “está habitualmente ligada à qualificação para o cargo. Naturalmente, essas certidões ou diplomas fortalecem o ‘elemento estamental’ na posição social do funcionário” (WEBER, Idem, p.141).

Para tanto, o saber acadêmico consolidou a sua relativa autonomia frente a outras esferas e campos sociais no decorrer de todas essas décadas, especializando-se cada vez mais e produzindo demandas típicas do seu universo peculiar em relação ao poder público (apoio à pesquisa e extensão, instalações de laboratórios, bolsas, pós-graduação,

publicações, ensino, etc.). Sendo assim, os acadêmicos deixaram de ser homens da política e, com isso, suas teses abdicam da condição de doutrinas oriundas de debates e embates ideológicos, como no passado. Não que as ideologias e a política não existam na constituição do saber acadêmico, é que elas vão passar a ser “silenciadas” diante de um discurso científico, objetivo e metódico, a saber, política e ideologia vão ser “negadas” pela constituição de um *habitus* acadêmico, pela profissionalização dos cientistas e institucionalização da ciência.

Um fato importante foi o surgimento de cursos de Pós-Graduação em Pernambuco na década de 1960 e 1970, a exemplo dos Mestrados ligados às áreas da Física, de outras Ciências Exatas, Saúde e da Natureza, e em Economia e Sociologia. Esses vão solidificar ainda mais o campo científico no Estado, com a qualificação de quadros e fixação dos mesmos nas instituições federais, como a UFPE; e é a partir desse surgimento que os agentes começam a sentir ainda mais necessidade de apoio às iniciativas para a atividade de pesquisa⁴⁶.

Ao conversarmos com o Professor Dr. Sérgio Rezende⁴⁷ (do Departamento de Física da UFPE), ele revelou um aspecto valioso do *habitus* científico em Pernambuco. Ao chegar no estado de Pernambuco na década de 1970, após sua passagem pela PUC do Rio de

⁴⁶ O surgimento e expansão da Pós-Graduação – juntamente com a criação e ampliação das agências e políticas de fomento – foram importantes em todo o Brasil. No intuito de complementar as ideias pertinentes a este debate, mais especificamente sobre a produção científica das Ciências Sociais, vale destacar o estudo realizado por Renato Ortiz (2002, p.186): “até meados dos anos de 1960, a produção sociológica restringe-se a poucos lugares do país. Mesmo em São Paulo, ela é incipiente. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, entre 1945 e 1965, foram defendidas somente 41 teses (incluindo livre-docência, doutorado e mesmo), considerando-se todos os trabalhos de Antropologia, Sociologia e Ciência Política”. O autor ainda ressaltou que “o panorama nacional em Antropologia não era muito diverso: em 1953 havia 41 sócios inscritos na Associação Brasileira de Antropologia. Números modestos, que atestam a existência de um volume reduzido de profissionais girando em torno de algumas figuras centrais como Florestan Fernandes, Arthur Ramos, Darcy Ribeiro (Idem, p. 186). O estudo empreendido por Ortiz ainda revela que essa situação sofreu fortes mudanças “com a criação de uma política de pós-graduação e de financiamento. Organismos como a Finep, Capes, CNPq, Fapesp e até mesmo a Ford, que em 1967 fez sua primeira doação ao Departamento de Ciência Política da UFMG, iniciam um apoio mais efetivo às Ciências Sociais”. O estudioso ainda mencionou que foram criados “os programas de Antropologia do Museu Nacional (1968) e na Unicamp (1971), de Ciência Política da Luperj (1969), de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (1967) e na Universidade de Brasília (1970), de Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia (1968). Ao longo da década de 1970, essa tendência de implementação de novos cursos se amplia em todo o País. Entre 1976 e 1984 foram aprovadas 971 teses de mestrado e 145 de doutorado, dados ainda modestos, se os comparamos a países como França ou Estados Unidos, mas que realmente contrastam com os anteriores. Nos anos de 1990 essa tendência irá acelerar-se, fazendo com que o País seja dotado de uma rede nacional de pós-graduação e pesquisa” (Ibidem, p. 186-187).

⁴⁷ O pesquisador é Engenheiro Eletrônico na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É mestre e doutor pela Universidade de Cambridge, nos Estados Unidos, ambos em Electrical Engineering-Materials Science, no Massachusetts Institute of Technology. É professor titular no Departamento de Física da Universidade Federal de Pernambuco. “Em gestão de C&T foi Chefe do Departamento de Física e Diretor do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da UFPE, Diretor Científico da FACEPE durante sua implantação, em 1990-1993, e Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco. No período 2001-2002 foi Secretário do Patrimônio, Ciência e Cultura da Prefeitura de Olinda”. Assumiu 2003 a Presidência FINEP. Em 2005 assumiu o cargo de Ministro da Ciência e Tecnologia. Informações disponíveis no <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em 13/03/2012

Janeiro, munido de um capital (científico e escolar), encontra na UFPE um ambiente propício para a pesquisa, embora fosse ainda incipiente.

Naquele contexto histórico, foi o aumento da institucionalização da atividade científica, a expansão da pós-graduação e de pessoas especializadas em Pernambuco entre os decênios de 1970 e 1980 - não só mais na UFPE, bem como na UFRPE e UPE -, que se gerou a necessidade de financiamento para pesquisa e, conseqüentemente, a cobrança junto ao Poder Público Estadual para constituição de uma agência destinada às necessidades da comunidade científica pernambucana, advindo das demandas oriundas do habitus acadêmicos, do ethos científico. Sobre isso Rezende foi claro:

Quando eu vim para Pernambuco e depois vieram os colegas, recém-doutores, havia poucos grupos de pesquisas com doutores e com experiência internacional. Tinha um na física, havia na matemática, havia na sociologia, havia na economia, havia na medicina, havia na biologia, nas ciências biológicas, fisiologia, mas era grupo com poucas pessoas e não havia de uma maneira geral, nos anos 70, um ambiente, na universidade toda, de valorização da pesquisa. A grande maioria dos professores era tempo parcial, não fazia pesquisa. Isso resultou num certo choque de gerações, mas que gradualmente, já nos anos 80, o número de pessoas com número com formação em pesquisa foi aumentando, aumentando e ganhando peso e nós começamos a sentir a falta de um órgão de financiamento estadual. Porque nós dependíamos inteiramente do CNPq, da FINEP. [...] E foi quando na campanha pra eleição que foi eleito Miguel Arraes, em 1986, nós começamos a fazer movimento entre os professores pra fazer proposta para que o governo de Pernambuco tivesse uma política de financiamento da pesquisa. Aí então Arraes foi eleito e esse grupo acabou sendo convidado a redigir propostas concretas. E nós fizemos então uma proposta de se criar uma Fundação Estadual de Apoio à Pesquisa, a exemplo da FAPESP que é o grande exemplo de instituição estadual. (Sérgio Rezende, professor de Física da UFPE e ex-ministro da Ciência e Tecnologia - 26/10/2011)

O depoimento do entrevistado aponta, pelo menos, duas importantes questões (sobre) inerentes ao habitus do campo científico:

1) o cenário descrito permite entender que os campos, acadêmico e científico, sofreram mudanças em virtude do aumento do número de professores com titulação de doutor e certamente, devido à entrada de pesquisadores na universidade na década de 1980. A situação na década anterior era oposta, pois a maioria dos professores apenas ministrava suas aulas em tempo parcial, já que a atividade de pesquisa era ainda incipiente, inclusive pelo baixo número de doutores. Na visão de Rezende “isso resultou num certo choque de gerações”, ou seja, isso reflete as tensões no campo entre os agentes, antigos e recém-

chegados, que ocupam o espaço social (a universidade). Há, portanto, uma mudança nas normas do campo, no habitus, e que o pesquisador precisa de adequar para se manter ou passar a ter condições de disputas, tanto por recursos financeiros, quantos por simbólicos. Ainda segundo o entrevistado, é em virtude dessa conjuntura que a comunidade científica local passa a sentir necessidade de um órgão de apoio à pesquisa em âmbito estadual, situação que mostra, inclusive, o peso e a importância dessas agências de fomento.

Nessa perspectiva, Baiard mostrou que:

O século XX tem como marca uma radical transformação na condição do homem de ciência, cujo papel, se bem que em muitos casos associado, sobrepõe-se ao do professor universitário. Desaparece também a figura do pesquisador artesão ou quem pesquisa o que quer ou considera relevante. Em lugar dessa ampla liberdade de escolha, surge a figura do “projeto de pesquisa” submetido à burocracia do centro de pesquisa, ao departamento universitário, ao comitê de experts da fundação, à agência de financiamento, etc. (BAIARDI, 1996, p. 173, grifos do autor).

2) o depoimento também revela, ao mesmo tempo, a força e a distinção dos cientistas ligados às áreas das exatas, principalmente, e da saúde frente a outras, o que demonstra o seu estabelecimento histórico no campo, a capacidade de reproduzir sua autoridade na comunidade científica e de se fazer ouvir pelo poder público, no sentido de conseguir apoio para suas pesquisas e estudos, o que vai legitimar a própria necessidade de nascimento da FACEPE. Ademais, são esses mesmos cientistas que buscaram, para ter maiores condições de exercerem seu ofício, uma opção local de agência de fomento, como existia em São Paulo (a FAPESP), “porque nós dependíamos inteiramente do CNPq, da FINEP” (Sérgio Rezende).

Corroborando com o discurso proferido por Rezende, mais uma vez, é o professor Arnóbio Gama quem destacou:

Certamente, foi a partir das lideranças vinculadas ao Departamento de Física da UFPE, expandindo-se para o Centro de Ciências Exatas e da Natureza e agregando pesquisadores de outros núcleos de pós-graduação, em aproximação com o Governo Arraes, que surgiu a proposta e, enfim, a criação da FACEPE (Professor Doutor Arnóbio Gama, professor do departamento de química da UFPE e atual Diretor Científico da FACEPE).

Os profissionais dessa área buscaram apoio para suas pesquisas porque reconhecem sua condição privilegiada, porque são historicamente legitimadas pelas instituições, pelo habitus existente no campo científico, e sabem, acima de tudo, da importância que a

produção de seus estudos tem para áreas essenciais da sociedade, como a economia, a saúde. Dessa maneira, são reconhecidos pelos campos econômicos e políticos, o que permite a esses cientistas maior poder, que o de outras áreas, a exemplo das ciências sociais, de pressão sobre os referidos campos. Foi a cobrança e a aproximação desses cientistas “com o Governo Arraes, que surgiu a proposta e, enfim, a criação da FACEPE” (Arnóbio Gama).

Diante das questões discutidas é possível remetê-las à noção de campo científico elaborada por Pierre Bourdieu (2003, p. 122-123) quando afirmou que “o campo científico – sistema de relações objetivas entre posições adquiridas em lutas anteriores - é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial”. Para o autor, o que está em jogo nessa luta é:

[...] o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (Idem., p. 122-123, grifos do autor).

Além do que foi frisado acima, nunca é demais desconsiderar que as áreas exatas, da natureza e da saúde requerem altos investimentos para executar suas pesquisas, especialmente por conta de sua infraestrutura (equipamentos, por exemplo) para a efetivação de constantes experimentos. A ação empreendida pelos cientistas refletiu essa e outras necessidades de apoio, que se apresentaram na criação de um órgão local de fomento à pesquisa: a FACEPE.

É esse habitus científico - presente nos homens e mulheres da ciência - que possibilitou a luta pela criação de uma Fundação de Amparo à Pesquisa local na década de 1980, incluída no movimento nacional conhecido como redemocratização do país e, conseqüentemente, de Pernambuco, após vinte e quatro (24) anos de forte ditadura militar (1964-1985). A campanha e eleição de Miguel Arraes, em 1986, como governador do referido estado significou essa transição democrática.

No geral, os acadêmicos locais desejosos da mesma condição de fazer ciência em condições iguais aos cientistas do sul e do sudeste brasileiro (os investimentos públicos tinham produzido grandes desigualdades regionais⁴⁸) passaram a cobrar do Governo do

⁴⁸ Sobre a questão das desigualdades regionais recorre-se a Schwartzman (2001) que frisou que “a concentração de recursos institucionais e financeiros em São Paulo e Rio de Janeiro inibia projetos semelhantes em outras regiões. Os melhores estudantes da

Estado condições para, no mínimo, diminuir esse fosso, e o surgimento da FACEPE, em 1990, foi uma das respostas, a mais objetiva e de maior fôlego vinda do Estado, para fortalecer o campo científico e atender as novas demandas pressionadas por um habitus acadêmico cada vez mais competitivo e universal, do qual os cientistas ligados às referidas instituições pernambucanas não poderiam ficar à margem.

É claro que o apelo social foi utilizado para isso, pelo campo científico local, pois a produção de saber acadêmico seria importante para o desenvolvimento de tecnologias produtivas para a indústria e agricultura, melhoria da saúde, geração de emprego e renda, dentre tantas questões realizadas na parceria entre ciência e sociedade, entre ciência e economia, entre ciência e as políticas públicas, fato comum aos países de capitalismo desenvolvido e as regiões sul e sudeste do Brasil. A combinação disso não só traria à ciência local uma situação de ruptura de desigualdade frente a outras regiões, mas como a própria sociedade e economia pernambucana frente a outros estados brasileiros. Como já aludido, o campo científico local buscava, assim, apoio em outros campos para se fortalecer, seja no campo da política, seja no campo da economia⁴⁹.

As condições históricas e universais do campo científico, isto é, o habitus do fazer da ciência, apresentadas acima influenciaram as práticas dos agentes em relação ao Poder Público Estadual, a partir de uma agenda de reivindicação que teve na ideia de constituição da FACEPE seu ponto central nos anos de 1980.

O ethos científico para reproduzir-se com qualidade e permitir possibilidades de melhor inserção - não só estadual, mas nacional – dos cientistas pernambucanos viram na construção de um novo aparato institucional, de uma nova ação burocrática, algo

Bahia, do Nordeste, de Minas gerais e do Rio Grande do Sul – os que podiam fazê-lo – iam estudar naquelas duas cidades, e normalmente não retornavam aos estados de origem (pag. 132).

⁴⁹ Num livro autobiográfico (intitulado *Momentos da Ciência e Tecnologia no Brasil: uma caminhada de 40 anos pela C&T*), o emérito pesquisador da UFPE e ex-ministro da Ciência e Tecnologia (do Governo Lula no período de julho de 2005 a dezembro de 2010) Sérgio Rezende ofertou passagens ricas e que merecem ser destacadas a respeito das questões citadas em parágrafos anteriores, especialmente por ser também Rezende um dos cientistas que foi um dos porta-vozes pela criação da FACEPE. Em um dos momentos do escrito feito em parceria com renomados cientistas (Ricardo Ferreira, José Roberto Rios Leite, André Furtado e Abraham Sicsu), Rezende (2010) ressaltou que em Pernambuco sempre houve um potencial científico e tecnológico relevante, em vista de boas instituições, bons laboratórios universitários e grupos de pesquisa existentes no Estado. Vale salientar que o autor criticava (já em 1986) – como fica claro em um de seus artigos que integram o livro, que recebeu o título de *Proposta para ações do governo de Pernambuco em Ciência e Tecnologia* - a falta de políticas de governo – advindas do Estado Pernambuco - voltadas para a melhoria das condições de trabalho para pesquisadores e técnicos, que se somavam à falta de estímulo para a formação de estudantes para a pesquisa científica, bem como “a atração de pessoal de alto nível para o Estado e a transferência de resultado da ciência e da tecnologia para melhoria da indústria, da agricultura, do meio-ambiente e das condições de saúde e alimentação do povo” (Idem, p. 140). Também sugeria algumas medidas para atingir esses objetivos, dentre eles, a criação do Fundo Estadual de C&T, o que serviria para estimular a formação de recursos humanos e as atividades de pesquisa no Estado e que viria a ser a FACEPE, três anos após.

fundamental. E a FACEPE tornou-se esse espaço institucional, onde o ethos acadêmico apresentou-se, apoiou-se e compôs o cotidiano desta FAP, antes mesmo do seu surgimento em 1990.

É diante dessas particularidades que a FACEPE pode ser compreendida como um microcosmo do campo científico. Nela há uma manifestação do fazer-se pesquisador, fazer-se cientista e do saber-fazer da ciência, isto é, há uma reprodução das práticas universais do campo científico na Fundação. Além disso, ela é resultado da ação e atuação dos agentes; e isso será abordado e analisado nos capítulos seguintes desta pesquisa dissertativa.

CAPÍTULO 2

A FACEPE E A REPRODUÇÃO DO HABITUS CIENTÍFICO EM PERNAMBUCO

O presente capítulo tem como finalidade apresentar um breve panorama da institucionalização do fomento à pesquisa no Brasil, enfatizando Pernambuco, a partir da criação da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia (FACEPE). Nesse sentido, a discussão se fundamenta no processo de criação dentro de um contexto de mudanças (política, social, econômica) no país. Também será analisada sua estrutura de funcionamento, considerando seus mecanismos internos de gestão. A partir desse debate tornar-se-á possível entender e analisar a atuação dos membros do campo científico local no referido órgão de fomento.

1. A Institucionalização do Fomento à Pesquisa no Brasil: breve histórico

A ideia de criar um órgão governamental para fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil surgiu na década de 1920 do século passado. Nessa época, os integrantes da Academia Brasileira de Ciências (ABC)⁵⁰ já frisavam o papel estratégico que isso teria poucos anos depois da Primeira Guerra Mundial. De modo geral, somente depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ocorreram avanços tecnológicos que impulsionaram o papel da ciência, passando a ser vistos de forma positiva, uma vez que a tecnologia utilizada no conflito bélico demonstrou, apesar dos pesares, formas de beneficiar a sociedade ao ser aplicada na indústria e na agricultura (SCHWARTZMAN, 2001).

A partir disso, intensificar o processo de institucionalização da atividade científica e o fomento à pesquisa tornou-se uma necessidade urgente e importante para alavancar o desenvolvimento do Brasil. Foi nesse sentido que em maio de 1948 um grupo de cientistas

⁵⁰ "Originada nas dependências da Escola Politécnica, em reuniões informais de um grupo de professores dessa Escola, foi fundada em 3 de maio de 1916 a Sociedade Brasileira de Ciências, na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República. O grupo logo receberia a adesão de docentes de outras faculdades e de pesquisadores de instituições científicas, como o Museu Nacional, o Observatório Nacional, o Serviço Geológico e Mineralógico e o Instituto de Medicina Experimental de Manguinhos, atual Instituto Oswaldo Cruz". Informações disponíveis em: http://www.abc.org.br/article.php3?id_article=4. Acesso em: 09 mai. 2011.

decidiu instituir a atual Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) sem fins lucrativos nem cor político-partidária, voltado para a defesa do avanço científico e tecnológico e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil (SBPC, 2004).

De acordo com Schwartzman (Idem p. 258), a SBPC foi considerada uma instituição que representava os cientistas brasileiros e também dialogava com associações internacionais a ela semelhantes. É importante salientar que “durante alguns anos, na década de 1970, as reuniões anuais da SBPC representaram o único foro aberto para discussões de qualquer espécie, em meio a um regime político fortemente fechado e censurado”. Nesse período “alcançou notoriedade pública, e suas reuniões atraíam milhares de participantes, além de larga cobertura da imprensa”. Definitivamente, a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) ofertou possibilidades de pressão acadêmica para a constituição de mecanismos institucionais voltados para o desenvolvimento da ciência no país.

E nesta direção, em 1951 são criadas duas agências de fomento federais até hoje são referências no financiamento da pesquisa científica no Brasil: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁵¹.

A CAPES nasceu da iniciativa de Anísio Teixeira⁵² junto ao Ministério da Educação e Saúde. Inicialmente a instituição atuou como uma comissão destinada a promover o aperfeiçoamento e capacitação de recursos humanos de nível superior. Ao longo de sua história, atravessou diversos problemas, inclusive “teve sua trajetória diretamente afetada pelo movimento político militar de 1964, que inaugurou na agência um período de descontinuidade administrativa e turbulência institucional” (CAPES, 2006, p. 21), e quase foi extinta. Após dez (10) anos, a importância da agência foi fortalecida pela dimensão que a pós-graduação⁵³ alcançou e pelo aumento do apoio à ciência e tecnologia no país. Embora muitos outros desafios tenham se colocado, os investimentos destinados à agência, de modo geral, visaram garantir a formação de cientistas e pesquisadores no ambiente acadêmico

⁵¹ Nessa perspectiva, Amélia Hamburger (2004, p.15) destacou que “o financiamento da pesquisa por meio de agências se organizava, depois da guerra, nos Estados Unidos e nos países da Europa.”

⁵² Primeiro presidente da CAPES no período de 1952 a 1964.

⁵³ Embora a atividade de pós-graduação já existisse, foi apenas na década de 1960 que a Pós-Graduação foi regulamentada (SANTOS; AZEVEDO, 2009).

através da concessão de bolsas de pós-graduação (mestrado e doutorado) no Brasil e no exterior, além de estimular cooperações nacionais e internacionais (CAPES, 2006).

A criação do CNPq foi o grande marco, no que se refere ao fomento à pesquisa científica e tecnológica, de orientação dos investimentos para universidades, laboratórios, centros de pesquisas e formulação de política científica de abrangência nacional, principalmente intensificado nos dias de hoje.

Seu projeto-lei de criação foi redigido por uma comissão, nomeada pelo Presidente Dutra em 1949, formada por vinte e dois (22) cientistas e dirigida pelo almirante Álvaro Alberto Motta e Silva, primeiro presidente da instituição⁵⁴.

Nesse sentido, torna-se evidente a relação entre o campo científico e o Poder Público para institucionalizar o fomento à pesquisa científica e tecnológica. Por outro lado, isso revela também a capacidade de intervenção da referida comunidade em ter suas demandas atendidas, isto é, a busca de reconhecimento por parte de outros campos (político, econômico, entre outros) para sua expansão e consolidação.

Então, a partir da criação desses principais órgãos de fomento federais, uma das formas utilizadas pelo campo científico para sensibilizar esses outros campos foi a de mostrar a importância da C&T para o fortalecimento e desenvolvimento de setores essenciais para o crescimento (indústria, infraestrutura, agricultura) do país (BAIARDI, 1996). Por conseguinte, nunca é demais lembrar que esse ainda é um dos papéis que a SBPC⁵⁵ ocupa nos dias de hoje: o de pressionar os poderes públicos por agendas científicas ampliadas nas políticas governamentais.

Retomando a década de 1950, é importante lembrar que o Brasil viveu um momento marcante no cenário político, econômico e social. Embora o período do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) tenha alicerçado um caráter estatal mais consistente ao país com a maior intervenção do governo na economia e no plano social (IANNI, 2004), é nos decênios de 1950 até 1964 que emergiu com força a ideia de um projeto de construção de uma nação desenvolvida e independente capaz de quebrar o atraso brasileiro e sua condição

⁵⁴ Informações disponíveis em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/jacqueline.htm>. Acesso em 05/05/2011.

⁵⁵ Um exemplo da atuação da SBPC, juntamente com a ABC, na atualidade foi o sobre a proposta do novo Código Florestal baseado em conhecimentos científicos e tecnológicos. É válido ressaltar que a apreciação da referida proposta pela Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, em agosto, foi resultado da reivindicação de integrantes da SBPC e da ABC. Informações disponíveis em: <http://www.sbpnet.org.br/site/noticias/mostra.php?id=1551>. Acesso em: 01 set. 2011.

de subdesenvolvimento. Tudo isso passa a ocupar a agenda política da nação nas mais diversas e antagônicas correntes de pensamento (na política, na economia, na cultura, nas universidades, no cinema). Também nesse período, os debates acadêmicos acirram-se a respeito dessas questões, e muitos intelectuais ligados às universidades, instituições de pesquisa ou órgãos de planejamento vão ocupar papel de destaque nesse momento histórico. Obras de Florestan Fernandes, Hélio Jaguaribe, Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Paulo Freire, Josué de Castro, passam a ter visibilidade e apontam caminhos para o desenvolvimento nacional (BÔAS, 2006; BOTELHO; SCHWARCZ, 2009).

Marieta Ferreira e Regina Moreira (2002, p.17) contextualizaram historicamente a época (início do segundo governo Vargas) da seguinte forma: “a industrialização pesada e a complexidade da administração pública trouxeram à tona a necessidade urgente de formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade de cientistas qualificados” para atender às demandas emergenciais do país. Assim, profissionais de áreas “como física, matemática e química a técnicos em finanças e pesquisadores sociais” foram prioritárias.

No entanto, em conformidade com Schwartzman (Idem, p. 254) “em 1964, assumiu o poder um governo militar politicamente conservador, cujo relacionamento com a comunidade científica e as universidades foi muito conflituoso”. Isso trouxe inúmeros prejuízos à atividade acadêmica/científica no país e na década de 1970 ocorreu a “perda do cargo para centenas de cientistas e professores e com o exílio de muitos”. Mesmo com o golpe militar de 1964, setores mais conservadores da academia (ou aqueles que buscaram manter-se “neutros”) continuaram a ter um caráter de “reivindicação” sempre associando a importância da C&T para o Brasil, evidentemente não mais nos moldes de outros grupos mais progressistas.

De outro ponto vista, o próprio regime militar percebeu a importância da C&T para qualificar a força de trabalho, a economia capitalista em larga expansão (ibidem, 2001). Uma das provas disso é a criação, em 1967, da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) no âmbito federal, com objetivo de institucionalizar o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas criado em 1965. Na década de 1970, o Governo Militar apoiou a formação de novos grupos de pesquisas, também fomentou a criação de programas temáticos, estimulou a expansão da infraestrutura de C&T, bem como a consolidação

institucional da pesquisa e da pós-graduação. A FINEP também incentivou a parceria entre universidades, centros de pesquisas, empresas de consultorias e contratantes de serviços, produtos e processos⁵⁶.

Atualmente a FINEP “é o principal órgão responsável pela seleção, análise e financiamento de projetos na área de inovação industrial, ciência e tecnologia, desde a fase de pesquisa básica até a etapa de industrialização e comercialização” (BATTAGLIA, 1999, p. 200). Em decorrência de tudo isso, Ana Paula Hey (2008) considerou a referida financiadora um órgão valioso para o fomento à ciência e tecnologia no Brasil.

Apenas em 1970, é que começa a acontecer iniciativas mobilizadoras para a criação de um ministério voltado para a área, fato que se efetivou na década seguinte (1980). Nesse sentido, vale registrar que essas iniciativas foram tentativas de integrar as ações nacionais de C&T no Brasil, buscando, dessa maneira, tecer esforços mais amplos e articulados⁵⁷.

Outro marco do fomento à C&T no país foi a criação da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que surgiu com objetivo de atender à demanda da comunidade científica paulistana, ao desenvolvimento e às necessidades do estado. Foi formalmente criada em 1960 e começou a funcionar efetivamente em 1962, ainda que já prevista na Constituição Estadual de São Paulo em 1947 (MOTOYAMA, 1999).

De acordo com Paulo Emílio Vanzolini, idealizador do projeto-lei da FAPESP, a constituição dessa FAP baseou-se em sua experiência como pesquisador, bem como foi resultado de suas visitas a Fundações internacionais como Rockefeller e Ford, e o CNPq no Brasil. Porém ressaltou que “precisávamos era de uma fundação que atendesse diretamente ao pesquisador, mas não tivesse seus próprios institutos, pois, do contrário, era para estes que acabariam sendo canalizados os recursos” (VANZOLINI apud FAPESP, 1996, p. 203). Em sua opinião, o papel da universidade era formar recursos humanos e estimular o

⁵⁶ Informações disponíveis no site: http://www.finep.gov.br/o_que_e_a_finep/a_empresa.asp acesso em 01/03/2012.

^{57a} Inicialmente as ações do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, instituído em 1975, era responsabilidade do Ministério do Planejamento. Nessa época, o órgão responsável pela coordenação do Sistema era o então Conselho Nacional de Pesquisa, hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – que conservou a sigla CNPq. Com isto surgiu o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), com o objetivo de testar metodologias de planejamento, avaliação e execução de projetos. Assessores de planejamento e avaliação experimentavam formas de integrar as ações comuns entre as quatro agências. Começava a nascer a idéia da criação de um ministério que se ocupasse especificamente das ações de C&T. Políticos, dentre eles Renato Archer, e membros da comunidade científica se mobilizaram e encaminharam a proposta ao primeiro governo da Nova República. O grupo teve a reivindicação acatada pelo presidente eleito Tancredo Neves. Na sequência dos fatos políticos, o presidente José Sarney honrou o compromisso assumido por Tancredo, criou o ministério e nomeou Renato Archer como ministro, em 1985. Uma de suas primeiras ações foi implementar a experiência bem sucedida do PADCT”. Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia. Histórico. Disponível em <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/78973.html>: Acesso em: 24 abr. 2011.

interesse pela pesquisa, enquanto que o papel da Fundação seria o de ofertar mecanismos para que a universidade cumprisse sua finalidade. Ou seja, esse isso também não permitiria a concentração de recursos para determinadas áreas, mas sim, um órgão que fomentasse a pesquisa em todas as áreas do conhecimento. Desse modo, a Fundação não substituiria a razão de ser da universidade e nem competiria com esta, sendo, portanto, uma o complemento da outra. De maneira geral, foi assim que a Fundação foi implantada.

Nunca é demais destacar que a FAPESP é a FAP estadual mais antiga do país e se situa, não por acaso, no estado economicamente mais desenvolvido, que comporta historicamente uma comunidade científica extremamente fortalecida, principalmente pela concentração de universidades e institutos de pesquisas, especialmente a Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, onde, “seu corpo científico inicial foi formado por estrangeiros, em geral com uma formação de excelente qualidade” (ZARUR, 1994, p. 64). No caso das ciências sociais, a USP formou diversos expoentes brasileiros de destaque, a exemplo de Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, José de Souza Martins, entre outros⁵⁸. Esses atributos – não só exclusivos às ciências sociais - trouxeram para o campo científico paulista condições de destaque em âmbito nacional.

Além do estado de São Paulo, o Rio de Janeiro passou a destacar-se, o que fortaleceu o campo científico dos dois estados:

A concentração de recursos institucionais e financeiros em São Paulo e no Rio de Janeiro inibia projetos semelhantes em outras regiões. Os melhores estudantes da Bahia, do Nordeste, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul – os que podia fazê-lo – iam estudar naquelas duas cidades, e normalmente não retornavam aos estados de origem (SCHWARTZMAN, op. cit., p. 132).

Essas características possibilitaram o crescimento local, mas também deram origem às desigualdades regionais de diversas naturezas, inclusive no desenvolvimento da C&T. No caso de São Paulo, em suma, esse conjunto de atributos pesou consideravelmente para o fortalecimento da FAPESP, o que a distingue do Rio de Janeiro, que foi capital federal até 1960, recebendo, portanto, aportes de recursos da União.

Ademais, vale destacar que já no seu surgimento a Fundação contou com a dotação de 0,5% oriundos de “impostos estaduais, obrigada por seus estatutos a despender a maior

⁵⁸ Esses sociólogos formaram o que se denominou da Escola de Sociologia da USP ou Escola Uspiana de Sociologia, que teve (e tem) grande impacto na formação do pensamento social brasileiro.

parte de seus fundos em projetos de pesquisa científica e diretamente controlada pela comunidade científica estadual” (op. cit., p. 258). Ainda conforme Schwartzman, tornou-se um órgão de fomento no mesmo nível que as agências federais (CAPES e CNPq).

A dotação orçamentária prevista em sua lei garantiu o apoio contínuo e adequado à C&T em São Paulo, compatível com o tamanho de seu público-alvo e servindo como modelo a ser seguido. Por isso, o controle da comunidade científica sobre a FAPESP e sua forma de atuação vai ser uma marca que se reproduzirá em outras FAP’s anos depois. Mais uma vez, esse fato revela a capacidade da comunidade científica de pressionar o poder público no intuito de buscar controlar (ou de ter maior controle sobre) as fundações de fomento estaduais.

Ao longo das décadas seguintes, outras comunidades acadêmicas locais vão reivindicar junto ao poder público de seus estados, no momento em que se consolidam, a criação de fundações de apoio/amparo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico estaduais, especialmente para combater as desigualdades regionais na área de C&T. A partir daí, as FAP’s passaram a ganhar uma dimensão chave, sendo um palco valioso de análise, de questionamentos dos bloqueios ou das possibilidades de desenvolvimento da ciência e da tecnologia ou enquanto reflexo das fragilidades ou força do campo científico existente nas localidades. Ou seja, esse processo histórico revela que as fundações são locais privilegiados de reconhecimento das dinâmicas acadêmicas locais. De fato, elas representam atributos e capacidade das comunidades acadêmicas estaduais, e o caso da FACEPE não vai destoar dessa tradição.

O capítulo segue tratando da institucionalização do fomento à pesquisa em Pernambuco a partir da criação da FACEPE, incluindo sua forma de funcionamento e a ação dos agentes.

2. Institucionalização do Fomento à Pesquisa em Pernambuco: a FACEPE

A Fundação de Amparo à Ciência e à Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) é criada numa rica conjuntura de mobilizações sociais, que teve seu início na campanha do então candidato a governador Miguel Arraes de Alencar, no ano de 1986. Essa

era uma época de muitas mudanças em todo país, seja no plano político, social ou econômico, com o ressurgimento da democracia após vinte e um (21) anos de regime militar (1964-1985). Setores antes excluídos e/ou perseguidos pela ditadura militar, inclusive dentro das universidades, passaram a se mobilizar e a demandar novas políticas junto ao Estado.

Com a reabertura democrática no cenário político e a partir da Constituição Federal de 1988⁵⁹, houve a criação de leis, decretos e constituições estaduais visando, dentre outras questões sociais, possibilitar/garantir fundos permanentes para fomento à pesquisa. Daí, então, a formação e atualização de um sistema nacional de ciência e tecnologia (C&T) passou a ser uma necessidade contínua e crescente em que a produção, transferência e utilização do conhecimento conduzissem ao desenvolvimento econômico e social em outros moldes, inclusive mais democráticos (ALMEIDA; CABRAL, 2005).

Nessa atmosfera de mudanças, em Pernambuco, com a eleição de Miguel Arraes de Alencar (PMDB) para Governador de Pernambuco, de 1987 a 1990⁶⁰, foi concedido um espaço significativo para discussão sobre a C&T, tendo em vista que sua equipe de campanha eleitoral foi composta por pessoas vinculadas às universidades⁶¹ e, por conta disso, se formou um grupo de intelectuais que levaria uma proposta de C&T para o estado no decorrer de seu mandato. Muitos desses professores e pesquisadores, a exemplo de Sérgio Rezende (que veio a tornar-se Ministro de Ciência e Tecnologia no segundo mandato do Governo Lula⁶²), Tânia Bacelar⁶³ e Ricardo Ferreira⁶⁴, que faziam parte do aludido grupo, além de serem nomes de prestígio em termos acadêmicos, já conheciam a importância do fomento à pesquisa baseadas em órgãos como o CNPq e CAPES, em nível nacional, e a FAPESP⁶⁵, no estado de São Paulo.

⁵⁹ O capítulo IV, artigo 218 da Constituição Federal regulamenta questões sobre o apoio ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Acesso em 20 mar. 2012.

⁶⁰ O primeiro governo de Arraes foi de 1963-64, quando foi cassado e exilado pelo Regime Militar em 1964. Esse governo foi um marco nas lutas democráticas e populares do estado.

⁶¹ É válido ressaltar que Silke Weber, representante destacada da comunidade científica pernambucana, foi Secretária de Educação na gestão de Miguel Arraes, no período de 1995 a 1998. Este também é um exemplo do peso do capital simbólico que é reconvertido.

⁶² REZENDE, S. Entrevista. In: ALMEIDA, M. G. A. A.; CABRAL, M. F.C. Memorial FACEPE 15 anos. Recife, CCS Gráfica Editora, 2006. P. 52-58; RESENDE, S. Entrevista. In: Revista Pesquisa FAPESP, nº 159, maio 2009, p. 104. Disponível em: <http://revistapesquisa2.fapesp.br/?art=3845&bd=1&pg=1&lg=>. Acesso em: 29 abr. 2012.

⁶³ Atuou trinta anos na Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

⁶⁴ Ricardo Ferreira é reconhecido internacionalmente em sua área de atuação e "representante da geração de fundadores da ciência moderna no Brasil, principalmente a partir dos anos 40". Informações disponíveis em: <http://www2.iq.usp.br/alquimista/alquimista31.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2012.

⁶⁵ A FAPESP foi a primeira agência estadual de fomento à pesquisa no País e sempre teve papel estratégico no apoio e desenvolvimento da C&T neste estado. Tem sua história pautada em muitas lutas políticas por recursos e de resistência da comunidade

O depoimento do professor e pesquisador Sérgio Rezende, um dos idealizadores da FACEPE, relatou como se deu o processo de criação da Fundação, das mobilizações mencionadas:

E foi quando na campanha pra eleição, que foi eleito Miguel Arraes, em 1985, nós começamos a fazer movimento entre os professores pra fazer proposta, para que o governo de Pernambuco tivesse uma política de financiamento da pesquisa. Aí, então, Arraes foi eleito e esse grupo acabou sendo convidado a redigir propostas concretas. E nós fizemos então uma proposta de se criar uma Fundação Estadual de Apoio à Pesquisa, a exemplo da FAPESP, que é o grande exemplo de instituição estadual. Escrevemos isso no programa de Arraes. (Sérgio Rezende, professor e pesquisador do departamento de Física da UFPE e ex-ministro da Ciência e Tecnologia. 26/10/2011).

É oportuno também mencionar que a ideia de implantar um fundo para a C&T em Pernambuco é anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, pois isso era uma demanda dos cientistas envolvidos na campanha para governador de Miguel Arraes (REZENDE, 2010), situação que revela a visão antecipadora desses acadêmicos na época.

Assim, no sentido de corroborar com o relato de Sérgio Rezende, a fala do físico Ivon Fittipaldi, um dos quais esteve vinculado à luta pela FAP pernambucana, remontou como se deu a ideia de instituí-la, bem como a previsão de seu orçamento na Constituição Estadual.

Então é nessa oportunidade que a gente procura o Dr. Arraes, um grupo de pesquisadores e a gente propõe a criação uma fundação de amparo à pesquisa no estado de Pernambuco. Ele de pronto gostou da ideia e criou-se então o capítulo 4 (quatro) da constituição do Estado de Pernambuco, fala sobre a Ciência e Tecnologia e lá prever a criação de uma fundação. Essa fundação então teria uma dotação orçamentária. Nessa constituição diz que nós teríamos direito de 1% da receita orçamentária do Estado e que esse fundo de desenvolvimento da ciência e tecnologia no estado de Pernambuco. A gestão desse fundo estaria a cargo de uma fundação. Isso é o que está na constituição brasileira (Prof. Dr. Ivon Fittipaldi, ex-diretor científico da FACEPE e atual Coordenador da Representação Regional do MCT no Nordeste (ReNE/MCT), 18/08/11).

A participação da comunidade científica no movimento de criação e implantação da FACEPE, bem como sua relação com o campo político local, são evidentes nos depoimentos supracitados. Isso porque essas duas questões estão fortemente ligadas, uma legitimou a outra. Sob este ponto de vista, o atual presidente da Fundação, o professor Diogo Simões,

científica, desde a criação e aprovação do artigo constitucional, 123 da constituição do estado de São Paulo até os dias atuais (MOTOYAMA, op. cit, p. 35).

fez um balanço analítico, associando a criação da FACEPE e as iniciativas de pesquisadores(as), às questões de cunho nacionais, ressaltando que:

[...] a gente não deve se esquecer que essa luta por assegurar regularidade ao financiamento das atividades de ciência e tecnologia, era algo que precedeu a criação da FACEPE e tinha caráter nacional, uma dimensão nacional, foi ela que se alimentando, digamos, do que nessa matéria já se tinha sido feito desde os anos 50 com a criação do CNPq, com a criação da FAPESP, etc. Mas em 1988 na discussão, nos anos que antecederam à constituição, a nova constituição brasileira, então foi ali que se deu o passo fundamental ao inserir aquele dispositivo, no capítulo da ciência e tecnologia da constituição, que permite aos estados a vinculação de parcela de sua receita, ao desenvolvimento... enfim, a financiar a entidade dedicada exclusivamente ao financiamento da ciência e tecnologia. Então, claro que em Pernambuco, nós podemos sair na frente porque havia gente aqui mobilizada, ligada, competente, mas não se pode dizer que a existência dessas pessoas e desse movimento, fosse suficiente pra produzir isso, quer dizer, se não houvesse, não tivesse a grande mobilização nacional e discussão disso na constituição provavelmente a FACEPE não existiria (Diogo Simões, Presidente da FACEPE, 03/01/2012).

Sem dúvida, o depoimento do professor Diogo Simões é bastante elucidativo e aponta questões relacionadas à FACEPE, as quais se complementam: a Fundação é sim resultado de uma ação do campo acadêmico nacional (do qual acadêmicos pernambucanos faziam parte), que pressionou o campo político para a criação de um fundo permanente e regular para a C&T na Constituição Federal de 1988. É também um desdobramento de lutas históricas oriundas desde a criação do CNPq e da FAPESP. Além disso, é inegável que em Pernambuco havia um conjunto de pesquisadores(as) vinculados(as) às instituições de ensino e pesquisa locais que estavam mobilizados e que, portanto, se empenharam e intervieram junto ao Poder Público em prol da criação de um órgão de fomento estadual. Ou seja, havia no estado uma comunidade científica atuante (na atividade de pesquisa) anterior à própria FACEPE, que deu legitimidade e força para a criação da mesma. Ademais, vale destacar que há décadas o campo científico pernambucano já estava consolidado, nas mais diversas áreas, e contava (como ainda conta) com a universidade mais importante do Norte e Nordeste do Brasil, a UFPE.

Por isso, não é à-toa que a FACEPE tornou-se a primeira FAP estadual do Nordeste. Esse foi um grande diferencial de Pernambuco (sua comunidade científica), pois em outros

estados do Nordeste as FAP's foram implantadas anos mais tarde, como é o caso da Bahia e de Sergipe⁶⁶.

De fato, o papel desempenhado pelo grupo e a autoridade científica do mesmo conferiu uma força mobilizadora interna à própria comunidade acadêmica pernambucana, desembocando na implantação de uma FAP estadual no terceiro ano do mandato do governador Arraes (1989). É assim que a criação da FACEPE demonstrou a capacidade de intervenção da comunidade científica local. Nesse sentido, no relato da ex-presidenta da FACEPE Lúcia Melo, ela frisou que a referida agência de fomento “[...] foi certamente fruto de grande esforço coletivo envolvendo diversas pessoas da comunidade acadêmica de Pernambuco” (MELO apud ALMEIDA; CABRAL, 2005, p. 30), e ainda mencionou que a instituição também contou com força da comunidade científica externa, a exemplo de Alberto Carvalho da Silva, então presidente da FAPESP, e que “a SBPC teve um lugar de destaque na luta pela criação da FACEPE como também das demais fundações estaduais” (MELO apud Idem). As palavras da ex-presidenta elucidaram o sentimento coletivo daquele momento:

[...] a criação da FACEPE se deu num momento de grande expectativa e otimismo em relação ao crescimento do sistema nacional de Ciência e Tecnologia e nós éramos parte ativa neste movimento. Pernambuco saía na frente liderando esse processo na Região Nordeste (MELO apud ibidem., p. 32).

A Constituição do Estado de Pernambuco foi promulgada em 05 de Outubro de 1989, na qual ficou estabelecida no caput do Artigo 203, 3º parágrafo do capítulo III, a criação de uma Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia nos seguintes termos: “O Estado promoverá o desenvolvimento científico e tecnológico, incentivando a formação de recursos humanos, a pesquisa básica e aplicada, a autonomia e a capacitação tecnológicas, a difusão de conhecimentos, tendo em vista o bem-estar da população e o progresso das ciências⁶⁷”. No parágrafo §3º é especificado: “*para os fins do disposto neste artigo o*

⁶⁶ O estado da Bahia criou a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) em 27/8/2001. E em Sergipe a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) foi criada em 12/12/2005.

⁶⁷ Constituição Estadual de Pernambuco, 2008, p. 104. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/home/index.php>. Acesso em: 05 out. 2009.

Estado criará, com a participação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, uma Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia⁶⁸”.

Em 26 de dezembro de 1989 foi criada a Lei nº 10.401, que instituiu a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), um órgão de fomento à pesquisa estadual vinculado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA⁶⁹) de Pernambuco. Com isso, a FACEPE representou um avanço não apenas para o desenvolvimento da C&T, mas também para o cenário de mudanças no universo político, social e econômico que Pernambuco vivenciava.

As atividades da FACEPE tiveram início em 13 de julho de 1990, passando a ser consideradas fontes para o desenvolvimento do estado (investimentos em tecnologias) e, acima de tudo, uma alternativa para os pesquisadores radicados em Pernambuco, que antes necessitavam recorrer às instituições de fomento nacionais e internacionais, para desenvolverem seus trabalhos, suas pesquisas e instalação de laboratórios.

As atribuições assumidas pela FACEPE, ao longo de sua história, revelam seu papel essencial para o campo científico pernambucano e a reprodução do habitus do mesmo.

No geral, além de oferecer o fomento tradicional⁷⁰, atendendo a demanda espontânea da comunidade científica, introduziu uma categoria de fomento inovador na região Nordeste através da criação de um programa denominado de demanda induzida, orientada conforme a política estadual de C&T, contemplando áreas consideradas estratégicas⁷¹. Dessa maneira, a agência de fomento nasceu retratando os ideais de mudança (no cenário nacional) social e política da época, significando transformações para a própria comunidade científica de Pernambuco.

Conforme o seu Estatuto⁷², a FACEPE é dotada de patrimônio próprio, com autonomia administrativa e financeira, regida por seu estatuto e legislação. Sua finalidade é exercer, em âmbito estadual, a função de órgão de fomento e promover o desenvolvimento

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Foi criada em 1988 e tem como objetivo formular, fomentar e executar as ações de política estadual de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação; planejar, coordenar e implementar a política estadual de proteção do meio ambiente e dos recursos hídricos; promover e apoiar ações e atividades de incentivo à ciência, às ações de ensino superior, pesquisa científica e extensão, bem como apoiar as ações de polícia científica e medicina legal; além de instituir e gerir centros tecnológicos. Em 2010 passou a ser designada de Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTEC) e não mais Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA).

⁷⁰ Refere-se aos auxílios e bolsas de fluxo contínuo, ou seja, não precisam de editais específicos para serem solicitados.

⁷¹ Áreas consideradas pelo Estado como prioridade e que visam o desenvolvimento local: agropecuária, biotecnologia, energia, gesso, cana-de-açúcar, turismo, energia, etc (ALMEIDA; CABRAL, 2005).

⁷² As informações referentes à finalidade da FACEPE encontram-se respaldadas no Estatuto, disponível em: <http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=100>. Acesso em: 09 abr. 2012.

científico e tecnológico, a formação de recursos humanos, a pesquisa básica e aplicada, capacitação tecnológica e a difusão de conhecimento, tendo em vista as necessidades sociais locais e o progresso das ciências. Dessa forma, sua missão visa estimular o desenvolvimento científico e tecnológico frente ao crescimento socioeconômico de Pernambuco.

Para concretizar sua finalidade, o tipo de apoio ofertado pela FACEPE encontra-se, desde seu início, voltado para custear, total ou parcial, programas e projetos de pesquisa, individuais ou institucionais, desenvolvidos em órgãos estaduais de pesquisa, universidades e centros de pesquisa. Deve também destinar recursos financeiros para a modernização e criação de infra-estrutura laboratorial e de biblioteca necessárias ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, exclusivamente em instituições públicas do estado, além de promover e estimular a transferência de tecnologia entre unidades de pesquisas e o setor produtivo e ao surgimento de empresas de base tecnológica. Compete à FACEPE apoiar a formação e aperfeiçoamento de recursos humanos para pesquisa nos níveis médio, superior e de pós-graduação, mediante a concessão de bolsas de estudo e pesquisa e auxílio, no país e no exterior⁷³, bem como promover o intercâmbio entre pesquisadores locais e de outros estados ou do exterior, mediante a concessão de auxílios para esta finalidade.

É de sua competência fomentar visita ou permanência em instituições locais, de especialistas e técnicos de alto nível para apoio às atividades de pesquisas e o apoio, através do financiamento de programas específicos, à fixação ou permanência de recursos humanos de alto nível no estado. Cabe a ela também o apoio à realização de eventos científicos e tecnológicos, e custear a participação de pesquisadores nesses tipos de eventos. Tem também como incumbência a manutenção de um sistema permanente de avaliação e acompanhamento dos projetos apoiados com seus recursos e parcerias, bem como o acompanhamento da aplicação dos auxílios concedidos.

A Fundação busca o cumprimento de sua finalidade através dos editais, para execução de projetos, e também na oferta de auxílios de fluxo contínuo, isto é, sem

⁷³ Como exemplo do Auxílio para Congresso no Exterior, voltados para pesquisadores e com objetivo de apresentação de trabalho em congressos fora do país. Em 2009 foi criada a modalidade Auxílio Mobilidade Discente, que tem como finalidade “propiciar a estudante de pós-graduação, mediante a cobertura de despesas de transporte e manutenção, um estágio de curta duração em centro de pesquisa sediado no país para realizar parte de seu trabalho de dissertação ou tese em cooperação com grupo de pesquisa diferente daquele a que está vinculado, visando enriquecer sua formação e incentivar a colaboração interinstitucional. Excepcionalmente, o auxílio poderá ser concedido para apoiar estágio no exterior, no contexto de projeto realizado por grupo de pesquisa local que mantenha cooperação internacional bem consolidada com grupo de pesquisa fora do país”. Informações disponíveis: em www.facepe.br. Acesso em 20 out. 2011.

necessidade de edital, para participação e realização de evento, treinamento de pesquisador no país ou no exterior, professor visitante, bolsas para técnico, entre outros. No que se refere às bolsas para mestrado e doutorado, atualmente são lançados editais duas vezes por ano (desde 2007) e para a iniciação científica o edital é lançado anualmente desde 1996⁷⁴.

Segundo seu Estatuto, cabe à Fundação promover estudos regulares sobre a situação geral da pesquisa, tanto no estado e quanto no Brasil, identificando os campos que devam receber prioridade de apoio, bem como a manutenção de informações atualizadas sobre atividades de pesquisa no estado, bem como o corpo de profissionais e suas instalações. Da mesma forma, deve promover e apoiar a publicação dos resultados de pesquisas científicas e ainda incentivar a integração entre as entidades de pesquisa do Estado, universidades, instituições não-governamentais e empresas, por meio de apoio a projetos integrados, podendo, assim, identificar grupos com potencialidades para a geração de tecnologia de ponta ou outros grupos de pesquisa emergentes, estabelecendo mecanismos de apoio ao seu desenvolvimento.

No sentido de melhor adequar a execução de suas funções institucionais, a FACEPE celebra convênios, contratos e acordos de cooperação e pesquisa com órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como firmar contratos e acordos com pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, nos termos da legislação aplicável. Neste sentido, a Fundação firmou parcerias e convênios com órgãos federais⁷⁵, a exemplo do CNPq, da CAPES, da FINEP, etc.

A história da FACEPE é caracterizada também pelas dificuldades em cumprir seu papel, sua missão, diante dos limites impostos pela vontade política dos governantes. O repasse de recursos destinados para execução de sua atividade não teve regularidade e a maior parte de sua existência funcionou de forma insatisfatória, porque não conseguia acompanhar à demanda da comunidade científica local. Em muitos momentos, não conseguia cumprir a folha de pagamento para projetos e bolsas aprovadas. Por isso, durante longos períodos sofreu com a falta de credibilidade por parte da referida comunidade, que anteriormente intervieram junto ao poder público em prol de sua criação.

⁷⁴ Essa discussão será debatida no capítulo 3 da presente dissertação.

⁷⁵ Essas questões serão mais discutidas no capítulo seguinte.

Ainda sobre sua história, o próximo item do presente capítulo destaca sua estrutura de funcionamento e como se dá a participação da comunidade científica nos cargos e funções da gestão da referida agência de fomento.

3. A estrutura de funcionamento da FACEPE

De modo geral, as FAP's⁷⁶ são norteadas pela “adoção de uma política explícita – no que se refere à destinação dos recursos públicos – que tem por base a apreciação do mérito das propostas submetidas à obtenção de auxílio financeiro” (ALMEIDA; CABRAL, 2005, p.146-147), visando garantir a transparência e qualidade de todo processo de análise. Assim, “este processo de avaliação busca padrões exigentes de qualidades por meio de um julgamento criterioso, mediante pareceres de especialistas, oriundos da comunidade de C&T local, nacional e, em casos especiais, internacional (Idem, 2005, p.146-147). A FACEPE não escapa a este princípio norteador.

Sua estrutura de funcionamento e a forma de atuação da FACEPE se basearam no modelo da FAPESP. Neste sentido, é relevante mencionar que na época da criação da FACEPE, sua estrutura de funcionamento foi discutida entre os membros da comunidade científica. O professor Ivon Fittipaldi participou ativamente de todo processo e narrou que:

Nesse momento, houve uma iniciação na comunidade para discutir, por exemplo, a formação do conselho, do conselho superior da Fundação e o Dr. Jader, que foi escolhido pelo governador Miguel Arraes (claro!) para ser o primeiro secretário de ciência e tecnologia. Era ele que conduzia. A professora Lúcia Melo também integrava esse grupo de gestores e nós fizemos um debate, que para mim ficou histórico. Esse debate foi no ITEP e onde se propunha que o presidente do conselho de administração, o conselho deliberativo, administração com funções deliberativas da fundação fosse presidido pelo próprio secretário de Ciência e Tecnologia (Prof. Dr. Ivon Fittipaldi, ex-diretor científico da FACEPE e atual Coordenador da Representação Regional do MCT no Nordeste (ReNE/MCT) – 18/08/2011).

⁷⁶ Neste sentido, foi criado em 2007 o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP), caracterizado como uma organização sem fins lucrativos com o objetivo melhor articular os interesses das agências estaduais de fomento à pesquisa. Já faz parte do conselho o total de vinte e quatro fundações, e o Distrito Federal fundações. “A mais recente, que teve suas atividades iniciadas em 2011, é a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Tocantins – FAPT (CONFAP, 2011). Informações disponíveis em: www.confap.org.br.

Com base em seu Estatuto⁷⁷, a forma de funcionamento da FACEPE, considerando sua forma de gestão, encontra-se atualmente composta da seguinte maneira: Conselho Superior, Presidência, Diretoria Científica⁷⁸, Diretoria de Inovação e Câmara de Assessoramento e Avaliação, conforme evidenciado no organograma abaixo:

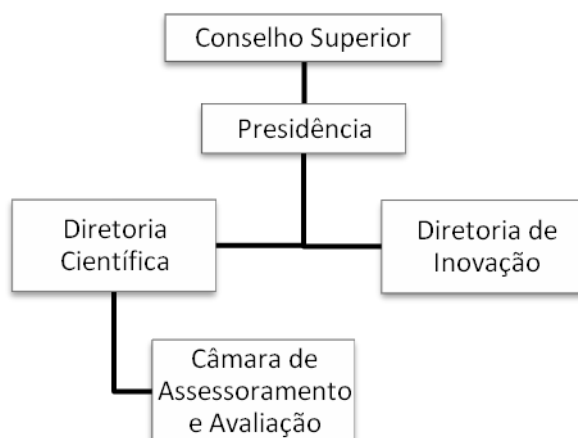


Figura 1. Fonte: FACEPE. Organização da autora (SANTOS, Andreia Patrícia dos).

a) O Conselho Superior

O Conselho Superior tem como função definir e estabelecer as diretrizes gerais e a política de atuação da FACEPE. É formado pelo Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado, no qual é o presidente, e pelo Diretor-Presidente da FACEPE, que exerce a função de Secretário Executivo do Conselho.

Compete ao Presidente do Conselho Superior o desempenho das seguintes atribuições: convocar o Conselho, presidir as reuniões, exercer o voto de qualidade para desempate nas votações do Conselho e indicar ao Governador do Estado lista tríplice de pesquisadores para ocupar a Diretoria Científica da FACEPE.

Além destes, o Conselho é constituído por oito conselheiros, assim distribuído: quatro (4) conselheiros designados por livre escolha do Governador do Estado, entre pessoas de notória reputação científica e tecnológica, de diferentes áreas de conhecimento, dentre os

⁷⁷ Aprovado pelo Governador do Estado por meio do Decreto nº 29.971, de 01 de dezembro de 2006, e publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco de 02 de dezembro de 2006, seção do Governo do Estado.

⁷⁸ Em 2007 foi criada a Diretoria de Inovação. Antes as atividades eram executadas pela Diretoria Científica, Tecnológica e de Inovação em conformidade com o Decreto Nº 29.971, de 01 de dezembro de 2006, e publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco de 02 de dezembro de 2006. Também em 2007 foi excluída a função intitulada Coordenação de Estudos e Pesquisa.

quais 2 (dois) pesquisadores em atividade técnica nas entidades de pesquisa que integram a Administração Estadual, a exemplo do HEMOPE (Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco), do IPA (Instituto de Pesquisas Agronômicas), do LAFEPE (Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco), da Universidade de Pernambuco (UPE) entre outros; e quatro (4) pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, representantes das instituições de ensino e pesquisa sediadas no estado, os quais são eleitos pela comunidade científica estadual e nomeados pelo Governador. Neste último, os pesquisadores são representantes das instituições públicas de ensino e pesquisa e serão escolhidos pelos integrantes dos colegiados dos programas de pós-graduação que não devem ter nota inferior a quatro (4), segundo conceito atribuído pela CAPES. O quadro abaixo apresenta a atual composição do Conselho:

Quadro 04 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA FACEPE⁷⁹		
Nome	Função no Conselho	Instituição
Marcelino Granja de Menezes	Presidente	Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco - (SECTEC)
Diogo Ardaillon Simões	Secretário Executivo	Presidente da FACEPE
Lúcia Carvalho Pinto de Melo	Conselheira	Presidente do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE)
Antonio Carlos Maranhão de Aguiar	Conselheiro	Secretário do Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo (STQE)
Viviane Colares Soares de Andrade Amorim	Conselheira	Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Faculdade de Odontologia - Universidade de Pernambuco (FOP/UPE)
Fernando Jose Freire	Conselheiro	Presidente da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)
Suely Lins Galdino	Conselheira	Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Biológicas, Depto. de Antibióticos
Ana Cristina Brito Arcoverde	Conselheira	Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Depto. de Serviço Social
Antônio Celso Dantas Antonino	Conselheiro	Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Tecnologia, Depto. de Energia Nuclear.
Fonte: FACEPE - Organização da autora		

⁷⁹ As conselheiras Viviane Colares e Lúcia Melo e o conselheiro Antonio Carlos Maranhão são os indicados pelo Governador. Há ainda uma vaga em aberto dentre os componentes que são indicados pelo Governador. Os demais foram eleitos pela comunidade científica.

O mandato dos(as) conselheiros(as), regido pelo Estatuto, é exercido por um período de três (3) anos, não sendo permitida a recondução. A função não é remunerada, nem representa qualquer tipo de vínculo empregatício. As reuniões do Conselho Superior ocorrem ordinariamente, 1 (uma) vez por trimestre e, extraordinariamente quando necessário, mediante convocação do Presidente ou pelo menos pela metade dos seus membros e realizadas com a presença da metade mais um de sua composição, sendo consideradas aprovadas as matérias que obtiverem maioria simples de voto. A participação do Diretor Científico é facultativa e não tem direito a voto nas decisões do referido Conselho. As decisões das reuniões são registradas em ata e assinadas pelos membros presentes.

A política, as prioridades e a orientação geral da FACEPE são determinadas pelo Conselho Superior, cabendo também aprovar os planos anuais e plurianuais de atividades, inclusive propostas orçamentárias, orientação da política patrimonial e financeira da Fundação. Dentre suas atribuições estão incluídas: aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Fundação, submetendo-o à apreciação do Governador do Estado, apreciação dos relatórios e contas do exercício anterior, mediante parecer do Conselho Fiscal⁸⁰, bem como o relatório anual das atividades da Fundação e, em especial, a aplicação dos auxílios concedidos e os resultados das pesquisas, providenciando sua divulgação. Também é sua função homologar as indicações dos membros das Câmaras de Assessoramento e Avaliação, propostas pelo Diretor Científico e pelo Presidente, e também aprovar e modificar o Regimento Interno da Instituição.

A FACEPE lança edital para recebimento das candidaturas e a eleição é coordenada por uma comissão eleitoral⁸¹ indicada pelo Diretor-Presidente, em conformidade com a Diretoria Científica e aprovada pelo Conselho Superior (todos eles da FACEPE). Só podem ser eleitos pesquisadores que tem classificação nível 1 (um) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), isto é, os bolsistas de produtividade

⁸⁰ Ao Conselho Fiscal compete responder pelas funções de assessoramento e orientação ao Conselho Superior, para fins de análise e julgamento das demonstrações econômico-financeiras da FACEPE e as prestações de contas da Presidência. Informações disponíveis em www.facepe.br. Acesso em: 21 out. 2011.

⁸¹ Dentre os componentes da Comissão, há um representante da SBPC.

nível 1, ou aqueles de notório saber científico, reconhecidos nacionalmente, a critério do Conselho Superior.

A partir do que foi apresentado, a declaração do Professor Ivon Fittipaldi remontou o debate histórico sobre a composição do Conselho, na época em que a Fundação foi criada e seu estatuto foi elaborado:

Então, naquela época eu fui o arauto da comunidade, fui eu quem levou a mensagem. Propusemos, inclusive, o Estatuto. Fizemos sugestões no Estatuto, na minuta original do Estatuto, como composição do conselho, por exemplo, dos membros do Conselho, a maneira de escolher os membros do conselho. Nós fizemos sugestões que foram inclusive aceitas. Por exemplo, hoje aí, o Conselho da FACEPE é composto por representantes de áreas do conhecimento, são quatro áreas do conhecimento, e esses representantes são pesquisadores que são eleitos pelos pares também pesquisadores, mas com uma restrição, eles devem pertencer a grupos de pesquisa ou departamentos, ou vinculados a cursos de pós-graduação, com conceito superior a C na época, porque na época os cursos de pós-graduação eram conceituados, A, B e C. Então, ele tinha que ser um curso A, B ou C, para participar, para ser eleito. Hoje, tem que ser curso de pós-graduação com conceito igual ou superior a 4. [...] e me eu lembro, então, que eu levei pra essa reunião do ITEP... eu peço lá a voz e levo essa reivindicação da comunidade que era: primeiro, que a escolha dos membros fosse feito através de critérios e méritos, isto é, vinculando um pesquisador ativo a um curso de pós-graduação conceituado, com conceito, no mínimo, C. Isso foi aceito na versão final do Estatuto da Fundação, e que depois isso continua. Mas o mais importante, da nossa reivindicação, era que o Presidente da Fundação fosse o membro do Conselho Superior dela, eleito pelos pares e não necessariamente o secretário (Prof. Dr. Ivon Fittipaldi, ex-diretor científico da FACEPE e atual Coordenador da Representação Regional do MCT no Nordeste (ReNE/MCT) – 18/08/2011).

A composição do referido Conselho Superior remete a pelo menos duas questões que se ligam à noção de campo científico:

1º) os quatro (4) pesquisadores que são indicados pelo Governador do Estado não estão isentos das exigências específicas do campo, já que precisam ser pesquisadores atuantes, produtivos em instituições de pesquisas estaduais, ou seja, eles precisam ter construído acumulação de capitais simbólicos capaz de o posicionar da melhor maneira no campo. Nunca é demais escrever que “cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital” (BOURDIEU, 2004b, p. 26) e no campo científico isso não é diferente. Para melhor entender o sentido de relacionar a noção de campo científico à função de conselheiro superior da FACEPE, recorre-se a Afrânio Catani (2011, p. 192), estudioso

da teoria bourdiesiana, quando frisou que “um campo é um ‘sistema’ ou um ‘espaço’ estruturado de posições. Esse espaço é um espaço de lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições”. Então, a indicação política para a função de conselheiro pode ser entendido pelo prisma do capital científico, isto é, um “poder institucional e institucionalizado que está ligado à ocupação de posições importantes nas instituições científicas, direção de laboratórios ou departamentos, pertencimento a comissões, comitês de avaliação etc.” (BOURDIEU, 2004b, p. 35). Ou seja, esses traços distintivos permitem que o conselheiro seja reconhecido não apenas entre seus congêneres, mas também, em reconhecidos em outros campos.

2º) além das questões incluídas na noção de capital científico acima, os outros quatro (4) integrantes precisam do reconhecimento de seus congêneres, já que há edital de convocação para eleição dos candidatos. Esse edital corresponde às regras do jogo científico. São exigências que revelam os “traços distintivos” dos agentes que se candidatam/ocupam a função de conselheiro.

As atribuições do Conselho conferem aos seus integrantes uma espécie de “poder simbólico”, mas traduzido objetivamente como um poder de decisão no interior da FAP. Esse poder é legitimado através da autoridade e da competência científica que os agentes (conselheiros) adquiriram no campo, em sua área de atuação, em sua carreira de cientista e pelo reconhecimento dos pares. Tal fato, reforça a ideia de que a FACEPE reproduz a lógica do campo científico.

b) A Presidência

O cargo de Presidente é uma indicação política, isto é, realizada através do Governador do Estado a cada 4 (anos). De modo geral, o cargo é ocupado por um professor/pesquisador, com titulação de doutor ou atuação equivalente, vinculado à uma instituição de ensino e/ou pesquisa localizada em Pernambuco. As ações da política de fomento demandadas tanto pelo Conselho Superior quanto pelo Estado, serão executadas pela Presidência da FACEPE, considerada como “órgão de direção superior”, bem como dirigir as atividades e ações da FACEPE sob o ponto de vista administrativo. Dentre suas atividades cabe articular a cooperação entre pesquisadores de instituições locais, nacionais e

internacionais no desenvolvimento de projetos de pesquisa apoiados pela FACEPE e desenvolver parcerias de interesse do referido órgão de fomento.

O que importa registrar é que o Presidente agrega um conjunto de recursos simbólicos relativos ao campo científico, a exemplo da titulação de doutor e o vínculo institucional, que permitirá inicialmente a articulação entre a comunidade científica e as políticas de fomento da Fundação e suas parcerias, e, por outro lado, deve dispor de capitais sociais (relações institucionais e políticas) que interfere na indicação para o cargo.

O quadro abaixo sintetiza o perfil dos profissionais da academia que se tornaram Presidentes da FACEPE, desde o início de suas atividades até o ano de 2012.

Quadro 05 – PRESIDENTES DA FACEPE ENTRE OS ANOS DE 1990 A 2011		
Nome	Período	Formação/Titulação
Sebastião Simões (<i>in memorian</i>)	1990	Graduado em Química Industrial - Escola de Química do Recife. Foi funcionário da Petrobrás e fez estágio em Toulouse/França.
Roberto Oliveira de Aguiar (<i>in memorian</i>)	1991 - 1995	PhD pela London School of Economics and Political Science.
Lúcia Carvalho Pinto de Melo	1995-1999	Mestre em Energia e Meio Ambiente, Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, UCSB, Estados Unidos. Mestre em Física - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.
José Carlos Silva Cavalcanti	1999-2003	Doutor em História Econômica - Universidade de Manchester - Reino Unido. É professor de Economia da UFPE.
José Carlos Vieira Wanderley	2003-2007	PhD. em Educação Comparada e Internacional. University of California at Los Angeles, UCLA, Estados Unidos. É professor de Sociologia da UFPE.
Diogo Ardaillon Simões ⁸²	2007-2012	Doutorado em Microbiologia - Biotecnologia. - Institut National Des Sciences Appliquées de Toulouse, INSAT, França. É professor de Bioquímica da UFPE.
Fonte: www.facepe.br – organização da autora.		

Conforme o quadro acima demonstra, a maioria dos presidentes teve acesso a importantes universidades (fora e dentro do país) e a formação em diversas áreas do conhecimento. A circulação internacional⁸³ (qualificação) é um traço comum entre todos os

⁸² Atual Presidente da FACEPE.

⁸³ A qualificação de docentes e pesquisadores brasileiros no exterior resulta, nos últimos 35 anos, de uma política de pós-graduação por meio de uma ação direta do Estado. Essa política produziu resultados que hoje podem ser exibidos em múltiplos fóruns e na vida acadêmica. [...] Nos últimos dez anos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-MEC) concedeu 2.697 bolsas de estudos para estudantes brasileiros, a fim de realizarem no exterior o seu doutorado pleno. Se considerarmos que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) oferece um número similar de bolsas e que também algumas fundações estaduais de apoio à pesquisa oferecem bolsas para idêntica finalidade, o Brasil manteve em torno de 9 mil bolsistas no exterior, em idênticos períodos (CURY, 2004, p. 29).

dirigentes, principalmente nos estudos de pós-graduação (doutorado), o que não só significa um acúmulo de experiências, seja do ponto de vista acadêmico, cultural, social, entre outros, mas possibilita e aumenta as oportunidades de reconverter essas experiências em outras oportunidades em sua atuação profissional. Vale mencionar que, mais do que a força e a relação política, os atributos acadêmicos (educacionais) são essenciais para legitimar a condição do cargo de Presidente. Em outras palavras, a posição que ocupa na estrutura social (a FACEPE), que por sua vez se encontra vinculada à sua competência, seu conhecimento acumulado em sua trajetória e os investimentos realizados em sua carreira acadêmica e profissional são requisitos decisivos para tornar-se presidente.

c) A Diretoria Científica

Conforme o Estatuto, a Diretoria Científica desenvolve uma das atividades mais importantes da instituição. Sua função principal é: “coordenar e implementar a política de fomento à ciência, à tecnologia e à inovação estabelecida pela FACEPE⁸⁴”. Neste sentido lhe compete: acompanhar a execução dos programas de desenvolvimento científico e dos programas estratégicos e de indução, articular-se com instituições científicas e tecnológicas, no seu âmbito de competência, para assuntos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, propor ao Presidente as diretrizes para o desenvolvimento de programa de apoio à pesquisa e à formação de recursos humanos. Deve também indicar à Presidência, os nomes aptos para compor a Câmara de Assessoramento e Avaliação. Assim, a Diretoria Científica tem uma relação direta com os membros da Câmara e também com os pesquisadores que buscam apoio na FACEPE. Também deve coordenar os programas técnico-científicos, na formação de recursos humanos (através de bolsas e auxílios), no incentivo e fomento à pesquisa científica, tecnológica e de inovação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Fundação.

Compete da mesma forma, coordenar os trabalhos das Câmaras de Assessoramento e Avaliação promovendo reuniões para apreciar as solicitações recebidas pela FACEPE e acompanhar os resultados dos investimentos realizados. Faz parte de suas atribuições a indicação ao Presidente no que se refere à aprovação ou não de solicitações de bolsas e

⁸⁴ Informações disponíveis em: <http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=100>. Acesso em: 09 abr. 2012.

auxílios e manter um controle rígido sobre os relatórios dos pesquisadores que receberam financiamento da Fundação, tendo em vista o acompanhamento e avaliação.

O Estatuto prever que a Diretoria Científica deve manter e supervisionar o sistema de informações concernentes aos incentivos financeiros concedidos, consultas técnico-científicas, manter os dados atualizados sobre as unidades de pesquisa do estado e averiguar as pesquisas realizadas, identificando as que são financiadas pela FACEPE.

Mesmo sendo nomeado pelo Governador do Estado, por meio de uma lista tríplice, o cargo de Diretor Científico da FACEPE, é bastante diferente do Diretor Presidente, pois dispõe de critérios diferentes. Eles são estabelecidos pela Fundação através de edital (chamada pública). Para que um pesquisador(a) seja candidato(a) e venha ser eleito(a), deve ser inicialmente uma indicação de um grupo formado por, no mínimo, 10 (dez) pesquisadores(as) atuantes, que reconhecem naquele nome um representante da comunidade acadêmica/científica. O mesmo deve ser dotado de competência e autoridade científica para ocupar tal cargo. Vejamos o perfil detalhado abaixo daqueles que foram (e são) Diretores Científicos da FACEPE desde o seu surgimento:

Quadro 06 - DIRETORES CIENTÍFICOS DA FACEPE ENTRE OS ANOS DE 1990 A 2011		
Nome	Período	Formação/Titulação
Sérgio Machado Rezende	1990-1993	PhD em Engenharia Elétrica, no Massachusetts Institute of Technology (MIT). Ex-Ministro da Ciência e Tecnologia. Professor de Física da UFPE.
Eduardo Henrique de Magalhães Melo	1993 -1996	PhD em Química - University of Birmingham, Reino Unido
André Freire Furtado	1996-1999	Doutor em Biologie de la Reproduction - Faculté des Sciences - Sorbonne, França. Pesquisador do Centro de Pesquisas Ageu Magalhães/Fundação Osvaldo Cruz (CPqAM/FIOCRUZ)
Ivon Palmeira Fittipaldi	1999-2003	Doutor em Ciências - Instituto de Física da Universidade de São Paulo, São Paulo - SP. Atual representante do MCT no Nordeste.
Fernando Luis de Araujo Machado	2003-2007	PhD em Física - University of California at Los Angeles, UCLA, Estados Unidos. Professor do Departamento de Física da UFPE.
Alfredo Arnóbio de Souza da Gama ⁸⁵	2007-2011	Doutorado em Física pelo Departamento de Física, UFPE. Pós-Doutorado pelo California Institute Of Technology. Livre-docência pela UFPE. Professor do departamento de Química.
Fonte: www.facepe.br – organização da autora.		

⁸⁵ Atual Diretor Científico da FACEPE. Reeito em 2010, conforme as normas estabelecidas em edital.

O quadro acima revela, de forma breve, explicita a trajetória profissional-acadêmica dos Diretores. Analisando as trajetórias dos dirigentes relacionados no quadro, é possível perceber o investimento em sua carreira: a formação acadêmica em sua maioria foi realizada no exterior ou em uma instituição bem conceituada no Sudeste do Brasil, como foi o caso do Professor Dr. Ivon Palmeira Fittipaldi, que fez seu doutoramento na USP.

Em sua maioria, a área de exatas (física) se destaca e não há nenhum diretor da área de humanas. Nesse sentido, a Diretoria Científica da FACEPE, a partir do perfil de seu quadro dirigente, reflete a hegemonia de determinadas áreas frente a outras, como algo típico da história da própria ciência moderna. Assim, determinadas áreas do conhecimento tem mais força e capacidade organizativa e discursiva para posicionar-se melhor dentro do campo científico, fato que vai expressar-se na própria FACEPE. E isso ganha uma singularidade maior, quando comparado ao cargo de presidente, pelo fato do Diretor Científico ser eleito, exclusivamente, entre os seus pares acadêmicos.

A formação desses pesquisadores dirigentes somada às relações firmadas na carreira, por meio de sua atuação no meio acadêmico/científico, oportunizou em certa medida o acesso ao referido cargo. No entanto, é importante mencionar que, mesmo o cargo de Presidente que é uma indicação política, na maioria dos casos, os dirigentes encontram-se vinculados à academia, ou seja, ao universo da pesquisa. A experiência na área de Ciência e Tecnologia somada (e principalmente) à competência e o reconhecimento dos pares, como demonstrado na discussão acima, são de suma importância para estar à frente do referido órgão de fomento.

O Diretor Científico é então o agente que agrega competência e autoridade científica, além do reconhecimento dos seus pares.

d) A Diretoria de Inovação

As atividades executadas atualmente pela Diretoria de Inovação eram de responsabilidade da Diretoria Científica até a publicação do Decreto nº 32.291, datado de 04 de setembro de 2008. Dentre suas funções, cabe à coordenação de programas e apoio a atividades de pesquisa voltadas para a inovação (desenvolvimento de produtos), conduzir ações de fomento à pesquisa relacionada à inovação tecnológica voltado para empresas.

Uma das formas encontradas para concretizar essas ações são parcerias firmadas com a FINEP e o CNPq, que de modo geral estimulam a interação entre empresa e pesquisadores⁸⁶. Tais parcerias permitem a articulação/aproximação entre empresas privadas e instituições públicas de pesquisa.

Ao contrário da Diretoria Científica, não há necessidade de eleição para a escolha do(a) candidato(a), mas sim uma indicação política que considera a experiência de gestão na área de inovação tecnológica. Desse modo, não se exige de seu dirigente o reconhecimento dos pares do ponto de vista de capital científico acumulado e, portanto, o nível mínimo de doutoramento.

e) Câmara de Assessoramento e Avaliação

A Câmara de Assessoramento e Avaliação é subordinada à Diretoria Científica e tem papel fundamental para que a Fundação cumpra uma de suas principais finalidades: julgar o mérito das propostas (solicitações de financiamentos) submetidas pela comunidade científica, a partir dos critérios estabelecidos pela instituição e, principalmente, pelo campo científico.

A Câmara é composta por pesquisadores da comunidade científica e tecnológica do estado, escolhidos entre pessoas de saber reconhecido e representativo dos diversos setores da ciência e tecnologia. Os nomes são indicados pela Presidência e o Diretor Científico e homologados pelo Conselho Superior⁸⁷.

Dentre suas atribuições, cabe analisar os pedidos de bolsas e auxílios vinculados à demanda espontânea. Esta ação repercute diretamente na missão institucional de formar de recursos humanos. Também cabe julgar os assuntos referentes aos programas estratégicos e de indução (a demanda induzida ocorre geralmente por meio de editais), inclusive o fomento à pesquisa tecnológica aplicada, a transferência e à difusão dessa pesquisa. As reuniões para avaliação da demanda espontânea acontecem uma vez por mês e/ou sempre que houver

⁸⁶ Como exemplo pode-se citar que as parcerias dessa natureza firmadas com a FINEP, desde 2003, são concretizadas pelo Programa PAPPE (Programa de Apoio à Pesquisa em Empresa). E com o CNPq, através do RHAe (Recursos Humanos em Áreas Estratégicas) Pesquisador na Empresa em 2008. O apoio foi concretizado por meio de bolsas para pesquisadores, mestres e doutores, desenvolverem pesquisas tecnológicas e de inovação em empresas.

⁸⁷ Até a gestão de Diogo Simões, a escolha dos membros da Câmara de Assessoramento e Avaliação era realizada por meio de edital público. A partir do resultado do edital, a presidência, a direção científica e o conselho superior homologavam os resultados.

demandas geradas pela demanda induzida (editais)⁸⁸ para julgamento, além de acompanhar a execução dos projetos analisados e aprovados⁸⁹.

Cabe esclarecer que o termo demanda espontânea ou fluxo contínuo significa que não é necessário lançamento de editais específicos para serem solicitados, a saber, pode ser solicitado em qualquer época do ano. No que se refere aos programas ou áreas estratégicas, são aquelas consideradas pelo Estado como prioridade e que visam o desenvolvimento local. Como exemplo: agropecuária, biotecnologia, energia, gesso, cana-de-açúcar, turismo, energia, etc.

As atividades exercidas pelos membros da Câmara de Assessoramento não são remuneradas e nem tão pouco geram qualquer tipo de vínculo empregatício com a FACEPE. Apenas terão custeadas as despesas necessárias ao desempenho de suas atribuições. É mais uma contribuição à C&T que oferta, que permite o acúmulo de capitais simbólicos no campo científico e em sua área de atuação.

A referida Câmara é composta por pesquisadores ativos nas diversas áreas do conhecimento obrigatoriamente. São elas: a) exatas; b) engenharias; c) agrárias; d) biológicas; e) saúde; f) humanas e; g) sociais e h) letras. O período do mandato é de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução por igual período. Em cada área há 4 (quatro) integrantes, o que totaliza 24 (vinte e quatro) pesquisadores(as).

Os componentes são bolsistas de produtividade em pesquisa (BPQ) do CNPq, isto é, os(as) pesquisadores(as) que ocupam um espaço de destaque em sua área de atuação, tendo em vista sua produção científica, sua experiência, sua acumulação de capital simbólico. Dessa forma, são os representantes dos setores da ciência e tecnologia no estado⁹⁰.

Perante aos requisitos exigidos, o quadro abaixo apresenta o perfil dos componentes da Câmara que atuaram no período de 2009-2011, especialmente por ter sido esses integrantes que participaram da presente pesquisa. Diante disso, foram consideradas as seguintes variáveis: o nível, início e tempo da bolsa BPQ, ressaltando a área do conhecimento e a instituição de vínculo.

⁸⁸ Vale ressaltar que desde 2008, até o presente momento, a Fundação vem lançando com frequência editais nas mais diversas áreas.

⁸⁹ Um das formas de realizar esta atividade é por meio da avaliação dos relatórios que são entregues pelos contemplados com bolsas ou auxílio.

⁹⁰ Informações disponíveis em www.facepe.br.

Quadro 07 - PERFIL DA CÂMARA DE ASSESSORAMENTO E AVALIAÇÃO DA FACEPE (2009-2011)					
Instituição	Área	Sub-área	Nível da Bolsa de Produtividade	Início	Tempo (anos) como Bolsista
UFPE	Agrárias	C&T de Alimentos	2	2006	5
UFRPE	Agrárias	Aquicultura	1B	2002	9
UFPE	Artes	Cinema	2	2006	5
UFRPE	Biológicas	Genética	2	2009	2
UFPE	Engenharias	Eng.Elétrica	1D	1999	12
UFPE	Exatas	Estatística	2	2006	5
UFRPE	Exatas	Física	1C	1989	22
UFPE	Exatas	Química	2	2004	7
UFPE	Exatas	Química	1D	1995	16
UFPE	Linguística	Linguística	1D	1993	18
UFPE	Saúde	Fisioterapia	2	1997	14
UFPE	Saúde	Farmácia	1D	1991	20
UFPE	Sociais Aplicadas	Serviço Social	1B	1993	18

Fonte: Pesquisa Direta para esta dissertação (de setembro a outubro de 2011); e Curriculum Lattes do CNPq.

Dos 24 (vinte e quatro) componentes da Câmara, 13 (treze) pesquisadores(as) das diversas áreas do conhecimento responderam ao questionário da presente pesquisa, o que corresponde a 54% (cinquenta e quatro por cento) do total. Dentre os pesquisados, 7 (sete) possuem Bolsa PQ no nível 1 e neste grupo apenas um (1) pesquisador possui a bolsa há menos de 10 (dez) anos, uma vez que os demais mantêm a bolsa há, no mínimo, 12 anos. No geral, estão vinculados às instituições de ensino superior em Pernambuco, dentre as quais prepondera a UFPE, a mais importante da localidade e da região Nordeste.

Foi unanimidade entre os pesquisados afirmar que ter a bolsa de produtividade em pesquisa é uma forma de reconhecimento dos pares, ou seja, um modo de ter um precioso capital simbólico, um elemento de distinção entre aqueles que fazem parte do universo acadêmico. A bolsa representa um lugar no espaço social, no campo científico, na área de atuação dos(as) pesquisadores(as). Os depoimentos sobre essa questão são bastante expressivos:

Atualmente, o fato de ser bolsista de produtividade é um reconhecimento formal pelos pares da competência na área de atuação (Professora Doutora do Departamento de Química da UFPE).

Para instituição significa um misto de competência, credibilidade e reconhecimento (Professora Doutora do Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos da UFPE).

Trata-se de reconhecer um percurso, um conjunto de trabalhos concluídos, um esforço (Professor Doutor do Departamento de Comunicação Social da UFPE).

A concessão da bolsa de produtividade se faz num processo altamente seletivo, em que você concorre com seus pares, a cada período em que vence a concessão. Você precisa estar conectado com as temáticas importantes em sua área e elaborar uma boa proposta, bem fundamentada. Isso tudo aponta que você tem qualificação e respeito dos pares (Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da UFPE).

É uma distinção muito grande, não financeira, também é financeira, porque tem uma bolsa, mas, muito mais que financeira, é o reconhecimento. Porque pesquisador todos poderão ser, desde que tenha vocação pra isso, agora ser reconhecido como pesquisador! o que é ser reconhecido? é pleitear entre muitos pesquisadores e só um grupo vai ser bolsista (Professor Doutor Joaquim Evêncio Neto do Departamento de Medicina Veterinária da UFRPE).

Elas são muito disputadas essas bolsas, elas são disputadas porque elas geram a questão do reconhecimento, do reconhecimento moral e intelectual. Quem tem bolsa do CNPq tem o reconhecimento, que não tem bolsa, não tem reconhecimento (Professor Doutor Paulo Henrique Martins do Departamento de Ciências Sociais da UFPE).

A bolsa pode, então, ser considerada um capital simbólico, uma das expressões da competência e da autoridade científica do agente em sua área de formação e atuação profissional. Isso é, inclusive, utilizado como um requisito decisivo na escolha dos integrantes da Câmara de Assessoramento e Avaliação da FACEPE, haja vista o fato de que todos os membros entrevistados serem bolsistas de produtividade do CNPq. Pode-se ainda atribuir à BPQ uma forma de reconhecimento do investimento empreendido pelo cientista na carreira de pesquisador, de profissional da ciência.

Nesta perspectiva, isso pode ser ilustrado com bastante clareza a partir de questões frisadas por Bruno Latour (1997) no que se refere ao investimento na carreira acadêmica, principalmente quando o autor argumentou que “[...] os diplomas de um pesquisador constituem um capital cultural que é o resultado de investimentos múltiplos em termos de

dinheiro, de tempo, de energia e de capacidade” (Idem, 1997, p. 236). O somatório desses fatores produz distinção a um agente determinado (cientista) em relação aos outros pares dentro do campo, visto que “os traços distintivos mais prestigiosos são aqueles que simbolizam mais claramente a posição diferencial dos agentes na estrutura social [...]” (BOURDIEU, 2005, p. 16).

Relacionando essas questões aos membros da Câmara, o quadro abaixo permite visualizar um panorama sobre a formação profissional dos referidos membros.

Quadro 08 - PERFIL DOS MEMBROS DA CÂMARA DA FACEPE - FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA				
Área	Mestrado		Doutorado	
	Instituição	País	Instituição	País
Agrárias	Mie University	Japão	Ghent University	Bélgica
Agrárias	USP	Brasil	USP	Brasil
Artes	École des Hautes Études em Sciences Sociales	França	Universidade de Paris 1 (Panthéon-Sorbone)	França
Biológicas	Universidade de Pesca de Tóquio	Japão	Universidade de Pesca de Tóquio	Japão
Engenharias	UFPE	Brasil	University of Glasgow	Escócia
Exatas	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Brasil	Universidade da Flórida	Estados Unidos
Exatas	UFPE	Brasil	UFPE	Brasil
Exatas	UFPE	Brasil	Imperial College of Science	Londres
Exatas	USP	Brasil	USP	Brasil
Linguística	UFPE	Brasil	University of Essex	Reino Unido
Saúde	UFPE	Brasil	Universidade de Paris Sud 11	França
Saúde	UFPE	Brasil	Université Aix Marseille	França
Sociais Aplicadas	UFPE	Brasil	PUC/São Paulo	Brasil
Fonte: Pesquisa Direta para esta dissertação (de setembro a outubro de 2011).				

A maioria dos entrevistados realizou o curso de mestrado no país: 7 (sete) deles cursaram em Pernambuco, 2 (dois) em São Paulo - em duas instituições diferentes (USP e UFSCar) - e 3 (três) estudaram fora do Brasil - 2 (dois) no Japão (só que em instituições distintas) e 1 (um) na França. Já no curso de doutorado, a situação é inversa: 9 (nove) integrantes da Câmara estudaram no exterior: 3 (três) na França e 1 (um) em 6 (seis) se doutoraram nos seguintes países: Bélgica, Japão, Escócia, Estados Unidos, Londres e Reino

Unido. Dentre os integrantes que cursaram o doutorado no Brasil, 3 (três) fizeram em São Paulo e 1 (um) em Pernambuco.

Tornou-se unânime, entre os entrevistados, a assertiva de que a formação pós-graduada (doutorado e mestrado) foi de suma importância para sua atuação profissional, e a relação com o(a) orientador(a) permitiu a ampliação da rede de contatos, isto é, ampliação do seu capital social e científico, já que a partir disso foi possível firmar parcerias entre pesquisadores e instituições.

A respeito dessa afirmativa, o depoimento da pesquisadora do departamento de Letras da UFPE é bastante pertinente:

Meu orientador de ME [mestrado] é reconhecido com um dos melhores linguistas do país (Luiz Antônio Marcuschi⁹¹) e o de DO [doutorado] como um dos (dois) mais importantes sociolinguistas do mundo (Peter Trudgill).. Marcuschi sempre me promoveu no meio acadêmico, assim fui facilmente aceita no grupo dos tops da área. No caso de Trudgill, sabe-se que o pesquisador é bastante seletivo em suas escolhas; assim, o grupo de orientandos na Inglaterra (e em outros países) costumava ganhar certa relevância em congressos e eventos científicos. Ou seja, considera-se que o prestígio do orientador é de suma relevância para o reconhecimento dos orientandos (Professora Doutora do Departamento de Letras da UFPE – grifos meus).

O depoimento mostra que há uma reprodução do habitus acadêmico a partir da relação de orientação, assim como do próprio capital simbólico transferido pelo orientador. O(a) orientador(a) é quem, em larga medida, insere o orientando no mundo da pesquisa, promovendo inicialmente a entrada do agente no jogo das disputas. Os orientadores mais experientes, mais bem posicionados na estrutura do campo, isto é, conhecidos e reconhecidos, atraem um número maior de orientandos, fato ressaltado pela pesquisadora quando mencionou que “considera-se que o prestígio do orientador é de suma relevância para o reconhecimento dos orientandos”. Assim, tanto a instituição quanto o orientador(a) ofertam as primeiras possibilidades de acumulação de capitais e condições para entrar no jogo das disputas. O depoimento da pesquisadora se aproxima do que Bourdieu (2011b, p. 130) destacou sobre a relação orientador-orientando: “o orientador é escolhido mais do que

⁹¹ Professor Luiz Antônio Marcuschi participou ativamente do processo de criação da FACEPE, conforme o depoimento de Fátima Cabral, atualmente Diretora de Inovação. Segundo Cabral, a participação do linguista foi essencial: “Uma orientanda dele, na época, que era Nelly [Carvalho], que hoje é professora da UFPE, ela estava como redatora, revendo o texto institucional [da Lei de Criação da FACEPE], percebeu que estava faltando o artigo e avisou a ele, e ele avisou à comunidade para pressionar sobre a questão do percentual de recursos para a FACEPE”.

escolhe; e o valor de seus alunos que, sem, todavia serem discípulos, lhes concedem apesar disso uma forma de reconhecimento intelectual contribui para fazer seu valor – assim como contribui para fazer o deles”.

Retomando a discussão sobre as atividades da Câmara de Assessoramento e Avaliação, sabe-se que os membros deverão basear-se em pareceres de consultores externos (fora do Estado), cuja participação é gratuita e serão remunerados apenas em casos restritos, quando isso for interesse da Instituição. Dessa forma, a avaliação da Diretoria e da Presidência se baseará no parecer emitido pela Câmara para chegar à decisão final.

Face ao exposto, apresentamos a opinião dos atuais gestores da FACEPE, Arnóbio Gama e Diogo Simões, Diretor Científico e Presidente respectivamente, sobre o papel e a importância da Câmara.

Segundo entrevista realizada com o atual Diretor Científico, Arnóbio Gama (no dia 06 de maio de 2011), o mesmo disse que o papel da Câmara é de suma importância, pois, além de respaldar-se em suas experiências acumuladas ao longo de sua carreira profissional, no conhecimento e no reconhecimento de seus pares, simboliza a capacidade de avaliar o mérito das propostas e apontar a direção que os pesquisadores locais devem conduzir seus esforços acadêmicos/científicos. Sob este aspecto o entrevistado asseverou que o papel da Câmara é:

É o papel da comunidade em avaliar, em julgar e é fundamental. A Câmara pode fazer a política científica da área, à medida que ela estabelece quais são os indicadores que ela vai levar em consideração, ela vai apontando para a comunidade, o que é que a comunidade deve buscar. As pessoas tem que publicar mais, tem que formar mais gente. Então, as câmaras fazem este papel. Elas dizem para a comunidade que direção tomar (Professor Doutor Arnóbio Gama, professor do departamento de química da UFPE e atual Diretor Científico da FACEPE, 06/05/2011).

Na visão do Prof. Arnóbio Gama, a função da Câmara está além da atividade de avaliar a pertinência das solicitações, mas de conduzir os caminhos que a área exige, tendo em vista sua experiência acadêmica e científica. Ele ainda esclareceu que:

O papel fundamental no sentido de que ela tem uma relação internacional e nacional suficiente para entender na área para onde se deve ir e trazem isso para o Estado, a contribuição. Conhecem como é a coisa no CNPq, a nível nacional, conhecem como é a coisa no exterior e procura induzir aqui direções que melhor se adequem a situação da região. A Câmara é uma representação com a ligação para fora, não é uma coisa local, que só conhece

o local, ao contrário, os membros da Câmara são pessoas que já participaram do CNPq, CAPES, tem cooperação internacional ou conhece a sua área suficiente para dizer “olha a gente precisa é precisa ir nesta direção”. Na hora em que ela está avaliando, o simples ato de avaliar, um parecer que ela dá, é um indutor (Professor Doutor Arnóbio Gama, professor do departamento de química da UFPE e atual Diretor Científico da FACEPE, 06/05/2011).

É a partir da avaliação das propostas pela Câmara que o pesquisador pode corrigir ou melhorar as lacunas existentes na sua atuação (produção científica relevante) para que obtenha apoio da instituição. É por isso que o Diretor afirmou que a atividade da Câmara é a mentora das políticas de C&T para Pernambuco. É diante disso que se definem os critérios de enquadramento e, assim, o perfil dos pesquisadores aptos a ser contemplado com as ações da FACEPE.

Neste sentido, em entrevista para este estudo, concedida no dia 15 de agosto de 2011, o atual Presidente da Fundação, Diogo Simões, utilizando de outras palavras, segue o mesmo raciocínio do Diretor Científico, quando analisou o papel da Câmara como essencial para que a FACEPE consiga cumprir sua missão institucional. Para ele, somente recorrendo aos especialistas das áreas do conhecimento para se obter uma avaliação coerente, e frisou:

O papel que as Câmaras tem é justamente de serem aquela etapa fundamental e insubstituível de avaliação pelos pares. Sim, faz parte de toda lógica de apoio a projetos de pesquisa, é o fato de que nós precisamos ter para orientar a decisão de alocação de dinheiro público, de alguém que se manifeste comparativamente sobre onde é melhor, qual daqueles projetos que devem ser apoiados em primeiro lugar, porque sempre há uma escassez de recursos em relação ao que se poderia fazer (Diogo Simões, Presidente da FACEPE, 18/08/2011).

Ainda sobre o papel da Câmara de Assessoramento e Avaliação, Diogo Simões, esclareceu que:

Não há outra maneira de orientar essa decisão se não com base numa avaliação de critérios objetivos, e em critérios objetivos o único tipo de gente capaz de lhe dizer se um projeto de pesquisa é bom ou muito bom, menos bom, capaz de avaliar isto são pessoas que empreendem atividades de pesquisa. Não há outra maneira de fazer isso aceitável que não seja mediante avaliação pelos pares (Diogo Simões, Presidente da FACEPE, 18/08/2011).

Enfim, o depoimento do Presidente remete-se a uma importante questão sobre a atividade exercida pelos membros da Câmara: somente pessoas que tenham competência (científica) e experiência profissional nesta área podem analisar, aprovar ou indeferir

pedidos de apoio para projetos (por meio de auxílios e bolsas) solicitados à FACEPE. Portanto, apenas um cientista/pesquisador qualificado pode avaliar a solicitação de outro.

Vale ressaltar que o argumento utilizado pelo aludido presidente da FACEPE aproxima-se da ideia de Bourdieu sobre campo científico, particularmente quando o sociólogo francês salientou que “[...] de fato, somente os cientistas engajados no mesmo jogo detêm os meios de se apropriar simbolicamente da obra científica e de avaliar seus méritos” (BOURDIEU, 1983, p. 127), e ainda o teórico francês alertou que aquele cientista que busca apoio em “autoridades exterior ao campo só pode atrair sobre si o descrédito” (Idem, p.127).

Neste sentido, a abordagem de Ana Paula Hey é bastante pertinente:

Como a produção acadêmica é socialmente legitimada, o sistema de pares estabelece as classificações dos trabalhos que devem ser considerados “relevantes”, “sérios”, “interessantes”, ou melhor, que devem ser legitimados ou não (HEY, 2008, p. 66).

Dessa forma, o trabalho desempenhado pela Câmara é de fundamental importância para a Fundação, enquanto órgão de fomento, e para o desenvolvimento da pesquisa científica em Pernambuco. É ela, a Câmara, que qualifica e legitima a atividade-fim da Instituição, exatamente porque seus integrantes conhecem e reconhecem, produzem e reproduzem o *habitus* do campo científico, pois são profissionais da ciência e, portanto, dispõem dos requisitos exigidos para realizar as atividades pertinentes à função.

Como se vê, a ocupação de tais cargos faz parte de um determinado espaço social e o devido preenchimento de seus critérios de autoridade (vida acadêmica, participação em congresso em áreas afins, participação em projetos interdisciplinares, publicações, etc.) que permite e legitima a chegada a estes cargos.

Em se tratando de legitimação no campo a partir dos capitais acumulados, Bourdieu frisou:

Acumular capital é fazer um “nome”, um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador, arrancando-o como forma visível do fundo indiferenciado, despercebido, obscuro, no qual se perde o homem comum (BOURDIEU, 1983, p.132).

Dessa maneira, as posições e os capitais científicos adquiridos ou transmitidos na FACEPE traduzem o que é um campo científico (lugar de luta política pela dominação

científica), um campo de lutas, desde a disputa por recursos até as posições que os agentes ocupam no campo em suas trajetórias (formação acadêmica). Assim, a FACEPE reproduz distinções acadêmicas, as mantém e/ou as permite ser acumuladas. Nela, as posições são construídas e/ou buscadas pelos agentes. Por isso, ela alimenta e é alimentada pela academia, sendo parte decisiva do campo científico de Pernambuco.

A partir do que foi discutido é possível afirmar que a história da FACEPE é composta por diversas fases, marcada pelas ações dos agentes, o que também justifica sua continuidade ao longo dos seus 22 (vinte e dois) anos de atividade. Seu papel de órgão de fomento estadual ganhou maior destaque no cenário nacional, sendo alvo de inúmeras políticas por parte do governo federal nos últimos anos e mais recente pelo governo estadual.

Para melhor compreensão dos limites e possibilidades de gestão da FACEPE, é oportuno entender o diálogo e as conexões, de maneira mais aprofundada, entre os campos científico e político em Pernambuco, situação que será feita no tópico seguinte.

4. Campo Científico e Campo Político

Como visto acima, a Fundação foi alvo de inúmeras transformações de ordem político-econômicas e sociais, que afetaram o aparelho estatal e a sociedade. Se por um lado, a FACEPE tem uma história que se destaca entre as demais agências de fomento situadas no Nordeste, uma vez que dispõe de pelo menos três características importantes: a) é a primeira Fundação de Apoio à Pesquisa (FAP) criada no Nordeste após da reforma constitucional de 1988; b) o fato de que suas atividades foram ininterruptas ao longo de seus 21 anos de existência e; c) pela atuação da comunidade científica em Pernambuco, considerando que a FACEPE é resultado da pressão desta comunidade.

De outro lado, não se pode negar que, desde sua criação, muitos foram os impasses e dificuldades que a instituição enfrentou. Nunca é demais mencionar que o principal foi a irregularidade no repasse ou mesmo a própria escassez de recursos financeiros.

Embora atualmente vivencie outra realidade, já que nos últimos quinze anos (15) anos o orçamento aumentou em média vinte vezes, ou seja, passou de R\$ 1.754.729,00, no

ano de 1995, para R\$ 26.634.763,22, em 2010. Isso não significa que ela tenha superado definitivamente os problemas que se encontra em sua gênese, em sua própria Lei de criação. Ainda que esta Lei tenha representado um grande avanço para a C&T em Pernambuco, ela também contribuiu para seu retrocesso em muitos momentos da história da Instituição.

Ciente deste entrave, o fortalecimento da Instituição foi a preocupação de Lúcia Melo ao assumir a presidência da FACEPE no período de 1995-1999. Já nesta época o repasse irregular de recursos impedia o bom funcionamento órgão. Na opinião da Presidenta da época, esse problema residia na Lei de criação da FAP, pois a forma como ficou definida/descrita a origem dos recursos oportunizou interpretações que prejudicaram a atuação efetiva da agência de fomento (ALMEIDA; CABRAL, 2005).

De acordo com a Lei, a receita da Fundação é constituída da seguinte forma: dotações de, no mínimo, 1% (um por cento) da receita orçamentária do Estado, repassada em duodécimos, mensalmente (FACEPE, 2011). Neste sentido, a ex-presidenta pressupôs que “desta receita líquida você tem que tirar os impostos, toda a arrecadação. Se o Estado, que depende da arrecadação, tira esse imposto para o cálculo da receita líquida, fica nada. Então é quase nada” (MELO apud, idem, p.33) que deve ser repassado para o desenvolvimento da C&T no estado. O fato é que segundo Lúcia Melo, a própria Lei deixa uma lacuna que permite o Poder Público não cumprir na íntegra o que está instituído na Constituição do Estado de Pernambuco e na aludida Lei. Se por um lado, cumpriu a exigência, no sentido de criar a Fundação, há na outra via, uma incompreensão da importância da Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento, ou mesmo, porque a interpretação sempre foi no sentido de não cumprir efetivamente a lei.

Essa também foi a preocupação do Diretor Científico da FACEPE na época, Prof. Dr. André Furtado⁹² (1996-1999). Para ele, esse foi um tempo em que a comunidade científica local não acreditava na Fundação, uma vez que os projetos aprovados não recebiam os recursos financeiros, embora o esforço empreendido pelos gestores fosse no sentido de melhorar as condições de fomento.

⁹² “Possui Bacharelado e Licenciatura em História Natural pela Universidade Católica de Pernambuco (1962 e 1963), doutorado em Biologie de la Reproduction (Doctorat 3ème Cycle)- Faculté des Sciences - Sorbonne (1969) e doutorado de Estado (Docteur d’État et Sciences) em Biologie Animale - Université Pierre et Marie Curie - Paris VI (1976). Foi pesquisador titular da Fundação Oswaldo Cruz, da qual é aposentado. Atualmente presta colaborações na referida Fundação. Disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783375P3> Acesso em 21 mar, 2012.

Em entrevista para esta pesquisa, o pesquisador fez um resumo sobre a questão ora mencionada:

A FACEPE, em seus 20 (vinte) anos, fez vinte anos há pouco, em 2009, 20 (vinte) anos de existência, mas os seus 10 (dez) ou 15 (quinze) primeiros anos, foram anos de altos e baixos. Foi a primeira Fundação de Ciência do Norte-Nordeste, a primeira depois da Constituição de 1988 e foi colocado então um artigo na constituição que era para se colocar 1% do orçamento do Estado para a FACEPE, mas isso nunca aconteceu, porque lá na hora de fazer as leis, alguém achou de colocar que era 1% menos os impostos arrecadados, ICMS, etc. Então, a FACEPE nunca recebeu mais que 3 (três) ou 4 (quatro) milhões, pelo menos até quando eu estava lá como diretor científico. Então, até seus 15 (quinze) anos de existência não recebeu mais que 33 (trinta e três) milhões do Estado. Era pra receber 15 (quinze) ou 20 (vinte) milhões, recebia 2 (dois), 3 (três), 1 (um) milhão. (Prof. André Furtado, ex-Diretor Científico da FACEPE e pesquisador do CPqAM/Fiocruz, 25/10/2011).

O depoimento do entrevistado vai de encontro com as questões apresentadas pela ex-presidenta da Fundação, Lúcia Melo. O montante investido pelo Estado na FACEPE, ao longo de seus primeiros 15 anos de atuação, é prova concreta do descaso com a Instituição. Ainda segundo Furtado, uma das formas encontradas pela gestão, para amenizar as dificuldades foram os “vários programas de colaboração com a CAPES. A gente conseguia 3, 4 milhões a mais do que os 800 mil, 300 mil que dava o Estado. Achava um negócio fantástico! mas a gente atendia 10%, 15% da demanda”. Os recursos oriundos dessas parcerias eram mecanismos que amenizavam a ausência da ação do Poder Público na agência de fomento. Diante de sua experiência como gestor na FACEPE, o entrevistado asseverou ainda que durante muito tempo “utilizou-se muito o chavão que investir em ciência não era despesa, era investimento. Assim, o que o pesquisador ressaltou é a grande diferença entre o que é dito ou escrito com o que é vivenciado na prática, na realidade da pesquisa científica.

O propósito de ambos os gestores era que a FACEPE não dependesse mais de vontade política para exercer seu papel, mas que dispusesse de autonomia mínima necessária, já expressa na Lei, para cumprir sua missão institucional. Para isso, era também necessário que o Estado compreendesse que o repasse dos recursos para a C&T não fosse entendido como despesa, mas sim investimento.

No entanto, o problema com a falta de recursos persistiu nas gestões posteriores, como foi o caso da de José Carlos Cavalcanti que dirigiu a instituição no período de 1999 a 2002. O fato foi inclusive noticiado pela mídia impressa, especialmente no Jornal do Comércio (JC) em 31 de dezembro de 1999, ressaltando que o cenário era crítico, uma vez que a Fundação prosseguia com os atrasos dos pagamentos de bolsas, auxílios e projetos aprovados. Por outro lado, a notícia também sinalizou que o ano seguinte (2000) seria um ano com possibilidades de mudanças favoráveis à FACEPE, com minimização dos obstáculos até então enfrentados.

Dessa forma, a expectativa era que houvesse regularização no repasse de verbas por parte do Governo, que previa o investimento de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta) mil reais mensais. Nessa circunstância, o então presidente da Fundação frisou na matéria do JC o seguinte:

Apesar de ser muito pouco para a demanda da instituição, esse dinheiro vai poder ajudar na normalização do nosso caixa, afirmou o presidente da Facepe, José Carlos Cavalcanti. Para ele, a idéia é utilizar a verba tanto no pagamento de dívidas - que já acumula R\$ 1,2 milhão - quanto na realização de novos projetos (Jornal do Commercio, 31 dez. 1999).

O que está por trás desse problema, indo além do que expressou José Carlos Cavalcanti na época da reportagem, é que essa irregularidade e mesmo escassez de recursos financeiros trouxeram inúmeros prejuízos para o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica no Estado, repercutindo inclusive em outras instâncias (sociais e econômicas, por exemplo).

Isso foi elucidado pelo ex-Diretor Científico, Ivon Fittipaldi - em entrevista para esta pesquisa em 18 de agosto de 2011 -, quando disse que Pernambuco, por meio da FACEPE, ao deixar de fomentar a pesquisa, regrediu quando comparado com outros Estados do Nordeste, uma vez que em 2002 Pernambuco liderava o ranking quanto ao número de doutores ativos na referida região.

Ainda conforme Fittipaldi, o atual número de pesquisadores atuantes no estado de Pernambuco é de três mil e quinhentos (3.500) cadastrados na base de dados do CNPq, ficando aquém de sua capacidade. No âmbito do Nordeste, Pernambuco ocupa o segundo maior número e a Bahia lidera atualmente, tendo em média quatro (4.000) mil doutores atuantes. Essas informações podem ser conferidas no quadro abaixo:

Quadro 09 - NÚMERO DE DOUTORES - REGIÃO NORDESTE (2000-2010)⁹³						
Unidade Federativa	Censo	Censo	Censo	Censo	Censo	Censo
	2000	2002	2004	2006	2008	2010
Alagoas	139	228	337	473	594	825
Bahia	740	1.070	1.803	2.564	3.240	4.012
Ceará	623	812	1.209	1.376	1.605	2.188
Maranhão	152	201	258	337	443	665
Paraíba	546	808	1.004	1.192	1.675	2.298
Pernambuco	1.143	1.377	1.812	2.307	2.775	3.504
Piauí	103	158	253	352	434	694
Rio Grande do Norte	245	548	733	949	1.103	1.681
Sergipe	129	198	294	404	557	906
Nordeste	3.705	5.168	7.294	9.380	11.625	15.445
Fonte: CNPq						

Fittipaldi atribuiu isso a duas questões fundamentais: em primeiro lugar, ao mau desempenho da FACEPE, que durante longos períodos deixou de estimular a fixação de doutores no estado, fato decorrente da falta de prioridade para a C&T por parte dos governos estaduais, que se intensificou nas duas gestões do então governador Jarbas Vasconcelos (1999-2002 e 2003 a 2006). Essa questão encontra-se também relacionada diretamente com a interpretação errônea da Lei de criação da FACEPE, problema já apontado pela administração anterior, por Lúcia Melo (ex-presidente da FACEPE) e André Furtado (Ex-diretor Científico da FACEPE) – acima mencionado - e que é reforçado por Fittipaldi, quando argumentou que há uma “falha congênita no seu nascimento”, isto é, no instrumento legal que criou a Fundação, a Lei 10.401.

Em segundo, porque o governo Jarbas Vasconcelos priorizou investimentos exclusivamente direcionados para o Porto Digital⁹⁴. E assim, o desenvolvimento e o financiamento da C&T no Estado estavam concentrados neste projeto, enquanto que os recursos disponibilizados para a Fundação além de escassos, não correspondiam à demanda da comunidade científica. Vale mencionar que a crítica não é contra ao referido projeto, se reconhece a importância, mas que as outras áreas do conhecimento deveriam ser contempladas, uma vez que o Porto Digital por si só não representava a pesquisa científica e

⁹³ Essas informações estão disponíveis no <http://www.cnpq.br/estatisticas/investimentos/regiao.htm> Acesso em 06 abr. 2012 às 19:00h.

⁹⁴ O Porto Digital é um pólo de desenvolvimento de softwares localizado na cidade pernambucana do Recife e foi criado em 2000. Informações disponíveis em www.portodigital.pe.gov.br. Acesso em 11 nov. 2011.

tecnológica para o Estado (esse tópico será melhor debatido no capítulo 3 da presente pesquisa).

Pelas questões apresentadas percebe-se que a falta de investimentos e prioridade foi um grande opositor para o desenvolvimento científico e tecnológico por meio da FACEPE em Pernambuco. Embora, hoje, o cenário seja animador, em vista da regularidade de repasse e ampliação (considerável) do montante de recursos nos últimos 6 (seis) anos, o problema original perdura e pode continuar comprometendo o futuro do desenvolvimento da atividade científica local.

Foi movido por esta preocupação que em recente entrevista em evento sobre C&T ocorrido em outubro de 2011, que o atual presidente da FACEPE, Diogo Simões, afirmou que para os próximos anos não sabe se o crescimento de recursos será mantido. Para ele, isso se deve ao fato de que a legislação pernambucana não definiu o percentual a ser aplicado em Ciência, Tecnologia e Inovação (CONFAP, 2011)⁹⁵ no estado.

Mesmo que não haja certeza de que a mudança na legislação seja suficiente para resolver o entrave vivido pela agência, o fato é que é preciso abrir o debate para discutir o assunto. E esse debate deve ser do conhecimento da sociedade em geral, e não restrito ao universo acadêmico, haja vista a importância do desenvolvimento da ciência para a solução de diversos problemas sociais e econômicos, principalmente. Assim, é preciso buscar alternativas possíveis para assegurar à FACEPE o cumprimento de sua finalidade institucional de forma independente e autônoma.

Baseando-se na discussão acima é pertinente ilustrar a flutuação dos recursos financeiros aplicados na FACEPE, que apesar de terem sido insuficientes por longos períodos permitiram a continuidade das atividades até a presente data. O quadro abaixo mostra o aporte de recursos no período de 1995 a 2010. Os valores revelam, por si só, as dificuldades enfrentadas pela Fundação e pela comunidade científica local, face à falta de prioridade atribuída à atividade científica em Pernambuco por parte do governo estadual, durante longos anos:

⁹⁵ <http://www.confap.org.br/noticia.php?noticia=1759> . Acesso em 23 mar. 2012

Quadro 10 - RECURSOS FINANCEIROS ORIUNDOS DO GOVERNO DE PERNAMBUCO PARA A FACEPE DE 1995 A 2010		
Ano	Valor Por Ano (R\$)	Porcentagem (%)
1995	1.754.729,00	1,6
1996	2.625.264,00	2,3
1997	3.135.015,00	2,8
1998	2.187.629,00	1,9
1999	1.525.849,00	1,4
2000	1.645.483,31	1,5
2001	2.920.901,09	2,6
2002	3.812.555,52	3,4
2003	2.280.462,40	2
2004	2.858.693,91	2,5
2005	2.792.595,54	2,5
2006	3.566.023,82	3,2
2007	5.782.212,35	5,1
2008	19.546.587,01	17,4
2009	29.270.400,78	26,1
2010	26.634.763,22	23,7
Fonte: FACEPE – Organização da autora.		

Ao longo de doze (12) anos corridos, de 1995 a 2006, percebe-se claramente que não houve alteração relevante nos recursos do estado investidos na FACEPE. Evidentemente que nesta época o país atravessava uma crise econômica generalizada e que levou, dentre outras questões, o governo Itamar Franco (1992-1994), juntamente com o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, a implantar o Plano Real (1994), visando o controle da inflação e melhoria da atividade econômica⁹⁶ do país.

Para Celso Furtado (2002), a opção – do ponto de vista do desenvolvimento alimentado daí em diante - por esse percurso oriundo do Plano Real trouxe grandes prejuízos ao Brasil, o que levou o emérito economista a ser taxativo:

⁹⁶ Neste sentido Gama Neto (2011) frisou: “A situação da economia brasileira no início de 1993 era dramática! A inflação do ano anterior havia chegado a 1.149,06% (INPC), o PIB recuado -0,8% e a taxa de desemprego aberto era 8%. O governo Itamar Franco, que assumiu após o afastamento de Fernando Collor da presidência da República, demorou alguns meses para iniciar um novo programa de estabilização macroeconômica. Mudanças constantes de ministros, especialmente na área econômica, a falta de uma sólida base parlamentar e um grande escândalo de corrupção envolvendo integrantes da Comissão Mista do Orçamento do Congresso Nacional, que desembocou em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), prejudicavam a articulação governamental. Somente em maio de 1993, com a posse de Fernando Henrique Cardoso, até então titular da pasta das Relações Exteriores, no cargo de ministro da Fazenda, é que o governo adquire mais solidez institucional e política” (p. 132)

Por exemplo, submergir na dolarização significa regredir ao estatuto semi-colonial. Com efeito, se prosseguimos no caminho que estamos trilhando desde 1994, buscando a saída fácil do crescimento do endividamento externo e do setor público interno, o Passivo Brasil inchará em um decênio de forma a absorver a totalidade da riqueza que acumulamos desde a proclamação da Independência. Seria leviandade desconhecer que enveredamos por um caminho que nos conduz a um grave impasse (FURTADO, 2002, p. 34, grifo do autor).

Com a eleição, em 1994, e sua reeleição em 1998, os dois (2) mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) ficaram conhecidos pelo corte de gastos na máquina pública, inexistência de maiores investimentos na economia nacional e na área de C&T, privatizações de empresas estatais, subordinação aos centros econômicos de poder (EUA, principalmente, Europa, FMI, Banco Mundial) e ênfase no capital financeiro em detrimento do produtivo, que ocorreu devido à implantação e intensificação do modelo neoliberal no Brasil. De modo geral, o mundo viu o aumento do domínio das grandes corporações na economia do planeta, desemprego em massa, intensificação da economia cada vez mais globalizada e a brusca redefinição do aparelho estatal, especialmente nos países em desenvolvimento.

Por conta da retração do papel do Poder Público, inúmeros órgãos estatais, como o CNPq e a CAPES, sentiram os impactos negativos oriundos da frísada política econômica.

Em Pernambuco, isso não foi diferente. Desde o início da década de 1990, a eleição de Joaquim Francisco (PFL, atual DEM) para o comando da gestão do governo estadual (1991-1994) ofertou um modo tímido de ação pública em relação aos investimentos, aspecto que também repercutiu na área da C&T. Sobre esse período, vale destacar que a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco foi extinta em 1991, e foi recriada dois (2) anos depois, em 1993⁹⁷. Somando-se a isso, a FACEPE recebeu durante o referido governo, em recursos financeiros, um valor anual que oscilou entre US\$ 843.000 e US\$ 2.000.000,00, que foram fruto, em sua maioria, de convênios de parcerias referentes à bolsas (NOGUEIRA, 2005). Isto é, parte desses recursos foi de convênios com órgãos do governo federal.

⁹⁷ Fonte: <http://www2.sectma.pe.gov.br/web/sectec/historia>.

Na realidade, o novo quadro político, a crise de investimentos de recursos financeiros e política (impeachment do presidente Fernando Collor deu-se em 1992) instalada no país contribuíram, decididamente, para esse negativo quadro.

O retorno de Miguel Arraes de Alencar⁹⁸ (PSB) para governar Pernambuco, de 1995-1998, ocorreu dentro de uma grave crise, que havia se acelerado já na gestão anterior do governador que o antecedeu, ganhando ápice com o caso dos precatórios⁹⁹ em meados de sua gestão. A derrota por mais de um (1) milhão de votos para seu concorrente (e antigo aliado) Jarbas Vasconcelos (PMDB) foi um dos sintomas do descrédito da terceira administração de Arraes, que havia recebido uma oposição sistemática do Governo Federal. De qualquer maneira, apesar desse cenário problemático, de 1995 a 1998, investiu-se na FACEPE R\$ 9.702.637,00, algo similar ao primeiro mandato de Jarbas Vasconcelos, que foi no montante de R\$ 9.904.788,92.

Aliado às políticas federais conduzidas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o governador do Estado de Pernambuco – Jarbas Vasconcelos (1999-2006)¹⁰⁰ - reproduziu em escala local o mesmo modelo neoliberal (mesmo com a entrada do PT no Governo Federal em 2003), o que interferiu nos investimentos e ações direcionadas para a FACEPE, ocorrendo, segundo o entrevistado Prof. Dr. Ivon Fittipaldi, uma quase extinção de bolsas no período.

Situando a discussão acima no cenário nacional, vale acrescentar que:

⁹⁸ O primeiro governo de Arraes foi de 1963-64, quando foi cassado e exilado pelo Regime Militar em 1964. Esse governo foi um marco nas lutas democráticas e populares do estado.

⁹⁹ Sobre essas questões Lúcia Gaspar (2009) frisou: “Ao vencer no primeiro turno das eleições de 1994, com 54,12% dos votos, Arraes governaria Pernambuco pela terceira vez, tendo assumido o cargo em 1º de janeiro de 1995. Esta gestão seria marcada por denúncias de emissão irregular de precatórios, operação que se constitui na emissão de títulos públicos para pagamento de dívidas judiciais. Respalda por uma lei estadual, que autorizava o pagamento de salários de funcionários, obras e outros encargos públicos, com os recursos provenientes dos precatórios, o governo emitiu 408 mil títulos e arrecadou R\$ 402 milhões. A operação financeira acabou ficando conhecida como o “escândalo dos precatórios” e influenciou diretamente na disputa para o governo do Estado em 1998, sendo fartamente explorada pela coligação de partidos políticos que apoiava Jarbas Vasconcelos. Arraes sofreria, então, a sua maior derrota político eleitoral, perdendo a eleição com uma diferença superior a um milhão de votos” **Fonte:** Gaspar, Lúcia. *Miguel Arraes de Alencar. Pesquisa Escolar Online*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em 17 abr. 2012.

¹⁰⁰ Durante toda a década de 1990, a economia pernambucana (e brasileira) passou por uma grave crise recessiva, com forte aumento nas taxas de desemprego e baixo crescimento do PIB, que oscilava de 1,5% a 3%, no máximo até 2002. Alguns estudos apontam que isso se deveu ao modelo de Estado e da ação econômica focados em marcos neoliberalizantes, onde pouco se investiu na indústria nacional e na agricultura (empresarial e familiar), fato que começou a ser transformado a partir de 2004, quando as médias de crescimentos começaram a aumentar consideravelmente, com Pernambuco chegando a ter um crescimento no PIB de praticamente 9% em 2010. Informações disponíveis em: http://www.ufpe.br/ufpetro/index.php?option=com_content&view=article&id=325:pernambuco-e-o-estado-que-mais-cresce-no-brasil&catid=33:noticias&Itemid=270; http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1062. Acesso em 11. Abr 2012.

No período de 1995-2003, a economia brasileira enfrentou diversas turbulências que, devido à arquitetura macroeconômica estabelecida, se transformaram em crises. A sequência de eventos que caracterizaram as crises se tornou conhecida. Primeiramente, havia uma fuga de capitais estrangeiros e domésticos, simultaneamente o dólar disparava (desvalorização cambial) e, posteriormente, a inflação voltava a ameaçar e a economia desacelerava (IPEA, 2010, p. 32).

De modo geral, quando do seu surgimento, a FACEPE apareceu num momento de grave crise do modelo desenvolvimentista e de implantação das políticas neoliberais no país; e essas questões foram decisivas para os problemas experienciados pela FACEPE ao longo de mais de uma década. Não foi por acaso que o aumento contínuo e exponencial de investimentos no frisado órgão de fomento começou a ocorrer de 2007 até hoje, principalmente em decorrência do modelo político e de gestão adotados pelo Governador Eduardo Campos¹⁰¹, que passou a apostar num tipo de ação estatal balizada no que alguns vão denominar de neo-desenvolvimentismo¹⁰², seguindo a linha do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). Dessa forma, convém salientar que no primeiro mandato (2007-2010) do referido governador foi investido mais de setenta e dois por cento (72,3%) dos recursos aplicados na Fundação de 1995 a 2010. Em termos absolutos, dos mais de cento e doze milhões de reais (R\$ 112.339.164,95) que o Governo de Pernambuco destinou à FACEPE, Eduardo Campos investiu mais de oitenta e um milhões de reais (R\$ 81.233.963,36). Ou seja, em quatro (4) anos de mandato, aplicou e/ou articulou mais verbas para a FACEPE do que os onze (11) anos anteriores ao seu governo.

É claro que ambiguidade da Lei – de repasse de recursos financeiros – foi usada diversas vezes contra a própria FACEPE, mas se somando a isso não se deve esquecer o modelo de Estado, de desenvolvimento implantado em toda a década de 1990 e parte inicial da década de 2000, que determinaram os rumos da FACEPE.

Ademais, a inexistência de concursos públicos para as universidades, a desmobilização dos movimentos sociais vividos no período – com exceção do Movimento dos Sem-Terra (MST) –, o aumento e a agudização de valores consumistas na sociedade, a

¹⁰¹ Eduardo Campo foi ministro da Ciência e Tecnologia no período de 2004-2005 durante o primeiro Governo Lula.

¹⁰² Neodesenvolvimentismo pode ser compreendido como a capacidade que o estado tem de ação sobre a economia e as demais esferas sociais, isto é, quando os órgãos, aparelhos do estado são expandidos com ações junto à sociedade. Sobre isso ler: José Eli da Veiga (2006) disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v20n03/v20n03_07.pdf. Acesso em 18 abr. 2012 e Armando Boito Júnior (2012) disponível em: <http://www.viomundo.com.br/politica/armando-boito-jr-as-contradicoes-da-frente-neodesenvolvimentista.html>. Acesso em: 29 abr. 2012.

grande força de políticas conservadoras (ANTUNES, 2005) e a expansão da “cultura Lattes” (lógica cada vez mais individualista na academia) acabaram interferindo na forma de fazer ciência e ser cientista, embora existindo resistências¹⁰³.

Sem dúvida, apenas em 2007 foi que a situação da FACEPE começou a sinalizar mudanças efetivas ocasionadas pelo novo governo de Pernambuco, o que seguiu assim pelos três (3) anos subsequentes. Foi nesse período, conforme mostra o Quadro 9, que a Fundação volta a ser vista pela comunidade de forma mais positiva. Dentre os entrevistados que responderam os questionários da presente pesquisa, no total treze (13), a FACEPE é considerada, entre os órgãos de fomento, o que hoje mais contribui para o desenvolvimento da vida acadêmica/científica deles. Sob esta perspectiva, o depoimento da pesquisadora da área de Química da UFPE é bastante esclarecedor: “Atualmente, graças aos recursos disponibilizados pelo governo estadual e federal, e a uma gestão séria e criteriosa da sua diretoria, a FACEPE voltou a atuar de forma significativa, representando novamente a comunidade científica de Pernambuco”. Assim, foi unânime entre os entrevistados, que no passado recorriam apenas ao CNPq, a fim de desenvolver seus estudos e pesquisas, voltaram a solicitar recursos à Fundação. Isso significa dizer que o aporte de recursos investidos na Fundação trouxe sua credibilidade frente à comunidade.

Dessa forma, para alguns pesquisadores(as), que preferiram não ser identificados nesta dissertação, “a FACEPE passou por um período sem recursos e credibilidade.” (Professora e pesquisadora do Departamento de Química da UFPE) e isso só foi alterado recentemente, já que “nos últimos anos a FACEPE voltou a ser o órgão de fomento que a comunidade pernambucana ansiava ter” (Professora e pesquisadora do Departamento de Farmácia da UFPE). Neste sentido, a professora e pesquisadora da área de Genética da UFRPE, destacou que “nos últimos quatro (4) anos, a FACEPE privilegiou a ciência no estado”.

Todavia, apesar das crises aludidas, setores da comunidade científica sempre pressionaram o poder público estadual por investimentos para a C&T através da FACEPE,

¹⁰³ Sobre esse período é importante destacar o seguinte: “A trajetória da economia brasileira, a partir da segunda metade dos anos 2000, foi marcada por episódios que distinguem este período como singular na história econômica nacional recente. O país cresceu a uma taxa média de 4,8% no período de 2004-2008 e, após, um curto período de baixo dinamismo decorrente da crise mundial que não durou mais que dois trimestres, a economia mostrou fôlego redobrado em 2010. A taxa de crescimento não apenas mostrou-se mais que duas vezes superior àquela dos anos 1990, como também foi muito menos volátil” (IPEA, 2010, p. 39).

ao reconhecer o órgão como essencial para a vida acadêmica local. É claro que momentos de pressão política não respeitam uma única dinâmica, pois podem aliar-se a grandes mobilizações ou a momentos mais pontuais. De qualquer maneira, o caráter mobilizador nunca deixou de estar presente entre os acadêmicos pernambucanos, fato que, para alguns entrevistados, pode ser explicado pelo não fechamento da FACEPE. Além disso, essa capacidade de mobilização ficou, também, explícita no manifesto público intitulado ***“Manifesto da Comunidade Científica e Tecnológica do Estado de Pernambuco em defesa da FACEPE”***, de 2002, elaborado por integrantes da comunidade científica local e liderado pelo Prof. Ivon Palmeira Fittipaldi¹⁰⁴ no final de seu mandato de Diretor Científico da Fundação.

a) O Manifesto em prol da FACEPE

Como visto anteriormente, a história da Fundação encontra-se profundamente vinculada à atuação da comunidade científica de Pernambuco e sua capacidade de intervenção junto ao Poder Público, seja pelo ato de criação da instituição, seja pela sua continuidade ao longo de mais de duas décadas.

Outros dois fatores externos à Fundação também reforçam sua importância: primeiro é o conjunto de instituições de ensino e pesquisa situadas no Estado (destacadas no quadro 3 do primeiro capítulo). O segundo encontra-se atrelado ao primeiro, tendo em vista os investimentos realizados pelo governo federal¹⁰⁵, nos últimos cinco (5) anos, no que se refere à expansão do ensino superior, por meio de novas unidades localizadas no interior do Estado. Este empreendimento gerou a necessidade de concursos públicos e, portanto, promoveu a entrada de novos(as) professores(as)/pesquisadores(as), sem deixar de considerar que isso atraiu profissionais oriundos de outras regiões do país e do exterior. Além disso, investiu na região, na formação de estudantes e na fixação de profissionais no interior do Estado.

¹⁰⁴ O pesquisador atuou como Diretor no período de agosto de 1999 a fevereiro de 2002. Atualmente é coordenador da Representação Nordeste (RENE) vinculada ao MCT.

¹⁰⁵ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) visa a expansão e a interiorização do ensino superior. Foi instituído pelo decreto nº 6093 de 24/04/2007.

Voltando para a importância da Fundação no que tange à sua missão de fomentar a pesquisa científica, foi por entender que os problemas causados pela interpretação equivocada da Lei de criação da FACEPE traziam enormes prejuízos para o desenvolvimento da ciência e tecnologia do estado que setores da comunidade científica pernambucana empreenderam esforços e elaboraram em 2002 um documento público intitulado **Manifesto da Comunidade Científica e Tecnológica do Estado de Pernambuco em defesa da FACEPE (MCCT-PE)**. O Manifesto objetivou a alteração da Lei nº 10.401 de criação da FACEPE, sendo dirigido ao governador reeleito, Jarbas Vasconcelos, bem como aos parlamentares que passaram a ocupar a Assembléia Legislativa.

Um dos problemas apontados pelo Diretor Científico da FACEPE da época, Ivon Fittipaldi, deu-se em torno da dificuldade de concessão de bolsas de estudos, o que justificaria a iniciativa do Manifesto:

O programa de bolsa foi praticamente extinto durante o governo, no período Jarbas Vasconcelos. Nós até tínhamos algumas bolsas estratégicas que graças ao esforço muito grande que eu fazia junto ao então presidente [da Fundação], aquelas de finalização de mestrado e doutorado, mas tivemos um desempenho financeiro horrível, péssimo! a Fundação quase chegou ao caos, vamos dizer assim. E termina meu mandato eu fazendo um grande manifesto na comunidade levando pra Assembleia Legislativa. (Prof. Dr. Ivon Fittipaldi, ex-diretor científico da FACEPE e atual Coordenador da Representação Regional do MCT no Nordeste (ReNE/MCT) – 18/08/2011).

Para Fittipaldi, a iniciativa estava além da sua condição de Diretor Científico da FACEPE, era um compromisso com sua condição de pesquisador e conhecedor das dificuldades enfrentadas pela agência. O descaso com a Fundação era flagrante e o momento era propício para o manifesto graças a algumas mudanças ocorridas no campo político em Pernambuco:

Então, eu não tinha outra alternativa, eu não tinha outra alternativa como pesquisador e comprometido com isso, e eu fui com essa missão, foi exatamente chamar a atenção da comunidade. Então, eu fiz, nesse documento que tem lá [na FACEPE], que é o Manifesto. Você vai observar que eu fiz mais de 19 palestras, em vários lugares, levando esses dados da Fundação, mostrando a decadência financeira da Fundação. E fizemos então um texto, um documento que é intitulado em defesa da Fundação, o manifesto da comunidade científica de Pernambuco em defesa da Fundação. E porque foi feito nessa época? Porque em outubro de 2002 houve a nova eleição, e essa nova eleição reconduziu o governo Jarbas, segundo mandato, mas renovou quase... mais de 60% da Assembleia Legislativa. Então, os novos deputados chegaram na Assembleia. E aí nós identificamos que o

ponto de estrangulamento com relação ao funcionamento da Fundação não era seu corpo técnico, não era sua visibilidade junto à comunidade, ao contrário, tudo tinha condições de funcionar, o problema era recurso, a Fundação não recebia recurso (Prof. Dr. Ivon Fittipaldi, ex-diretor científico da FACEPE e atual Coordenador da Representação Regional do MCT no Nordeste (ReNE/MCT) – 18/08/2011).

Mesmo com a destacada ação do Prof. Dr. Fittipaldi, é inegável que a construção e a mobilização em prol do Manifesto só foram viáveis e possíveis graças a outros empenhos e ações, como a do Prof. Dr. José Aleixo, do Departamento de Engenharia Florestal da UFRPE e Secretário Regional da SBPC na época. De maneira geral, em cada instituição (FUNDAJ, UFPE, UFRPE, UPE, HEMOPE, IPA, APC, ITEP, UNICAP, IMIP, CPqAM) pesquisadores e professores ficaram responsáveis pela articulação e coleta de assinaturas para o Manifesto, fato que revelou, por si só, o caráter de ação coletiva da comunidade científica pernambucana.

O documento expressou e reforçou a importância do papel da Ciência e Tecnologia, além de destacar as potencialidades de Pernambuco nesta área. Acima de tudo, o documento deu ênfase à importância da FACEPE, ressaltando suas dificuldades orçamentárias; motivos esses que estimularam a construção do manifesto e ofertaram a este legitimidade, ao ser assinado por mais de mil e oitocentas (1.800) pessoas da comunidade, entre pesquisadores, professores e estudantes (de graduação e pós-graduação). A reivindicação da Comunidade de C&T de Pernambuco era proposta no sentido de que o Poder Público alterasse a Lei. O texto contido no manifesto diz o seguinte:

Explicitar que a dotação orçamentária, prevista na Constituição Estadual e destinada à FACEPE, seja o percentual mínimo de 1% (um por cento) da arrecadação do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços e Transportes Interestadual, Intermunicipal e de Comunicações) do Estado de Pernambuco (MCCT-PE, 2002, p. 7).

A finalidade da reivindicação era a de assegurar a estabilidade de recursos em volumes expressivos, o que, por sua vez, permitiria o financiamento e a melhoria da infraestrutura e do desenvolvimento planejado da pesquisa científica e tecnológica no estado, sem depender da vontade política de cada partido que estivesse à frente do Poder. A alteração da Lei traria à FACEPE a expectativa de exercer seu papel constitucional, isto é, promover o desenvolvimento científico e tecnológico do estado em sintonia com suas

necessidades socioeconômicas, podendo, inclusive, captar recursos oriundos de outras fontes.

A expectativa trazia também a manutenção da demanda espontânea, mas ofertava a possibilidade de ampliar as áreas estratégicas (indicações prioritárias para o Estado), bem como dirigir sua atuação para atender todas as áreas do conhecimento. Apesar de todo esforço empreendido, o objetivo do Manifesto não foi alcançado. Mesmo tendo seus recursos regularizados e ampliados, a FACEPE conforme demonstra o quadro 9, continuou (e continua) dependendo da vontade política do Poder Público para exercer de forma satisfatória seu papel institucional.

Sob este prisma, as ações da FACEPE, especificamente sobre os editais - base dos seus financiamento para a comunidade científica pernambucana -, serão discutidas no próximo capítulo da segunda parte dessa dissertação.

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 3

O FOMENTO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA FACEPE: EDITAIS E PROGRAMAS

O presente capítulo inicia discutindo o papel da FACEPE enquanto órgão de fomento à pesquisa estadual e enquanto disseminadora da política pública de C&T adotada pelo Governo Federal, exatamente por ser conhecedora das especificidades locais. Tais questões também influenciam e direcionam os investimentos estaduais para fomentar a ciência e a tecnologia em Pernambuco.

Em se tratando de política pública de C&T, o capítulo tem como objetivo apresentar e discutir a história da política de fomento desempenhada pela FACEPE desde o início das atividades, em 1990, até 2007. É importante salientar que em toda década de 1990 a política de fomento executada pela Fundação se concentrou na concessão de auxílios (participação e organização de eventos), bolsas e de programas de fomento. Os dois (2) últimos (de 1990 a 1999), em sua maioria, frutos de convênios de menor vulto firmados com órgãos federais (CNPq, FIOCRUZ, CAPES) e estaduais, a exemplo da Secretaria de Educação do Estado. Dessa forma, esse período de análise tem como base os depoimentos dos entrevistados, pesquisas bibliográficas e o site da Fundação.

Já o intervalo de 2000 a 2007¹⁰⁶, é a fase na qual a FACEPE publicou editais (chamadas públicas) com mais regularidade, principalmente quando comparado com a década anterior. Além disso, os editais e seus respectivos resultados encontram-se disponíveis para consulta no site da Instituição.

¹⁰⁶ Os anos de 2008 a 2011 serão discutidos, com mais ênfase, no capítulo seguinte, especialmente a partir do aumento dos editais de 2008 que são um marco na ação da FACEPE e que irão repercutir, além nos outros editais dos seguintes, no diálogo, conformação e reprodução do campo científico pernambucano.

1. O papel da FACEPE

As Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa (FAPs) vem assumindo na última década posições importantes na produção do conhecimento científico, principalmente por conhecer as especificidades e necessidades locais. Nesta condição, elas conseguem intervir e colaborar no direcionamento das políticas de ciência e tecnologia, no sentido de melhor distribuir, inclusive, os investimentos oriundos do governo federal há quase uma década (BORGES, 2010).

Essas características encontram-se também presentes nas ações da FACEPE; e é neste sentido que o depoimento da Professora Fátima Santos¹⁰⁷, ofertado para esta pesquisa em 18 de agosto de 2011, se fundamentou. A entrevistada também enfatizou que a importância e o papel da Fundação estão para além do financiamento de pesquisas, tendo, acima de tudo, um papel social. Isto é, ao cumprir sua missão, cumpre sua função social.

[...] como é que eu diria... uma mola propulsora, indutora de pesquisas no estado e para o estado, para o estado de Pernambuco! Porque eu acho... tem outros órgãos de fomento mais gerais, CNPq, por exemplo, ele financia para o país inteiro, né, depende dos interesses nacionais. A FACEPE tem um papel de fazer, não só fazer emergir, mas desenvolver a ciência nesse estado e para resolver alguns problemas desse estado: problemas econômicos, sociais, ambientais... [...] de interiorização, de ocupação do interior, de chegar a ciência no interior, enfim, de difusão científica. Não importa. O que eu acho é que o fato de ter uma agência nos estados, de maneira geral, elas podem se ocupar de olhar as especificidades do estado e induzir coisas ali, então, claro! você tem sempre as coisas mais gerais, que a indução tem o perigo de achar que só aquilo que é importante para o estado, se você não abrir, não faz emergir outros problemas. Mas por outro lado, eu acho que ela [a FACEPE] tem jogado bem com isso, tem coisas mais gerais e tem problemas que tão sendo pontuados (Profa. Dra. Fátima Santos, Departamento de Psicologia Social da UFPE - 18/08/2011 - grifo meu).

Quando a pesquisadora frisou “[...] que o fato de ter uma agência nos estados, de maneira geral, elas podem se ocupar de olhar as especificidades do estado e induzir coisas ali”, ela analisou uma das formas de indução das políticas públicas de C&T em Pernambuco, através da atuação da FACEPE, a saber, enfatizou o direcionamento de recursos para o

¹⁰⁷ “Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (1977) e doutorado em Psicologia - UNIVERSITÉ DE TOULOUSE LE MIRAIL (1986). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Pernambuco, no Departamento de Psicologia. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Representação Social, atuando principalmente nos seguintes temas: representação social, violência, velhice e práticas sociais”. Disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787348Z6>. Acesso em: 27 mar. 2012.

desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica em instituições implantadas no estado, inclusive no interior do estado. Tal direcionamento está contido e explicitado nos editais que a Fundação vem lançando desde 2008, por exemplo.

Utilizando-se de outras palavras, o Professor Ivon Fittipaldi, ex-Diretor Científico da FACEPE, definiu o papel norteador do referido órgão de fomento. Para ele, a Fundação, “é um espaço de fomento à ciência e tecnologia. É das coisas mais nobres da espécie humana, que é a inteligência, o conhecimento! é um órgão, vamos dizer assim, criado e concebido para acelerar isso, pra fomentar isso”.

Sob outro ponto de vista, as políticas públicas voltadas para a C&T executadas pela referida FAP, nos últimos cinco (5) anos, o Professor Diogo Simões proferiu a seguinte análise:

No que diz especificamente a respeito da FACEPE, eu diria o seguinte: eu acho que política científica praticada pela FACEPE ela é madura, no sentido de que ela não se exerce de maneira acrítica, ela procura perseguir... ela também é madura, no sentido de que ela não é errática. Ela é orientada por objetivos de política pública, de política científica mais ampla e, portanto, não é algo que se improvise. Por isso, eu reivindico para essa política o adjetivo maduro. Acho que ela é objeto de uma reflexão e de um planejamento. Portanto, ela merece, pelo menos, ser considerada enquanto tal (Prof. Dr. Diogo Simões, Presidente da FACEPE – 03/03/2012).

A previsão de recursos para FACEPE fez parte da proposta de governo de Eduardo Campos, em sua campanha eleitoral em 2006. O que o depoimento do entrevistado revela é que sem planejamento não pode existir política pública (científica), e mais ainda, priorizar investimentos, inclusive a longo prazo. O fato é que, ao assegurar os recursos, foi possível planejar as ações da agência de fomento para o período de 2008 a 2010.

As ações da FACEPE são traduzidas em políticas de fomento voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado e concretizadas por meio de editais ou programas que visam atender, de modo geral, aos seguintes aspectos: a) desenvolver as potencialidades locais (como exemplo: pólo gesseiro, cana-de-açúcar, empreendimentos estruturantes implantados no estado, etc) e; b) aqueles que atendem às necessidades sociais, isto é, os problemas mais específicos que atinjam a sociedade como um todo (controle da dengue, violência urbana, saúde pública, etc).

O que a argumentação acima revela é que a Fundação ofertou, nos últimos anos, condições de fomentar a pesquisa, seja com recursos federais e/ou com recursos estaduais.

Com isso, permitiu que um maior número de pesquisadores, entre os estabelecidos e os (as) jovens doutores (as), desenvolvessem seus projetos nas mais diversas áreas do conhecimento.

No entanto, lembrando o que foi discutido no segundo capítulo, essa nem sempre foi a realidade da instituição, uma vez que a FACEPE viveu muitos períodos de escassez de recursos e falta de política de apoio à ciência e à tecnologia por parte do Poder Público.

Em suma, pode-se considerar que a atuação da instituição são exemplos concretos de uma política pública para a ciência e tecnologia, por isso, o conceito mais geral de política pública pode também ser relacionado para se entender as ações da Fundação (embora esse não seja o foco da dissertação: o tema da política pública em si). Para Máira Baumgarten (2008, p. 64), políticas públicas “[...] são a expressão da necessidade (e possibilidade) de interferência estatal na reprodução econômica e social”. Dessa forma, a autora relacionou essa noção mais geral à ciência e tecnologia, quando frisou que essas políticas “perpassam pelo campo das necessidades sociais, articulando-se, também, às exigências do desenvolvimento capitalista” e exatamente por isso acabam “assumindo, nos Estados centrais, um papel estruturante em conjunto com outras políticas responsáveis por áreas e setores infraestruturas” (Idem, p. 67). Isso pode, sem dúvida, explicar a maior ênfase conferida a determinadas áreas do conhecimento (exatas) em detrimento de outras (humanas), por produzirem respostas mais rápidas e ligadas aos referidos interesses de desenvolvimento do sistema capitalista.

No que se refere à ideia de política pública de C&T como um papel estruturante, Baumgarten se respaldou na discussão ofertada por Wilson Suzigan (1994) quando este afirmou que tais políticas são as “[...] de tecnologia no sentido mais amplo, incluindo a infraestrutura de ciência e tecnologia, a criação de centros de pesquisa e desenvolvimento na indústria, a política educacional e de treinamento de um modo geral” (Idem, 1994, p. 124).

Neste sentido, para ilustrar a relação entre a FACEPE e a noção de política pública de C&T apresentada acima, a análise segue utilizando como exemplo as chamadas públicas/editais, que podem ser compreendidas como ações do Estado. Desse modo, é essencial realizar um breve histórico dos editais por eles representarem a própria política pública de C&T desenvolvida pela FACEPE.

A importância de trazer à tona esse histórico é a de demonstrar mais uma forma de incorporação do *habitus* do campo científico nas ações da Fundação. A existência dos editais incita e é resultado de uma disputa entre os agentes por recursos financeiros e a possibilidade de produzir e consequentemente acumular capital. Outra característica relevante da chamada pública (os editais) é que, em princípio, a mesma oferta igualdade de oportunidades entre os concorrentes. No entanto, são aqueles mais produtivos que são agraciados. Essa é uma das leis que permeia o campo científico, que o define e que expressa suas formas de poder e distinção.

É válido salientar que, a depender do objetivo, cada edital tem suas particularidades e prioridades, dizendo de outro modo, uns são mais restritos quanto à área do conhecimento e/ou aos temas que terão primazia para receber financiamento, enquanto outros são mais universais, mais gerais.

2. Editais e programas de 1990 a 2007

Embora sem continuidade adequada, a Fundação executou sua política de fomento para a comunidade científica pernambucana desde o início das suas atividades. Assim, nasceram editais – como ponto central de sua política - e programas como forma de apoio, além de oferecer modalidades de bolsas e auxílios para participação de professores/pesquisador em congressos, em fluxo contínuo.

Ao iniciar suas atividades, em meados de 1990, a FACEPE lançou seu primeiro edital e, por meio dele, apoiou projetos em várias áreas do conhecimento: ciências biológicas, exatas, humanas, etc., permitindo que os pesquisadores pudessem estruturar seus laboratórios, grupos de pesquisas, e, dessa maneira, iniciarem a formação de recursos humanos, entre outras.

Foi o que aconteceu com um importante grupo de pesquisa¹⁰⁸ vinculado ao Departamento de Psicologia da UFPE, conforme depoimento da Professora Fátima Santos. A ideia de criar o grupo surgiu em paralelo à criação da Fundação:

¹⁰⁸ A ideia inicial do Grupo de Pesquisa contou com a participação de 4 pesquisadoras: Fátima Santos, Isabel Pedrosa, Maria Lúcia Simas e Aida. O Grupo é conhecido como Laboratório de Interação (LabInt).

E logo que a FACEPE foi instalada e abriu edital, a gente submeteu o projeto, todas nós. E no caso do laboratório, o LabInt, eu ganhei. Entrou eu e entrou Isabel Pedrosa, e eu ganhei! Mas a ideia da gente era que quem ganhasse, a gente ia montar o laboratório. [...] Acho que foi uma época áurea da FACEPE, foi esse início. [...] Então assim, o laboratório da gente foi montado pela FACEPE. Foi aí que começou minha vida de laboratório, de grupo de pesquisa. Foi com a FACEPE (Profa. Dra. Fátima Santos, pesquisadora e professora do Departamento de Psicologia da UFPE – 18/08/2011).

Vê-se, com o depoimento acima, a importância que o edital teve para instalação e desenvolvimento de alguns grupos de pesquisa no estado, a exemplo do LabInt.

O tipo de edital citado pela entrevistada não foi frequente e a Fundação passou a investir em outras formas de apoiar à pesquisa. Foi assim que firmou convênios com outras instituições, como foi o caso da Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ) em 1992. De natureza específica, a parceria disponibilizou recursos para cooperação técnica e o aperfeiçoamento de recursos humanos na área de saúde coletiva e pesquisa biomédica (FACEPE, 2012).

Também firmou convênio com CNPq, por meio do Programa de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) em 1995, fato que é mantido até a presente data¹⁰⁹. O objetivo do programa é o de incentivar/estimular o estudante universitário à pesquisa científica e tecnológica mediante sua participação em projetos de pesquisa. E com a CAPES, a parceria ocorreu através do Programa Pró-Ciências criado em 1996, que visou à capacitação para professores das áreas de matemática e ciências da rede pública de ensino médio do estado. O Programa contou com a participação da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (FACEPE, 2012).

Neste mesmo sentido, em 1997 foi criado o Programa Pré-Acadêmico: Professores do Terceiro Milênio que visava aumentar o número de estudantes nos cursos de licenciatura nas áreas de Física, Química, Matemática, Biologia e, posteriormente, Computação. Assim, o Programa proporcionou aulas de reforço aos estudantes da rede pública que se interessavam em prestar vestibular para esses cursos. Conforme informações da Fundação, o Programa conseguiu contribuir com 58% (cinquenta e oito por cento) dos alunos inscritos no vestibular (FACEPE, 2012).

¹⁰⁹ Atualmente, 78 (setenta e oito) bolsas são pagas pelo CNPq, enquanto que a FACEPE oferta 282 (duzentas e oitenta e duas) bolsas. Informações disponíveis em http://www.facepe.br/pub_files/Edital_FACEPE_02-2012_PIBIC.pdf. Acesso em 03 abr. 2012.

Em 1998 firmou convênio com instituições o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), priorizando projetos diretamente aplicados à atividade industrial local.

Em 1999 foi firmado convênio com a FAPESP, mais especificamente com o Projeto Genoma da Cana-de-Açúcar que teve como objetivo a “a criação de dois laboratórios de sequenciamento genético, na UFPE e no IPA, e um de bioinformática no Centro de Informática da UFPE” (NOGUEIRA, 2005, p. 89). De acordo com Nogueira, no ano de 1999, a FACEPE aderiu a uma “nova estratégia de gestão voltada para a difusão de tecnologias relevantes para o desenvolvimento sustentável de Pernambuco.”

Isso se deve ao fato de que neste ano (1999), inicia-se o primeiro governo de Jarbas Vasconcelos e também a gestão de Professor José Carlos Cavalcanti, professor do Departamento de Economia da UFPE. Houve uma mudança de orientação na política da FACEPE, visto que se investiu mais na ideia de inovação (transformar o conhecimento em produtos). Na opinião do então Presidente Cavalcanti, era “muito maior do que a Ciência e Tecnologia” (CAVALCANTI apud ALMEIDA; CABRAL, 2005). Dessa forma, a ideia era aproximar empresários da FACEPE, ou seja, a Fundação não poderia ser apenas um espaço para cientistas. Fator esse que justificou o apoio incondicional do governo ao Porto Digital (essa questão será aprofundada no decorrer deste capítulo).

Por este prisma, cabe relacionar o que Ana Paula Hey (2008, p. 164) analisou em relação ao pesquisador com as regras impostas pela política vigente: “os pesquisadores envolvidos no campo político dominante e, portanto, ao lado do poder por ele gerado e legitimado, direcionam sua prática para efetivar a concepção de mundo do grupo político ao qual pertence”.

Diante dessa breve descrição da política científica realizada pela FACEPE, é importante salientar que atuação da Fundação em toda década de 1990 ficou aquém de sua capacidade, principalmente por três fortes elementos que se relacionam e devem ser destacados: 1) por falta de recursos em virtude da ausência de uma política de C&T por parte do poder público local; 2) de prioridade governamental; 3) o país estava vivendo uma crise generalizada; 4) a consequente ascensão de uma política neoliberal que promoveu diversas reformas políticas e econômicas no país, que levaram a diminuição da ação de investimentos do Poder Público.

Tais reformas afetaram diretamente, entre tantas outras áreas, a educação, em especial o ensino superior, dado o sucateamento das universidades, falta de contratação de docentes/pesquisadores por meio de concursos públicos, etc. Tais questões repercutiram, na mesma medida, negativamente no universo da ciência e tecnologia ao acentuar a falta de recursos para fomentar/desenvolver projetos de pesquisa e a formação de recursos humanos por meio da concessão de bolsas por órgãos como CAPES e CNPq, bem como a desarticulação de inúmeras políticas de C&T junto às fundações estaduais (BAUMGARTEN, op. cit.).

O que tudo isso revela é a diminuição do papel do Estado, traduzida na falta de políticas sociais e econômicas vivenciadas pelo país. A era Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) - na qualidade de Presidente da República - foi o ápice das políticas neoliberais e de seu fracasso, que se anunciou através do crescente desemprego, políticas sociais fragmentadas, precarização do mundo do trabalho, falta de um projeto nacional e aumento da dependência econômica externa brasileira (GUIMARÃES, 2001).

Todo esse cenário, como já destacamos, afetou a FACEPE. Acerca disso é bastante ilustrativo o depoimento do Professor Ivon Fittipaldi, no qual o mesmo produziu uma síntese da história inicial da Fundação e sua continuidade apesar da ausência de política do governo estadual:

A FACEPE tem uma trajetória, fase de grande êxito, na sua implantação, nos primeiros anos, depois já ainda no governo Arraes tem uma fase de decadência, em termos de orçamento, muitas dificuldades. No governo Jarbas, ela passa um momento muito difícil, mas ela sobreviveu continuamente a tudo isso, apesar da Secretaria [de Ciência e Tecnologia] ter sido extinta no governo de Joaquim Francisco (Prof. (Dr. Ivon Fittipaldi, ex-diretor científico da FACEPE e atual Coordenador da Representação Regional do MCT no Nordeste (ReNE/MCT) – 18/08/201 – grifos meus)

O depoimento sintetiza a história das dificuldades vivenciadas pela comunidade científica, e, dessa maneira, pela FACEPE em fazer cumprir seu papel de fomentar a pesquisa. Fittipaldi ressaltou que a área de C&T não despertava preocupação por parte do Poder Público, fato que inclusive explica a extinção, na época do Governo de Joaquim Francisco (1995-1998), da Secretária à qual a agência de fomento estadual era (e é) vinculada (Secretaria de Ciência e Tecnologia).

É ainda nesta atmosfera de incertezas que a Fundação adentra no ano 2000. Contudo, cabe fazer uma ressalva quanto ao cenário nacional: apesar de existir inúmeras fragilidades, o decênio de 2000, particularmente após as mudanças políticas e econômicas implementadas pelo governo Lula (de 2003 a 2010) e seu projeto de cunho desenvolvimentista, que vem tendo continuidade com a sua sucessora também do Partido dos Trabalhadores (PT) a presidenta Dilma Rousseff (2011 até hoje), promoveram uma situação mais favorável também a área C&T, com o aumento de bolsas e recursos de pesquisa, criação de novas universidades e escolas técnicas e/ou ampliação das mesmas; contratação de novos professores efetivos por meio de concursos públicos; aumento de verbas para o CNPq e o Ministério da Ciência e Tecnologia¹¹⁰; e ampliação das parcerias com as fundações estaduais¹¹¹.

O que é relevante destacar é que a Fundação esteve todo tempo dentro dessa conjuntura nacional, uma vez que os problemas vivenciados afetaram tanto o campo científico (diminuição de recursos, escassos editais, etc.), quanto às questões político-econômicas do Governo de Pernambuco. No sentido de ilustrar tais questões, de acordo Tarcísio Araújo (1997; 2007), a capital pernambucana chegou a ter na década de 1990, por exemplo, as maiores taxas de desemprego entre as principais regiões metropolitanas do país¹¹². Essa taxa foi de 19% (dezenove por cento) chegando a cerca de 20% (vinte por cento) em 2002 em Recife. Além de ser na região nordeste, “a área metropolitana com os mais altos índices de pobreza e criminalidade” (Idem, 1997, p. 65).

Retornando à FACEPE, em 2000, ela lançou dois editais inéditos: PUBLIC e INOVA. O edital - Programa de Ciência e Tecnologia nas Políticas Públicas do Estado de Pernambuco (PUBLIC) visou o apoio a projetos de pesquisas que empregassem os avanços da ciência e tecnologia nas políticas públicas, ou seja, projetos que visassem fortalecer o uso da ciência e tecnologia na concepção, planejamento, gestão e operação desse tipo de política. Dessa forma, a ideia foi a de aumentar a participação da C&T no sentido de melhorar a qualidade das ações dos Setores Públicos Municipais e Estadual (FACEPE, 2000).

¹¹⁰ Os recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia cresceram de R\$ 2,6 bilhões em 2003 para R\$ 4,3 bilhões em 2007.

¹¹¹ Outro dado importante diz respeito ao orçamento destinado ao MEC em 2009, visto que este é o maior de sua história: 40,5 bilhões de reais, valor nove (9) bilhões superior ao do ano anterior. Fonte: disponível em <http://www.cenpec.org.br/modules/news/article.php?storyid=768>. Acesso em 05 nov. 2009.

¹¹² O autor se refere às seguintes regiões metropolitanas brasileiras: (Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre (ARAUJO, 1997).

Já o Programa de Apoio à Pesquisa de Inovação Tecnológica Associada às Cadeias Produtivas Estratégicas de Pernambuco (INOVA) objetivou o fomento para projetos de pesquisas de C&T destinado para empresas privadas e instituições públicas de pesquisa do Estado, que desenvolvessem novos produtos tecnológicos e/ou novos processos produtivos. Com isso, o edital visou contribuir para ampliar as possibilidades de competitividade e parcerias entre empresas públicas e privadas (FACEPE, 2000).

Ambos editais priorizaram projetos voltados para as áreas de gestão e informação em C&T, proteção à propriedade intelectual, biotecnologia, tecnologias ambientais, entre outros. Também incluiu pesquisas enquadradas em áreas estratégicas para o estado (atualmente conhecido como Arranjos Produtivos Locais – APLs): gesso, fruticultura irrigada, pecuária leiteira, avicultura, cana-de-açúcar e turismo. Esses editais tiveram uma segunda chamada para submissão de novas propostas.

Também em 2000, foi lançado o Edital EMPRENDE, que é o Programa de Geração de Empreendimentos de Base Tecnológica ou Culturais do Estado de Pernambuco. Conforme o edital, a finalidade foi “apoiar empreendedores no desenvolvimento de inovações e invenções, transformando-as em oportunidades de negócio com perspectivas mercadológicas concretas¹¹³.” (FACEPE, 2000). Em outras palavras, é o desenvolvimento de um produto gerado do conhecimento, sendo voltado para atender ao mercado. Esse edital atendeu exatamente às expectativas do campo político e econômico da época, bem como as ideias defendidas pelo então Presidente da FACEPE na época, José Carlos Cavalcanti. Vale ressaltar inclusive que o público-alvo deste edital destoa dos demais, sendo os proponentes considerados “empreendedores”, a saber, empresários, embora houvesse pesquisadores vinculados às instituições de ensino e pesquisa envolvidos no referido edital, a exemplo da UFPE e do ITEP. Em 2001, foram lançadas três (3) novas chamadas para a mesma finalidade.

O ano seguinte foi marcado pelo Edital 03–2001 intitulado “Chamada para Apresentação de Propostas de Auxílio à Pesquisa Apoio a Projetos de Pesquisa Científica e de Desenvolvimento Tecnológico”. Com um caráter mais universal, buscou atender todas as áreas do conhecimento e voltados para pesquisadores vinculados às instituições de ensino e

¹¹³ Informações disponíveis em: <http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=80>. Acesso em: 27 abr. 2012.

pesquisa, tendo cinquenta e três (53) projetos aprovados. O montante de recursos previstos foi de oitocentos mil reais (R\$ 800.000,00) oriundos exclusivamente do Tesouro Estadual, situação inédita para a FACEPE.

A chamada pública inicialmente gerou uma expectativa de mudanças nas ações da Fundação, isto é, se esperava que a FACEPE, enquanto órgão de apoio à pesquisa local, financiasse projetos de pesquisa no estado, de forma contínua e voltada para todas as áreas do conhecimento. Entretanto, contrário a isso, ele (o edital) trouxe à FACEPE inúmeros questionamentos, por parte da comunidade científica, quanto sua própria missão.

O governo continuou ignorando a determinação da lei e não repassou os recursos previstos para o pagamento dos projetos aprovados. O Diretor Científico da época, o físico Ivon Fittipaldi fez uma breve análise sobre o que ocorreu em torno do referido edital:

Nós lançamos editais, mas não cumpríamos editais! Então era feita uma promessa ao pesquisador dele receber 300, 400 mil reais e ele não tinha esse recurso, certo? Não era liberado recurso. Se você fizer um estudo cuidadoso, dentro da Fundação, você vai ver que o repasse de recursos não acompanhava a expectativa. Teve edital que passou um ano, dois anos e não foi liberado um tostão. Foram praticamente abortados! Então, esse quadro era o de 2002 (Prof. Dr. Ivon Fittipaldi, ex-diretor científico da FACEPE e atual Coordenador da Representação Regional do MCT no Nordeste (ReNE/MCT) – 18/08/2011).

O problema foi noticiado na mídia impressa local em 26 de julho de 2003, com o seguinte título: “Fundação de Amparo à Pesquisa de Pernambuco (Facepe) dá calote em cientistas”. A imprensa divulgou as dificuldades e os prejuízos causados à maioria dos pesquisadores contemplados que não puderam desenvolver suas pesquisas. Do total previsto no edital (R\$ 800.000,00), apenas cento e vinte e oito mil reais (R\$ 128.000,00) foram repassados aos pesquisadores. Segundo a reportagem, a questão foi levada ao Tribunal de Contas do Estado, através da Comissão de C&T e Informática da Assembleia Legislativa de Pernambuco. O parecer emitido pelo referido Tribunal mencionou que um percentual obtido através da venda da Companhia Energética de Pernambuco (CELPE)¹¹⁴, o valor de R\$ 2 milhões, seriam repassados e incluídos na receita da Fundação (Jornal do Commercio, 26/07/2003).

Sobre esse fato, a exposição do Professor Ivon Fittipaldi é bastante ilustrativa:

¹¹⁴ É importante lembrar que o período da privatização da Celpe, outros órgãos também foram privatizados em Pernambuco, como é o caso do Bandepe (Banco do Estado de Pernambuco). Essa prática exercida no Governo Jarbas se alinhou, na mesma época, à política neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso.

O governo Jarbas se dedicou única e exclusivamente a um projeto que é o chamado Porto Digital. Então, todo o recurso captado, inclusive com a venda da Celpe, que era um recurso de que devia ir pro Fundo criado pelo decreto 10.401 [para atender a FACEPE]. Esse recurso da venda da Celpe, um percentual de alguns milhões, estima-se 35, 40 milhões, foram destinados ao Porto Digital, isso em detrimento do fomento à comunidade científica. Isso foi que alertou e mobilizou a comunidade científica (Prof. Dr. Ivon Fittipaldi, ex-diretor científico da FACEPE e atual Coordenador da Representação Regional do MCT no Nordeste (ReNE – 18/08/2011)).

O fato é que o recurso não foi passado à FACEPE mesmo com a venda da Celpe concretizada em 2000 (isto é, anterior ao edital). A revelia da decisão do Tribunal de Contas, o investimento destinado para a C&T, por parte da gestão Jarbas Vasconcelos, foi toda direcionada para o Porto Digital. Diante desse quadro, a falta de credibilidade da instituição foi instaurada na comunidade científica pernambucana. E mais uma vez, isso se fez presente enquanto resultado da ausência de recursos da Fundação, cujo centro do problema estava na falta de prioridade para a C&T do Governo Estadual de então, o que fez emergir uma série de transtornos para o desenvolvimento da ciência no estado.

Após a reportagem (em 2003) e a crescente insatisfação por parte dos pesquisadores que já durava um (1) ano, no mesmo ano, fez-se um esforço para tentar, minimamente, resolver a pendência, pelo menos para os projetos ainda em andamento na época. Dois (2) meses depois da primeira notícia, o Jornal do Commercio informava aos seus leitores:

O cronograma, divulgado ontem, prevê inicialmente o pagamento dos débitos inferiores a R\$ 3 mil. De acordo com a Facepe, 16 projetos serão beneficiados nessa primeira fase de negociação. Repasses que ocorreram desde a aprovação das 53 propostas até agora serão abatidos do valor (Jornal do Commercio, 29/7/2003).

Os problemas ocasionados pelo edital trazem à tona, mais uma vez, a questão discutida no capítulo anterior, e que vale a pena mencionar aqui para ilustrar a situação: a ausência de uma política científica planejada e priorizada voltada para a FACEPE, que tem finalidade distinta daquela executada pelo Porto Digital, em vista de sua abrangência e finalidade. No entanto, é importante ressaltar que o Porto Digital tem seu valor, seu mérito no desenvolvimento científico e tecnológico do estado. E isso é inquestionável. Criado em julho de 2000, foi idealizado pelo Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

(SECTMA¹¹⁵) do governo Jarbas Vasconcelos (1999-2002 e 2003-2006), Cláudio Marinho, o Porto Digital é um parque tecnológico que abriga inúmeras empresas de informática que desenvolvem softwares para diversas finalidades (ALMEIDA; CABRAL, 2005), desde o desenvolvimento de “sistema financeiro e de saúde, games, softwares para o setor de segurança, sistemas para gerenciamento de tráfego e transporte, usabilidade de software e soluções integradas para desenvolvimento de portais, extranets e intranets” (PORTO DIGITAL, 2012, grifos meus).

O referido parque tecnológico representou o ideal de uma política pública de Estado, totalmente voltada para a Inovação Tecnológica. Para José Carlos Cavalcanti, ex-presidente da FACEPE no período de 1999-2002, o órgão era a concretização da produção do conhecimento através do desenvolvimento de produtos para gerar riqueza, em outras palavras, incentivar à relação entre pesquisadores das universidades públicas com empresas privadas (Idem, 2005).

Para que isso acontecesse, as demais políticas de C&T, que deveriam ser encampadas pela FACEPE, foram esvaziadas, preteridas, e o atraso dos recursos somado à baixa aplicação dos mesmos – quando comparado ao que almejava o edital (Edital 03–001) – são bastantes reveladores disso.

Paralelamente a isso, a FACEPE em 2002 firmou convênio com o Ministério da Saúde (MS) e o CNPq, e com a Secretaria de Saúde do Estado (SES), o que permitiu ao órgão lançar um edital para projetos de pesquisas voltados para o Sistema Único de Saúde (SUS). Tendo em vista que o referido convênio prosseguiu até 2008, o edital será melhor discutido no próximo capítulo, por fazer parte do conjunto de editais lançados no referido ano.

Em 2003 a Fundação firmou um convênio com Unidade de Gestão do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata Pernambucana (UGP/PROMATA) e teve como objetivo apoiar projetos de pesquisa e desenvolvimento, de transferência de tecnologia ou realização de estudos no âmbito do Projeto de Validação e Difusão de Tecnologia do PROMATA. O Programa contou com financiamento parcial do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Neste ano, firmou-se convênio com a FINEP e

¹¹⁵ Atualmente a referida Secretária encontra-se denominada como SECTEC (Secretaria de Ciência e Tecnologia) e não mais SECTMA (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente).

lançou a chamada pública no âmbito do Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (PAPPE), objetivando apoiar pesquisadores e empresas de base tecnológica.

Um novo edital só foi lançado em meados de 2008, com caráter mais abrangente. Tinha como proposta o Apoio Financeiro à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Micro e Pequenas Empresas, chamado por PAPPE Subvenção. De acordo com o edital, a subvenção econômica visa ao desenvolvimento de produtos ou processos inovadores foi instituída pela Lei da Inovação¹¹⁶ e foi considerada uma nova modalidade de apoio financeiro, incluída num conjunto de mecanismos das políticas de governo criados para promover a competitividade das empresas nacionais. E assim, seu objetivo maior é estimular a ampliação e o adensamento das atividades de inovação no universo empresarial brasileiro (FACEPE, 2011).

De forma geral, as ações acima explicitam um direcionamento para setores estratégicos da sociedade, ou seja, atividades que contribuem para o desenvolvimento econômico do estado, bem como benefícios maiores de investimentos para áreas como saúde e exatas, reproduzindo um habitus dentro do próprio campo científico de distinção de determinadas áreas em relação a outras.

Também foi lançado, em 2003, o PIBIC Júnior¹¹⁷ em convênio com o CNPq, tendo por finalidade estimular o interesse de estudantes de escolas públicas (ensino médio e fundamental) para a pesquisa científica, bem como o incentivo para carreiras na área de tecnologia.

Além do PIBIC e o recém-lançado PIBIC-Jr, a relação com o CNPq foi ampliada em 2003, a partir de incentivos do Governo Federal por meio de Programas que o CNPq já executava diretamente, e passou a firmar convênios/parcerias com as FAP's. Os Programas foram: Núcleo de Excelência (PRONEX); Primeiros Projetos (PPP) e o Desenvolvimento Científico Regional (DCR). Os projetos aprovados no âmbito destes editais foram desenvolvidos no ano seguinte.

¹¹⁶ Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 (Lei da Inovação). Já a Lei de Inovação de Pernambuco Nº 13.690 foi aprovada em 16 de dezembro de 2008.

¹¹⁷ Após implementação das propostas submetidas no primeiro edital, o Programa passou a receber pedidos no fluxo contínuo, respeitando as normas estabelecidas pelo CNPq. Outra questão importante a destacar, é que no edital, os professores da rede pública podiam solicitar bolsas, no entanto, após a implementação das bolsas aprovadas no referido edital, apenas professores das universidades podiam submeter pedido de bolsa.

As chamadas públicas para o PPP e PRONEX¹¹⁸ serão discutidas mais enfaticamente no próximo capítulo, de acordo com quatro considerações importantes: 1) por terem feito parte do conjunto de editais lançados em 2008; 2) os investimentos nesta parceria foram aumentando tanto pelo CNPq quanto pela FACEPE; 3) pelo fato de atingirem perfis diferentes de pesquisadores, que corresponde em princípio aos recém-doutores e os estabelecidos; e 4) por significarem em seu conjunto o maior investimento feito pela FACEPE desde sua criação.

Para melhor analisar alguns importantes programas, é fundamental apresentá-los e discuti-los de modo mais detalhado.

3. As Chamadas Públicas: o caso do Programa DCR, Bolsas BIA e de Pós-Graduação

O Programa DCR seguiu uma linha diferente, uma vez que sua continuidade ocorreu de forma distinta do PPP e do PRONEX. Dessa forma, cabe neste momento fazer uma incursão mais atenta sobre o Programa DCR.

O princípio norteador do Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DCR) foi (e é) a diminuição das desigualdades regionais, ao estimular a fixação de recursos humanos com experiência em ciência, tecnologia e inovação e/ou de reconhecida competência profissional em instituições de ensino superior e de pesquisa, buscando trazê-los e fixá-los em Pernambuco. Este programa é direcionado para pesquisadores com título de doutor, mas sem vínculo empregatício no momento da sua implementação e também durante a vigência da bolsa.

Os recursos desses programas, em relação ao primeiro edital (lançado em 2003) foram repassados à FACEPE e por ela gerenciados. Contudo, a Fundação sempre teve como obrigação enviar relatórios anuais sobre o uso destes recursos por parte de cada pesquisador contemplado com a bolsa DCR.

De 2003 a 2007, foram lançados 3 (três) editais que regulamentou as submissões de propostas, e nesse período a bolsa DCR sofreu alterações especificamente no modo de

¹¹⁸ Em 2006, 2008 e 2010 novas chamadas públicas do PPP e do PRONEX foram lançadas.

submeter propostas. Cabe aqui ressaltar que apenas a primeira chamada funcionou com características de edital. Posteriormente, por se tratar de uma bolsa para recém-doutor e sem vínculo empregatício, foi incorporada na demanda espontânea da FACEPE, sendo regulada pelas normas estabelecidas pelo CNPq, principalmente na forma de avaliação: quem deve analisar e aprovar os projetos, em primeira instância, são apenas pareceristas/especialistas ad hoc que sejam bolsistas de produtividade, tendo, assim, competência reconhecida pelo CNPq para avaliar um projeto DCR e o candidato à bolsa.

O primeiro edital (o convênio que ficou vigente por de 3 - três anos) contemplou trinta (30) pesquisadores que atendiam às normas da modalidade acima destacadas. Porém, é oportuno destacar que, ainda nesta chamada, foram concedidas mais quinze (15) bolsas em caráter excepcional, tendo em vista o fato de terem sido – os concorrentes - aprovados por méritos. Esses quinze (15) candidatos(as) cursaram o doutorado em Pernambuco, o que pelo menos neste edital não era permitido, embora não houvesse a clareza necessária sobre este item. Dessa forma, o CNPq concedeu a bolsa por dois anos e a Fundação se comprometeu com o pagamento dos últimos 12 meses. O aporte de recursos por parte do CNPq somou R\$ 4.050.000,00 (quatro milhões e cinquenta mil reais) e a FACEPE disponibilizou o montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) durante a vigência prevista no edital (2003 a 2006).

Ainda sobre esta chamada, é importante mostrar como as 30 (trinta) bolsas foram distribuídas entre as áreas do conhecimento demandantes:

Quadro 11 - 1º EDITAL DCR/2003 DISTRIBUIÇÃO POR ÁREA DO CONHECIMENTO	
Área do Conhecimento	Número de Bolsas
Artes, Letras e Lingüística	0
Ciências Agrárias	6
Ciências Biológicas	6
Ciências da Saúde	0
Ciências Exatas	14
Ciências Humanas	0
Ciências Sociais Aplicadas	0
Engenharias	4
TOTAL	30
Fonte: FACEPE – Organização da autora	

O quadro mostra a concentração de bolsas na área de exatas, quase metade da cota prevista no edital. As áreas de ciências agrárias e biológicas somaram doze (12) bolsas e as quatro (4) bolsas restantes foram alocadas na área de engenharias. Uma das explicações a ser considerada é o fato de que o próprio edital, embora não excluísse outras áreas, priorizava os projetos em: biotecnologia, energia, nanociência, saúde pública, etc., ou mesmo temas associados aos arranjos produtivos locais, como foram os casos da cana-de-açúcar, caprino-ovinocultura, gesso, têxtil e confecções, etc. As áreas de humanas, sociais e letras não foram contempladas. Porém, outro fator que pode, ademais, explicar a ausência de bolsas deveu-se a baixa demanda dessas áreas, embora destaquemos a referida prioridade.

Assim, o DCR reproduziu, em vários sentidos, as condições existentes no campo científico, sua cultura de fazer ciência e a força de certos ramos do saber dentro da academia e de sua relação mais próxima com o campo econômico, por exemplo, fazendo-os ser mais prioritário para as políticas do Governo Federal e o de Pernambuco e da própria FACEPE.

O segundo Edital DCR disponibilizou o montante de 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais) para o biênio de 2006/2007. O valor da bolsa era pago pelo CNPq e o auxílio enxoval¹¹⁹ pela FACEPE (característica mantida até a presente data). O auxílio enxoval no valor de trinta e três mil reais (R\$ 33.000,00) destinado ao pesquisador para executar as atividades propostas, para desenvolver seu projeto.

De acordo com o relatório técnico realizado pela FACEPE sobre este edital, foram contemplados trinta e três (33) bolsistas, que se concentraram na UFPE, por ser a que mais demandou propostas. Não por acaso é a instituição de ensino e pesquisa mais importante de Pernambuco, com vários grupos/laboratórios de pesquisa consolidados e que contam com vários, por exemplo, professores(as) bolsistas de produtividade. Mesmo a UFPE recebendo o maior número de bolsista DCR, foi a UFRPE que recebeu mais recurso por área ou seja, “[...] já em relação à área houve predominância de projetos nas áreas agrárias. Em oposição, apenas um projeto foi observado na área da saúde” (FACEPE, 2009, p. 01). Ainda segundo informações contidas no relatório, vale ressaltar que:

Em geral os candidatos apresentaram perfil de recém doutor, mas houve duas exceções em que pesquisadores sênior foram atraídos, ambos do exterior, estando um deles já fixado como professor titular e havendo grandes

¹¹⁹ O auxílio enxoval é um recurso destinado para que o pesquisador monte a estrutura física (material de consumo, equipamentos, material permanente, passagem, diárias, etc.).

chances de fixação para o segundo que é de nacionalidade brasileira (FACEPE, 2009, p. 01).

A chamada pública de 2007 trouxe algumas diferenças dos dois editais anteriores, no que diz respeito ao enquadramento do perfil do pesquisador DCR, ofertando possibilidades de atuação em três vertentes:

1. **Regionalização**: visando a atração de doutores oriundos de outros estados para instituições acadêmicas e institutos de pesquisa de Pernambuco. Com essa condição, não se permitiu a concessão da bolsa ao candidato formado ou radicado no estado, exceto se tivesse exercido atividades por, no mínimo, um ano em outra cidade ou país, no ano anterior à concessão;
2. **Interiorização**¹²⁰: atração de doutores para instituições acadêmicas e institutos de pesquisa localizados em microrregiões de baixo desenvolvimento científico e tecnológico, assim reconhecidas pelo CNPq, fora da área metropolitana de Recife (neste caso é permitida a concessão da bolsa a doutor formado e/ou radicado no estado de Pernambuco) e;
3. **Fomento à competitividade** (DCR empresarial)¹²¹: atração de doutores que contribuam para a execução de projetos aplicados ao desenvolvimento tecnológico, assim como atividades de extensão inovadora e transferência de tecnologia, em empresas de Pernambuco - permitida também da concessão da bolsa para pesquisador¹²² formado e/ou radicado no estado (FACEPE, 2007).

A inclusão dessas vertentes, principalmente a de interiorização, revela a indução dos investimentos em C&T, isto é, como resultado de uma política científica ampla, que começou a considerar, em maior medida, as especificidades locais, o que ampliou, então, o objetivo central do Programa DCR acima citado.

Esses critérios de enquadramento são fundamentais para compreendermos que dentro das normas estabelecidos pelo CNPq e pela FACEPE encontram-se as regras, ou melhor, o

¹²⁰ Diferentemente do primeiro edital, que concedeu bolsa para este perfil de pesquisador de forma excepcional.

¹²¹ A Fundação privilegiou as duas primeiras vertentes, pois estão mais vinculadas ao desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas por pessoas que se ocupam dessas atividades.

¹²² No caso do fomento à competitividade não é exigido do título de doutor, depende mais da experiência do candidato ao projeto que propõe.

habitus que permeiam o campo científico, e, portanto, o perfil de cientista que se busca para atender as demandas sociais, econômicas, políticas e, acima de tudo, as condições do próprio campo científico. Enfim, busca-se definir e reproduzir o perfil que interessa e estabelece as áreas do conhecimento, aos grupos/laboratórios de pesquisa e/ou dos pesquisadores que irão receber os bolsistas DCR.

Nesse cenário, o agente deve atender às exigências para entrar na disputa, inclusive o de ter uma rede de relações estabelecidas com os pesquisadores/professores e instituições que vão recebê-los; e que esses possam ver no candidato capacidades para qualificar a instituição e seus grupos/laboratórios de pesquisa. Para tanto, o candidato à bolsa deve ter um Currículo Lattes que o habilite para solicitar à bolsa DCR e se colocar de modo satisfatório na disputa, bem como ter elaborado/produzido um bom projeto de pesquisa. Assim, o Lattes, o projeto do candidato, a instituição e o pesquisador responsável em receber o contemplado pela bolsa são fatores decisivos, fundamentalmente os dois primeiros aspectos.

Essas questões podem ser entendidas também a partir da noção de capital simbólico de Pierre Bourdieu (2009, p.199, grifos do autor), quando frisou que: “é um crédito, mas no sentido mais amplo do termo, isto é, uma espécie de adiantamento de desconto, de credibilidade, que somente a crença do grupo pode outorgar àquele que lhe dão um maior número de garantias materiais e simbólicas”. É claro que esse tipo de capital é encontrado em todo campo científico, no entanto, como o pesquisador DCR é um agente que não possui um vínculo empregatício com a instituição, mas é aceito pelo grupo, essa definição de capital simbólico se aproxima com mais evidência.

As exigências dirigidas para o pesquisador/bolsista DCR permitem visualizar o perfil do mesmo para se enquadrar na arena científica. O Programa DCR categoriza três níveis de pesquisador, a partir de sua atuação na área em que é especialista:

- 1) Pesquisador nível A: doutor há, no mínimo, dez (10) anos com experiência comprovada na execução de projetos científico-tecnológicos; na coordenação de projetos de CT&I; e na criação/consolidação de grupos de pesquisa. Ter publicado trabalhos considerados de relevância nos âmbitos internacional e

nacional. Ter experiência comprovada na formação de mestres e/ou doutores (CNPq; FACEPE, 2011);

- 2) Para o pesquisador nível B: doutor há, no mínimo, cinco (5) anos com experiência comprovada na execução de projetos científico-tecnológicos; na coordenação de projetos de CT&I. Ter publicado trabalhos considerados de relevância nos âmbitos internacional e nacional (CNPq; FACEPE, 2011) e;
- 3) E para o nível C: doutor, com menos de cinco (5) anos de titulação, com experiência na execução de projetos científico-tecnológicos e com publicações no mínimo de âmbito nacional (CNPq; FACEPE, 2011).

Os critérios estabelecidos pelo CNPq, acima descritos, revelam a força dos critérios exercidos no campo científico – do qual a FACEPE faz parte e legítima - e que repercute diretamente na atuação do pesquisador e na sua escolha como bolsista DCR, o ethos de ser e fazer pesquisador. Para concorrer à bolsa, é preciso atender às exigências e mesmo para aquele candidato que se enquadra no nível C, já precisa dispor de um capital simbólico compatível e significativo com sua condição de doutor(a).

Neste contexto, encontra-se um fato importante: o investimento realizado na carreira acadêmica/científica (onde cursou a pós-graduação – mestrado e doutorado -, grupos de pesquisa que participa, onde publica seus trabalhos, suas redes de relações acadêmicas, etc.) e que se traduz na experiência explicitada em seu currículo, que, por sua vez, permite a inserção do recém-doutor no campo das disputas e acumular capitais, simbólicos ou não.

Isso pode ser comparado ao que Bourdieu (2011, p. 67, grifos do autor) definiu como capital social: “é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo”. Fazendo uma relação da bolsa DCR com a ideia de capital social, embora muitas exigências pesem na hora da concessão, o pedido só pode ser feito a partir da aceitação do grupo que irá receber o pesquisador. Assim “o volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele efetivamente mobilizar e do volume (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado” (Idem, p. 67).

Sendo assim, pode-se concluir que uma das estratégias utilizadas pelos (as) jovens doutores(as) é o investimento que ele faz ao longo de sua formação acadêmica, científica.

Além da DCR, vale mencionar outras modalidades.

Numa outra direção, em 2004 foi lançado juntamente com a Secretaria de Educação do Estado, o Programa Bolsa de Incentivo Acadêmico (BIA)¹²³.

A bolsa BIA é destinada aos melhores alunos classificados e oriundos da rede pública de ensino, que ingressarem nas universidades públicas do Estado (UPE, UFPE, UFRPE, UNIVASF¹²⁴, IFPE). A finalidade da bolsa é o de oportunizar a adaptação do estudante à vida acadêmica no primeiro ano na universidade, e, portanto, diminuir a evasão. Além disso, tem como objetivo promover sua inserção em atividades de pesquisa e extensão.

Em 2006, a FACEPE lançou o edital para Bolsa de Pós-Graduação, com recursos oriundos da CAPES. O intuito era atender estudantes regularmente matriculados nos cursos novos e aprovados pela CAPES. O edital teve como finalidade a execução de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, e previa o total de cento e seis (106) bolsas dentro do convênio. Contando com a contrapartida das universidades UFPE, UFRPE e UPE, chegou a cento e quarenta e três (143) bolsas nos níveis de mestrado e doutorado.

No ano de 2007 a FACEPE lançou o edital para Bolsa de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) com características bem diferentes do anterior, pois, conforme o edital, os projetos contemplados foram custeados, exclusivamente, no âmbito do orçamento da FACEPE de 2008¹²⁵. O valor disponibilizado para o edital totalizou R\$ 4.931.000,00 - quatro milhões, novecentos e trinta e um mil reais (FACEPE, 2007). O investimento representou o planejamento orçamentário ajustado para esse tipo de bolsa, que é de longa duração, além de ser ofertada anualmente. Com isso, foi possível não só suprir a carência dessa modalidade de bolsa, mas ampliar, principalmente, o contingente de pesquisadores com a melhoria da distribuição dessas bolsas no estado (FACEPE, 2007). Isso ainda ganhou maior dimensão quando foram lançados dois (2) editais por ano: na primeira chamada foram concedidas duzentas e vinte (220) bolsas para o Mestrado por dois (2) anos e cento e dez (110) para o Doutorado por quatro anos.

¹²³ Atualmente o programa continua sendo executado com recursos exclusivos da Fundação.

¹²⁴ Em 2008 a UNIVASF foi incluída e em 2009 o IFPE.

¹²⁵ O valor assegurado para o ano de 2008 foi de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Já na segunda chamada, previu-se, por igual período, sessenta (60) bolsas para o Mestrado e quarenta (40) para o Doutorado. Essa chamada privilegiou (e privilegia) os cursos com atividades iniciadas no segundo semestre. No total, as chamadas contemplaram quatrocentos e trinta (430)¹²⁶ bolsistas vinculados à Programa de Pós-Graduação no estado por ano¹²⁷.

As questões acima apresentadas se encontram na síntese realizada pelo atual Presidente da Fundação, Diogo Simões, sobre o referido edital, o qual ele definiu como uma ruptura na política fomento praticada pela FACEPE, pois a partir de 2008, ano em que as bolsas foram implementadas, foi que a Fundação:

Passou... [a FACEPE] a apoiar muito significativamente a oferta de bolsas de pós-graduação no estado. Coisa que até então ela, se tinha feito, tinha feito de maneira muito pouco significativa com recursos próprios. Então, isso era uma coisa muito vultosa e muito rapidamente percebida pela comunidade como uma oportunidade, porque aquilo correspondia, naquele momento em particular, muito objetivamente, a um gargalo no sistema (Diogo Simões, Presidente da FACEPE, 03/01/2012).

Diante disso, esse edital abriu uma nova fase para o fomento à pesquisa em Pernambuco. A chamada pública para bolsa de pós-graduação atendeu às necessidades inerentes ao campo científico, e cabe lembrar também que as mudanças ocorridas em outras instâncias da sociedade (política, econômica, entre outras) influenciaram fortemente os investimentos destinados à C&T. Em outras palavras, essas mudanças exigem a formação e qualificação de recursos humanos em áreas específicas.

Sob esse ponto de vista, é relevante destacar a análise contida no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 no que diz respeito à pós-graduação no Brasil:

Para que a pós-graduação brasileira responda de maneira adequada às necessidades do desenvolvimento do país é fundamental que haja um espalhamento equilibrado de nosso parque científico e acadêmico em pontos estratégicos do vasto território brasileiro. Para tanto, não basta utilizar as tecnologias de educação à distância, criar novas universidades ou campi, pois a pós-graduação de qualidade requer tempo de maturação institucional, infra-estrutura laboratorial complexa e de alto custo, grande número de pesquisadores produtivos e ambiente consolidado na pesquisa. Um doutor não se forma ao receber o título: ser verdadeiramente um doutor, um líder em pesquisa requer anos de trabalho, pares do mesmo nível, constituição de equipes (GAZOLLA; FENATI, 2011, p. 12).

¹²⁶ Os valores das bolsas, mestrado e doutorado, são os mesmos das agências de fomento federais (CAPES e CNPq).

¹²⁷ Desde 2007 até a presente data, o edital tem sido lançado com continuidade e ocorrendo em duas chamadas por ano.

A análise ressalta a importância de uma política ampla e adequada às necessidades de crescimento da pós-graduação no Brasil, no entanto, essa política apenas surtirá efeitos no âmbito de um planejamento de longo prazo.

Retomando o caso das bolsas de pós-graduação da FACEPE, três (3) são as prioridades, as quais estão relacionadas com as necessidades locais: (a) ênfase nas áreas de interesses estratégicos para o desenvolvimento do estado; (b) na consolidação de cursos novos e no estímulo à interiorização das atividades de pesquisa; e (c) o desenvolvimento de arranjos produtivos locais (APLs) do estado ou políticas públicas de impacto social ou ambiental.

A partir do que foi apresentado, e por se tratar de editais voltados para o mesmo fim, isto é, a pós-graduação, é pertinente ilustrar a diferença do número de bolsas para mestrado e doutorado ofertadas entre as chamadas públicas de 2006 e de 2007.

Quadro 12 - BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACEPE - MESTRADO E DOUTORADO		
FONTE	EDITAL 2006	EDITAL 2007
FACEPE	106	430
Contrapartidas	37	0
Total	143	430
Fonte: FACEPE – organização da autora		

O quadro acima mostra que o edital de 2007 concedeu três (3) vezes mais bolsas que o de 2006. E esses números mostram a diferença de quando há um planejamento, uma política científica, para atender às demandas e necessidades locais, elemento frisado por todos os pesquisadores(as) entrevistados por nós através da aplicação dos questionários. Porém, outro fator deve ser considerado neste edital, por ser bastante revelador da implantação de uma política científica. Em 2007, o campo político em Pernambuco passou por muitas mudanças, tendo em vista que um novo dirigente, o ex-ministro da Ciência e Tecnologia (2004-2006), Eduardo Campos, ter sido eleito governador do estado. Assim sendo, o novo governo tinha previsto em seu programa e, de fato, priorizou recursos para a C&T, por meio da FACEPE. As ações se alinharam ao fazer política do governo Lula, ou seja, com a lógica neodesenvolvimentista que estava em curso em plano nacional a quatro (4) anos. Ademais, isso se somava – o que não pode ser desconsiderado – a própria

experiência - do agora Governador eleito de Pernambuco - a frente do comando do Ministério de Ciência e Tecnologia, o que o permitiu incorporar os dilemas, acumular conhecimentos, vivenciar desafios, importâncias e dificuldades de construir e consolidar políticas de C&T.

Inserida nesse cenário, é importante mencionar que o apoio à Pós-Graduação foi produto de um movimento nacional e que as FAPs cumpriram um papel relevante e devidamente destacado no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), elaborado pela CAPES para o período de 2011 a 2020. No entanto, vale destacar que cabe a cada FAP implementar sua forma de apoio à pós-graduação. Assim, importa acrescentar que no caso de Pernambuco, a política de C&T implementada para a pós-graduação se alinou/se alinha à política executada pelo Governo Federal através das agências de fomento, CAPES e CNPq, além das universidades e sua expansão.

Acerca disso, Mario Neto Borges (2010) ressaltou que as Fundações contribuem de forma significativa, especialmente quando promovem iniciativas para a formação de mestres e doutores, por intermédio de investimentos em bolsas de pós-graduação. E frisou que “além dos benefícios práticos, a bolsa cumpre o papel de formar pesquisadores” (idem, p. 317).

Diante do que a Bolsa de Pós-Graduação permitiu discutir acima, cabe aqui retomar uma questão que faz parte da própria história da Fundação: em sua criação, esse tipo de bolsa não foi considerado como prioridade, tendo em vista o número de bolsas ofertadas pelas agências de fomento federais já destacadas, o que seria suficiente para atender a demanda local (FACEPE, 2007). Articulando a isso, acrescenta-se as módicas pressões exercidas pelos programas de pós-graduação em Pernambuco.

Por isso, outras modalidades foram escolhidas, a exemplo das bolsas para finalização de mestrado e de doutorado que poderiam ser solicitadas em qualquer época do ano. Segundo a norma estabelecida, as bolsas ofertavam condições ao estudante de doutorado ou de mestrado, na fase final do curso, vinculado à instituição situada no Estado, e que tivesse ultrapassado o prazo de duração da bolsa concedida pelo CNPq ou CAPES, no intuito de que o acadêmico finalizasse a sua tese ou dissertação. Entretanto, tal ação foi concedida em casos específicos, e devidamente justificados por parte do orientador e com anuência do programa de pós-graduação (FACEPE, 2011).

Em certo sentido, embora cumprissem missão importante, esse era um tipo de política residual pelo fato de não conter um apoio mais consistente da FACEPE à pós-graduação. Ademais, isso representava dizer, também, que na época da criação da Fundação, o campo científico apresentava outra dinâmica, já que havia um número bem menor de doutores e mestres e, conseqüentemente, havia menos programas pós-graduação nas universidades públicas em Pernambuco.

O fato é que o campo acadêmico sofreu mudanças desde a criação da FACEPE, que precisava fechar algumas lacunas abertas em seu início e/ou que não era tão fortemente demanda na época pela comunidade científica. Nesse sentido, a bolsa de pós-graduação é um bom exemplo de uma situação que mostra, mais uma vez, que a FACEPE explicita as dinâmicas, pressões e conjunturas do campo científico, porque essa instituição é também, em várias medidas, é o próprio campo científico.

Diferentemente do que ocorreu na década de 1990, em 2004 passou a funcionar em Pernambuco um expressivo número de programas de pós-graduação: setenta e seis (76) cursos de mestrado, com dois mil, cento e dezenove (2.119) alunos e quarenta (40) de doutorado, com um mil e cento e setenta e seis (1.176) alunos. Apenas cerca de 40% desse contingente era atendido pela oferta de bolsas de pós-graduação do CNPq e da CAPES (FACEPE, 2007). Essa porcentagem é bastante reveladora, visto que é um indicador que justifica a necessidade de investimentos neste tipo de bolsa, devido ao próprio crescimento da pós-graduação e a importância que a mesma ganhou nessas duas últimas décadas. Além disso, os números anunciam uma mudança expressiva da FACEPE em relação aos cursos de mestrado e doutorado, pois ela se tornou, no último decênio, o principal estimulador desses programas em Pernambuco, a partir da concessão de bolsas, situação que a fez suplantear a CAPES e o CNPq.

Essa mudança da FACEPE é mais uma das provas de como ela é uma expressão do campo científico, já que o próprio campo tem conferido grande ênfase à pós-graduação, criando, inclusive, distinções nas universidades entre professores que lecionam no mestrado e doutorado frente aqueles que ministram aulas, exclusivamente, na graduação.

Em relação à pós-graduação em Pernambuco, o quadro abaixo, baseado em informações recentes da CAPES, mostra o número de programas de mestrado e doutorado aprovados e em funcionamento nas diversas instituições, públicas e privadas situadas no

estado de Pernambuco. De posse desses números é visível o aumento, a saber: os cursos de mestrado passaram de setenta e seis (76) para cento e treze (113) e os de doutorado, de quarenta (40) para sessenta e quatro (64).

O quadro abaixo sintetiza a distribuição de cursos de pós-graduação em Pernambuco por instituição de ensino e pesquisa:

Quadro 13 - TOTAL DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PERNAMBUCO - INÍCIO DE 2012¹²⁸				
Instituições de Ensino Superior	Mestrado Acadêmico	Doutorado	Mestrado Profissional	Total
Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco - ITEP	0	0	1	1
Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife - CESAR	0	0	1	1
Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães / FIOCRUZ - NESC/CPqAM	1	1	1	3
Faculdade Boa Viagem - FBV	0	0	1	1
Faculdade Pernambucana de Saúde - FPS	0	0	1	1
Fundação Universidade de Pernambuco - FESP/UPE	10	1	2	13
Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - IMIP	1	1	3	5
Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP	6	1	0	7
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	65	46	8	119
Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF	4	0	0	4
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE	26	14	1	41
TOTAL	113	64	19	196
Fonte: CAPES – Organização da Autora				

As onze (11) instituições de ensino que ofertam cursos de mestrado e doutorado em Pernambuco totalizam cento e noventa e seis (196) cursos nas diversas áreas do conhecimento. Desse total, a UFPE é a que acumula o maior número. São sessenta e quatro (64) mestrados acadêmicos e quarenta e seis (46) doutorados, adicionando os oito (8) cursos de mestrado profissional, totalizam cento e dezenove (119) cursos. Diante dessas

¹²⁸ Dados coletados no site www.capes.gov.br. Acesso em 23 fev. 2012.

informações, cabe mencionar outro dado relevante sobre a UFPE: segundo informações do CNPq, é nela que também se concentra maior parte das bolsas de produtividade em pesquisa, no total de trezentas e quarenta e duas (342) bolsas. Em todo o estado, o número dessa categoria de bolsas concedida soma quatrocentas e oitenta e três (483)¹²⁹. As áreas de exatas (74) e engenharias (85) centralizam o maior número dessas bolsas.

Esses dados complementam-se, pois o número de cursos de pós-graduação justifica-se, também, pela presença de um corpo docente que possui os traços distintivos no (e do) campo, isto é, pelo capital simbólico representado pela Bolsa de Produtividade.

A UFRPE fica em segundo lugar, contabilizando quarenta e um (41) cursos de pós-graduação. Dispõe de vinte e seis (26) cursos de mestrado acadêmico e quatorze (14) de doutorado e mais um (1) de mestrado profissional. A título de esclarecimento, a UFRPE é a segunda instituição que concentra o maior número de bolsa de produtividade do CNPq, contabilizando noventa e uma (91) bolsas concedidas (CNPq, 2012)¹³⁰.

A Universidade de Pernambuco (UPE) possui dez (10) cursos de mestrados acadêmicos e um programa exclusivo de doutorado. Também tem um (1) de mestrado profissional. A instituição soma treze (13) cursos de pós-graduação.

Portanto, essas informações reforçam a importância e a continuidade da política científica que é executada pela FACEPE, diante da demanda do campo científico local, face ao crescimento dos programas de mestrado e doutorado implantados no estado. Além disso, conforme dados do CNPq, Pernambuco é o estado do Nordeste que possui o maior número de bolsistas de produtividade em pesquisa. Esses elementos do campo científico local contribuem para o desenvolvimento do estado, mas exige uma política científica planejada e contínua, e a não dependência da vontade política do governante.

Retomando o edital de bolsa de pós-graduação de 2007, ele foi prova concreta de que o estado passou a ter uma política científica contínua e ampliada, como revelam os investimentos e depoimentos colhidos junto aos nossos sujeitos da pesquisa. Isso se deu pelo fato de que os recursos financeiros deixaram de apresentar um problema crônico: os investimento que a Fundação disponibiliza à pesquisa não acompanhava a alta demanda

¹²⁹Informações coletada: <http://efomento.cnpq.br/efomento/distribuicaoGeografica/distribuicaoGeografica.do?metodo=apresentar>. Acesso em: 24 fev. 2012.

¹³⁰ Informações coletadas no: <http://efomento.cnpq.br/efomento/distribuicaoGeografica/distribuicaoGeografica.do?metodo=apresentar>. Acesso em: 24 fev. 2012.

qualificada que o estado e, principalmente seu campo científico exigiam. Não que isso tenha sido suprimido completamente o problema, mas não apresenta mais um fosso tão intenso quando comparado com os anos anteriores.

Enfim, foi a partir de 2007 que a Fundação passou a contar com um orçamento mais adequado às necessidades locais e pôde direcionar investimentos para o crescimento da ciência e tecnologia, especialmente para a formação e qualificação de recursos humanos, por meio da bolsa de pós-graduação. Abaixo o quadro demonstra a evolução dos recursos:

Quadro 14 - INVESTIMENTOS FACEPE EM BOLSAS E AUXÍLIOS (2000 A 2010)	
ANO	RECURSOS (R\$)
2000	1.645.483,31
2001	2.920.901,09
2002	3.812.555,52
2003	2.280.462,40
2004	2.858.693,91
2005	2.792.595,54
2006	3.566.023,82
2007	5.782.212,35
2008	19.546.587,01
2009	29.270.400,78
2010	26.634.763,22
TOTAL	101.110.678,95
Fonte: FACEPE	

O aporte de recursos de 2007 é três vezes maior que o de 2006. E o orçamento crescente do triênio 2008 a 2010 garantiu o pagamento das bolsas de pós-graduação, já que elas exigem um planejamento a longo prazo, uma vez que possuem maior duração: vinte e quatro (24) meses, a bolsa de mestrado e quarenta e oito (48) meses, a de doutorado.

Como exposto no quadro acima, os recursos repassados à FACEPE anteriormente ao edital 2007 (o primeiro com recursos exclusivamente do tesouro estadual) não permitiram ofertar esse tipo bolsa, pois o total investido no referido edital foi de R\$ 4.931.000,00 (quatro milhões, novecentos e trinta e um mil reais). Este valor ficou bem acima do que a Fundação recebeu em cada ano do período 2000 a 2006.

O ano vindouro trazia uma expectativa nunca antes vivenciada pela comunidade científica local. É então sobre os editais lançados em conjunto em 2008, que a pesquisa tem continuidade.

CAPÍTULO 4

AS REGRAS DOS EDITAIS, AS REGRAS DO CAMPO CIENTÍFICO

O presente capítulo tem como finalidade discutir as exigências inerentes e universais ao campo científico, cujos aspectos são incorporados na política científica planejada, desenvolvida e executada pela FACEPE. Assim, considerar-se-á os conflitos e tensões entre agentes acadêmicos/pesquisadores(as) das diferentes áreas do conhecimento, os que buscam ser reconhecidos pelos pares e, em muitos casos, tornar-se uma autoridade científica (através da acumulação de capitais). Diante disso, será possível traçar o perfil dos agentes que compõem a comunidade científica local e que recorrem à FACEPE, almejando, em boa medida, terem condições para desenvolver seus trabalhos, com vistas, em várias situações, a posicionarem melhor no campo científico pernambucano.

Neste contexto, cabe esclarecer que a discussão do presente capítulo será baseada no ano de 2008 e nas repercussões daí decorrentes. O ano de 2008 é considerado, nesta dissertação, um marco na história da política de fomento à pesquisa na FACEPE, pois é nele que houve um volume maior de editais, inclusive inéditos, fundamentalmente devido ao aumento no aporte de recursos financeiros que só se intensificou nos anos seguintes. Como já salientamos, isso se deveu a um novo quadro nacional para a C&T oriundo de investimentos federais e, essencialmente, porque existiu uma mudança no quadro político em Pernambuco.

De modo geral, busca-se associar o *habitus* do campo científico às práticas produzidas e reproduzidas pela FACEPE, especialmente a partir das priorizações dos temas e áreas no âmbito dos editais, aspecto que permite identificar as especificidades e necessidades locais e como a FACEPE direciona seus recursos financeiros através dos seus editais, sendo essa uma das mais importantes funções das Fundações de Apoio à Pesquisa.

1. Os Editais de 2008

Em 2008, a FACEPE apresentou uma política científica planejada, tendo em vista a disponibilização de recursos que estava prevista no plano do primeiro governo Eduardo Campos, no período de 2007 a 2010.

Contudo, embora o referido governador tenha sido reeleito para um novo mandato (de 2011 a 2014), a mesma situação não pode ser assegurada em seu segundo mandato, pois a disponibilidade desses investimentos ainda não é uma condição definitiva. Entretanto, o grau de investimento ainda vem sendo preservado.

Essa insegurança fica mais clara com o depoimento sobre o assunto do atual Diretor Científico, o Prof. Dr. Arnóbio Gama: “[...] não há nada que assegure a manutenção dessa situação ao longo prazo”. E ainda adicionou que “há necessidade de alguma formalização legal, seja pela fixação de um percentual do ICMS ou do PIB ou uma regra para reajuste anual, a semelhança, por exemplo, com o que foi feito para o salário mínimo”.

Porém, o fato é que o volume de recursos repassados à FACEPE – nos últimos anos – é muito significativo para a C&T em Pernambuco em toda sua história. E é sobre este prisma que o Arnóbio Gama fez uma breve análise sobre a atuação da FACEPE e sua política de fomento:

Atualmente a FACEPE conta com um orçamento razoável, com um horizonte conhecido que permite planejamento. A partir daí foi possível voltar a financiar projetos de pesquisa e implantar um programa de bolsas de pós-graduação com a dimensão adequada às necessidades do estado. O que aconteceu e continua acontecendo, depende da vontade do Governador do Estado (Prof. Dr. Arnóbio Gama, Diretor Científico da FACEPE, 10/01/2012)

Ao não se estabelecer uma lei que preserve recursos para a FACEPE, enquanto política de Estado importante, isso ficará a mercê das vontades dos Governadores e do valor que os mesmos possam dar (ou não) à área da C&T. Desse modo, é possível entender a assertiva – preocupada - do referido diretor científico da FACEPE, “o que aconteceu e continua acontecendo, depende da vontade do Governador do Estado”.

Em decorrência dessas significativas mudanças orçamentárias, a discussão a seguir se concentra no ano de 2008, por ser o ano em que foram lançados sete (7) editais paralelamente, seja em conjunto com órgão estaduais e federais, ou com recursos do tesouro

estadual. O montante de recursos para esse conjunto de chamadas públicas totalizou R\$ 32.200.000,00 (trinta e dois milhões e duzentos mil reais). Esse volume de recursos é resultado da intervenção do governo federal e, de aportes consideráveis, do governo do estado na política pública de C&T em Pernambuco através da FACEPE, fazendo que os aludidos editais sejam um marco na ação desta FAP.

Antes de iniciar a discussão sobre o conjunto de editais, é importante mencionar que outros foram lançados também no ano de 2008. Além o tradicional edital PIBIC, a FACEPE publicou outro edital também em parceria com o CNPq: o Programa RHAE¹³¹ Pesquisador na Empresa, voltado para selecionar propostas de projetos de pesquisa destinados ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, através da concessão de bolsas vinculadas a projetos que visem estimular a inserção de mestres e doutores em empresas sediadas no estado de Pernambuco. Também deu continuidade aos editais do PAPPE, o da Pós-Graduação¹³², e o da Bolsa BIA.

Sobre os que foram lançados em um conjunto, a análise será dividida em dois momentos. Primeiro, destacam-se as três chamadas públicas inéditas, com recursos provenientes do tesouro estadual exclusivamente. São eles: a) Apoio a Estudos e Pesquisa para Políticas Públicas; b) Apoio à Divulgação Científica e Popularização de Ciência e Tecnologia; c) Apoio à Disponibilização de Estruturas Multiusuários e Acervos de Interesse Científico para a Pesquisa. Neste primeiro momento também se destaca o Auxílio a Projetos de Pesquisa – APQ -, de caráter mais universal (abrange todas as áreas do conhecimento) e que também recebeu financiamento estadual.

No segundo momento, serão destacados aqueles editais em parceria com o CNPq: Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX/FACEPE/CNPq) e Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores (Programa Primeiros Projetos - PPP/FACEPE/CNPq). Também será discutido o edital em parceria com o Ministério da Saúde: Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde – PPSUS/PE.

¹³¹ RHAE: Recursos Humanos em Áreas Estratégicas.

¹³² Além das priorizações já destacadas acima, no edital de 2008, foi incluída uma pontuação diferenciada para incentivar a formação de engenheiros no Estado de Pernambuco.

De modo geral, esse conjunto de editais é um fato inédito na história do fomento à pesquisa em Pernambuco, tanto para a Fundação, quanto para os(as) pesquisadores(as) locais, seja pelo montante investido, seja pela abrangência nos temas e no público-alvo.

Não é demais ressaltar quem além do recurso do tesouro estadual, o incentivo das políticas públicas de C&T advindas do governo federal tem sido essencial para a atual situação do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica no estado. Vale lembrar que houve uma distribuição de recursos em nível nacional, na tentativa de diminuir as desigualdades regionais na área. Porém, “é essencial, neste plano, não se perder de vista que a função fundamental das FAPs é contribuir para a formação e fixação de pesquisadores e a criação de condições mínimas locais para desenvolver pesquisa com eficiência e continuidade” (SILVA, 2000, p. 70). Nessa perspectiva, o estudioso ainda alertou que “onde tais condições mínimas não forem previamente criadas e progressivamente ampliadas será difícil promover pesquisa em apoio à inovação e ao desenvolvimento” (Idem, p.70).

É então neste sentido que os editais são elementos valiosos para análise, pois além de corresponder às regras do campo científico, representam a atuação da FACEPE frente aos incentivos federais e suas iniciativas, a partir dos recursos estaduais, investidos em diversas áreas, em vista das necessidades locais e, também, em consonância com questões de abrangência nacional.

a) Apoio a Estudos e Pesquisas para Políticas Públicas Estaduais: Erosão Costeira, Segurança Pública e Dengue

O edital focalizou temas específicos e prioritários para o estado de Pernambuco em três áreas: segurança pública, erosão costeira (meio ambiente) e Controle e Prevenção da Dengue. O objetivo foi o de apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, que buscassem subsidiar a formulação, avaliação e que, ademais, possibilitasse a orientação de políticas públicas nas áreas acima destacadas.

A FACEPE destinou de seu orçamento o valor de um milhão e duzentos mil reais (R\$ 1.200.000,00) divididos entre os três (3) temas. A SECTMA e a FACEPE investiram cada uma o valor de quinhentos mil reais (R\$ 500.000,00). O total investido na chamada pública foi de um milhão de reais (R\$ 1.000.000,00) para os projetos enquadrados no tema da Erosão Costeira e foram aprovados dois (2) projetos nas áreas de exatas e engenharias.

Já a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado (SEPLAG), destinou de seu orçamento o valor de quinhentos mil reais (R\$ 500.000,00) e o mesmo valor por parte da FACEPE para as pesquisas em Segurança Pública e assim, o montante investido somou um milhão de reais (R\$ 1.000.000,00) e foram aprovadas cinco (5) propostas, entre as quais uma (1) na área de sociais aplicadas e quatro (4) na área de ciências humanas.

Já a Secretaria de Saúde de Pernambuco (SES) e a Facepe investiram cada uma o valor de duzentos mil reais (R\$ 200.000,00), totalizando quatrocentos mil reais (R\$ 400.000,00) para as pesquisas sobre Prevenção e Controle da Dengue. Três (3) projetos foram aprovados, dois (2) para a área de exatas e um (1) para biológicas.

Essas três (3) temáticas específicas representam as prioridades definidas pela administração pública estadual. A chamada pública para o tema da “erosão costeira” encontra-se relacionada com os problemas ocasionados pelo avanço do mar no litoral de Pernambuco (Jaboatão dos Guararapes, Recife, Olinda e Paulista), tornando-se uma grave questão ambiental, social e econômica. Os causadores desses problemas são: a excessiva ocupação de empreendimentos privados e a construção de obras de contenção (muros de proteção, quebra-mares, etc.),¹³³ que buscaram minimizar as consequências do avanço do mar sem muito sucesso.

No que se refere à Segurança Pública, o edital se vinculou ao Plano Estadual de Segurança Pública, intitulado Pacto pela Vida (programa do Governo Eduardo Campos) para diminuir os índices de violência no estado. Isso se deve ao fato de que o estado foi considerado por longos anos como o mais (ou um dos mais) violento do país (GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2012)¹³⁴.

O tema “Controle e Prevenção da Dengue” foi priorizado pelo fato de que Pernambuco é um dos estados em que a doença apresenta-se com frequência entre a população, chegando a ser considerado como um das maiores epidemia da doença no país (SES, 2012).

Esses problemas atingem a sociedade como todo e, por isso, torna-se necessária a intervenção do Poder Público. Uma das formas encontrada é o respaldo do estudo/pesquisa

¹³³ As informações são baseadas nos dados emitidos pelo relatório intitulado de Monitoramento Ambiental Integrado da Procuradoria da República em Pernambuco realizado em 2008, juntamente com UFPE, FINEP, Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH) e as prefeituras dos municípios acima destacados. Informações disponíveis em: <http://www.prpe.mpf.gov.br/internet/Casos/Erosao-Costeira-Avanco-do-mar> acesso em 27/02/2012.

¹³⁴ Informações obtidas no site <http://www.pe.gov.br/programas/pacto-pela-vida/> acesso em 26/02/2012.

realizada por um perito profissional/especialista, pelo profissional da ciência, que tem a competência reconhecida no campo científico e que, repercute em outros campos, como exemplo, o político, o econômico, social, ambiental.

b) Apoio à Divulgação Científica e Popularização de Ciência e Tecnologia

Esta chamada teve como objetivo incentivar e apoiar projetos de divulgação e popularização da ciência e tecnologia no estado de Pernambuco. A chamada previu o valor global estimado de um milhão de reais (R\$ 1.000.000,00), com recursos oriundos do governo estadual. Neste edital a interiorização também foi priorizada, pois a parcela mínima de setenta por cento (70%) dos recursos foram, preferencialmente, destinada a projetos vinculados a instituições executoras sediadas no interior ou a projetos cujas atividades fossem, essencialmente, realizadas no interior de Pernambuco. No âmbito deste edital, foram aprovados doze (12) projetos entre as áreas de exatas, engenharias, biológicas e agrárias (FACEPE, 2008).

Almejou-se atender propostas que visavam “a instalação e o fortalecimento institucional de museus e centros de ciências, especialmente no interior do estado” (FACEPE, 2008, p.08). Também incluiu iniciativas que promovessem “a disseminação e democratização da informação sobre a produção do conhecimento científico e tecnológico, suas implicações no dia-a-dia dos cidadãos e a melhoria da qualidade do ensino informal das ciências” (Idem, 2008, p.08).

O perfil de pesquisador exigido no edital também atende às normas vigentes no campo científico: ter produção científica e tecnológica relevante na área específica do projeto, ser doutor vinculado a instituições de caráter educativo, científico ou tecnológico situadas no estado de Pernambuco. Quanto ao vínculo institucional, houve uma diferença: poderia ser empregatício (permanente ou celetista) ou não, caracterizado por meio de documento oficial de concordância da instituição de execução do projeto. No entanto, a relação formal com a instituição (universidades) foi o elemento que prevaleceu entre os contemplados, pois para desenvolver esse tipo de projeto uma exigência inerente ao campo científico está oculta nas normas do edital: é necessário ter uma consistente rede de relações com pesquisadores vinculados à instituição que se propõe receber o projeto. Para tanto, o

reconhecimento e concordância dos pares é de suma importância. Vale lembrar que a briga por espaço físico, entre os agentes, dentro de uma instituição também é uma disputa de (e por) poder, simbólico ou não. Essa questão justifica, em parte, a predominância de pesquisadores vinculados à instituição de ensino e/ou pesquisa, entre os contemplados no âmbito do edital.

Dessa forma, é possível relacionar a ideia de capital social às exigências contidas no edital acima destacado diante da seguinte questão: a força da rede de relação, firmada a partir do vínculo formal com uma instituição/departamento, bem como a vinculação a um grupo de pesquisa, são elementos que determinam a concordância dos colegas de departamento, isto é, de seus pares.

c) Apoio à Disponibilização de Estruturas Multiusuários e Acervos de Interesse Científico para a Pesquisa

Esse edital apoiou às atividades que propiciaram ampliação do acesso de pesquisadores a serviços especializados de suporte à pesquisa ou a acervos de interesse científico existentes no estado. Neste sentido, a ideia foi a de incentivar e estimular projetos que visassem: implantação, recuperação, conservação e disponibilização de laboratórios multiusuários ou de acervos de interesse científico com a finalidade de ampliar a sua disponibilidade e acessibilidade por pesquisadores em geral, e maximizar os benefícios dessas estruturas, equipamentos e acervos para a geração de conhecimento no estado de Pernambuco (FACEPE, 2008).

Os projetos foram enquadrados em duas linhas de interesse: 1ª) instalação, recuperação e manutenção de laboratórios multiusuários que se propuseram a disponibilizar o acesso para uso compartilhado por diferentes grupos/instituições de pesquisa, tanto de equipamentos, quanto de serviços de elevado grau de especialização, indispensável à execução de atividades de pesquisa, como exemplo, os destinados, entre outros, à produção de insumos especiais, edição de imagens, processamento de dados (FACEPE, Idem); 2ª) projetos voltados para a recuperação, conservação, catalogação e disponibilização de acervos – documentais ou de outra natureza – que tenham relevante valor para a pesquisa científica, objetivando a promoção do conhecimento e o acesso de seu conteúdo por pesquisadores em geral (FACEPE, Ibidem).

O edital distinguiu-se dos demais por exigir - dentre os projetos aprovados - a previsão de um Comitê Gestor para acompanhar a execução das atividades propostas, principalmente no que se refere à implementação dos mecanismos específicos para permitir e facilitar o acesso de pesquisadores em geral, ao laboratório multiusuário ou acervo apoiado. O Comitê Gestor foi constituído por pesquisadores externos à Instituição Executora do projeto, em proporção não inferior à metade de seus membros (FACEPE, op. cit.).

Foram aprovadas no âmbito do edital quinze (15) propostas, distribuídos entre as áreas do conhecimento: três (3) nas áreas de ciências exatas e ciências humanas. A área de ciências biológicas foi contemplada com quatro (4) e a área de ciências da saúde com dois (2) projetos. As áreas de ciências agrárias, ciências sociais aplicadas e engenharias foram cada uma contemplada com um (1) projeto.

O primeiro requisito para o pesquisador interessado em disputar o edital era a titulação de doutor, e ele deveria ter produção científica e tecnológica relevante na área específica do projeto. Essas exigências são resultados dos capitais acumulados do pesquisador, e que o coloca numa posição destacada na concorrência por recursos financeiros na disputa com os demais. Embora o vínculo institucional pudesse ser empregatício ou não, deveria haver a concordância formal por parte da instituição para o desenvolvimento das atividades previstas no projeto em suas instalações. As instituições deveriam atender ao seguinte critério: ter caráter educativo, científico ou tecnológico situadas no estado de Pernambuco. Mesmo sendo mais flexível, o vínculo institucional é uma condição importante para concorrer aos recursos disponibilizado no edital. No entanto, os candidatos aprovados são todos vinculados às universidades, fato que reforça as normas cristalizadas pelo campo científico: rede de relação, reconhecimento dos pares, disputas por espaço físico, conflitos, etc.

d) Auxílio a Projetos de Pesquisa – APQ

O edital permitiu propostas de pesquisas em todas as áreas do conhecimento, com objetivo de apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação. Assim, o edital buscou incentivar a expansão e consolidação de competências estaduais (habilidades) e ao avanço do conhecimento científico e tecnológico. Com recursos exclusivamente do

tesouro estadual contou com mais de R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões, trezentos e mil reais), distribuídos em três (3) faixas diferentes:

1. Faixa A: foi direcionada prioritariamente para os projetos em áreas de ciências experimentais (área de exatas, biológicas, etc) com valores entre R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) e R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
2. Já a faixa B: para projetos em qualquer área do conhecimento. As propostas submetidas nesta faixa almejavam receber recursos financeiros entre R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).
3. E a faixa C: priorizou projetos em áreas não-experimentais como matemática, física teórica, humanidades e ciências sociais aplicadas, entre outras, e o valor solicitado por projeto não poderiam ser superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) (FACEPE, 2008).

A definição dos valores das faixas revela, ao mesmo tempo, a priorização dos temas e das áreas. A faixa A foi direcionada para as áreas consideradas experimentais (exatas, engenharias, biológicas, etc.), isto é, os valores dos projetos são superiores às outras duas faixas, principalmente em relação à C na qual as ciências humanas estão inseridas e recebeu o maior número de aprovações.

Em princípio, essas faixas são reflexos de duas (2) questões: a primeira, é que as ciências experimentais exigem o maior aporte de recursos, haja vista a necessidade de montar laboratório com equipamentos importados, reagentes diversos, enfim, diferentemente das ciências humanas ou mesmo da física e da matemática teórica, que exigem baixos custos na execução de seus projetos quando comparada às áreas experimentais. A segunda questão é a histórica desigualdade de recursos e prioridade entre as áreas, fato legitimado pela indução nos investimentos públicos para a C&T e, em larga medida, aceita com certa resignação (ou sem maiores contestamentos) por parte do campo das humanidades.

Para concorrer em qualquer uma dessas faixas, o proponente era obrigado a ter o título de doutor com vínculo empregatício (estatutário ou celetista) com a instituição de execução do projeto, além de ter produção científica ou tecnológica relevante, nos últimos

cinco anos que antecederam à aprovação do projeto, na área específica do projeto de pesquisa.

Do total dos recursos, foi definida uma parcela mínima de 30% (trinta por cento) para projetos aprovados e coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas no interior do estado de Pernambuco. Incluindo ainda as demais prioridades: projetos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do estado, como é o caso dos empreendimentos industriais estruturadores em implantação no estado (refinaria, termelétrica, pólo fármaco-químico, ampliação do complexo portuário de Suape/PE); o desenvolvimento de arranjos produtivos locais (APLs) do estado; ou políticas públicas de impacto social ou ambiental e projetos em parceria com grupos de pesquisa não consolidados.

Foram aprovados noventa (90) projetos e o quadro abaixo ilustra a distribuição dos recursos entre as áreas do conhecimento:

Quadro 15 - EDITAL APQ FACEPE/2008 DISTRIBUIÇÃO POR ÁREA DO CONHECIMENTO				
Grande Área do Conhecimento	Nº de Auxílios Faixa A	Nº de Auxílios Faixa B	Nº de Auxílios Faixa C	Nº Total de Auxílios
Artes, Letras e Lingüística	0	0	0	0
Ciências Agrárias	5	7	2	14
Ciências Biológicas	5	6	1	12
Ciências da Saúde	2	6	4	12
Ciências Exatas	3	10	9	22
Ciências Humanas	0	1	11	12
Sociais Aplicadas	0	1	5	6
Engenharias	5	3	4	12
Total	20	34	36	90
Fonte: FACEPE – Organização da Autora				

Dos noventa (90) projetos aprovados, a área de ciências exatas foi a que predominou, com vinte e duas (22) propostas selecionadas. A área de ciências agrárias ficou em segundo lugar com quatorze (14) aprovações. Em seguida, tanto a área de ciências biológicas, engenharias, saúde e humanas tiveram, cada uma, doze (12) projetos. Na área de Ciências

Sociais Aplicadas, seis (6) propostas foram aceitas. No entanto, a área de Letras não teve projeto contemplado.

O que o número de propostas aprovadas na área de ciências exatas, agrárias, biológicas e saúde revela é a priorização das políticas de fomento. A área de exatas foi a mais contemplada entre as três faixas. Os vinte (20) projetos aprovados na faixa A totalizaram quase 2.000.000,00 (dois milhões de reais) na qual, predominaram as ciências agrárias, biológicas e engenharias. Já na faixa B, que englobou todas as áreas, mais uma vez, foi a área de exatas que predominou, aprovando dez (10) pesquisas. No que se refere à faixa C, a área mais contemplada foi a de ciências humanas, porém é importante frisar que os valores aprovados não ultrapassaram 17.000,00 (dezessete mil reais), atendendo às normas estabelecidas pelo edital nessas áreas.

Sobre este edital, Diogo Simões, atual Presidente da Fundação, em entrevista para esta pesquisa em 03 de janeiro de 2012, o considera um dos mais importantes: por ser um dos que é financiado unicamente com recursos estaduais e depois por ser a chamada pública que tem como “centralidade apoiar a curiosidade espontânea dos pesquisadores” de todas as áreas do conhecimento e sem restrições temáticas, segundo o presidente. Na opinião de Simões, este é o tipo de fomento que deve ser mantido pela Instituição.

Na realidade, a fala de Simões expressa algo legítimo ao próprio campo científico e seu habitus, com suas distinções e prioridades e, portanto, suas relações de força e de fazer ciência.

e) Programa de Apoio a Núcleos de Excelência– PRONEX/FACEPE/CNPq

O PRONEX é voltado para pesquisadores bolsista de produtividade nível 1 do CNPq, ou seja, aquele pesquisador consagrado, que tem a competência científica em sua área do conhecimento. No geral, o PRONEX tem como objetivo apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, ofertando o suporte financeiro aos trabalhos dos grupos de pesquisas com graus de excelência reconhecida no estado de Pernambuco.

O valor do primeiro edital, em 2003, foi da ordem de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), divididos entre a FACEPE e o CNPq. Na chamada pública de 2006, o aporte de recursos foi maior, por volta de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais),

sendo também fruto da parceria entre os dois órgãos aludidos, embora o número de propostas aprovadas tenha sido menor que a chamada anterior.

O terceiro edital lançado no pacote de editais de 2008 disponibilizou um montante de recursos superior aos dois anteriores, tanto por parte do CNPq quanto por parte da Fundação, totalizando quinze milhões de reais (15.000.000,00). Sendo assim, cinco milhões de reais (R\$ 5.000.000,00) oriundos do orçamento da FACEPE e dez milhões de reais R\$ (10.000.000,00) advindos do CNPq, a serem liberados em três parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira das duas agências.

O quadro abaixo mostra o número de auxílios concedidos por área do conhecimento no período de 2003 a 2008:

Quadro 16 - PRONEX - FACEPE/CNPq (2003 a 2008)				
Grande Área do Conhecimento	Nº de Auxílios Aprovados			Total
	2003	2006	2008	
Artes, Letras e Linguística	0	0	0	0
Ciências Agrárias	0	0	1	1
Ciências Biológicas	4	0	0	4
Ciências da Saúde	1	1	1	3
Ciências Exatas	3	4	10	17
Ciências Humanas	0	0	1	1
Ciências Sociais Aplicadas	0	0	0	0
Engenharias	2	3	2	7
Total	10	8	15	33
Fonte: FACEPE - Organização da autora				

No período acima referido, foram concedidos trinta e três (33) auxílios, onde a área de exatas destacou-se com dezessete (17) projetos aprovados. Desse total, onze (11) contemplados são do departamento de física da UFPE. Neste sentido, algumas questões devem ser consideradas: o mestrado em física teve início em 1973 e o doutorado em 1975, ou seja, isso significa que é um programa de pós-graduação consolidado, com conceito seis (6) da CAPES. O corpo docente do departamento é composto por quarenta (42) professores doutores concursados. Desse total, vinte e sete (27) são pesquisadores bolsistas de

produtividade do CNPq, sendo que quinze (15) deles possuem o nível 1. Esses elementos são indícios de que os pesquisadores da área de física da UFPE possuem reconhecimento nacional e até internacional pela sua atuação, um status diferencial e que pesa na hora de concorrer aos editais, sejam os mais específicos, sejam os mais universais.

A área de engenharias obteve sete (7), ciências biológicas quatro (4) auxílios aprovados. As ciências humanas e agrárias tiveram, cada uma das áreas, um (1) projeto aprovado. Nos três editais analisados, as áreas de artes, letras e linguística e ciências sociais aplicadas não tiveram projetos aprovados ou não houve demanda por parte dos(as) pesquisadores(as).

O edital do Programa PRONEX é o edital que mais atende ao que o campo científico elege como essencial, pois os agentes que concorrem aos recursos financeiros para esse edital, são aqueles que detêm a autoridade e competência científica reconhecida pelos pares, em âmbito nacional e internacional. Isso se deve ao acúmulo de recursos simbólicos e objetivos que adquiriu ao longo de sua carreira. Portanto, representam a incorporação do habitus do cientista em seu sentido mais pleno, para os atuais parâmetros do campo.

f) Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores – Programa Primeiros Projetos – PPP/FACEPE/CNPq

O Programa PPP tem como objetivo ofertar apoio financeiro para aquisição, instalação, modernização, ampliação ou recuperação da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica nas instituições de ensino superior e/ou de pesquisa, bem como a fixação de jovens pesquisadores e nucleação de novos grupos de pesquisas. Cabe esclarecer que a categoria “jovens doutores” são para aqueles pesquisadores que tem, no máximo, cinco (5) anos de título de doutor. É importante dizer que muitos contemplados, embora recém-doutores (as), já tinham vínculos empregatícios com as instituições de ensino e pesquisa na qual propunham o desenvolvimento do projeto, e, portanto, já atuavam como pesquisadores, dispondo um acúmulo de capitais em sua área de atuação (FACEPE, 2008).

O primeiro edital, lançado em 2003, contemplou setenta e quatro (74) propostas e priorizou projetos que focassem as áreas de biotecnologia, energia, nanociência, saúde pública, entre outras, e aquelas relacionadas aos arranjos produtivos locais, como é o caso da

cana-de-açúcar, caprino-ovinocultura, gesso, têxtil e confecções, etc., embora não excluísse os demais temas e áreas.

Acerca disso é interessante observar como algumas áreas produtivas são, recorrentemente, presentes nos editais (além do PPP, o DCR, APQ, por exemplo) por suas importâncias econômicas e sociais, como são os casos do pólo gesseiro e de confecções, a produção açucareira e a caprino-ovinocultura, por exemplo. Mais uma vez, ficam claras as influências e profundos diálogos entre os campos econômico, político e científico, que fazem parte de um espaço social que os conformam, e a necessária certeza de que – mesmo produzindo singularidades e regras próprias, com seu ethos particular – o campo científico detém uma autonomia relativa e nunca absoluta frente aos outros campos.

Em 2006 foi publicado o segundo edital, que contemplou cento e dez (110) projetos, recebendo do CNPq um milhão e oitocentos mil reais (R\$ 1.800.000,00) e um montante de novecentos mil reais (R\$ 900.000,00) por parte da FACEPE, no biênio 2006/2007.

A terceira chamada pública foi lançada em 2008. Foram aprovadas setenta e seis (76) propostas, com duas faixas diferenciadas pelos valores. A faixa “A” contemplou projetos com valores até 60 mil reais, tendo sido aprovado quarenta e oito (48) projetos especificamente em áreas experimentais. A faixa “B” contemplou projetos com, no máximo, vinte mil (20.000) reais e acolheu vinte e oito (28) para as áreas não-experimentais, isto é, incluindo todas as áreas do conhecimento. O valor global do edital foi mais de dois milhões, duzentos mil reais (R\$ 2.245.108,21).

Vale mais uma vez frisar que há uma priorização explícita na faixa A, em virtude do maior aporte de recursos disponibilizados. Tanto é verdade, que dezesseis (16) projetos foram contemplados na área de agrárias, nove (9) em biológicas, dez (10) na área de saúde, cinco (5) em exatas, um (1) em sociais aplicadas e sete (7) em engenharias.

O quadro abaixo sintetiza a distribuição dos recursos do Programa PPP em Pernambuco entre as áreas do conhecimento:

Quadro 17 - PROGRAMA PRIMEIROS PROJETOS (PPP) FACEPE/CNPq (2003 a 2008)				
Grande Área do Conhecimento	Nº de Auxílios Aprovados (por ano)			Total
	2003	2006	2008	
Artes, Letras e Lingüística	0	0	1	1
Ciências Agrárias	18	29	16	63
Ciências Biológicas	17	35	10	62
Ciências da Saúde	13	7	14	34
Ciências Exatas	14	16	11	41
Ciências Humanas	3	7	12	22
Ciências Sociais Aplicadas	0	3	4	7
Engenharias	9	13	8	30
TOTAL	74	110	76	260
Fonte: FACEPE – Organização da autora				

No período analisado, foram aprovados duzentos e sessenta (260) projetos em todas as áreas do conhecimento. A área de ciências agrárias teve sessenta e três (63) aprovações, as ciências biológicas sessenta e dois (62), a área de ciências exatas contabilizou quarenta e um (41) em projetos aprovados e a área de ciências da saúde obteve trinta e quatro (34) propostas contempladas. Engenharias totalizaram trinta (30) e ciências humanas tiveram vinte e dois (22) projetos aceitos. A área de ciências sociais aplicadas foi contemplada com sete (7) e Artes, Letras e Lingüística, com uma proposta aprovada.

Ainda sobre o Programa PPP, vale mencionar que entre os três editais avaliados nota-se algumas diferenças. Os dois primeiros editais exigiam que o proponente tivesse obtido o título de doutor há menos de dez (10) anos, até a data de submissão das propostas. No terceiro edital, a exigência era que o título de doutor ou adquirido o vínculo empregatício permanente com a instituição, onde o projeto se desenvolveria, a partir de 2003, isto é, cinco (5) anos de doutorado ou de vínculo institucional.

Essas mudanças nos editais sugerem que as regras do campo científico foram alteradas em decorrência de diversos acontecimentos, a exemplo da criação da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), localizada em Petrolina (sertão pernambucano), e que foi criada em meados de 2002. Outro fator de grande peso deveu-se a

ação da política pública voltada para a expansão e interiorização do ensino superior implantado pelo governo federal. Dessa forma, o processo de expansão da UFRPE simbolizou isso com o surgimento de duas unidades no interior do estado, nos municípios de Garanhuns e Serra Talhada.

A Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG) “foi a primeira extensão universitária a ser instalada no País, tendo suas atividades iniciadas no segundo semestre de 2005” (UFRPE, 2012). E também a Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), cuja instalação deu-se um ano depois, em agosto de 2006.

Já a UFPE expandiu sua estrutura através de dois campi localizados no interior do Estado: Centro Acadêmico do Agreste (CAA), localizado em Caruaru¹³⁵, e o Centro Acadêmico de Vitória (CAV), localizado em Vitória de Santo Antão, ambos inaugurados 2006.

Além da implantação mais recente de instituições de ensino superior federais, é significativo ressaltar que a Universidade de Pernambuco (UPE) havia feito isso na década de 1960, com a criação de dois (2) campi do interior voltados para a formação de professores: a Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata (FFPNM), que surgiu em 1966¹³⁶, e a Faculdade de Formação de Professores de Petrolina (FFPP) desde 1968¹³⁷. Contando com o campus de Recife, a UPE dispõe ainda de outras unidades em municípios do interior do estado: Arcoverde, Salgueiro, Garanhuns, Caruaru e Camaragibe, e se encontra em andamento a implantação de mais dois campi, o de Palmares e o de Serra Talhada¹³⁸.

Esses exemplos comprovam que a expansão do campo acadêmico exigiu das duas agências, FACEPE e CNPq, novas exigências em virtude do aumento de instituições e o consequente aumento no número de professores/pesquisadores que passariam a concorrer nos editais.

¹³⁵ Na escolha do município, foi considerada sua relevância no contexto atual da região do Agreste, que possui como principais características: cadeias e arranjos produtivos predominantes nas áreas da confecção e da agroindústria, e principal centro de serviços e negócios e de distribuição de mercadorias.

http://www.ufpe.br/caa/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=71. Acesso em: 13 fev. 2012.

¹³⁶ Informações disponíveis em: http://www.ffnm.upe.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=2. Acesso em 17 abr. 2012.

¹³⁷ Informações disponíveis em: http://www.ffnm.upe.br/index.php?option=com_content&view=article&id=67&Itemid=104&limitstart=1. Acesso em 17 abr. 2012.

¹³⁸ Informações disponíveis em: http://www.upe.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=162&Itemid=2. Acesso em 17 abr. 2012.

g) Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde – PPSUS/PE

O Programa PPSUS pode ser considerado um edital temático, já que o objetivo do primeiro edital se concentrou em incentivar à pesquisa científica e tecnológica no combate a doenças infecciosas e parasitárias (epidemiológicas). Sua criação foi justificada pelo Ministério da Saúde por existir lacunas entre a produção de conhecimentos sobre doenças infecciosas e a aplicação dos seus resultados direcionados às necessidades de saúde da população. Dessa forma, o interesse maior do edital foi o de estimular a consolidação de uma Política Nacional de Saúde, voltada para a universalidade, integralidade e equidade da saúde pública¹³⁹.

Assim, o Ministério buscou, através dessa política, redimensionar a relação entre as Secretarias Estaduais de Saúde (SES), as Fundações de Apoio à Pesquisas (FAPs) e as Instituições de Pesquisa em Saúde. A experiência apresentou sinais de melhoria significativa e a parceria se manteve de 2002 a 2008, o que significa dizer que a cada dois anos era lançado um novo edital (FACEPE, 2004). O primeiro edital aprovou quatorze (14) projetos.

Os quatro (4) editais lançados no âmbito do convênio tiveram algumas diferenças: o segundo, em 2004, foi mais abrangente ao incluir a melhoria da gestão, do acesso e da qualidade das ações e serviços de saúde. Apoiou preferencialmente as pesquisa com conteúdo multidisciplinar e articulado interinstitucionalmente, classificados em áreas temáticas, como exemplo os diagnósticos epidemiológicos, com estudos sobre determinantes de doenças e agravos prioritários no estado; desenvolvimento de metodologia, tecnologia e/ou procedimentos para o controle de doenças e agravos prioritários, aplicáveis à realidade estadual (FACEPE, 2004).

Também priorizou projetos sobre a formulação de diagnósticos que identificassem os principais obstáculos e dificuldades encontrados na gestão do SUS, e a construção de alternativas aplicáveis às realidades estadual e municipais, bem como a realização de estudos sobre o acesso e qualidade das ações e serviços de saúde, com desenvolvimento de metodologias de avaliação e monitoramento, que possibilitem melhor gerenciamento do SUS (FACEPE, Idem). Foram aprovadas em vinte e quatro (24) projetos em duas linhas de pesquisas.

¹³⁹ Informações obtidas no site da FACEPE (www.facepe.br).

A terceira chamada, em 2006, além de manter características anteriormente mencionadas, expandiu os temas e as linhas temáticas, incluindo eixos como a Hipertensão e Diabetes, Farmacovigilância e Saúde Perinatal. O valor do edital foi estimado em R\$ 665.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil reais), recursos estes oriundos do Ministério da Saúde no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a serem repassados ao CNPq, e pela FACEPE/SES: R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), provenientes do Tesouro do Estado de Pernambuco. Ao todo, vinte e uma (21) pesquisas foram aprovadas no âmbito do edital.

No quarto edital lançado em 2008, o mesmo teve valor global de dois milhões e quatrocentos mil reais (R\$ 2.400.000,00), sendo oitocentos mil reais (R\$ 800.000,00) do orçamento da FACEPE e um milhão e seiscentos mil reais (R\$ 1.600.000,00) oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, que foram repassados ao CNPq e deste à FACEPE. As propostas aprovadas obedeceram às linhas temáticas que foram estabelecidas e baseadas nos resultados da “Oficina de Prioridades para o PPSUS em Pernambuco”, realizada antes do lançamento do edital¹⁴⁰, com participação de representantes do CNPq, MS, FACEPE, SES e de pesquisadores de várias instituições (ensino, pesquisa, gestores e profissionais que atuam na área). A oficina objetivou o direcionamento das linhas que atendessem às necessidades e especificidades da saúde no estado.

A seleção das linhas para este Edital visou orientar o fomento para a indução seletiva de projetos destinados à produção de conhecimentos e de metodologias ou meios processuais inovadores para a superação de problemas que efetivamente demandam atividades de pesquisa e não podem ser enfrentados apenas por uma combinação de meios de intervenção já existentes. Na oficina foram definidos seis (6) temas e em cada um desses, variaram entre duas (2) e cinco (5) linhas temáticas. Foram aprovadas entre essas, trinta e três (33) pesquisas no âmbito da chamada.

Os critérios constantes nos editais revelam as normas vigentes dentro do próprio campo científico: o habitus dos cientistas (fazer-se cientista), o peso da vinculação institucional (a burocracia), as diretrizes da política científica que interessa às necessidades sociais, políticas e econômicas do estado (relação entre os campos, principalmente o

¹⁴⁰ A reunião foi realizada em agosto de 2008 nas instalações do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães (CPqAM).

político), a força e legitimidade de determinada área do saber sobre outras, o capital simbólico e a distinção de cada pesquisador, a concorrência, etc.

Sem dúvida, o que também compõe o cenário dos editais são as lutas/disputas/conflitos entre os agentes (pesquisadores) e suas respectivas áreas do conhecimento. São essas questões que serão abordadas a seguir.

2. A disputa por recursos financeiros e capitais simbólicos

De modo geral, o edital é um documento oficial de caráter público que regulamenta e define as regras ao interessado para um determinado fim (concursos, seleções diversas, etc), com igualdade de oportunidade. Os editais se fundamentam em elementos jurídicos, que (re)produzem e determinam as regras do jogo.

Suas determinações devem, portanto, ser obedecidas e, assim, cumpridas a risca. No caso da FACEPE, os editais regulam normas para pedido de financiamento de projetos de pesquisas de cunho acadêmico/científico e tecnológico a serem desenvolvidos por pesquisadores vinculados às instituições (ensino/pesquisa) localizadas no estado de Pernambuco.

As regras estabelecidas nos editais dão legitimidade às normas do campo científico, porque é nele que a política pública se estabelece e direciona os recursos públicos para as áreas e os temas que serão beneficiados, além de reconhecer as normas e condições de existência do próprio campo, legitimando-as e as fortalecendo. Isso reflete diretamente num determinado perfil de pesquisador que o campo científico exige: titulação de doutor, vinculação à instituição de ensino e/ou pesquisa, produção científica relevante, experiência em execução de projetos, formação de recursos humanos, entre outros. Dessa forma, cada particularidade e cada exigência presente nos editais é uma forma de inserir ou de excluir um determinado tipo de pesquisador no campo da disputa.

Neste sentido, é possível recorrer ao que Pierre Bourdieu (2008, p.62) escreveu sobre a relação do pesquisador com as lógicas de seu campo: “um cientista é a materialização de um campo científico e as suas estruturas cognitivas são homólogas à estrutura do campo e, por isso, constantemente ajustadas às expectativas inscritas no campo”. Ou seja, o cientista

corresponde às normas determinadas pelo campo, embora alguns deles (os cientistas) possam questionar a ordem estabelecida, os mesmo se subordinam às regras (ser doutor, ter vínculo institucional, produção científica na área de atuação) para conseguir acessar recursos financeiros e simbólicos. Assim, o sociólogo francês afirmou que:

As normas e princípios que determinam, se quisermos, o comportamento do cientista, só existe enquanto tal [...] porque são entendidas por cientistas familiarizados com elas, o que os torna capazes de as perceber e apreciar, e ao mesmo tempo dispostos e aptos a cumpri-las. Em suma, as normas só os condicionam porque eles se propõem a cumpri-la por um acto de conhecimento prático que lhes confere eficácia ou, por outras palavras, porque estão dispostos (Idem, 2008, p. 62)

Sob esta perspectiva, o regulamento encontrado nos editais voltados para o fomento de projetos faz parte da rotina de pesquisadores que recorrem a qualquer órgão de fomento, pois o não-atendimento às exigências os exclui do jogo das disputas. Assim, “as normas só os condicionam porque eles se propõem a cumpri-la” (Ibidem, p.62).

Levando em consideração que esses aspectos estão presentes nos editais lançados pela FACEPE, outros elementos merecem ser abordados, como é o caso da política científica adotada pela FAP, particularmente, por meio dos editais. A este respeito, o atual Diretor Científico da FACEPE tece a seguinte consideração:

Acredito que os editais expressam tanto os desejos da comunidade científica quanto às políticas de governo, ainda mais, também as demandas de setores da sociedade. A FACEPE é feita pela comunidade científica, são os membros dessa comunidade que selecionam o que deve ou não deve ser apoiado. Por outro lado, pelo menos nesse momento, a FACEPE foi alvo dos planos de governo e recebeu recursos substanciais para atender alguns objetivos explícitos, entre os quais destacam-se a Interiorização, mas também o atendimento às demandas por conhecimento dos arranjos produtivos e dos novos empreendimentos que estão se instalando no estado, por políticas públicas que necessitam ser desenvolvidas/aperfeiçoadas por órgãos da administração estadual, etc. Assim sendo, os editais devem dirigir interesses para o atendimento de prioridades. Assim foi feito, por exemplo, nos editais de bolsas de pós-graduação, mesmo nos editais gerais, não temáticos, e mais especificamente em editais específicos, como o edital para pesquisas em mudanças climáticas globais¹⁴¹, nos editais em parceria com órgãos da administração estadual (segurança pública, erosão costeira, controle e prevenção da dengue, economias setoriais etc) (Prof. Doutor. Arnóbio Gama, Diretor Científico da FACEPE, 10/01/2012).

¹⁴¹ A chamada pública para o tema das Mudanças Climáticas Globais, realizada em parceria com a FAPESP ocorreu em 2009.

O depoimento do entrevistado revela a intensa simbiose existente entre os agentes que compõem o campo científico e as políticas públicas de fomento locais. Ao mesmo tempo em que estas políticas correspondem às necessidades sociais e econômicas do estado, que também induzem as aplicações dos investimentos públicos na área de C&T, elas não deixam de vincular-se – por meio dos editais – “os desejos da comunidade científica quanto às políticas de governo” e vice-versa. Porém, nunca é demais lembrar que, mesmo reconhecendo e constatando outras influências, “a FACEPE é feita pela comunidade científica, são os membros dessa comunidade que selecionam o que deve ou não deve ser apoiado”, segundo ressaltou o professor Gama.

Todavia, como já foi destacado, por conta da precariedade de recebimentos de recursos, sabe-se que uma ação política mais consistente não foi uma constante na vida da referida FAP. Mesmo se mantendo aberta ao público, durante longos períodos, a FACEPE não atendeu à crescente demanda do campo.

Ao ser indagado se a FAP expressava as necessidades da comunidade científica local, Sérgio Rezende fez uma análise sobre a FACEPE, recuperando a trajetória desta instituição (ontem e hoje):

Houve uma certa época que a FACEPE tinha poucos recursos, e que ela certamente não era a expressão da comunidade, até porque as pessoas mais ativas, mais experientes, passaram a não dar muita importância à FACEPE. E quando ela começou a recuperar recursos, e esse processo de ganhar a confiança da comunidade não ocorre de uma hora pra outra, é um processo gradual. Mas, eu posso dizer que hoje, grande parte da comunidade científica, tem o seu trabalho beneficiado pela atuação da FACEPE, há um reconhecimento de que ela é importante. (Sérgio Rezende, professor e pesquisador do departamento de Física da UFPE e ex-ministro da Ciência e Tecnologia. 26/10/2011).

O que o relato do entrevistado permite entender é que a Fundação ao não fomentar a pesquisa, perdeu a credibilidade de seu público, e assim, os(as) cientistas locais não se interessavam em recorrer à Fundação para se posicionar no campo, e isso só possível quando há condições materiais ofertadas pelo Poder Público. A chegada dos recursos trouxe, aos poucos, a confiança dos pesquisadores nas ações da agência, em sua política de fomento. Por isso, que os editais de 2008 são um marco.

O depoimento da professora do Departamento de Farmácia da UFPE se aproxima das questões apontadas por Rezende quando destacou:

Nos últimos anos a FACEPE voltou a ser o órgão de fomento que a comunidade pernambucana ansiava ter. A FACEPE teve um papel preponderante na nova política de interiorização das universidades federais no estado de Pernambuco. Esse papel será ainda mais relevante quando os números do desenvolvimento do estado aparecerem vinculados ao desenvolvimento tecnológico propiciado pelas universidades públicas e com financiamento da FACEPE (Professora do Departamento de Farmácia da UFPE).

As considerações expressas nos depoimentos de Sérgio Rezende e o da Professora do Departamento de Farmácia da UFPE ressaltam o papel norteador das políticas de fomento adotadas pela Fundação voltadas para o desenvolvimento da ciência no estado. Nesta perspectiva, é importante mencionar que cinquenta e quatro por cento (54%) dos cientistas que responderam ao questionário da presente pesquisa, afirmaram que a FACEPE, nesses últimos cinco (5) anos, vem contribuindo em sua formação, desenvolvimento e atuação acadêmica, ajudando-as, para alguns deles, em firmar sua condição de pesquisador. Segundo destacaram, tiveram oportunidade de bolsas para estudantes (mestrado, doutorado e iniciação científica), apoio financeiro para execução de projetos, participação em eventos e se fortaleceu parcerias com outras instituições e pesquisadores, inclusive de fora do estado.

Por outro lado, vale destacar a visão oposta do sociólogo e ex-presidente da FACEPE, Professor José Carlos Wanderley, quanto às atuais políticas de fomento da Instituição. O professor fez uma análise crítica quanto ao papel da agência.

Na verdade, em uma análise mais geral, o papel da FACEPE tem sido muito secundário, cíclico na participação C&T&I [ciência e tecnologia e inovação]. Existem momentos de uma maior ou menor participação para o desenvolvimento de um estado, região ou país. Diversas instituições contribuem para C&T&I no Estado de Pernambuco, e todas são na verdade microcosmos da comunidade científica, mas, na minha opinião, a FACEPE poderia ter um papel articulador da política de C&T&I no estado, juntamente com a Secretaria de Ciência e Tecnologia (Professor Doutor José Carlos Wanderley, ex-Presidente da FACEPE e vinculado ao Departamento de Sociologia da UFPE, 24/01/2012).

A crítica do sociólogo e ex-presidente da FACEPE vai na contramão dos depoimentos acima. Contudo, sua opinião permite retomar alguns aspectos importantes do debate sobre a ausência de políticas de fomento para a Fundação. Considerando que a agência de fomento vivenciou longos anos de escassez de recursos, a nova fase, iniciada em 2007, completando em 2012 o sexto (6) ano de regularidade de recursos, ainda não

conseguiu dar conta das lacunas deixadas pelas gestões anteriores. De fato, a FACEPE não é a única que contribui para a Ciência, Tecnologia e Inovação (C&T&I), já que outros órgãos, a exemplo do Porto Digital, CESAR, ITEP, IPA, etc., executam esse tipo de atividade, mas é valido lembrar que a Fundação é a única no estado que fomenta a pesquisa científica. Nesse sentido, ela difere dos demais que desenvolvem ações de C&T&I.

É importante mencionar que a opinião do referido sociólogo se respalda em sua vivência enquanto Presidente da instituição entre 2003-2007. Neste período, Pernambuco estava sob a segunda gestão de Jarbas Vasconcelos (2003-2006) e, portanto, sob uma gestão neoliberal, que priorizou outro tipo de apoio à ciência, conforme visto no capítulo 2 da presente dissertação e no depoimento abaixo do próprio entrevistado, quando o mesmo ressaltou que:

O momento era de transição com o foco em Projetos de Inovação Tecnológica, sobretudo no financiamento de duas áreas: da Tecnologia da Informação com concentração no Projeto de Criação e Ampliação do Porto Digital e dos Projetos sobre o Genoma, em parceria com a FAPESP. (Professor Doutor José Carlos Wanderley, ex-Presidente da FACEPE e vinculado ao Departamento de Sociologia da UFPE, 24/01/2012).

O depoimento reforça a falta de prioridade de recursos para a FACEPE, pois conforme o sociólogo frisou no primeiro depoimento, a Fundação era vista e compreendida como parte de um sistema que também desenvolvia a C&T&I. Então, não considerava a atividade-fim da agência como uma função específica, diferente dos demais órgãos. Ademais, é bom destacar que pesquisadores(as) vinculados a estes órgãos (Porto Digital, CESAR, ITEP, IPA) também recorreram e recorrem à Fundação para desenvolver seus projetos, se qualificar, orientar estudantes de pós-graduação, produzir artigos etc. Afinal de contas, os agentes (cientistas) que entram nas disputas por recursos simbólicos ou não, e conhecem as regras do jogo, sabem que desenvolver uma pesquisa e obter resultados eficientes, com impactos dentro e fora do campo científico, somente é possível por meio de apoio financeiro.

O conjunto de editais lançados no ano de 2008 é sob este prisma bastante revelador. Ele também revela as regras existentes e cristalizadas no campo científico, por meio do habitus, do fazer-se cientista, no que se refere às disputas e tensões entre os agentes, seja por recursos financeiros, seja por recursos simbólicos. Essas disputas e tensões são partes da

lógica do campo, é intrínseco, é inerente a ele. Disputar os recursos previstos no edital é disputar condições de se posicionar, de acumular formas de reconhecimento, de obter resultados concretos de pesquisas, possibilidade de formar recursos humanos, de publicar novos artigos, etc. Então, o edital pode ser considerado um espaço de disputas. Sob o ponto de vista do Professor Sérgio Rezende, “a disputa é acirrada, quando os recursos são insuficientes. Aí realmente ela existe, existe de área pra área, existe dentro das áreas”.

Sob este aspecto, a professora Fátima Santos do Departamento de Psicologia da UFPE disse que a vida do(a) pesquisador(a) é, dentre outras coisas, uma busca por constante recursos das agências de fomento, o que leva as disputas por recursos financeiros por meio dos editais. Acessos aos editais que é muito acirrado, porque: “você tem X para tantos projetos, vem 7 (sete) vezes mais. Então, a disputa é grande e você está o tempo inteiro fazendo projeto, submetendo projeto, prestando contas”. Sobre os editais, ela também destacou que eles “transformaram a coisa mais transparente, fica mais transparente. Você tem regras claras. Você tem uma concorrência mais democrática mesmo”. Percebe-se que o edital é o fórum privilegiado do mérito e que, portanto, legitima a competência, reconhece-a e a permite reproduzir-se no campo, pois sem recursos financeiros pesquisas não são realizadas, em sua grande maioria. É também através do edital que as disputas entre os agentes se concretizam. Tanto é que 62% (sessenta e dois por cento) dos pesquisadores que responderam ao questionário, afirmaram que os editais da FACEPE é um espaço de disputa necessária.

O fato é que os recursos investidos em pesquisa científica e tecnológica ainda não são suficientes para atender a crescente demanda qualificada existente no estado e que se reporta à FACEPE, principalmente para a concorrência em editais que abrangem todas as áreas do conhecimento (universais). Além disso, mostra uma constante competição entre os pares, no intuito de melhor colocar-se e se situar em sua área de conhecimento ou na busca para realizar suas atividades de pesquisa, orientações, eventos e parcerias acadêmicas.

O professor Ivon Fittipaldi aponta outro olhar sobre a competição entre pesquisadores (as) por financiamento. Para ele, a competição também pode ser compreendida pela ótica da meritocracia. Conforme dito pelo entrevistado “essa é a técnica universal, que se tem para alavancar o conhecimento, o conhecimento só avança por causa disso! por que o conhecimento avança? porque é um desafio intelectual entre intelectuais do

mundo inteiro!”. Então, o(a) cientista que mais acumula experiência, busca estratégias de qualificar-se e que se explicita no Currículo Lattes, é o que mais é contemplado na disputas por recursos financeiros, ou seja, por mérito acadêmico e científico.

Outros depoimentos de pesquisadores e pesquisadores para esta pesquisa apontam outros aspectos dos editais lançados pela Fundação:

A partir da proposição de editais e chamadas com políticas bem definidas, como, por exemplo, a interiorização das iniciativas de pesquisa, a FACEPE influencia diretamente esta comunidade (Professor Doutor do Departamento de Aquicultura da UFRPE).

Pela diversidade de área, quantidade de investimento e descentralização na aplicação dos recursos tanto na capital quanto no interior (Professora Doutora do Departamento de Fisioterapia da UFPE).

Várias ações/editais da FACEPE são pautadas nas necessidades do estado e para tais ações/editais, vários segmentos da comunidade científica são ouvidos e acatados, especialmente os representantes nas Câmaras, além dos pesquisadores de maneira geral. Suas ações, seus editais e suas análises tem direcionamentos e prioridades, influenciando assim a comunidade científica do estado. Por exemplo, priorização para o interior do estado tem viabilizado o aparecimento de inúmeros grupos de pesquisa fora da região metropolitana e difundindo assim mais a comunidade científica. Além disso, editais como multiusuários, pronex, pronen etc., tem influenciado a comunidade científica do Estado em se unir para tornar-se mais competitiva e estabelecer novas colaborações e cooperações (Professor Doutor do Departamento de Química da UFPE).

É interessante observar – dentre outros aspectos – como a FACEPE influencia e é influenciada pela comunidade acadêmica. Por isso, que para alguns “a FACEPE influencia diretamente esta comunidade” e, para outras também, “várias ações/editais da FACEPE são pautadas nas necessidades do estado e para tais ações/editais, vários segmentos da comunidade científica são ouvidos e acatados, especialmente os representantes nas Câmaras, além dos pesquisadores de maneira geral”.

Ademais, retomando as peculiaridades dos editais, cabe destacar, mais uma vez, que o campo científico sofre mudanças e influências oriundas de outros campos da sociedade (político, educacional, econômico) e isso pode ser constatado nas características e objetivos de cada edital, como foram os casos do Apoio a Estudos e Pesquisas para Políticas Públicas Estaduais (Erosão Costeira, Segurança Pública e Dengue) e o PPSUS. Além das iniciativas

voltadas para o desenvolvimento de pesquisas em instituições sediadas do interior de Pernambuco, destacada no depoimento acima.

Essas mudanças e influências repercutem na sociedade de forma particular, de acordo com cada lugar (região, estado, país). É exatamente essas especificidades locais que as Fundações ajustam-se, em alguns momentos, e/ou buscam direcionar e priorizar seus investimentos. Nessa priorização pode ocorrer a preponderância de algumas áreas do conhecimento quanto à distribuição dos recursos. O edital PPP, o PRONEX e o APQ ilustram essa questão: ambos possuem faixas para enquadramento das áreas e a faixa A, que disponibiliza maior aporte de recursos é dirigida para as áreas experimentais (exatas, biológicas, etc), anteriormente ressaltadas.

Nessa perspectiva, o ex-ministro da Ciência e Tecnologia, o físico Sérgio Rezende, fez a seguinte consideração:

Nós precisamos no Brasil... hoje nós estamos precisando de mais engenheiros, nós estamos precisando de mais cientistas experimentais, físicos experimentais, biólogos experimentais que trabalham no laboratório, porque o laboratório, ele é uma atividade mais próxima da realidade concreta. [...] Hoje nós estamos sentindo falta de não ter mais engenheiros com experiência de fazer realmente as coisas, de físicos experimentais, biólogos experimentais, então, pra concluir: é importante que todas as áreas sejam apoiadas, mas é importante que haja uma certa priorização, que haja uma orçamentação, que cada área saiba, naquele bolo geral, qual é a sua parcela e que as melhores pessoas em cada área disputem aquela parcela (Prof. Dr. Sérgio Rezende, Pesquisador do Departamento de Física da UFPE e ex-ministro – 26/10/2011).

É importante aludir que o depoimento encontra-se respaldado numa visão ampla do cenário nacional sobre C&T, a partir das experiências acumuladas, enquanto cientista e gestor, principalmente durante os anos em que esteve à frente do Ministério da Ciência e Tecnologia. É, portanto, desse ponto de vista que o entrevistado avalia as necessidades emergenciais do país e isso reflete no direcionamento das políticas de C&T para determinadas áreas do conhecimento científico, no entender do Prof. Rezende. Em sua opinião, as particularidades das áreas, bem como os resultados advindos devem ser levadas em conta na hora de distribuir os recursos. O que pode explicar a falta de prioridade nas políticas de fomento voltadas para as ciências humanas, inclusive no âmbito do atual Programa “Ciência sem Fronteiras” do governo Federal.

Retomando as questões abordadas por Sérgio Rezende, seu depoimento pode ser analisado por outro ângulo, permitindo mais uma discussão: sua visão demonstra que deve haver uma hierarquia entre as áreas do conhecimento, porque são essas áreas (exatas, biológicas, etc) que possuem o status de ciência propriamente dita; e, além disso, são elas que produzem o desenvolvimento científico e tecnológico para o país, através de softwares diversos, equipamentos, medicamentos, entre outros. Por isso, estão em consonância com as atuais iniciativas desenvolvimentistas do governo federal (as obras do PAC, hidrelétricas, obras da copa de 2014) e também pela relação direta com as empresas (seus produtos servem à lógica do mercado). Mais uma vez, fica patente a influência que uma área deve exercer, segundo o entrevistado, sobre outras, particularmente acerca da priorização dos investimentos por conta do diálogo mais próximo com outras esferas sociais (econômica, política, etc).

Essas áreas (exatas, biológicas, engenharias) já são consolidadas, estabelecidas no campo científico, a saber, possuem tradição em pesquisa, tradição no saber-fazer ciência e no fazer-se cientista. Dessa maneira, tendem a receber mais recursos e, conseqüentemente, os(as) pesquisadores(as) publicam mais, ocupam mais posições de destaque, formam um número maior de recursos humanos, etc. É evidente que isso é um ingrediente a mais na desigualdade entre as áreas do saber científico.

A discussão acima remete a uma abordagem diversa contida no depoimento do Professor Paulo Henrique Martins¹⁴², professor e pesquisador do Departamento de Ciências Sociais da UFPE. Na opinião dele, a política de fomento respalda-se num mero apego ao quantitativismo do pesquisador e, assim, “dá muita ênfase a indicadores de produtividade: número de doutorado, número de mestrado, número de bolsistas, número de pesquisa, número de artigos publicados”.

¹⁴² "Graduação em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (1971-1975); Mestrado em Sociologia pela Universidade de Paris I, Pantheon-Sorbonne (1977-1979); Doutorado em Sociologia pela Universidade de Paris I, Pantheon-Sorbonne (1977-1981); Doutorado em Sociologia pela Universidade de Paris I, Pantheon-Sorbonne (1988-1991); Pós-doutoramento na Universidade de Nanterre, Paris X (2000-2001); Pesquisador Visitante do London School of Politics and Economics Science (1995); Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 2007, Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFPE; Bolsista pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) 1C; Coordenador do Núcleo de Cidadania e Processos de Mudança (NUCEM) da UFPE que é cadastrado no CNPq; atual Vice-Presidente da Associação MAUSS (Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales) e colaborador da Revue du MAUSS (França); Presidente da ALAS (Asociación Latinoamericana de Sociología) para o período 2011-2013". Informações disponíveis em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4727402H8>. Acesso em 18 abr. 2012.

Dessa forma, ele defende que os critérios de avaliação adotados pelas agências de fomento não podem ser padronizados entre as diferentes áreas. O depoimento do referido acadêmico é bastante expressivo nesse sentido, pois para ele, as agências de fomento se respaldam em:

Indicadores quantitativos de avaliação, e esquece que na área das ciências sociais tem que ter indicadores qualitativos muito fortes. Agora que estão discutindo a questão dos livros, mas quase que aboliam os livros. Como se pode imaginar sociologia ou as ciências sociais sem livros, só com artigos científicos? Não pode! Isso você pode imaginar na física, mas não na nossa área. Na nossa área livro é um instrumento de reconhecimento do mérito e de divulgação da ciência. Isso é uma coisa muito recente de avaliação de qualis em livro, de 2 ou 3 anos para cá. Para você ver que o mecanismo produtivista baseado nas ciências naturais impregnou fortemente a avaliação da CAPES e das fundações também (Professor Doutor Paulo Henrique Martins do Departamento de Ciências Sociais da UFPE - 26/10/2011).

As divergências entre as ciências exatas e as ciências anunciadas pelo entrevistado não são recentes, visto que, como já foi mencionado, fazem parte das especificidades do campo científico, estando ligadas à cultura científica. De fato, são inerentes ao saber-fazer ciência, ao habitus, ao ethos do ofício do cientista. Isso se reproduz nos vários espaços sociais nos quais a ciência se desenvolve, inclusive nos órgãos de fomento, como é o caso da FACEPE. Segundo uma informante da área técnica da FACEPE, funcionária há mais de vinte (20) anos da Instituição e que teve, dentre outras coisas, a oportunidade de acompanhar várias reuniões das câmaras, quando indagada sobre as disputas entre as áreas do conhecimento, ressaltou que desde o início das atividades da Fundação já havia uma discussão sobre o modo de produção científica vinculado mais diretamente às ciências naturais.

E sempre houve realmente uma supremacia... não digo nem supremacia, mas assim, as áreas de ciências exatas, os positivistas, sempre tiveram mais facilidades de demandar. Porque já era mais habitué e as pessoas também que faziam... os gestores mesmos, os gestores políticos das instituições que fomentavam, geralmente, eram pessoas ligadas às áreas de exatas. Então, havia um entendimento das ciências puras, das ciências aplicadas, por isso, tiveram mais facilidades. A questão mesmo de avaliação, isso no início, há vinte anos atrás, o que é publicar para uma revista, o que é publicar para outra revista, o que é ser co-autor para um, o que é ser co-autor para o outro¹⁴³.

¹⁴³ A presente funcionária solicitou à entrevistada que seu nome fosse omitido.

O depoimento permite perceber que a força das áreas mais consolidadas dita as regras do jogo das disputas por espaço e por posições no campo. Tais regras foram incorporadas pelos órgãos de fomento, porque representantes dessas áreas (ciências naturais: exatas e biológicas, por exemplo) alcançaram postos de destaque nas agências de fomento - situação da qual a FACEPE não passou incólume -, e, portanto, o critério do produtivismo prevaleceu nas avaliações. Ainda de acordo com a pesquisada:

É por isso que a pessoa publica bastante. Às vezes você nem tem um papel grande de pesquisador, mas existe aquele... tipo, norma, costume daquela área, “vamos publicar como co-autores todos que participaram da pesquisa e tal”. Então, isso vai enchendo o currículo do outro.

E ainda refletiu a relação entre as áreas de exatas e humanas, a partir de suas experiências na gestão da FACEPE:

E eu vejo assim, e como sempre, o preconceito que existe mesmo, já existia naquela época, continua existindo, entre as ciências sociais e humanas e as ciências exatas, que fazer pesquisa exige todo um protocolo que eles [cientistas das ciências exatas e naturais] não consideram... acham que ciência, são as puras, as ciências exatas, as biológicas, as ciências naturais são as que comprovam realmente os que são os fenômenos, e as humanas seriam as coisas mais empíricas mesmo e não tem tanto poder de comprovação. Isso naquela época tinha, hoje ainda existe. Existe porque você ver que na hora de fazer o edital, quando se vai avaliar a questão dos recursos, sempre dizem é muito dinheiro para humanas, que não requer equipamentos. Acho que existe muito, acho que se peca porque não tem a visão multidisciplinar da ciência¹⁴⁴.

Voltando para as questões pertinentes aos editais e programas da FACEPE mencionados - em momentos anteriores do presente texto -, eles mostram como se reproduz desigualdade, entre as áreas do conhecimento, já existente historicamente dentro do campo científico, onde se oferta maiores investimentos e atenção para exatas, biológicas e

¹⁴⁴ Nessas circunstâncias, cabe aqui abrir um parêntese sobre a noção de ciência desenvolvida pelas ciências da natureza e que foi relacionada com as ciências humanas, particularmente no caso da Sociologia desde seu surgimento e busca por legitimação. Um de seus principais pensadores desta disciplina, Emile Durkheim (1999, p. 15), sob a perspectiva positivista, afirmou que “fundamental é considerar os fatos sociais como coisas”. O que isso significa na presente discussão? Era uma maneira pela qual a Sociologia fosse vista e considerada como ciência nos moldes das áreas de exatas e da natureza. Em outras palavras, é tratar os fatos sociais atribuindo-lhes o valor das leis naturais, aplicando o método das ciências da natureza nas ciências humanas, conferindo, assim, neutralidade e objetividade ao novo campo de conhecimento que começava a dar seus primeiros passos e necessitava de reconhecimento enquanto ciência. Nessa perspectiva Michael Löwy (2007, p.17) sintetizou, de modo crítico, as ideias defendidas pelo pensamento positivista, quando escreveu que “as ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos”. Sendo assim, alguns pensadores sociológicos viam nas ciências da natureza e exatas um modelo a ser seguido e almejado.

engenharias, que, por outro lado, estão mais organizadas, demandam mais e possuem vínculos mais intensos com os interesses sociais mais abrangentes da sociedade, numa fina interlocução – em muitos casos – com o modelo de desenvolvimento econômico.

No que diz respeito às desigualdades do (e no) campo científico, 43% (quarenta e três por cento) dos entrevistados admitem que as ações da FACEPE reproduziram situações de desigualdades no campo científico; e vinte e nove por cento (29%) entendem que a Fundação não alterou as posições de pesquisadores estabelecidos, isto é, não permitiu o surgimento de novas competências (novas autoridades científicas) no campo científico pernambucano. Isso mostra que as formas de dominação já tradicionais se reproduzem, as quais se ligam à própria cultura científica, o ethos, o habitus do ser cientistas.

É o que reforça o depoimento da pesquisadora do Departamento de Serviço Social da UFPE, que apesar de ser uma pesquisadora estabelecida no campo, tendo em vista sua condição de bolsista de produtividade do CNPq há mais de 20 (vinte) anos, destacou essa lacuna:

A FACEPE valoriza a produtividade do pesquisador, o que dificulta o apoio a jovens pesquisadores, com produtividade pequena e que também não tem acesso a recursos dos órgãos nacionais de fomento. Penso que deveria ter uma função indutora de novos pesquisadores, o que não tem ocorrido (Professora do Departamento de Serviço Social da UFPE).

Corroborando com a Doutora em Serviço Social, o sociólogo Paulo Henrique Martins enfatizou que a FACEPE tem um papel fundamental, no entanto alertou que:

Acho, porém, que devem ter cuidado com os grupos de pesquisa no interior. Ter essa compreensão de que a gente tem que fortalecer os grupos emergentes. Você não pode fortalecer só onde tem pesquisador nível 1 do CNPq. Então, nunca chega lá, sobretudo no interior, que já tem um estigma de ser de faculdade do interior, aí já é um estigma. Então, eu acho que essa questão de ter critérios, a FACEPE tem que ter critérios diferenciados com relação aos grupos de pesquisas consolidados e os grupos de pesquisa emergentes, independente de ser na capital ou interior. (Professor Doutor Paulo Henrique Martins, professor do Departamento de Ciências Sociais da UFPE - 26/10/2011).

Boa parte dos critérios – mesmo quando os editais possuem caráter universal – coloca em disputa situações díspares, condições essencialmente diferentes entre as áreas e que foram construídas historicamente (condições de publicação, revistas mais conceituadas,

tempo de maturação de pesquisa). O próprio modelo de ciência reforça essa diferença e, portanto, suas desigualdades.

Sobre os embates instituídos no campo, vale destacar duas questões: 1) há conflitos não apenas entre as grandes áreas, mas também entre as subáreas do conhecimento e; 2) e disputas os agentes estabelecidos e recém-chegados no campo (os jovens doutores), dotados de capitais específicos e desiguais.

No que se refere à primeira questão, o relato da pesquisadora Rosangela Lessa, do Departamento de Engenharia de Pesca da UFRPE, é bastante elucidativo:

[...] então, uma coisa que a gente não se dá conta é que a área não é um todo, dentro da área existe um monte de competição, de disputa. E que existe dentro da área os grupos fortes e os grupos como o nosso, pesca é uma área menor, então tem que ficar sempre atento, brigando, e já brigando dentro do próprio grupo de ciências agrárias. É muito heterogêneo, eu acho (Professora Doutora Rosangela Lessa, Departamento de Pesca e Aquicultura – UFRPE, 24/10/2011).

A fala da entrevistada baseia-se em sua experiência de participação em comissões diversas, inclusive na Câmara da FACEPE, ligada à sua área de atuação. Dessa forma, a pesquisadora percorreu não apenas sobre a disputa entre as áreas, mas, acima de tudo, sobre a ideia de que há dentro de uma mesma área grupos dominantes e outros mais emergentes no universo da ciência, os quais brigam por espaço, por recursos, por reconhecimento. São tensões típicas e costumeiras, e a professora Lessa refere-se ao contexto do campo das ciências agrárias para exemplificar a concorrência dentro de uma mesma área.

Eu vou te dizer uma coisa, minha formação é em oceanografia, graduação em oceanologia no Rio Grande [do Norte]. A gente faz parte de ciências agrárias, porque aqui [na UFRPE] nós estamos no departamento de pesca, e pesca faz parte das ciências agrárias, e aí agente tem que conviver com zootecnia, veterinária, com todas essas coisas, mas esses grupos são antigos e muito mais poderosos que nós. E eles já tradicionalmente, como eles já são mais antigos, já tem estabelecida toda uma circunstâncias que fazem com que eles tenham condições bem diferentes das nossas. Então, por exemplo, eles tem revistas, em que eles publicam, que são nacionais e são consideradas “A”. As nossas revistas “A”, assim... são... agora isso começa a inverter, mas, na grande maioria, são revistas internacionais, o que faz com agente tenha que se desdobrar para concorrer, e eles sempre vão levar vantagens porque eles publicam na revista que é “A”, mas que é caseira para eles, que eles conhecem todo mundo. Então, eles tem uma vantagem em relação à pesca. (grifos meu) (Professora Doutora Rosangela Lessa, Departamento de Pesca e Aquicultura da UFRPE, 24/10/2010).

O que a pesquisadora diz revela que há subáreas que pertencem à área de Ciências Agrárias que já possuem uma tradição em pesquisa consolidada e que por esta razão dispõem de mecanismos que contribuem fortemente para isso, como é o exemplo de revistas brasileiras bem conceituadas nas subáreas de Zootecnia, Agronomia e Medicina Veterinária. Fato esse bem diferente de sua área, que embora já esteja, hoje, ocupando mais espaço, os pesquisadores ainda precisam recorrer a revistas internacionais bem conceituadas, numa disputa mais abrangente para conseguir se destacar entre seus pares, pois a publicação em revistas/periódicos qualis “A” qualificam a carreira, o Lattes do pesquisador/professor.

A partir da questão colocada por Lessa, é possível perceber outro tipo de disputa, que é aquela entre estabelecidos e novatos, é a diferença existente entre os candidatos que submetem propostas para o Programa PRONEX e para o PPP¹⁴⁵, por exemplo.

O Programa PRONEX atende ao pesquisador e o grupo de pesquisa que são consolidados e que detêm parcerias com outras instituições (dentro ou fora do país). O então grupo de excelência é constituído por um grupo de pesquisadores de comprovada competência, de reputação técnico-científica reconhecida nacional e internacionalmente, e que desenvolve projetos de pesquisa científica ou tecnológica inovadora, contribuindo significativamente para o avanço e difusão do conhecimento. Outra característica que pesa na concessão deste tipo de auxílio é que todos os componentes da equipe, tanto os pesquisadores principais como os colaboradores, estejam ativa e produtivamente envolvidos em pesquisa relevante para o projeto. O Coordenador do Núcleo que é o Pesquisador Principal deve ser bolsista de produtividade do CNPq no nível I ou que tenha uma produção científica equivalente e com comprovada capacidade de liderança em pesquisa. Além dessas exigências, o coordenador deve pertencer ao quadro permanente de uma das instituições participantes.

As exigências contidas no edital do Programa PRONEX, como acima evidenciado, concentra-se num perfil de pesquisador com carreira consolidada, com destaque em sua linha de atuação e vinculado a determinadas áreas de conhecimento. Portanto, pode ser considerado um grupo dominante, por ocupar melhor posição no campo, por acumular

¹⁴⁵ Apesar das particularidades e diferenças, tais questões assemelham-se, em parte, à discussão ofertada por Nobert Elias e John Scotson entre os *estabelecidos* e os *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000).

capitais simbólicos que o distingue dos demais e, assim, encontrar legitimidade para reproduzir esse cenário (dentro e, mais ainda, fora do campo científico).

Nesse contexto, é oportuno mencionar uma questão debatida na reunião do Conselho Superior da FACEPE ocorrida em 25 de novembro de 2011¹⁴⁶. O tema do debate tem relação com as ações da Fundação que reforçam a desigualdade entre os agentes, estabelecidos e os recém-chegados no universo da pesquisa científica. A Direção Superior da Fundação (presidência e diretoria) mencionou a possibilidade de conceder aos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq em Pernambuco, um valor adicional à bolsa. O assunto provocou um questionamento por uma conselheira da área de saúde, com base na seguinte perspectiva: a Fundação poderia dispor de um sistema de avaliação de produtividade diferente do mecanismo utilizado pelo CNPq, que pudesse permitir aqueles que não são pesquisadores bolsistas maiores chances de serem contemplados com auxílios. Dessa forma, na opinião da conselheira, os grupos de excelência são os que mais recebem estímulos para continuarem a produzir mais. Após o debate, a maioria dos conselheiros não concordou que a FACEPE adotasse um sistema de avaliação próprio, mantendo, portanto, a base da avaliação inspirada no CNPq. Isso permite concluir que os demais conselheiros concordaram com o valor adicional aos bolsistas de produtividade oriundo dos cofres da Fundação. Apesar do debate ter apontado para tal decisão, a proposta ainda não foi implementada, fato que poderá vir a ocorrer até o fim do ano de 2012.

Assim, caso o acréscimo seja aprovado pelo Conselho, ele contribuirá – ainda mais – com a reprodução das desigualdades já existente na comunidade científica, entre “grupo dominante e grupo dominado” (BOURDIEU, 1983). Por este prisma, “os dominantes consagram-se às estratégias de conservação, visando a perpetuação da ordem científica estabelecida com a qual compactuam” (Idem, p. 137), são beneficiados e defensores. Dessa maneira, os pesquisadores do “grupo dominado” ou os outsiders, geralmente os mais jovens/novatos na disputa e/ou vinculados às instituições no interior do estado, etc., continuam numa situação desfavorável.

Logo, se isso se concretiza (um aumento no apoio aos bolsistas de produtividade), a FACEPE continuará legitimando não apenas a forma de avaliação pelo produtivismo, mas

¹⁴⁶ Essas questões foram extraídas da ata da reunião do Conselho Superior.

também as dinâmicas e hierarquias do próprio campo ao reforçá-las e até ampliá-las, principalmente quando propõe mecanismos que favorecem ainda mais pesquisadores historicamente estabelecidos na estrutura do campo científico.

Nessas condições é possível afirmar que “o campo científico dá crédito aos que o já tem; são os mais conhecidos que mais beneficiam dos ganhos simbólicos aparentemente distribuídos” (BOURDIEU, 2008, p. 81). Em outras palavras, o referido campo, “ao reproduzir as razões de sua existência, consagra determinadas maneiras de ver e de proceder que, ao se legitimarem, funcionam como entraves a qualquer abertura para o novo. Neste sentido, há muito de conservantismo” (ORTIZ, 2002, p. 13).

Esse fato remete à discussão sobre os conflitos entre os pesquisadores que já se encontram estabelecidos em sua área de atuação e os recém-chegados, que ainda estão buscando formas de consolidar a carreira, seja pela situação de ter adquirido o título de doutor, seja porque passou a ter vínculo institucional permanente. Nessas condições, é necessária a implantação de políticas voltadas para atender esse perfil de pesquisador.

Nesse sentido, o exemplo do edital do Programa PPP (para jovens pesquisadores) é bem pertinente. Os editais que incluem e contemplam jovens doutores, oportunizam a esses que, mesmo dispondo de um conjunto de capitais, ainda estão se posicionando em sua área de atuação. Eles, para tanto, devem possuir capitais que ofereçam o direito de entrada, o direito de disputar os recursos financeiros com seus iguais (recém-doutores). Mesmo existindo uma política específica para jovens doutores, isso não significa que eles deixarão de ter que enfrentar um cenário de concorrência, visto que precisam disputar esses recursos do edital com outros jovens doutores, onde não só o projeto, mas as redes de relações e, antes de tudo, a força de acúmulo expresso no currículo Lattes jogam um peso decisivo para ter sua demanda acolhida, aprovada.

São dois perfis de pesquisadores bem distintos: o grupo dominante (PRONEX) e grupo dos novatos (PPP).

Sob o ponto de vista bourdieusiano, pode-se dizer que os agentes contemplados com o PRONEX utilizam estratégias de conservação da ordem, fortalecendo a ideia de que há uma ordem estabelecida e que deve ser conservada, perpetuada, por disporem de experiências adquiridas em lutas anteriores, poder de definição das próprias regras do jogo – o acesso para integrar as Câmaras da FACEPE mostra isso -, excluindo ou dificultando o

acesso daqueles que não dispõem dos mesmos capitais, na mesma medida. Dificultam ou recriam cenários que acabam, na hora de concorrer, sendo eles que reúnem um maior número de condições favoráveis para se manterem na posição que já ocupam na estrutura.

O grupo dos recém-chegados, embora disponham de alguns capitais importantes, ainda não possuem condições de disputar as posições no campo de forma igualitária, de ocupar posições de destaque. Em sua maioria, não são ainda reconhecidos pelos pares, e, por isso, precisam construir estratégias para se inserir no universo acadêmico e científico.

Analisando por outro ângulo, o edital PPP, ademais, é ação de uma política pública que oferta possibilidades para o jovem-doutor de inserir-se no campo das disputas e acumular capitais por meio de uma concorrência em nível estadual. Porque quando recorrem às chamadas públicas universais que são publicadas pelas agências federais (CAPES e CNPq), embora estas disponibilizem um aporte de recursos bem superior quando comparado às agências estaduais, a competição ocorre em nível nacional, e, por haver, evidentemente, uma demanda muito maior, o jovem pesquisador/doutor tem suas chances reduzidas. Sobre isso, a pesquisadora Fátima Santos fez uma reflexão relacionada ao PPP em Pernambuco. Para ela, quando o jovem doutor busca recursos em âmbito nacional:

Você não tem chance e aí acho que FACEPE dá essa chance, porque na hora que você restringe um pouco mais a comunidade - óbvio, então -, a concorrência... embora a gente tenha uma concorrência alta aqui no estado (uma demanda alta e qualificada), mas a gente tem conseguido com essas prioridades e mesmo com o nível de concorrência com a verba que tem, muitas vezes eu vejo, eu vejo meus colegas, os jovens doutores, o que eles tem se beneficiado de editais da FACEPE. (Professora Doutora Fátima Santos, Departamento de Psicologia da UFPE, 18/08/2011)

O Programa é uma indução, resultado de uma política científica federal que age por intermédio das FAPs e que conta com contrapartidas financeiras, inclusive, por parte delas, promovendo ao recém-chegados uma disputa entre seus pares de forma mais igualitária, mais restrita, isto é, apenas em âmbito estadual. Com isso, os mesmos podem ser contemplados com recursos financeiros, acumular experiências (capitais simbólicos) e posteriormente concorrer em instâncias nacionais de forma mais igualitária.

Sob esta perspectiva, a análise do Professor Sérgio Rezende aponta outra dimensão sobre a importância das políticas de fomento voltadas para os jovens pesquisadores:

Um pesquisador que vai para um campi avançado, ele tem mais dificuldades em fazer projeto, conseguir apoio do CNPq, da FINEP muito mais ainda.

Então, a FACEPE já tá fazendo isso eu sei, mas ela podia ter mais recursos pra fazer um trabalho maior ainda, de apoiar os novos grupos de pesquisas de Pernambuco, principalmente no interior. Os jovens que vão para o interior, precisam ser apoiados para que eles não virem apenas professores, eles tem que ser pesquisadores. Porque se não forem pesquisadores a substância acadêmica, ela vai perdendo um pouco de consistência. (Professor Doutor Sérgio Rezende, Departamento de Física da UFPE e ex-ministro, 26/10/2011).

Ao exercer sua função e desempenhar seu papel, a FACEPE contribui para o desenvolvimento do estado sob diversas áreas de interesse, tanto do campo da pesquisa quanto das necessidades emergentes locais. Contudo, o que o entrevistado ressaltou é que a Fundação precisa de garantias para continuar desempenhando o papel de fomentar a C&T em Pernambuco, acompanhando o incentivo do governo federal na interiorização do ensino superior. São políticas que precisam estar afinadas com as mudanças sofridas na ciência e tecnologia e na educação superior, pois o docente (professor e pesquisador) que possui vínculo empregatício com instituição no interior precisa de apoio, de condições palpáveis para desenvolver atividades de pesquisa, ensino e extensão, formar recursos humanos, publicar, e assim, se manter nela. Ao contrário, isso pode gerar mais uma grave consequência: reproduzir mais disparidades, além das existentes (entre áreas, pesquisadores, entre regiões, etc), as em âmbito estadual, capital e interior.

Os embates existentes no interior dos espaços sociais (universidades, institutos e centros de pesquisa, órgãos federais e estaduais – CAPES, CNPq, Ministérios, Fundações, Secretarias de Estado, entre outros) de diversos modos, no entanto, o alvo é o mesmo: é o reconhecimento dos pares, em nível local, nacional e até internacional, pelo trabalho desempenhado; e com isso alcançar posições de destaque em instituições que reforçam a consolidação de sua carreira, de todo investimento na sua formação profissional, seu habitus de cientista, enfim, é a busca pela autoridade científica através do mérito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir o tema do apoio ao desenvolvimento da ciência e tecnologia é descortinar uma série de elementos fortemente interligados, especialmente no que se refere à formação de profissionais da ciência e sua vinculação às universidades, ou seja, a institucionalização do conhecimento científico.

Essa institucionalização resultou no reconhecimento da profissão de professor e pesquisador, isto é, um tipo particular de profissional (o homem da ciência) vinculado ao aparato burocrático do Estado, em especial no Brasil, e, conseqüentemente, no apoio do poder público à institucionalização do fomento à pesquisa científica e tecnológica. Esses elementos oportunizaram a construção e o desenvolvimento de uma cultura científica, do saber-fazer ciência, do fazer-se cientista, em outras palavras, a constituição e consolidação do habitus acadêmico e científico.

Essas questões são inerentes à estrutura do campo científico e, tendo em vista que a FACEPE encontra-se inserida neste campo, ela reproduz diversos aspectos da cultura científica, desenvolvida ao longo da história. Isso se concretiza através da ação dos agentes (pesquisadores e pesquisadores) que compõem o espaço social, neste caso, a FACEPE, quando buscam consolidar-se em sua linha de pesquisa ao ser contemplado com auxílios para desenvolver seus estudos; ao publicar e apresentar os resultados de seus trabalhos em congressos nacionais e internacionais e em revistas importantes da área, utilizam esse aparato de acúmulo de capital científico em seu favor quando demandam apoio à FACEPE e buscam ser exitosos em suas solicitações; quando também trabalham com formação de recursos humanos, a partir de possibilidades encontradas junto à FACEPE (bolsas PIBIC, de mestrado e doutorado; DCR, etc.).

Tais recursos simbólicos acumulados levam, na maioria dos casos, o agente a destacar-se no campo científico, sendo, então, considerado uma autoridade científica, isto é, uma pessoa dotada de competência, promovendo notoriedade, distinção, reconhecimento dos pares, etc. Porém, para atingir este fim, o agente empreende esforços de várias naturezas em seu percurso profissional: econômico, social, político e, fundamentalmente, científico.

Neste sentido, o agente provido desses capitais simbólicos ou não, estão habilitados a entrar no jogo das disputas, na tentativa de melhor se posicionar no campo, considerando que o campo é caracterizado pela desigualdade de capitais.

Esses elementos estão presentes na FACEPE, enquanto espaço social das práticas dos agentes, na qualidade de lugar da manifestação do habitus acadêmico e científico, em toda sua história. A começar de sua criação, que foi resultado de um conjunto de acontecimentos locais e nacional. Antes da concretização da agência já havia a ideia de criar condições para que o Estado disponibilizasse recursos para a pesquisa em Pernambuco. Dois fatores determinaram sua criação:

1) o movimento nacional conhecido por “redemocratização”, momento em que houve a promulgação da Constituição Federal de 1988, permitiu a criação do dispositivo necessário para que todos os estados da federação tivessem uma Fundação de Apoio à Pesquisa (FAP);

2) Pernambuco contou com ação e atuação de intelectuais engajados, consolidados em sua área de formação, munidos do habitus acadêmico/científico adquiridos ao longo de carreira, que aliaram-se ao campo político e contribuíram efetivamente para que a ideia da FAP tornasse concreta. Era uma época em que o campo acadêmico conseguiu fazer-se ouvir pelo espaço político, naquele momento em que as demandas democráticas davam a tônica dos debates com a redemocratização do país e a campanha eleitoral que elegeu Miguel Arraes para o governo do estado. Foi, sem dúvida, a atuação da comunidade científica pernambucana que legitimou a reivindicação.

Após um (1) ano da promulgação da Constituição Federal, foi criada a Constituição Estadual, que por sua vez previu a criação da FACEPE, que se concretizou em 26 de dezembro de 1989 por força da Lei de 10.401. Sabe-se, no entanto, que esses foram os primeiros passos, pois muitos foram os enfrentamentos travados entre os (as) cientistas e o Poder Público.

Isso porque a criação da FACEPE tornou-se um porto de chegada e de partida para a comunidade científica, pois o seu surgimento, apenas, não era suficiente. Ela tinha que funcionar dentro do que foi previsto na Lei e do que foi estabelecido em seu estatuto.

É importante lembrar que em todo processo de criação da FACEPE houve a participação de professores e professoras, pesquisadores e pesquisadoras vinculados a

instituições de ensino e pesquisa locais, inclusive na feitura dos documentos (Lei e o estatuto) que expressaram o resultado da ação coletiva do grupo.

Ao ver e vivenciar a experiências de outras agências de fomento à pesquisa em outros estados (a FAPESP, em São Paulo), em termos federais (CNPq e Capes, por exemplo) e até em outros países, esse grupo de cientistas buscou recriar, em plano estadual, condições favoráveis para o desenvolvimento da C&T em Pernambuco. Ademais, objetivaram formas de estabelecer-se no campo da pesquisa, em alguns casos, e, para outros, ganhar ou manter sua notoriedade científica não só em Pernambuco, mas, de acordo com as possibilidades ofertadas pela FACEPE, replicá-las ou conquistá-la em âmbito nacional. Desse modo, almejar ser um destaque em sua área de atuação, ser conhecido e reconhecido, buscando tais fins através de recursos financeiros ofertados pela FAP para desenvolver estudos e pesquisas foi um dos alvos postos em seus horizontes.

De fato, o que se pode afirmar é que isso são especificidades que compõem a lógica do campo, são inerentes a ele, mesmo que sofra alterações no decorrer da história. Mesmo que haja diferenças entre épocas e países, o fato é que o *habitus* do profissional da ciência é um “*nomos*”, isto é, aquilo que é comum, aquilo que não se perde, mesmo considerando as possíveis mudanças no tempo e no espaço.

Somando-se a esse objetivo mais imanente ao campo científico e seu *habitus*, outro de repercussões maiores – do ponto de vista socioeconômico – foi elencado e esteve presente no esteio de ação desses homens e mulheres da ciência frente ao universo do poder político, o de mostrar que uma FAP poderia ser algo valioso para o desenvolvimento do estado de Pernambuco, nas suas mais diversas áreas: economia, saúde, educação, cultura, geração de emprego e renda, novas tecnologias, etc.

O movimento do campo científico em Pernambuco no intuito de implantação da FACEPE, alguns sujeitos/pesquisadores cumpriram papel importante, bem como determinadas áreas do saber, cujos componentes e repercussões de suas pesquisas possuíam maiores reconhecimento dentro e fora da comunidade acadêmica. Por isso, não é de se estranhar que nesse movimento, cientistas ligados à área das ciências naturais e exatas estiveram, em maior número, a frente desta luta junto ao Governo do Estado e foram ouvidos por ele, desde a época da campanha eleitoral, como foi salientado nos capítulos iniciais desta dissertação.

Tudo isso revela que, já no nascimento da FACEPE e na necessidade de tê-la como órgão de fomento para ofertar suporte aos laboratórios e suas pesquisas, determinadas áreas do saber fizeram-se agentes melhor posicionados na esfera de poder da mencionada FAP, reproduzindo desigualdades que já aconteciam nas universidades e na própria história da ciência moderna. Isso não significa dizer que esta FAP é um eco mecânico da comunidade científica, mas, sem dúvida, ela não deixa de expressar situações existentes no campo científico, por ser parte do mesmo.

A FACEPE, assim, reproduziu o campo e o campo, com o caminhar da existência da FACEPE, repercutiu o que a FACEPE sintetizava e, em certa medida, era (em suas fraquezas, poder, desigualdades, méritos, possibilidades, lacunas), numa dialética que simbolizava os agentes constitutivos do campo em suas lutas e, de outro modo, nas possibilidades de fazer-se atender – em termos de suas agendas - pelos governantes, o que revelou a própria autonomia relativa da comunidade científica frente a outras esferas da sociedade.

Nesse sentido, como salientamos, a FACEPE, ao mesmo em que reproduz, produz uma cultura científica, um modo de ser cientista, as regras do campo científico, pelo menos em dois aspectos:

1) em sua estrutura de funcionamento, isto é, a partir da gestão das atividades, considerando enquanto tal: Conselho Superior, Presidência, Diretoria e a Câmara de Assessoramento e Avaliação. Para exercer essas funções, os agentes devem somar atributos, elementos que revelam a distinção entre seus congêneres, a partir das regras determinadas pelo campo, como exemplo: doutorado, vínculo institucional, publicação revistas qualificadas, formação de recursos humanos, participação em bancas, etc., isto é, aquilo que o(a) cientista produziu e produz em sua carreira, seu acúmulo de capitais simbólicos.

2) ao disponibilizar recursos financeiros, a Fundação promove entre os agentes uma disputa por recursos, que os coloca, posiciona melhor no campo, seja para quebrar ou manter posições cristalizadas. Segundo os resultados da pesquisa, a FACEPE recriou situações de desigualdade, de distinções clássicas na comunidade, ora entre as áreas (da supremacia das exatas e da natureza frente, por exemplo, ao campo das humanidades), ora entre pesquisadores de uma mesma área de conhecimento. Na realidade, o que a FACEPE tornou-se e é, enquanto uma espécie de microcosmo do campo científico (assim como o CNPq, a

FAPESP, por exemplo), uma expressão da forma de existir no campo, uma de suas manifestações institucionalizadas.

É com os recursos financeiros que o(a) pesquisador(a) pode alcançar notoriedade, embora isso não seja determinante, algo absoluto, um desdobramento natural. Contudo, é inegável que os recursos permitem as condições para a produção de resultados de pesquisas, novas descobertas teóricas e empíricas, e, portanto, chances de mais publicações, novas parcerias institucionais e entre cientistas, assim como novos projetos, etc. O que representa frisar que são esses elementos que permitem a autoridade e competência científica, reconhecimento dos pares concorrentes.

É sob estes aspectos que a FACEPE se aproxima da ideia de campo científico apresentada em todo escrito. Essas questões estão entrelaçadas e se complementam, seja para aqueles agentes que estão na gestão da FACEPE, seja para aqueles pesquisadores externos.

Retomando a história institucional da agência de fomento, é relevante salientar que a Lei de criação ao ser mal interpretada pelos governantes, a Fundação passou por muitos momentos de dificuldade sem recursos para investir numa política de fomento adequada à comunidade, ou seja, pela falta de prioridade por parte do campo político para a ciência e tecnologia no estado. Sua certidão de nascimento era utilizada como um instrumento de negação de sua função social, de sua missão institucional. A Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado foi extinta logo no início das atividades da FACEPE (1991), sendo recriada apenas em 1993. Este fato reforça as afirmativas anteriores.

A falta de recursos financeiros acompanhou a história da instituição e provocou sua falta de credibilidade. Os agentes que antes lutaram por sua criação, não recorriam mais à instituição para obter recursos, simbólicos ou financeiros, pois não havia cumprimento do que se estabelecia. Agora, era buscar outras formas e fontes de financiamentos e concorrer em escala nacional, ou seja, maiores dificuldades em se posicionar, em se destacar.

Além disso, a própria comunidade acadêmica não mostrou força de mobilização durante quase toda a década de 1990 e início da década seguinte, o que contribuiu para o esquecimento por parte do Poder Público Estadual da FACEPE. De fato, pode-se concluir que, em boa medida, a fragilidade do campo científico repercutiu na FAP de Pernambuco e a

FACEPE fragilizou, com a crise institucional e ausência de continuidade de recursos e ações planejadas, a própria comunidade acadêmica.

Aliás, como foi abordado no capítulo III, esse cenário de despolitização e desmobilização sociopolítica acabou sendo um fenômeno generalizado na sociedade brasileira, que se observou na pouca capacidade organizativa dos movimentos sociais e sindical (exceção feita ao MST).

A década de 1990 e até meados de década de 2000 foram difíceis, poucos recursos públicos e de muita recessão, o que afetou não só a ciência, mas para os todos os campos da sociedade: econômico, artístico, político, etc. Eram os efeitos da política neoliberal, o país vivia uma crise generalizada, com a ameaça do retorno de uma inflação mais aguda, desemprego em larga escala, privatizações, sucateamento das universidades públicas, falta de concurso público, corte no orçamento para bolsas de estudos, desvalorização do ensino superior público, entre outras questões que atingiam diretamente a política científica. Priorizá-la não era o mais importante.

Pernambuco não ficou fora da crise, muito menos a FACEPE, que vivenciou a falta de política pública estadual para a ciência e tecnologia. Era restrito e inadequado o número de concessões de bolsas, bem como auxílios para congressos; e, em toda década de 1990, as chamadas públicas para financiar projetos eram cada vez mais raras, etc.

Então, como pesquisadores radicados em regiões menos desenvolvidas, a exemplo do Nordeste, podiam atender às exigências do campo científico em nível nacional? Como concorrer em chamadas públicas de órgãos como o CNPq e CAPES? De que forma se destacaria entre seus pares? Como os jovens doutores podiam se inserir na pesquisa se não havia concursos públicos, se não havia mecanismos de fomentar a pesquisa de forma mais ampla?

A inovação tecnológica ganhava espaço em Pernambuco, o Porto Digital foi o ícone disso na década de 2000. Foi este projeto que recebeu todos os incentivos, pois atendia a uma crescente demanda do setor de tecnologia da informação, de empresas aí ligadas em uma profunda articulação com setores das universidades (o centro de informática da UFPE, por exemplo) e órgãos estaduais (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE). Enquanto isso, a FACEPE acumulou descrédito entre os integrantes da comunidade científica local. Seu orçamento tornou-se irrisório frente à

demanda que crescia no estado. Não conseguiu, assim, fomentar a pesquisa, cumprir seu papel. Foi sobrevivendo com poucos recursos e de convênios que firmou com outros órgãos, como a CAPES e o CNPq.

Um exemplo da crise da FACEPE, que mencionamos no capítulo III, foi o ano de 2001, em que os editais que visavam apoiar a pesquisa científica não foram efetivamente cumpridos e o assunto ganhou espaço na mídia.

O cenário era crítico na Fundação. O apoio por meio de bolsas de estudos inexistiu e a demanda espontânea quase entrou em colapso.

Contudo, a comunidade científica e, portanto, o campo científico no estado uniu esforços em prol da Fundação e de si mesmo. A SBPC Regional, em Pernambuco, através do professor José Aleixo, juntamente com o professor Ivon Fittipaldi, então Diretor Científico da FACEPE, buscaram apoio em outros acadêmicos, gerando, assim, uma mobilização e elaboração de um documento que ficou conhecido como “Manifesto da Comunidade Científica e Tecnológica de Pernambuco” em 2003. Esse documento foi assinado por quase dois mil (2.000) signatários vinculados ao universo acadêmico (UFPE, UFPRE, UPE, HEMOPE, ITEP, FUNDAJ, IPA, UNICAP, LAFEPE, entre outros). O referido documento visou à mudança na Lei de criação da Fundação e, assim, a garantia do repasse de recursos sem interrupções, de modo permanente (percentual de, no mínimo, 1% do ICMS estadual), cujo objetivo era abolir a dependência da FACEPE diante das meras vontades políticas de cada governante, de ofertar ou não recursos.

O objetivo do Manifesto não foi alcançado, mas os problemas da FACEPE, do desenvolvimento científico e tecnológico do estado e da própria comunidade científica local, foram levados ao debate, como há muito não acontecia. O Manifesto reavivou, em certa medida, o sentimento coletivo do passado que criou a FACEPE e alertou aos cientistas de que era necessário pressionar o Poder Público para que ele ofertasse condições de financiamento da pesquisa científica no estado, uma política consistente de C&T. Assim, o assunto foi levado e discutido na Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Por outro lado, se o Manifesto precisou ser elaborado, foi porque a comunidade científica estava desmobilizada e desarticulada, entre si e com o campo político. Fato que também revelou a falta de interesse da comunidade pela Fundação.

O fato é que, em 2003, as mudanças ocorridas no cenário político nacional (com início do primeiro Governo Lula) trouxeram novo fôlego à FACEPE, especialmente através da assinatura de convênios de grande porte com o CNPq, que, por sua vez, disseminou entre as FAPs programas de fomento à pesquisa que passaram a ser executados de modo compartilhado (CNPq e FAPs), com foram os casos do PRONEX, PPP e DCR, voltados para público-alvo distintos: grupos de pesquisas consolidados, jovens doutores e recém-doutores, respectivamente. Com essas ações, o objetivo do Governo Federal foi (e é) encontrar formas para diminuir as desigualdades regionais, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Pode-se dizer que o Governo Lula havia incorporado um conjunto de demandas sociais reprimidas e que começavam a ser postas em prática pelas políticas públicas. Na realidade, a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República trouxe consigo a entrada em cena de sujeitos sociais – que sempre fizeram parte da sua vida partidária - antes ausentes ou pouco presentes no Aparelho Estatal, como os movimentos sindicais urbanos e rurais, grupos feministas, defensores das questões negras e dos direitos dos homossexuais. No caso da ciência e das universidades federais, ações de investimentos fizeram-se presentes, demarcando diferenças com o governo que o havia antecedido, com aumento de investimentos, interiorização do ensino superior, aumento do número e do valor das bolsas, abertura de mais vagas para estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), concursos para docentes, etc.

Em decorrência disso e almejando novas parcerias com as FAPs, os investimentos federais injetados na FACEPE ofertaram possibilidades de disputas por recursos entre os agentes do campo científico local, reanimando a procura pela Instituição, especialmente pelos financiamentos darem-se, apenas, em âmbito estadual com concorrência de pesquisadores(as) lotados em Pernambuco.

No entanto, o repasse dos recursos estaduais continuava na mesma situação, escassos.

Enquanto isso, o governo estadual matinha seu foco no Porto Digital e a FACEPE ia sobrevivendo de recursos externos, o que de certa forma mascarou os problemas até então vivenciados. Contudo, foi salientado que, além dos problemas internos da Fundação e a ausência de ações políticas do estado, tanto um quanto o outro, estiveram associados à

estagnação da economia no país como todo. Ou seja, a FACEPE esteve todo tempo inserida nos problemas nacionais.

Com a eleição para governador no ano de 2006, ocorreram mudanças no campo político em Pernambuco, tendo em vista o resultado da eleição, que apontou em Eduardo Campos como vitorioso do pleito. Em 2007 seu governo previu orçamento para a Fundação no triênio 2008-2010. O montante de recursos foi liberado para a execução da política de C&T, que passou a ser desenvolvida, especificamente, pelo citado órgão de fomento estadual. Além disso, houve a continuidade, bem como o aumento dos recursos federais. Essa aplicação de investimentos mudou a configuração do campo da pesquisa local.

O atual cenário, acima descrito, pode também ser compreendido como resultado da experiência de Eduardo Campos à frente do Ministro da Ciência e Tecnologia.

Atualmente o montante investido na Fundação tem ofertado aos (as) cientistas locais maiores possibilidades de serem contemplados ao concorrer nos editais, uma vez que disputam recursos em âmbito estadual, como destacamos. Vale acrescentar, por outro lado, que há uma alta demanda qualificada na competição por recursos, tendo em vista a entrada de novos agentes no campo acadêmico no estado, face às mudanças também ocorridas no campo da educação superior incentivadas pelo Governo Federal. Ou seja, isso provocou pelos menos duas situações: um aumento no número de instituições, principalmente no interior do estado e a necessidade de novos concursos públicos, ou seja, contratação de novos docentes/pesquisadores.

No entanto, a presente pesquisa destacou que esses acontecimentos não alteraram a posição de pesquisadores(as) com a carreira já consolidados (como é o caso de pesquisadores bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq no nível 1, especialmente A e B), havendo, portanto, uma manutenção da ordem estabelecida no campo. Eles representam e materializam as regras do campo, principalmente em termos de produção científica (publicação de artigos em revista com Qualis A), formação de recursos humanos, participação em bancas e comissões, prêmios, etc. Assim, é a ideia de autoridade e competência científica concretizada pela sua atuação e pelo reconhecimento dos seus congêneres.

Ademais, são eles – por terem acumulado mais capital científico - que vão ocupar os espaços das Câmaras (de assessoramento e avaliação) e do Conselho Superior que

compartilham com a presidência e a direção científica as decisões sobre as políticas da FACEPE, com seus critérios e prioridades expressos nos editais e programas de fluxo contínuo. Editais, por exemplo, que são os fóruns legitimados da concorrência e disputa, sendo, embora com algumas críticas, aceitos pela comunidade acadêmica enquanto regra do jogo e da meritocracia. Essas considerações ficaram mais evidentes no último capítulo (4) desta dissertação. Abaixo, a figura mostra a relação entre as práticas do campo científico e do habitus reproduzidas pela FACEPE.

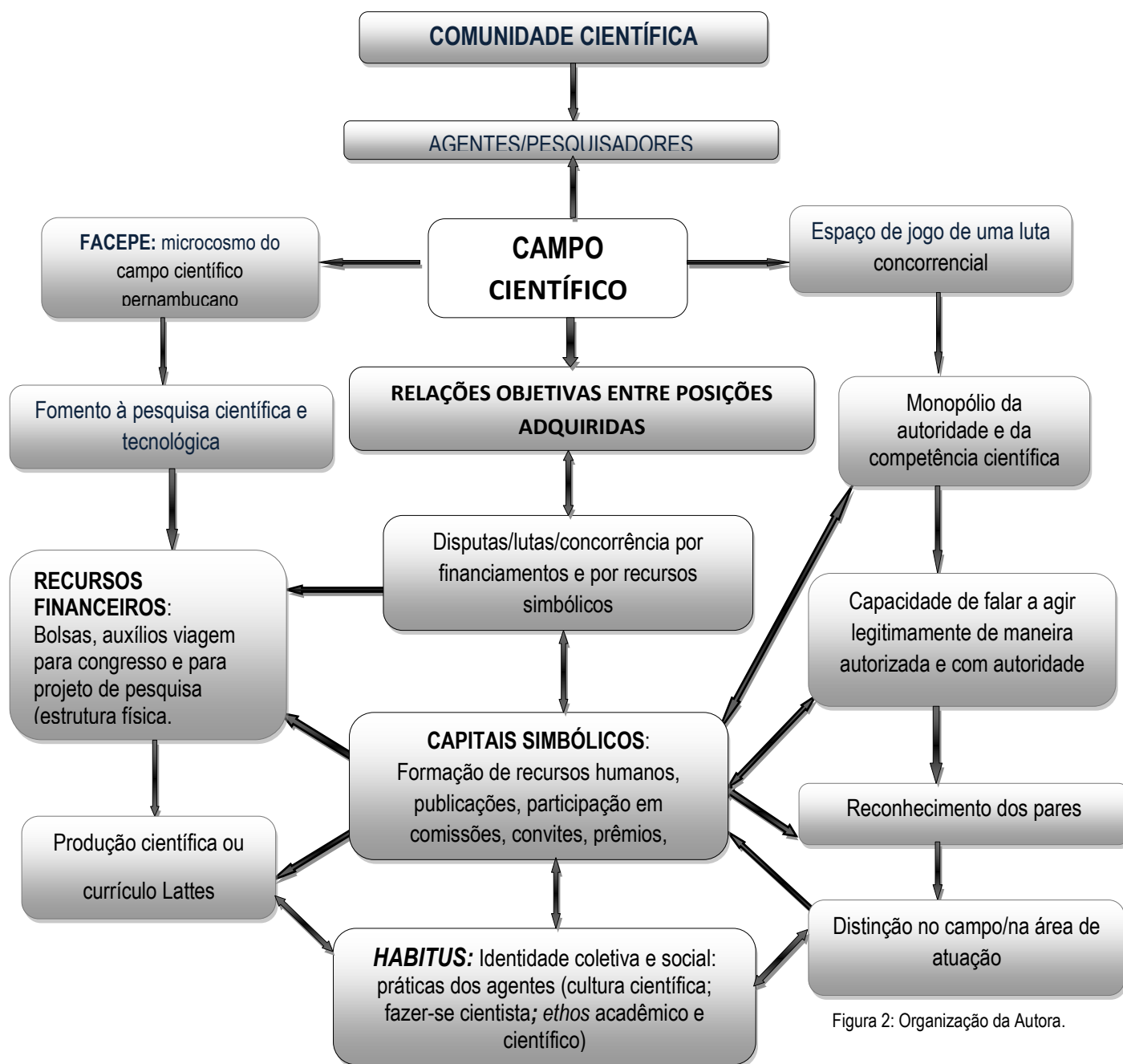


Figura 2: Organização da Autora.

Em suma, a FACEPE é um dos lugares no qual se reproduz o *habitus* do campo científico. Ela funciona em consonância com as regras do referido campo, no momento em que oferta recursos financeiros e simbólicos para serem disputados por integrantes da comunidade científica pernambucana e formata sua estrutura de funcionamento e gestão (comum a todas as FAPs) para avaliar as submissões de propostas de projetos, auxílios para eventos e bolsas estudos por parte da referida comunidade. Para isso, conta com pesquisadores (as), isto é, pessoas que empreenderam e empreendem esforços em sua carreira em atividades de pesquisa e, dessa maneira, possuem atributos, os elementos necessários para julgar o mérito acadêmico e científico das solicitações de apoio à pesquisa dos seus pares, de seus congêneres.

São essas características que aproximam as atividades da FACEPE da noção de campo científico e de *habitus*, que perpassaram este trabalho de pesquisa. Por isso, a FACEPE está ligada e inserida na forma de fazer ciência e, também, fazer-se cientista em Pernambuco.

FONTES

1. Fontes Primárias – Documentos FACEPE

Atas do Conselho Superior de 1990 a 2011.

Manifesto da Comunidade Científica e Tecnológica do Estado de Pernambuco (MCCT-PE). Recife, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Decreto nº 29.971, de 01 de dezembro de 2006. **Estatuto da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia (FACEPE).** Disponível em: <http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=100>. Acesso em 26 abr. 2012.

Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco - FACEPE. **Relatório DCR II FACEPE/CNPq,** Recife, 2009.

_____. **FACEPE em números (2000 a 2005).** Recife, 2006.

_____. **Lei de criação da FACEPE.** Disponível em: <http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=105>. Acesso em: 26 abr. 2012

_____. **Edital 01/2000 - PUBLIC.** Disponível em: <http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=90>. Acesso em 26 abr. 2012

_____. **Edital 02/2000 - INOVA:** Disponível em: <http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=89>. Acesso em: 26 abr. 2012

_____. **Edital Genoma 04/2000 - FACEPE/FAPESP:** Disponível em: <http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=87>. Acesso em: 26 abr. 2012

_____. **Edital 10/2000 - EMPREENDE.** Disponível em: <http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=80>. Acesso em: 26 abr. 2012

_____. **Edital 01/2001 APQ.** Disponível em: <http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=76>. Acesso em: 26 abr. 2012

_____. **Editais 02/2002 - PCT Saúde.** Disponível em:
<http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=72>. Acesso em: 26 abr. 2012

_____. **Editais 03/2003 - PROEP/CAPES.** Disponível em:
<http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=69>. Acesso em: 26 abr. 2012

_____. **Editais 05/2003 - PRONEX.** Disponível em:
<http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=67>. Acesso em: 26 abr. 2012

_____. **Editais 06/2003 - PPP.** Disponível em:
<http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=66>. Acesso em: 26 abr. 2012

_____. **Editais 07/2003 - DCR.** Disponível em:
<http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=65>. Acesso em: 26 abr. 2012

_____. **Editais 09/2003 PIBIC Jr.** Disponível em:
<http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=64>. Acesso em: 26 abr. 2012

_____. **Editais 10/2003 - PROMATA.** Disponível em:
<http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=62>. Acesso em: 26 abr. 2012

_____. **Editais 11/2003 - PAPPE FACEPE/ FINEP.** Disponível em:
<http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=61>. Acesso em: 26 abr. 2012

_____. **Editais FACEPE/CAPES 03/2006 – Bolsa de Pós-Graduação.** Disponível em:
<http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=47>. Acesso em: 26 abr. 2012

_____. **Editais 07/2006 - PPP.** Disponível em:
<http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=40>. Acesso em: 26 abr. 2012

_____. **Editais 02/2006 - DCR.** Disponível em:
<http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=27>. Acesso em: 26 abr. 2012

_____. **Editais 08/2006 - PRONEX.** Disponível em:
<http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=26>. Acesso em: 26 abr. 2012

_____. **Editais 09/2006 - MS/CNPq/FACEPE – PPSUS.** Disponível em:
<http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=24> . Acesso em: 26 abr. 2012

_____. **Editais 01/2007 – DCR FACEPE/CNPq.** Disponível em:
<http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=97>. Acesso em: 26 abr. 2012

_____. **Editais 04/2007 - FACEPE Bolsa de Pós-Graduação.** Disponível em:
<http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=162>. Acesso em: 26 abr. 2012

_____. **Editais 06/2007 - Bolsa de Incentivo Acadêmico (BIA):** Disponível em:
<http://www.facepe.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=165>. Acesso em: 26 abr. 2012

_____. **Editais 02/2008 - RHAE CNPq/FACEPE.** Disponível em:
http://www.facepe.br/pub_files/Editais_RHAE.pdf. Acesso em: 26 abr. 2012.

_____. **Editais 03/2008 - FACEPE Bolsa de Pós-Graduação.** Disponível em:
http://www.facepe.br/pub_files/EDITAIS_FACEPE_03-2008_%28PBPG%29.pdf . Acesso em: 26 abr. 2012.

_____. **Editais 04/2008 - FINEP/FACEPE PAPPE SUBVENÇÃO.** Disponível em:
http://www.facepe.br/pub_files/EDITAIS_FACEPE_04-2008%28PAPPE_Subvencao%29.pdf. Acesso em: 26 abr. 2012.

_____. **Editais 06/2008 - PPP.** Disponível em:
http://www.facepe.br/pub_files/Editais_FACEPE_06-2008_PPP_150908.pdf. Acesso em: 26 abr. 2012.

_____. **Editais 07/2008 - PRONEX.** Disponível em:
http://www.facepe.br/pub_files/Editais_FACEPE_07-2008_PRONEX_CNPq.pdf. Acesso em: 26 abr. 2012.

_____. **Editais 08/2008 - APQ FACEPE.** Disponível em:
http://www.facepe.br/pub_files/Editais_FACEPE_08-2008_APQ-FACEPE.pdf . Acesso em: 26 abr. 2012.

_____. **Editais 09/2008 - PPSUS.** Disponível em:
http://www.facepe.br/pub_files/Editais_FACEPE_09-2008_PPSUS_PE.pdf. Acesso em: 26 abr. 2012.

_____. **Edital 10/2008 - FACEPE Multiusuários.** Disponível em:
http://www.facepe.br/pub_files/Edital_FACEPE_10-2008_Multiusu%C3%A1rios.pdf.
 Acesso em: 26 abr. 2012.

_____. **Edital 11/2008 - Popularização da Ciência.** Disponível em:
http://www.facepe.br/pub_files/Edital_FACEPE_11-2008_PopC&T.pdf. Acesso em: 26 abr. 2012.

_____. **Edital 12/2008 - FACEPE Políticas Públicas Estaduais.** Disponível em:
http://www.facepe.br/pub_files/Edital_FACEPE_12-2008_Pol%C3%ADticas_P%C3%BAblicas_Estaduais.pdf. Acesso em: 26 abr. 2012.

_____. **Edital 14/2008 - Bolsa de Incentivo Acadêmico (BIA).** Disponível em:
http://www.facepe.br/pub_files/Edital_FACEPE_14-2008_BIA.pdf. Acesso em 26 abr. 2012.

_____. **Edital 13/2008 - Bolsa de Pós-Graduação.** Disponível em:
http://www.facepe.br/pub_files/EDITAL_FACEPE_2dez08_%28PBPG%29.pdf. Acesso em: 26 abr. 2012.

Site da FACEPE: <http://www.facepe.br>.

2. Fontes Secundárias – sites consultados

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ALEPE.
Constituição do Estado de Pernambuco. Disponível em:
<http://www.alepe.pe.gov.br/downloads/legislativo/ConstituicaoEstadual.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2012.

FITIPALDI, Ivon Palmeira. et. al. **Caravana dos Notáveis Cientistas Pernambucanos.** Recife, Editora CEPE, 2012.

<http://buscatextual.cnpq.br/>

<http://www.pactopelavida.pe.gov.br>

<http://www.prpe.mpf.gov.br/internet/Casos/Erosao-Costeira-Avanco-do-mar/Documentos/Apresentacao-Monitoramento-Ambiental-Integrado-MAI>

Jornal da Ciência apud Jornal do Commercio. **Fundação de Amparo à Pesquisa de Pernambuco (Facepe) dá calote em cientistas.** Disponível em:
<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=11530>. Acesso em: 30 abr. 2012.

Jornal do Commercio. **Estado promete investir R\$ 100 milhões em pesquisas.** Disponível em: <http://ne10.uol.com.br/canal/cotidian/peernambuco/noticia/2007/10/08/estado-promete-investir-r-100-milhoes-em-pesquisas-141300.php>. Acesso em: 17 out. 2011.

Jornal do Commercio. **Fittipaldi é o novo diretor da Facepe.** Disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/_1999/2708/cm2708b.htm. Acesso em: 17 out. 2011.

Jornal do Commercio. **Governo promete verba regular para a Facepe.** Disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/_1999/3112/cm3112a.htm#top. Acesso em: 17 out. 2011.

Jornal do Commercio. **Facepe lança editais para financiar projetos.** Disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/_2000/2402/cm2402b.htm Acesso em: 17 out. 2011.

ROMANI, Jacqueline Pitangui. **O Conselho Nacional de Pesquisas e institucionalização da Pesquisa Científica no Brasil.** Brasília, 1982. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/acad_ap.htm. Acesso em: 05 mai. 2011

www.abc.org.br

www.academiapeciencias.org

www.alepe.pe.gov.br

www.capes.gov.br

www.cnpq.br

www.confap.org.br

www.finep.gov.br

www.mct.gov.br

www.sbpcnet.org.br

www.ufpe.br

www.ufrpe.br

www.univasf.edu.br

www.upe.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde Andrade de; CABRAL, Maria de Fátima Cavalcanti. **Memorial FACEPE 15 anos**. Recife, CCS Gráfica Editora, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7ª edição. São Paulo, Cortez Editora, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade**. 10ª edição. São Paulo, Cortez; Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2005

ARAÚJO, Tarcísio Patrício de (Org). **Trabalho precário no meio urbano: semáforos do Recife**. Recife: Massangana, 2007.

BATTAGLIA, Maria da Glória Battaglia. **Inteligência Competitiva modelando o Sistema de Informações de Clientes-FINEP**. Ciência da Informação, Brasília, v. 28, n. 2, p. 200-214, 1999.

BAIARDI, Amilcar. **Sociedade e Estado no apoio à Ciência e Tecnologia: uma análise histórica**. São Paulo, Editora Hucitec, 1996

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2010.

BAUMGARTEN, Maíra. **Conhecimento e sustentabilidade: políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre, Editora da FURG, 2008.

BEAUD, Stéfane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis, Editora Vozes, 2007.

BECKER, Howard. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Rio de Janeiro, Zahar, 2007.

BEN-DAVID, Joseph. **Sociologia da Ciência**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.

BÔAS, Glaucia Villas. **Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. 4ª. Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BONNEWITZ, Patrick. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2003.

BORGES, Mário Neto. A Importância das Fundações de Amparo à Pesquisa e das Secretarias de Ciência e Tecnologia na Execução do Plano Nacional de Pós-Graduação. In: **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. MEC. (Org.). Plano Nacional de Pós-Graduação- PNPG 2011-2020**. V. 2, Brasília, 2010.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org's). **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009..

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Campinas, Papirus, 1996.

_____. **Para uma sociologia da Ciência**. Lisboa, Edições 70, 2008.

_____. **O poder simbólico**. 7ª Edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004a.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo, Editora UNESP, 2004b.

_____. **O senso prático**. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2009.

_____. **Homo academicus**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011a.

_____. **Escrito de Educação**. 12ª Edição. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2011b.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003

CABRAL, Maria de Fátima. Cavalcanti. **Projeto gestão compartilhada em ciência e tecnologia em saúde: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Instituto de Formação e Desenvolvimento Profissional, Fundaj, Recife, 2004.

CATANI, Afrânio Mendes. **As possibilidades analíticas da noção de campo social**. Educação e Sociedade vol.32, n.114, pp. 189-202, 2011.

COLLINS, Randal. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis, Vozes, 2009.

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-701, 2004

CURY, Carlos Roberto Jamil. Qualificação Pós-Graduada no Exterior. In: **Circulação Internacional e formação das elites brasileiras**. Campinas, Editora Unicamp, 2004. p. 107-143.

DEL PRIORI, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro, Ediouro, 2006.

DIMAS, Antonio. O turbulento e fecundo Sílvia Romero. In: SCHWARCZ, L; BOTELHO, A. (Org.). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.p. 74-89

DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. 2ª Ed., São Paulo, Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

FAPESP: origens e implantação. Estudos Avançados, vol.10, n.28, pp. 200-209, 1996.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, n.28, pp. 17-36, 2006.

FERNANDES. Florestan. **A sociologia numa era de revolução social**. São Paulo, Editora Nacional, 1963.

_____. **A sociologia no Brasil: contribuições para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1980.

FERREIRA, Marieta. Moraes. (Org.) ; MOREIRA, Regina da Luz. (Org.). **Capex, 50 anos**. Brasília: CAPES/MEC, 2002. vol. 1. 343 p.

FOUREZ. Gérard. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo, Editora Unesp, 1995.

FRESTON, Paul. Um Império na Província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife. In.: MICELI.Sérgio. (Org). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1, São Paulo, Vértice, Editora dos Tribunais, IDESP, 1989.

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. 2ª edição, São Paulo, Paz e Terra, 2002.

GAZOLLA Ana Lúcia Almeida; FENATI, Ricardo. A pós-graduação brasileira no horizonte de 2020. In: **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. MEC. (Org.). Plano Nacional de Pós-Graduação- PNPG 2011-2020**. v. 2, Brasília, 2010.

GAMA NETO, Ricardo Borges. **Plano real, privatização dos bancos estaduais e reeleição**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.26, n.77, pp. 129-150, 2011.

GUIMARAES, Juarez. **A crise do paradigma neoliberal e o enigma de 2002**. São Paulo, Perspectiva, 2001, vol.15, n.4, p. 136-144.

HAMBURGER, Amélia Império [et.al]. **Fapesp: 40 anos abrindo fronteiras**. São Paulo, Edusp, 2004.

HEY, Ana Paula. **Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil**. São Carlos-SP, EduFSCAR, 2008.

IANNI, Octávio. **Estado e capitalismo**. 2ª. Edição. São Paulo, Brasiliense, 2004.

IPEA. **Perspectiva do desenvolvimento brasileiro**. Livro 10, Brasília, 2010.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1997.

LÖWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 9ª edição. São Paulo, Cortez Editora, 2007.

LUKÁCS, Georg. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1969.

_____. **Introdução à estética marxista**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**. 3ª. Edição. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

MORAIS, Régis. **Filosofia da Ciência e da Tecnologia**. 7ª Edição. São Paulo, Papirus Editora, 2002.

MOTOYAMA, Shozo (Org.). **FAPESP: uma história de política científica e tecnológica**. São Paulo, FAPESP, 1996

MOURA, Carlos André Silva de. **Fé, Saber e Poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930-1937)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Recife, UFRPE, 2010.

NASCIMENTO, Márcio Luiz do. **Primeira Geração Romântica versus Escola do Recife: trajetórias intelectuais da Corte e dos intelectuais periféricos da Escola do Recife**. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo, USP, 2010.

NOGUEIRA, Frederico Toscano Barreto. **Em busca de um modelo de avaliação de projetos de sistemas de informação para organizações públicas no Estado de Pernambuco: o caso FACEPE**. Dissertação (Mestrado em Administração). Recife, UFPE, 2004.

_____. FACEPE: 15 anos fomentando a ciência, a tecnologia e a inovação em Pernambuco. In: **Memorial FACEPE 15 anos**. Recife, CCS Gráfica Editora, 2005. p. 85-91.

ORTIZ, Renato (org.). O Campo Científico. In: **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo, Olho d'Água, 2003, p. 112-143.

_____. **Ciências sociais e trabalho intelectual**. São Paulo, Olho d'Água, 2002.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 5ª edição, Lisboa, Gradiva, 2008.

REZENDE, Sérgio Machado. **Momentos da ciência e tecnologia no Brasil: uma caminhada de 40 anos pela C&T**. Rio de Janeiro, Vieira e Lent, 2010.

SANTOS. Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4ª edição. São Paulo, Graal, 2003.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 15ª edição. Porto, Edições Afrontamento, 2007.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo, Boitempo, 2007.

SANTOS, Inalda Maria dos; LIMA Ana Patrícia Santana Rosa de; COSTA, Gerline Maciel Almeida da. **O Ensino Superior no Brasil e a Criação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)**. In: V Encontro de Pesquisa em Educação em Alagoas, 2010, Maceió. V Encontro de Pesquisa em Educação em Alagoas, 2010.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2009.

SINGER, Paul. **A universidade no olho do furacão**. São Paulo, Estudos Avançados, vol.15, n.42, pp. 305-316, 2001.

SILVA, Alberto Carvalho da. **Descentralização em política de ciência e tecnologia**. São Paulo, Estudos Avançados. vol.14, n.39, pp. 61-73, 2000.

SOUZA, Cristiane.Vitório de. **A República das Letras em Sergipe (1889-1930)**. 2001. 211f. Monografia (Licenciatura em História), Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe.

SUZIGAN, Wilson. **O desenvolvimento tecnológico da indústria brasileira e constituição de um sistema nacional de inovação**. Porto Alegre, FEE Indicadores Econômicos, v.21, n1.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **Sociologia da Tecnologia: bioprospecção e legitimação**. São Paulo, Centauro Editora, 2009.

VERGER, Jaques. **Homens e Saber na Idade Média**. 2ª Edição, São Paulo, Edusc, 1999.

ZARUR, George de .Cerqueira.Leite. **A Arena Científica**. Campinas, Autores Associados, FLACSO, 1994.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Parte II. 3ª. Edição. São Paulo, Cortez; Campinas, Unicamp, 2001.

_____. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro, LTC, 2002.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

_____. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo, Cultrix, 1968.

WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens**. São Paulo: Ática, 2006.

ANEXOS

ANEXO 1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

Área do Conhecimento: _____

Instituição: _____

QUESTIONÁRIO

1) O(a) senhor(a) é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq?

a) Sim ()

b) Não ()

2) Se sim, há quanto tempo é bolsista de produtividade?

3) O que representa(ou) ser bolsista de produtividade em sua instituição, departamento e até mesmo em sua área de atuação em nível nacional?

a) Distinção¹⁴⁷ entre os pares ()

b) Autoridade/competência científica¹⁴⁸ ()

c) Reconhecimento pelos pares ()

d) Credibilidade¹⁴⁹ no campo científico ()

e) Todas as alternativas acima ()

f) É algo irrelevante ()

4) Explique sua resposta:

5) Onde realizou seus estudos de pós-graduação (mestrado e doutorado)?

a) Mestrado no país () – nome da Instituição: _____

b) Mestrado no exterior () – nome da Instituição: _____

c) Doutorado no país () – nome da Instituição: _____

d) Doutorado no exterior () – nome da Instituição: _____

¹⁴⁷ Nesta pesquisa o termo distinção é compreendido como características que simbolizam mais claramente a posição diferencial dos(as) pesquisadores(as) no universo acadêmico. Ou seja, se alguns cientistas têm mais destaque/reconhecimento científico que outros.

¹⁴⁸ O termo autoridade/competência científica é entendido como um acúmulo de conhecimento e experiências, que pode ser transmitido a outras pessoas ou mesmo transformado em outras possibilidades de atuação no mundo da pesquisa. E ainda, autoridade científica é compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), e é socialmente outorgada a uma pessoa determinada, ou seja, aquela que dispõe de conhecimento e experiências no universo da academia, sendo reconhecidas por seus pares.

¹⁴⁹ A palavra credibilidade significa nesta pesquisa a habilidade que os(as) pesquisadores(as) desenvolvem para efetivamente praticar ciência.

6) Isso trouxe para sua formação profissional um diferencial no momento em que o(a) senhor (a) começou a atuar como pesquisador(a)?

a) Sim ()

b) Não ()

4.1) Porque?

7) Em que medida seu/sua orientador(a) contribuiu para sua formação e atuação enquanto pesquisador(a)?

a) na ampliação da rede de relação ()

b) no direcionamento do tema a ser pesquisado ()

c) na importância de sua produção científica e acadêmica ()

d) todas as alternativas acima ()

e) nenhum delas (Justifique): _____

5.1) O(a) senhor(a) ainda mantém relações acadêmicas com seu(ua) ex-orientador(a) de mestrado e doutorado?

a) Sim ()

b) Não ()

8) Agora, como o(a) senhor(a) se enxerga na qualidade de orientador, no sentido de formar novos(as) pesquisadores(as) que darão continuidade à sua linha de pesquisa?

a) Estimulando a divulgação científica ()

b) Despertando o interesse por sua linha de pesquisa ()

c) Possibilidades de novas publicações ()

d) Afirmação de sua linha de pesquisa no campo acadêmico ()

e) Continuidade de seu trabalho ()

f) Todas as alternativas acima ()

g) Nenhuma das alternativas ()

9) Algum orientando seu alcançou posições de destaque como pesquisador(a)?

a) Sim ()

b) Não ()

10) Se sim, em que seguimento?

a) Órgão de fomento (CNPq, CAPES, FACEPE, FINEP, entre outros) ()

b) Bolsista de produtividade em pesquisa ()

c) Em instituições de ensino superior no Estado ()

d) Em instituições fora do Estado ()

e) Em instituições de pesquisa no Estado ()

f) Em instituições de pesquisa fora do Estado ()

g) Pesquisador em empresas privadas ()

h) Professor em universidade privada ()

11) Na sua formação, desenvolvimento e atuação acadêmica em que a FACEPE contribuiu?

a) Afirmação de sua condição de pesquisador ()

- b) Oportunidade de bolsas para estudantes ()
- c) Na execução de projetos por meio de apoio financeiro ()
- d) Fortalecimento de parcerias com outras instituições e pesquisadores ()
- e) Divulgação dos resultados das pesquisas dentro e fora do campo científico¹⁵⁰ ()
- f) Todas as alternativas acima ()
- g) Insuficiente ()
- h) Em nada ()

12) Qual a contribuição que a FACEPE vem realizando ao longo de sua existência - enquanto instituição – na formação de recursos humanos (acadêmicos) em Pernambuco?

- a) No fortalecimento da condição de pesquisador ()
- b) Promovendo o reconhecimento de competências científicas (de pesquisadores) já estabelecidos ()
- c) Permitiu a promoção de novas competências (novos pesquisadores) no campo acadêmico em Pernambuco ()
- d) Reproduziu situações de desigualdades existentes entre pesquisadores(as) ()
- e) Todas alternativas acima ()
- f) A contribuição foi e é irrelevante ()
- g) Não tem contribuído com nada ()

13) Qual(is) das instituições de fomento abaixo elencadas mais contribuiu com sua vida acadêmica?

- (a) CNPq ()
- (b) CAPES ()
- (c) FINEP ()
- (d) FACEPE ()
- (e) Outras () Especificar: _____
- (f) Todas ()
- (g) Nenhuma delas ()

14) E hoje qual delas têm contribuído?

- (a) CNPq ()
- (b) CAPES ()
- (c) FINEP ()
- (d) FACEPE ()
- (e) Outras () Especificar: _____
- (f) Todas ()
- (g) Nenhuma delas ()

¹⁵⁰ A categoria de análise “campo científico” será aqui entendida como um lugar, um espaço, no qual acontecem as disputas entre pesquisadores por recursos financeiros, cargos, reconhecimento, distinção, autoridade, etc.; e por este (campo) buscam formas de alcançar a autoridade e reconhecimento científico.

15) Como o(a) senhor(a) ver a FACEPE a partir das necessidades que sua área demanda (a exemplo de editais temáticos)?

- a) Ela atende as necessidades ()
- b) Ela, com seus editais, é um espaço de disputa por recursos entre pesquisadores(as) ()
- c) Ela expressa os interesses da comunidade científica da minha área de atuação ()
- d) Ela não expressa os interesses da comunidade científica da minha área de atuação ()
- e) Ela permite, ao atender as nossas demandas, o reconhecimento do pesquisador(a) pelos pares ()
- f) Ela tem possibilitado, com seu apoio, o aumento da produção científica em minha área de conhecimento ()
- g) Todas as alternativas acima ()
- h) A minha área do conhecimento (na minha instituição) não recorre a FACEPE para obtenção de recursos ()

16) Quando a FACEPE atende as demandas de sua área de conhecimento, ela tem, com isso, possibilitado mudanças no seu departamento/instituição?

- a) Sim ()
- b) Não ()

17) E na sua área de atuação no Estado, houve mudanças significativas a partir do apoio da FACEPE?

- a) Sim ()
- b) Não ()

18) Quais as influências que a FACEPE vem provocando em sua linha/grupo de pesquisa?

- a) Crescimento da concorrência entre pesquisadores(as) ()
- a) Aumento de busca por reconhecimento no campo de atuação ()
- b) Surgimento de novas autoridades científicas na sua área de pesquisa ()
- c) Não alterou as posições dos pesquisadores já estabelecidos(as) ()
- d) Ampliação da divulgação científica (organização e participação em eventos, etc) ()
- e) Possibilita a assinatura de novas parcerias ()
- f) Todas as alternativas acima ()
- g) Não influenciou em nada ()

19) Nos últimos anos, segundo dados oficiais, a FACEPE expandiu sua atuação (assinatura de convênios e parcerias com outros órgãos de fomento, a exemplo do CNPq), inclusive com recursos próprios. Em que medida isso contribuiu para as transformações de sua área de pesquisa/conhecimento?

- a) Oportunidades de aumentar suas publicações ()
- b) Possibilidade de obter orientandos(as) com bolsas ()
- c) Ter seu nome reconhecido como pesquisador(a) atuante ()
- d) Ampliar sua rede de relações institucionais ()
- e) Apoios para participar de congressos nacionais e internacionais ()
- f) Organização de eventos ()
- g) Todas as alternativas acima ()
- h) Não contribuiu em nada ()
- i) Poucas contribuições ()

20) A partir do recebimento de recursos financeiros da FACEPE (editais, bolsas e auxílios) isso lhe oportunizou novas possibilidades de melhor se posicionar no campo científico?

a) Sim ()

b) Não ()

21) O acesso a esses recursos financeiros (na disputa de editais) significa o reconhecimento de sua qualidade/mérito como pesquisador(a)?

a) Sim ()

b) Não ()

22) A partir da sua atuação na Câmara de Assessoramento e Avaliação da FACEPE, isso lhe oportunizou novas possibilidades de se posicionar no campo?

a) Sim ()

b) Não ()

23) Participar da Câmara de Assessoramento e Avaliação da FACEPE significa o reconhecimento de sua qualidade/mérito como pesquisador(a)?

a) Sim ()

b) Não ()

24) A FACEPE é a expressão/representação da Comunidade Científica Pernambucana?

a) Sim ()

b) Não ()

Justifique:

25) A FACEPE influencia a Comunidade Científica Pernambucana?

a) Sim ()

b) Não ()

Justifique:

26) Caso necessário faça comentários adicionais acerca das questões acima.

ANEXO 2

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. O(a) senhor(a) tinha conhecimento do movimento de criação da Facepe?
2. Como foram seus primeiros contatos com a FACEPE?
3. Ser membro da Câmara é um reconhecimento do valor do pesquisador (da sua atuação profissional)?
4. É um reconhecimento do trabalho enquanto pesquisador profissional? De sua produção científica (LATTES)?
5. Como o(a) senhor(a) ver a FACEPE, em suas palavras, o que ela representa?
6. Como o(a) senhor(a) avalia a relação da FACEPE com a comunidade científica pernambucana?
7. A FACEPE seria uma síntese da comunidade científica pernambucana, especialmente a partir da composição das câmaras? Por quê?
8. A FACEPE é uma expressão da comunidade, da força da comunidade científica pernambucana?
9. A FACEPE seria um campo de lutas (disputas) - no sentido positivo do termo - de acesso de acadêmicos às câmaras, de reconhecimento, de recursos públicos?
10. Como o(a) senhor(a) avalia a importância histórica da existência da FACEPE para Pernambuco e para a comunidade científica local?
11. Como o(a) senhor(a) avalia a cultura científica (o fazer ciência, o fazer-se cientista, as práticas\os costumes dos pesquisadores) em Pernambuco, considerando que o Estado, historicamente, era detentor de um potencial científico e tecnológico relevante?
12. Como o fomento à pesquisa institucionalizado, por meio da FACEPE, contribuiu para fazer ciência e fazer-se cientista em Pernambuco?
13. Como o(a) senhor(a) avalia a política científica em Pernambuco atualmente?
14. O que representou para a comunidade científica pernambucana o lançamento dos editais de 2008?